

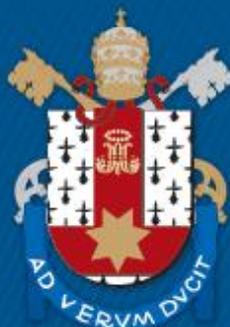
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES IBÉRICAS E AMERICANAS

THAÍS DE FREITAS CARVALHO

**“BOHEMIOS” E “FLOREADOS”**: NOITE, SOCIABILIDADE E CRIME NOS BARES  
PELOTENSES (1930-1939)

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

THAÍS DE FREITAS CARVALHO

**“BOHEMIOS” E “FLOREADOS”:**  
NOITE, SOCIABILIDADE E CRIME NOS BARES PELOTENSES (1930-1939)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2021

## Ficha Catalográfica

C331b Carvalho, Thaís de Freitas

"Bohemios" e "floreados" : Noite, sociabilidade e crime nos bares  
pelotenses (1930-1939) / Thaís de Freitas Carvalho. – 2021.

260 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,  
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. Sociabilidade noturna. 2. Bares. 3. Crimes. I. Martins, Luis Carlos  
dos Passos. II. Título.

THAÍIS DE FREITAS CARVALHO

**“BOHEMIOS” E “FLOREADOS”:**  
NOITE, SOCIABILIDADE E CRIME NOS BARES PELOTENSES (1930-1939)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: 28 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro – UFU

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Claudia Mauch – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mariana F. C. Thompson Flores – UFSM

---

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS

Porto Alegre

2021

*Dedico este trabalho a todos que veem a  
História enquanto uma das guardiãs  
de nossa humanidade.*

## AGRADECIMENTOS

Após quatro anos de trabalho, a lista de pessoas que ajudaram a formar as reflexões aqui propostas revela-se imensa. Vou tentar obedecer, como nos filmes, a uma espécie de ordem de aparições desse “elenco” de bastidores.

Primeiramente, agradeço o incentivo dos queridos Elisabete Leal e Paulo Pezat na fase de elaboração do projeto desta pesquisa. Sou grata também às contribuições de Ruth Gauer e Tatyana Maia para este trabalho, bem como aos colegas de classe nas disciplinas cursadas na PUCRS e UFRGS – em particular à Débora Salvi, minha parceira “nos crimes” pelotenses. Um agradecimento mais do que especial à Prof<sup>a</sup>. Claudia Mauch, sem a qual esta tese certamente não existiria. Claudia é um exemplo de generosidade na academia, e me sinto imensamente honrada por haver tido a oportunidade de aprender tanto com suas aulas e sua experiência.

Quero agradecer também à Biblioteca Central da PUCRS e a todos os seus funcionários, os quais mantêm aquela oitava maravilha do universo funcionando como um oásis de conhecimento e serenidade, em meio ao andar caótico de nossos dias. Da mesma forma, preciso agradecer aos funcionários do APERS, que são sinônimo de dedicação à pesquisa e a um conhecimento de qualidade voltado ao bem coletivo. Em Pelotas, agradeço ao Arquivo Histórico da BPP, principalmente na figura do Ueslei Goulart, funcionário que, além de sempre atencioso, forneceu um apoio absolutamente definidor em um período de pandemia global e incertezas de toda sorte.

Ao meu orientador, Prof. Luis Martins, que acreditou em mim desde o primeiro semestre: muito obrigada por ser esse orientador que destaca o melhor em seus alunos, e que aponta nossos deslizes com bom humor. Foste essencial para a conclusão deste trabalho.

Na trilha das contribuições fundamentais à saúde mental da pesquisadora, ao terminar uma tese em meio a uma crise sanitária (e humanitária), preciso agradecer imensamente a paciência de minha psicoterapeuta, Rose, e ao alicerce incondicional de minhas amigas Karina, Manu, Bitisa e Vivian; vocês me deram fôlego. Estendo estes agradecimentos a todos aqueles amigos que, mesmo *on-line*, estiveram presentes, enviando boas energias durante o processo solitário da escrita.

Ao longo destes quatro anos de pesquisa, contei com o suporte de *roommies* e acolhedores na ponte Pelotas-Porto Alegre e para eles vai um agradecimento mais do que merecido: João, Isabel, Ariane, Rose e Christiano, muito obrigada pela estrutura que abrigou os

estudos que aqui se seguem. Ao Fabricio, Analía e Nicolás, obrigada pelos papos cabeça: também nos diálogos caseiros se faz uma tese.

Com minha família de São Lourenço do Sul, quero dividir a alegria de poder finalizar este trabalho. Obrigada pelo apoio de sempre e por me segurarem em todas as vezes que eu quis me deixar cair. Amo vocês.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de enfatizar que o principal agradecimento vai para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, sem o qual este trabalho não teria possibilidade de realização. Foi uma honra poder contar, durante esses quatro anos, com o financiamento e o respaldo de um órgão tão importante para o âmago da ciência no Brasil. Desejo que a sociedade brasileira em breve tenha condições de valorizar o conhecimento produzido aqui e defender, com saúde e dignidade, o investimento em pesquisas socialmente referenciadas, reconhecendo-as como a grande força desse país.

*Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer.*  
(BLOCH, 2002, p. 78.)

## RESUMO

Esta pesquisa trata da sociabilidade noturna presente em bares, armazéns, quiosques e cafés da cidade de Pelotas na década de 1930. Parte-se da hipótese de que esses espaços constituíram pontos de interação entre estratos sociais distintos, sensivelmente impactados pelo contexto de adensamento da vida noturna impulsionada pela aceleração da eletrificação. Objetivou-se demonstrar como a inserção das massas trabalhadoras em uma economia em processo de diversificação promoveu também a propagação de imaginários sociais ambivalentes a respeito das noites de embriaguez, jogos e brigas vinculadas aos bares e amplamente reportadas pela imprensa. A atuação policial, próxima dos hábitos das classes populares, por vezes se confundia com a lógica informal que pautava as disputas masculinas nestes locais. Sem constituir momento exclusivo desta sociabilidade, o tempo noturno, contudo, lhe conferia características singulares, pois agregava usos e significações diferentes em relação às práticas diurnas nesses espaços. Ao atentar para um hábito de longa duração nas culturas modernas e contemporâneas, buscou-se compreender o quanto de suas configurações locais – situadas no espaço e no tempo – revelam sobre diferentes dinâmicas de experiência da noite presentes na cidade, seus confrontos internos e suas estratégias perante a justiça formal, percorrendo, também, os imaginários sociais que cercavam estes hábitos.

**Palavras-chave:** Sociabilidade noturna. Bares. Crimes.

## **ABSTRACT**

This research deals with the nighttime sociability present in bars, general stores, kiosks and cafes in the city of Pelotas in the 1930s. It is assumed that these spaces constituted points of interaction between different social strata, significantly impacted by the context of densification of nightlife driven by the acceleration of electrification. The aim was to demonstrate how the insertion of the working masses in an economy in the process of diversification also promoted the propagation of ambivalent representations about the nights of drunkenness, games and fights linked to bars and widely reported by the press. Police action, close to the habits of popular classes, was sometimes confused with the informal logic that guided male disputes in these places. Without being an exclusive moment of this sociability, the night time, however, gave it unique characteristics, since it added different uses and meanings comparatively to the daytime practices in these spaces. When looking at a long-lasting habit in modern and contemporary cultures, we sought to understand how much their local configurations – situated in space and time – reveal about different dynamics of night experience present in the city, their internal confrontations and their strategies before formal justice, also going through the social imaginary that surrounded these habits.

**Key-words:** Nighttime sociability. Bars. Crimes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Armazém de Secos e Molhados (Pelotas, primeiras décadas do século XX).....	31
Figura 2 - Localização do município de Pelotas e sua área urbana.....	34
Figura 3 - As ligações fluviais e portuárias de Pelotas.....	35
Figura 4 - Ilustração da topografia da cidade de Pelotas.....	35
Figura 5 - Anúncio da cervejaria Sul Brasil (1933).....	37
Figura 6 - Anúncio do licor italiano <i>Fernet Branca</i> (1933).....	37
Figura 7 - Linhas de bondes em Pelotas-RS.....	40
Figura 8 - Mapa dos distritos do município de Pelotas em 1940.....	48
Figura 9 - Mapa dos distritos do município de Pelotas na atualidade (2018).....	48
Figura 10 - Os processos-crime de ocorrência noturna nos bares pelotenses e sua distribuição no espaço urbano (1930-1939).....	49
Figura 11 - População do município de Pelotas segundo sexo e nacionalidade em 1920.....	50
Figura 12 - Aglomeração típica no encontro das ruas XV de Novembro e Sete de Setembro – a “esquina dos cafês” (década de 1940).....	54
Figura 13 - Prisões em Pelotas segundo o sexo, 1903-1928.....	56
Figura 14 - Quiosque na Praça Coronel Pedro Osório, antiga Praça da República (área central de Pelotas).....	63
Figura 15 - Ocorrências em bares e cafés do centro e zona portuária – trajetos de vítimas e acusados (Pelotas, 1930-1939).....	65
Figura 16 - Profissões encontradas nos processos-crime de ocorrência noturna em bares e sua distribuição nos distritos do município (Pelotas, 1930-1939).....	66
Figura 17 - Socorros prestados pela Santa Casa de Misericórdia nos anos de 1937, 38 e 39... 68	68
Figura 18 - Socorros prestados pela Beneficência Portuguesa nos anos de 1937, 38 e 39.....	68
Gráfico 1 - Faixa etária predominante entre homens envolvidos nos processos-crime de ocorrência noturna em bares do município (Pelotas, 1930-1939).....	83
Gráfico 2 – Distribuição dos processos segundo horário da ocorrência e dias da semana.....	84
Gráfico 3 - Profissões dos homens ouvidos nos processos-crime analisados.....	110
Gráfico 4 - Armas e mortalidade das agressões referentes aos processos-crime de ocorrência noturna os bares pelotenses (1930-1939).....	113
Figura 19 - Anúncio de fábrica de armas em Pelotas (1933).....	118

Figura 20 - Repercussão do processo de “Julião” na capa do jornal A Opinião Pública, edição de 20/10/1934.....	120
Figura 21 - Detalhe da foto do acusado (processo nº 1498, 1934).....	120
Gráfico 5 - Profissões informadas pelos acusados nos processos-crime.....	121
Gráfico 6 - Profissões das vítimas nos processos-crime.....	122
Figura 22 - Capa do periódico A Alvorada em 1936.....	131
Figura 23 - Capa do periódico A Opinião Pública em 1932.....	131
Figura 24 - Capa do jornal A Opinião Pública em 16 de dezembro de 1932.....	171
Figura 25 - Detalhe da repercussão do caso do Café São Jorge (processo nº 1568, 1932).....	171
Figura 26 - Artigo de campanha antialcoólica veiculado em primeira página no jornal A Opinião Pública (1930).....	187
Figura 27 - Artigo de campanha antialcoólica veiculado em primeira página no jornal A Opinião Pública (1930).....	187

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proprietários dos estabelecimentos onde ocorreram os crimes noturnos – segundo nacionalidade e estado civil (Pelotas, década de 1930).....	62
Tabela 2 - Estado civil dos ouvidos em processos-crime de ocorrência noturna em bares pelotenses (1930-1939) – por situação jurídica.....	88
Tabela 3 - Nacionalidade dos ouvidos em processos-crime de ocorrência noturna em bares pelotenses (1930-1939) – por situação jurídica.....	91

## **LISTA DE SIGLAS**

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BPP – Bibliotheca Pública Pelotense

PRR – Partido Republicano Riograndense

AA – Periódico A Alvorada

OP – Periódico A Opinião Pública

DP – Periódico Diário Popular

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>1 PELOTAS BOÊMIA: OS LUGARES, OS ERRANTES, OS CAMINHOS.....</b>	<b>31</b>
1.1 A “princesa” noturna e a “fina flôr da vagabundagem”.....	33
1.2 <i>Comprimindo a fantasia nas esquinas</i> : as trilhas que levaram aos botequins.....	52
<b>2 O COPO, O JOGO, A BRIGA: UM PERFIL SOCIAL POR MEIO DOS INQUÉRITOS.....</b>	<b>71</b>
2.1 Aproximações entre tema e fonte.....	71
2.2 Dissecando sujeitos e estratégias: registros e relatos em confronto.....	81
<b>3 “ADORADORES DE BACCHO”: OS OLHARES DA IMPRENSA PELOTENSE SOBRE A SOCIABILIDADE E OS CONFLITOS NOS BARES.....</b>	<b>125</b>
3.1 Reflexões no diálogo com a imprensa.....	125
3.2 Botequins e diversões populares nas notas dos periódicos.....	141
3.3 A repercussão dos crimes dos bares na imprensa.....	155
<b>4 EM BUSCA DO INAPREENSÍVEL: <i>MACRO</i> SIGNIFICADOS, <i>MICRO</i> ANÁLISES.....</b>	<b>180</b>
4.1 “Amigos do álcool”.....	183
4.2 <i>In vino “virilitas”</i> .....	204
4.3 <i>Homo ludens</i> .....	215
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>227</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>233</b>
<b>APÊNDICE A – Fontes consultadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).....</b>	<b>249</b>
<b>APÊNDICE B – Fontes consultadas na Bibliotheca Pública Pelotense (BPP).....</b>	<b>252</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A vida noturna pelotense é famosa por suas histórias. Dos carnavais de rua aos bailes dos clubes, das noites nos teatros às salas de cinema, são muitas as memórias que os habitantes carregam consigo e contam com saudade. Apesar de há muito me interessar pelo tema e ouvir dos pelotenses de hoje a nostalgia sobre os *nightclubs* de outrora, foi após o meu trabalho de conclusão de curso na graduação em História, iniciado ainda em 2008, que alguns estranhamentos que hoje compõem essa tese tomaram forma. Parti da pesquisa sobre o bar Liberdade, que foi reduto do choro na cidade desde o último quartel do século XX até 2013, e nesta investigação, em que tive o privilégio de contar com a imensa contribuição de entrevistados nascidos ao fim da década de 1930, foi possível perceber que muitos lembravam das experiências de serestas e reuniões em bares da zona portuária vividas por seus pais à época de sua infância. Nas memórias destes então septuagenários, as histórias que seus pais contavam sobre essas interações eram recheadas de trocas culturais com marinheiros de outras regiões do Brasil, em um movimento que trazia e levava músicas e costumes porto afora (CARVALHO, 2010).

Essas lembranças, que ficaram como uma das boas heranças desse trabalho, trouxeram-me a inquietação sobre a vida noturna da cidade no período, uma vez que a importância da zona portuária hoje, por exemplo, já obedece a outros parâmetros e necessidades. A década de 1930, apesar das turbulências econômicas e políticas, foi um período de grande dinamização do município, com a diversificação da produção, intensas trocas comerciais escoadas pelo porto do canal São Gonçalo, além de melhorias estruturais em questões de saneamento, moradia e iluminação. A profusão de associações culturais surgidas nesse período é também um indício do adensamento das interações urbanas.

A propósito, minha curiosidade foi despertada para as interações culturais de uma noite popular que também ultrapassava fronteiras e reunia boêmios de outras paragens. Na dissertação de mestrado, aconteceu então o pontapé inicial para as análises e reflexões empreendidas aqui, pois foi onde me debrucei sobre os processos-crime da Comarca de Pelotas – os quais estão armazenados no *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* – com o enfoque na noite, ou seja: por meio da leitura das queixas e denúncias, estabeleci um “filtro” de horário, onde só eram admitidos à seleção da pesquisa os casos ocorridos entre 18 horas da noite e 7 horas da manhã (CARVALHO, 2013).

Nesse trabalho, montei um panorama sobre as ocorrências policiais noturnas levadas à justiça na década de 1930, classificando-as e traçando uma linha entre aquelas que comunicavam ou não sobre hábitos noturnos de sociabilidade. Participaram desta seleção mais de 120 processos, entre arrombamentos, incêndios, atropelamentos, defloramentos e brigas em bailes, por exemplo; as brigas em bares chamaram a minha atenção pela grande quantidade de testemunhos oculares e por mobilizarem representações fortemente arraigadas a respeito das condutas masculinas entre seus “pares”.

Desde a defesa de mestrado, em 2013, permaneceu a vontade de investigar mais detidamente esta forma de sociabilidade noturna, ademais tão prevalente na sociedade brasileira, podendo muitos de seus elementos ser encontrados ainda hoje. Para isso, selecionei apenas os processos-crime ocorridos em bares no período noturno e busquei aprofundar os estudos a respeito desta sociabilidade específica. As brigas em bares que persistiram juridicamente até virarem processo-crime não expressam a totalidade da vida noturna nestes espaços, mas são alguns dos fragmentos disponíveis entre os indícios que sobreviveram até nossos dias.

Assim, ao pensar em um projeto de pesquisa para a tese, a proposta foi cruzar as informações e depoimentos constantes nos processos com outras fontes que comunicassem sobre a vida noturna da cidade, principalmente em relação à sociabilidade dos bares e os conflitos ocorridos nestes locais. Com esse objetivo, recorri ao acervo da hemeroteca da *Bibliotheca Pública Pelotense*, a qual dispõe de inúmeros periódicos pelotenses em circulação no período analisado; o levantamento na BPP possibilitou montar uma estratégia de trabalho que contasse com múltiplos enfoques sobre nosso tema. No intuito de perceber a maior quantidade de elementos presentes nas noites dos bares, o plano foi colocar em diálogo dados e classificações presentes nas folhas policiais, a riqueza de detalhes das declarações sobre o ocorrido e as representações sobre essas noites e seus “habitues” veiculadas nos jornais, na expectativa de que as intersecções entre essas análises estabelecessem focos de luz sobre um objeto tão fugidio quanto fascinante.

As fronteiras porosas da noite, os usos e representações dos espaços noturnos e seus habitantes, o potencial lúdico e transgressor, são algumas das camadas de análise a que nos propusemos com este trabalho, cientes de que tais sedimentações tanto influenciam quanto estão sujeitas ao mundo do dia e às mobilizações de imaginários sociais sobre a vida noturna. Cidadãos respeitáveis, “bandos de noctívagos”, “bambas” e “bohemios” ocupam os lugares e as ideias sobre estes lugares, mas buscamos observar com o microscópio quais as diferenças e aproximações entre eles. “O cotidiano da noite deve ser focalizado de forma relacional,

complementar e interdependente à vivência do dia e do trabalho e não em confronto a elas.” (MATOS, 1998, p. 80).

Portanto, o tema de que tratamos é permeado por interpenetrações. Visamos observar um segmento da boemia que nos revela não somente a sociabilidade de espaços e tempos muito peculiares, como também demonstra a própria sombra desta sociabilidade, traduzida em disputas e violência. A partir de fragmentos colhidos em fontes oficiais, impressas e criminais, é possível observar múltiplos aspectos de uma sociabilidade noturna amplamente difundida entre os homens, e que sobrevive com sensíveis permanências ao longo do espaço e do tempo. Vamos percorrer as heterogeneidades perceptíveis nesta gama de espaços noturnos, as quais conectam casas comerciais, armazéns, *kiosques*, cafés e *restaurants*, em torno de rituais de sociabilidade muito semelhantes, mas que encerram significados sutis e profundos conforme observamos suas características mais de perto.

A própria noção de “boemia” abarca diferentes interpretações, o que exige definições importantes antes de começarmos. A etimologia da palavra remete aos Boios, tribo celta que, ainda na era pré-cristã, habitou a região da Europa central, a qual depois veio a se chamar Boêmia – hoje o que seria a República Tcheca –, justamente pela ligação com esses povos. O modo de vida nômade e protourbano pode ter contribuído para associar a expressão com um estilo de vida cigano, de vida noturna e desregrada, bem como pela adoção de empregos e endereços intermitentes. Esse uso da palavra chegou ao seu ápice a partir da metade do século XIX em Paris, onde algumas regiões da metrópole ficaram conhecidas por abrigar muitos dos tipos identificados com o estilo (GLINOER, 2016; BRISSETTE & GLINOER, 2010).

Os apelos literários ao universo boêmio parisiense ganharam destaque ao longo do século XIX, ajudando a difundir os hábitos noturnos e os gostos pela sociabilidade dos bares e cafés. A partir da década de 1840, histórias como as *Cenas da vida boêmia* (1848), de Henry Murger – que foi base para o estrondoso sucesso da ópera de Puccini, *La Bohème* (1896) –, não só solidificaram o uso do termo como sinônimo da cultura *gypsy* e não convencional que habitava o *Quartier Latin*, como propagaram essas experiências a outros centros urbanos. Nesse sentido, é possível compreender o impacto que a capital brasileira, Rio de Janeiro, inegavelmente influenciada pela cultura francesa ao longo do XIX e primeiras décadas do XX, tinha na disseminação de tais costumes nas demais cidades do país. Contudo, não há como negar as relações diretas que cidades como Pelotas estabeleceram com a França, ao longo do apogeu da economia charqueadora e durante seu processo de modernização, com a adoção de

referências francesas tanto na materialidade do espaço urbano quanto na mentalidade da sociedade (SANTOS, 2012, p. 171).<sup>1</sup>

No âmbito historiográfico, esse *french sense* de boemia artística, literária e politizada vai ganhando espaço nas discussões, principalmente após os trabalhos de Jerrold Seigel (1992) e Robert Darnton (1987), publicados nos anos 1980. No entanto, a proximidade física intersticial dos boêmios intelectualizados com o submundo transgressor permanece inegável, ainda que os historiadores deem mostras de que, em diversos lugares do globo, é possível identificar esforços dos boêmios pequeno-burgueses e profissionais liberais para se distinguirem do *bas-fond* associado ao ócio e ao crime (KALIFA, 2015).

Essa boemia “higienizada” não por acaso está no âmago de uma questão bastante cara aos estudos sobre o tempo noturno, qual seja a concepção da noite como fronteira. Fronteira entre o mundo do trabalho e o mundo do não-trabalho, entre a respeitabilidade e a indecência, a segurança da formalidade diurna e a clandestinidade das ruas escuras. De certa forma, é possível identificar, nestes esforços de distinção (BENATTI, 1996; FREITAS, 2013), o quanto o ideal de vida burguesa e ordeira ajudava a reforçar essas linhas intangíveis que configuravam os limites do respeitável.

O *bas-fond* que chama minha atenção se arvora na concepção de imaginário citada acima: produzidos por **sociedades inquietas em momentos de crise** ou de turbulência econômica, eles oferecem, a seu turno, uma série de representações, em parte reais, em parte fantasiosas, que visam a qualificar e a desqualificar o tolerável e o intolerável, além de conceber e formular as linhas de fuga possíveis. (KALIFA, 2015, p. 40, grifo nosso).

A conjuntura de rápidas mudanças e turbulência econômica também é responsável por sensíveis remanejamentos culturais, bem como reações superdimensionadas no âmbito dos conflitos interpessoais – principalmente entre homens –, muito embora os ressentimentos possam ter raízes profundas nas diferenciações étnicas, de gênero e/ou socioeconômicas (HALL & WINLOW, 2005). “Mudanças de artesãos autônomos para subordinados trabalhadores de fábrica restringiram a independência e forçaram muitos homens a se tornar dependentes de outros na sua sobrevivência econômica”<sup>2</sup> (HOCHSTETLER et. al., 2014, p. 494). Essas transformações estruturais podiam refletir, para aqueles homens que se viram sem outros

---

<sup>1</sup> O autor destaca esse processo principalmente entre os anos de 1870 a 1931, quando elementos perceptíveis na ideologia burguesa e “nas denominações de algumas ruas, na importação dos chafarizes em ferro fundido, no ajardinamento dos logradouros públicos transformados em praças, na presença de construtores originados da França, nas composições dos frontispícios dos prédios edificadas” teriam sido adotados enquanto “signos de desenvolvimento e do progresso alcançado pela localidade” (SANTOS, 2012, p. 171).

<sup>2</sup> Tradução livre. No original: “Change from independent craftsman to dependent factory workers restricted independence and forced many men to become dependent on others for their economic survival.”

recursos com os quais demonstrar a sua respeitabilidade perante os demais, a fazer uso da força para manter a reputação no círculo social. Esse mecanismo tinha lugar característico na *tavern culture* e, não por acaso, o aumento no consumo de bebidas alcoólicas também apresenta relações com conjunturas de urbanização rápida (DOUGLAS, 2003; JAYNE et. al., 2008). Semelhante conclusão é encontrada pela pesquisadora argentina Sandra Gayol ao analisar a sociabilidade masculina dos cafés em Buenos Aires, em fins do XIX:

En medio de profundas transformaciones los hombres de orígenes y tradiciones diversos inundan los espacios de sociabilidad contribuyendo al cruce y resignificación de prácticas culturales. Como enclaves predominantemente masculinos, ofrecían al hombre ocio y recreación alejado de su esposa y el trabajo; eran también un "hogar" posible frente a un u hogar u ausente; un lugar de encuentro y de espera; de búsqueda y de distensión. *Forum* de significaciones múltiples que actúan como contenedores de valores y creencias expresados en una diaria rutina impensada, muy difíciles de aprehender en otro contexto en virtud de la labilidad y flaccidez que adquiere la sociedad. (GAYOL, 1993, p. 258).

A própria ideia da noite como fronteira revela o quanto, gradativamente, essas linhas acabam sofrendo rupturas entre a lógica diurna e noturna, e o que antes era veementemente repudiado acaba por se inserir na lógica do mercado. Essas brechas na fronteira, porém, não apagam por inteiro as diferenciações entre um mundo e outro, mas sim, compõem um cenário limítrofe fragmentado de interpenetrações (SHAW, 2015).

Essa fronteira cheia de reentrâncias também é percebida por Seigel (1992), quando menciona a via de mão dupla existente nas interações noturnas. Ou seja, não somente as relações de mercado vão se inserindo no mundo boêmio e resistente às convenções, como a própria ideia de vida artística, inconsequente e transgressora dos boêmios vai penetrando o imaginário social burguês, em um processo sem dúvida análogo ao decodificado por Pierre Bourdieu no clássico *A Distinção: crítica social do julgamento* (2011), ao tratar do *habitus* e de como os estilos de vida acabam compondo formas de distinção social nos espaços de convívio.

A arte, a juventude e a criminalidade transferiram um pouco de cada uma para a Boêmia, ora como realidade, ora como imagem. Assim também a genuína vida cigana que lhe proporcionou o nome. [...] os mesmos aspectos da vida moderna que pareciam estar **comprimindo a fantasia nas esquinas** e às margens da existência estavam também preparando os espaços para sua liberação, muito mais próximos ao centro da sociedade do que jamais havia estado a vida cigana. (SEIGEL, 1992, p. 21-33, grifo nosso).

A noite nas cidades que experimentavam a modernização e a concentração de habitantes de diferentes origens, ao mesmo tempo que constituía alvo da cruzada higienista, também se consolidava como válvula de escape e crescente setor da economia capitalista. Junto

a essa interpretação, é possível compreender em que sentido a vigilância sobre os costumes não deveria visar a eliminação de determinados hábitos, mas sim, a segregação, a classificação e o controle (SOARES, 1999); em suma, o que Henri Lefebvre (2013) chamou de “pseudotransgressões remuneradas”. Tomemos um tempo para compreender seu raciocínio.

Para Lefebvre (2013) o espaço está na intersecção entre a estrutura e a agência humana<sup>3</sup>, e os espaços da modernidade, com toda a complexidade das sociedades que os habitam, carregam características precisas: homogeneidade – fragmentação – hierarquização. Tende ao homogêneo à medida que produz falsos “conjuntos”, que unificam sob exigências análogas, métodos de gestão, de controle e de comunicação um todo formado por lotes, partes, migalhas que se esfacelam. Essa fragmentação acaba produzindo guetos, redutos, grupos e pseudoconjuntos mal vinculados com os centros urbanos, em um processo que produz hierarquizações entre espaços: residenciais, comerciais, de ócio, marginais, etc. Sob a aparente homogeneização, estão ocultas as relações reais e os conflitos (LEFEBVRE, 2013, p. 58).

Os espaços noturnos nesse pensamento são vistos como parte dessas rupturas que formam o todo “incoerente”, ou seja, permeado por relações reais e conflituosas, partições e interdições de diversos critérios. Enquanto espaços de contraposição aos espaços do dia e do trabalho, os espaços do ócio são os espaços que transcendem a “normalidade”, mas que ao mesmo tempo são explorados por ela:

El cuerpo, el sexo, el placer, sólo reciben una existencia (mental y social) con el fin de la jornada, una vez levantadas las interdicciones que pesan sobre ella en el curso de las actividades ‘normales’. Esta existencia subsidiaria y derivada es recibida durante la noche, en esos territorios idóneos [...] en el fondo reducidos al espectáculo y objeto de una explotación sutil. [...] Durante la noche, resplandeciente, las prohibiciones diurnas dejan lugar a las pseudotransgresiones remuneradas. (LEFEBVRE, 2013, p. 355).

Além disso, a vida noturna das cidades tornava-se um de seus maiores signos de cosmopolitismo. As noites pacatas e silenciosas eram sinônimo de provincianismo, principalmente para aqueles jovens que voltavam dos grandes centros estudantis acostumados ao ritmo vertiginoso das noites modernas. “Almejava-se também o gênero de vida mundano que os romances e os jornais difundiam, e um certo tipo de anonimato que caracterizava a

---

<sup>3</sup> O foco de Lefebvre (2013, p. 15) está em desenvolver uma forma de se pensar o espaço que não fira as incoerências fundantes desse espaço, e propõe uma dialética “trialética”, que corresponderia às interações entre a tríade *práticas espaciais - representações do espaço - espaços de representação*. Nesse sentido, o autor argumenta em favor de uma resistência a definições estanques e classificações do conceito, pois seria uma maneira de produzir, do ponto de vista científico, o mesmo sacrifício das incoerências presentes nessa trialética, que o poder, na modernidade, produz sobre o espaço social.

existência da grande cidade, graças ao qual a vida parecia mais livre e a possibilidade da aventura mais fácil.”<sup>4</sup> (ROMERO, 2004, p. 294).

Esse passado extremamente fugidio e nebuloso, apesar de tanto mais difícil de ser capturado quanto piores as condições de organização e classificação de arquivos e fontes documentais, no entanto, tem sido objeto de cada vez mais pesquisadores brasileiros. Os trabalhos de Margareth Rago (1987; 2008) e Luiz Carlos Soares (1999), bem como as pesquisas de Antonio Paulo Benatte (1996; 2002) foram alguns dos que abriram caminho para esclarecer sobre as nuances da vida noturna brasileira. Juntamente com Maria Izilda Matos (1998; 1999), estes autores formam parte da historiografia que constituiu o pontapé inicial das investigações brasileiras sobre o cotidiano boêmio.

No entanto, é necessário esclarecer que, longe de uma percepção unânime sobre os contornos da boemia, essas contribuições revelam um conjunto de vivências heterogêneas sob a mesma denominação. O artigo de Molar e Saad (2012) identifica duas principais vertentes nas abordagens brasileiras sobre a boemia. A primeira, afinada com as vivências boêmias aceitas pela burguesia, consiste em narrar as experiências e descrever os espaços de convivência masculina vespertina, condizente com os horários de trabalho e de descanso impostos pela rotina ligada ao mundo profissional. Estes boêmios não estão à margem dos preceitos sociais de seu tempo; pelo contrário, fazem parte da gama de profissionais liberais e da elite política de suas cidades (FREITAS, 2013), ainda que convivam com demais habitantes da noite nem tão afinados com a ética burguesa do trabalho e/ou prosperidade. Para Bennate (1996, p. 205), esses seriam os boêmios “anfíbios”, aqueles que transitam entre o mundo e o submundo, os que compactuam da lógica burguesa ao mesmo tempo que partilham de suas transgressões.

A segunda vertente estaria ligada a percepções mais abrangentes dos notívagos e suas vivências, as quais admitem a miríade de experiências que compõem o caldo boêmio, reconhecendo neste encontro a capacidade de abarcar diferentes segmentos sociais em torno de

---

<sup>4</sup> Segundo a pesquisadora Carmen Da Matta (2003), o mundanismo difundido no Rio de Janeiro da *belle époque* contrapunha-se à vida privada, tendo como foco o convívio social atento aos hábitos dos grandes centros culturais do mundo, especialmente às modas parisienses ligadas aos cafés e salões sofisticados. No entanto, os cronistas mundanos, aspirantes ao cosmopolitismo das grandes cidades, diferenciavam-se dos *flâneurs* boêmios “pobres-diabos do povo”: a boemia aburguesava-se e tornava-se *dandy*, com seus observadores cultos, requintados e bem-vestidos. “Entenda-se por “mundanismo” um panorama repleto de acontecimentos sociais, fofocas, intrigas, disseme-disse, de modas. Consolida-se nessa época o antagonismo entre a “cidade”, formada pelos bairros mais aristocráticos, e os “subúrbios”, com costumes e hábitos mais simples” (DA MATTA, 2003, p. 269). Mesmo correspondendo à sua própria temporalidade nesses processos, entendemos que o mundanismo, veiculado e festejado pelos cronistas da cidade de Pelotas, não estava muito distante da explicação da autora. O jornal *A Opinião Pública* chega a ter uma coluna chamada “Mundanismo” – intermitente, em nosso recorte –, a qual comentava sobre a vida pessoal de pessoas influentes da cidade.

um mesmo tipo de sociabilidade noturna (MATOS, 1998; 1999; 2001; RAGO, 2008) e para a qual, essa própria capacidade seria sua característica constitutiva.

De acordo com Seigel (1992, p. 20), “a Boêmia emerge como um fenômeno social distinguível da subcultura literária e artística que proporcionou muitos de seus iniciantes, e com os quais ela tem sido usualmente confundida.” No entanto, a mesma boêmia parisiense de Seigel (1992) carrega contornos indiscutíveis de contestação à ordem estabelecida, ao passo que este caráter contestatório nem sempre está explícito nos contextos brasileiros estudados.

A boemia “à brasileira” da vertente de Matos (1998; 1999; 2001) está ligada a ambientes quase que míticos da sociabilidade masculina, envolvendo anseios lúdicos de escape da realidade das responsabilidades e pressões cotidianas, onde o elemento de aproximação entre os homens é menos a atmosfera de contestação da ordem do que uma forma de fugir dela. No Brasil, com a urbanização tardia e esparsa em suas dimensões continentais, as formas de negociação e agência dos setores subalternos levaram muito tempo até serem de fato reconhecidas enquanto resistência.

Esse viés “importado” de atuação política, chegava ao Brasil com os imigrantes europeus e empreendia a luta política por diferentes meios, formas advindas de contextos industrializados, com forte urbanização. No entanto, a ética do trabalho serviu aos interesses da elite no contexto abolicionista, pois era necessário disciplinar essas massas trabalhadoras. Vindos de um regime de trabalho rural, onde as fronteiras entre serviço e lazer eram permeadas pela intermitência das atividades e por frequentes intervalos – os quais costumavam abrir espaço para o costume dos “traguinhos” –, esses trabalhadores agora precisavam ser condicionados à vida e ao trabalho nas cidades, onde os ideais vigentes de regulação do tempo e dos comportamentos confrontavam-se com tradições pré-capitalistas.

A fuga temporária da realidade e das pressões do mundo “sóbrio” presente na vida noturna dos bares pode ser lida como um gesto de rejeição dessa lógica imposta aos trabalhadores, à medida que, quando em domínio de seu tempo, escolhiam justamente o hábito “indesejável” e condenado por essa lógica. Contudo, como afirma Monsma (1999, p. 8-10) acerca da resistência cotidiana de James Scott (1985; 1990), é preciso atentar para os elementos de negação da dominação, os quais estão presentes em diversos formatos da cultura popular, mas sem romantizar a resistência desconsiderando a participação desses mesmos formatos na reprodução da dominação. Ou seja: muitas das formas de resistência à dominação também desempenham seu papel na manutenção dessa dominação. No caso dos hábitos boêmios, há muitos fatores envolvidos para a questão ser resumida dessa forma, portanto, vamos com calma (voltaremos a essa questão mais adiante).

As distinções da boemia, as quais trazem à tona um cenário composto e heterogêneo, são necessárias pois o enfoque aqui estabelecido também respeita uma compreensão não menos complexa acerca da sociabilidade. Ou seja, diferente de abordagens que enfocam a sociabilidade a partir da vida associativa de clubes, sociedades e associações – todas muito presentes na Pelotas de 1930, devo destacar –, preferiu-se, neste estudo, evidenciar uma sociabilidade menos segregada, onde ao menos o acesso fosse livre, e não enquadrado enquanto um passe mediante pagamento ou filiação.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar as nuances e os limites de uma teoria pensada a partir dos salões europeus. Para tanto, é preciso que nos debrucemos com maior atenção sobre o trabalho de um dos principais nomes no concernente às interações específicas da sociabilidade; Georg Simmel (1858-1918). Definindo a sociabilidade enquanto a forma lúdica de sociação, o autor argumentava que, justamente pelo foco do encontro estar na vida em comunidade, as significações objetivas do indivíduo como riqueza, posição social ou erudição, não entram, isto é: seria uma falta de tato levar à sociabilidade “bons e maus humores meramente pessoais”. (SIMMEL, 2006, p. 67).

Entretanto, é necessário atentar para a diferenciação que o autor faz entre forma e conteúdo. As formas, para o autor, seriam modelos ou construções mentais capazes auxiliar o pesquisador a perceber aspectos nem sempre empiricamente apreensíveis da realidade social. Contudo, também podem ser definidas – e esta acepção se aproxima mais do entendimento aqui pretendido sobre a sociabilidade – enquanto aquelas estruturas recorrentes das interações sociais, cujos conteúdos são sempre mutantes (MAIA, 2001, p. 6). Ora, sendo a sociabilidade uma *forma* de sociação em que os conteúdos não importam, a artificialidade dessas interações seria a grande responsável por aliviar o peso da vida em sociedade, em que os indivíduos a desempenhariam como um jogo, livre das pressões e consequências concretas (SIMMEL, 2006; MAIA, 2001).

Segundo Waizbort (2000, p. 441), a sociabilidade burguesa berlinense frequentada por Simmel na segunda metade do século dezenove tinha um caráter de obra de arte, de fim em si mesma, em um processo análogo aos encontros da sociedade de corte no século anterior. Isso significa que a dimensão objetiva da vida dos sujeitos não tem lugar na sociabilidade; os indivíduos só contariam pelo que eles são “espiritualmente”, por seu tato e capacidade de autorregulação no jogo desses elementos relacionais. Entretanto, o próprio Simmel reconhecia que o tom democrático de sua noção de sociabilidade dependia de um estrato social relativamente homogêneo e, mesmo assim, “a democracia da sociabilidade, mesmo entre aqueles socialmente iguais, é um *jogo de cena*. [...] É o jogo do ‘faz de conta’, faz de conta que

todos são iguais, e, ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado.*” (SIMMEL, 2006, p. 69, grifos no original).

Reconhecendo a impossibilidade de se apreender a totalidade do fenômeno social e conferindo aos sujeitos da interação a capacidade de exercer influência sobre as formas, Simmel propunha o enfoque no âmbito micro, mas com o intuito de compreender a ligação entre as escolhas dos sujeitos, seus arranjos e estratégias, e as configurações culturais e significações herdadas das tradições de uma sociedade hierarquicamente organizada (MAIA, 2001).

O autor também admitia a dificuldade de se mapear as ações de reciprocidade da sociabilidade nas sociedades modernas, com todas as suas implicações em termos de diferenciação e dominação. A maior proximidade da vida urbana coincidia com graus mais evidentes de assimetrias e desigualdades, o que certamente estabelece alguns obstáculos para as ações recíprocas espontâneas entre os sujeitos (MAIA, 2001, p. 10). Espaços como os bares, armazéns e quiosques são locais limítrofes, em íntima relação com o âmbito da rua, da circulação livre e democrática, e por isso carregam uma atmosfera plural e desterritorializada. No entanto, redes interativas se estabelecem a partir dessa livre associação, conectando sujeitos com base em amizades eletivas, tribos ou relações de vizinhança, criando microcosmos e reterritorializando estes espaços.

Ao tomar a vida cotidiana como um campo privilegiado de análise, o próprio Simmel reconhece a centralidade do significado coletivamente estruturado das formas. Se a "cultura" é vista como fonte geradora de sentido para a experiência do dia a dia, é preciso evitar o "espontaneísmo", propalado por alguns dos seguidores de Simmel. Há a necessidade de reconhecer a dimensão histórica dos sentidos, buscando entendê-los segundo práticas culturais, que estabelecem distinções que sustentam as hierarquias sociais. Sob tal perspectiva, as assimetrias estruturais, os conflitos sociais e as tensões culturais não podem ser desprezadas nos estudos sobre a sociabilidade. (MAIA, 2001, p. 15)

Maurice Agulhon (1926-2014), historiador conhecido como o “inventor” da sociabilidade, contribui para esse enfoque de forma a fundamentá-lo enquanto não apenas um objeto da filosofia, da antropologia ou da sociologia, como também portador de variáveis correspondentes aos contextos históricos. De Joffre Dumazedier (1915-2002), ele retira a observação a respeito do diferencial entre as sociabilidades espontânea e organizada nos tempos de ócio, o que o leva a desenvolver a percepção para a existência de códigos e procedimentos mesmo entre as sociabilidades “informais”. No entanto, esse termo contribui para a percepção equivocada de que tais encontros “espontâneos” não seriam regrados por formas regulares, passíveis de apreensão pelo pesquisador. E, nesse sentido, Agulhon (2016) se aproxima de

Simmel (2006), pois vê a sociabilidade enquanto a forma que estabelece a ligação entre os indivíduos em convívio.

La noción de sociabilidad se impone pues en el lugar en el que es evidente que la relación entablada con el prójimo es más importante que la actividad ostensiblemente perseguida con él: en el café, la charla con los amigos cuenta más que el consumo de bebidas; en la asociación parisina de hijos del Ardèche, el encuentro periódico de charla y fiesta con los socios es una atracción más importante que el estudio y la «promoción» del departamento natal. El estudio de la sociabilidad se impone en suma en donde la forma arrastra al fondo. (AGULHON, 2016, p. 109).

Na mesma esteira de interpretação da sociabilidade informal dos bares está a concepção deste fenômeno enquanto um ponto de transição entre público e privado na realidade brasileira (DAMATTA, 1991). A sociabilidade dos botequins não faz parte da lógica formal de instituições ou associações onde o comportamento é explicitamente regulado e tampouco está assinalada com a noção de impessoalidade do âmbito público. No entanto, é necessário aludir que o bar não é a “casa” e o grau de liberdade comportamental não responde inteiramente ao de um ambiente privado. Por mais que possa ser lido enquanto a “sala dos pobres”, o bar está em uma zona limítrofe desse espectro, onde todos são livres para entrar, porém devem cumprir rituais bastante delimitados neste cenário; a cada integrante correspondem condições de inserção e permanência.

Enquanto espaços noturnos, conforme os compreendeu Lefebvre (2013), os bares são lugares semipúblicos, semi-privados, locais de encontro e de passagem, desterritorializados à medida que englobam certa margem de ruptura com a ordem racionalizante da sociedade, permitindo comportamentos potencialmente transgressores ou, ao menos, diferentes da normalidade. Em suma, os *night spaces* propiciam práticas contra-hegemônicas, ao passo que a sociedade diurna buscaria cada vez mais a reterritorialização destes espaços e práticas por meio do controle e da vigilância (WILLIAMS, 2008, p. 519-521). Conforme Kalifa (2017, p. 134), “essas práticas [também] testemunham uma evidente cultura e economia do saber policial: classificar os homens da sombra parece ser o único meio de esclarecer seus destinos.”

Essas características liminares do bar à noite acabam por aproximá-lo da definição foucaultiana “sobre espaços outros”, cujas interações transcendem, de forma privilegiada, as distinções e classificações típicas da modernidade. Argumentamos, neste capítulo inicial, que esses locais de sociabilidade que investigamos, ao mesmo tempo abertos e segregados, públicos e privados, utópicos e transgressores, abarcam uma profundidade imensa de relações: expectativas concretas, sonhos e “transcrições ocultas” – como diria Goffmann (1985) –, que coexistem e se chocam nesses espaços. Para melhor elucidar o que seriam esses espaços

heterotópicos, buscamos suporte nas próprias palavras de Foucault (2013, p. 115, grifos nossos):

O que me interessa, dentre todas essas alocações, são algumas que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todas as demais alocações; mas, de um modo tal, que elas suspendem, neutralizam, ou invertem o conjunto das relações que são por elas designadas, refletidas ou reflexionadas. Esses espaços que, de alguma forma, estão ligados a todos os outros, e que, no entanto, contradizem todas as outras alocações, são de dois grandes tipos. Primeiramente, há as utopias. Essas são as alocações sem lugar real. São as alocações que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou invertida. É a própria sociedade aperfeiçoada, ou é o inverso da sociedade; mas, de toda forma, essas utopias são espaços fundamentalmente, essencialmente, **irreais**. Há igualmente – e isso provavelmente em toda cultura, em toda civilização – lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de **contra-alocações**, espécies de **utopias efetivamente realizadas**, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são **simultaneamente representadas, contestadas e invertidas**; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis. Por serem absolutamente outros quanto a todas as alocações que eles refletem e sobre as quais falam, denominarei tais lugares, por oposição às utopias, de **heterotopias**.

A suspensão momentânea das condições de vida objetivas dos participantes da sociabilidade boêmia dos bares constitui um equilíbrio frágil quanto mais complexa é a sociedade e o contexto a que pertence. As fontes capazes de comunicar sobre as sociabilidades noturnas são escassas, e apenas sobrevivem conservadas e disponíveis ao escrutínio do pesquisador em algumas localidades. A própria característica liminar e velada das atividades noturnas faz com que este seja um momento da vida com poucos registros.

Felizmente, temos no Rio Grande do Sul uma instituição estatal capacitada que guarda boa parte da documentação judicial preservada do estado, incluindo processos criminais da Comarca de Pelotas. Fomos buscar nos processos os conflitos provenientes da cultura de bar pelotense, em um recorte cronológico que corresponde a essa complexificação das interações urbanas. Com o objetivo de contar com uma descrição detalhada destas ocorrências, os inquéritos policiais anexados aos processos foram de grande utilidade na pesquisa, bem como o diálogo entre as fontes repressivas e o modo como essa sociabilidade era narrada nos periódicos da cidade.<sup>5</sup>

Ao empreender a busca nos processos-crime da Comarca de Pelotas na década de 1930, disponíveis no *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (APERS), adotamos a

---

<sup>5</sup> Discutiremos com maior atenção as questões metodológicas concernentes às fontes e suas abordagens nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

abordagem de um duplo filtro ao estabelecer a triagem dos casos. Em primeiro lugar, ao ler a descrição da ocorrência na queixa-crime, selecionamos apenas os casos noturnos, situados entre 18 e 7h; destes, efetuamos nova filtragem com relação ao local e circunstâncias da ocorrência, ou seja: foram selecionados apenas os crimes ocorridos nos bares, armazéns, cafés e quiosques, e decorrentes de um contexto de sociabilidade. Portanto, ficaram de fora ocorrências noturnas como arrombamentos e furtos em casas comerciais, por exemplo.<sup>6</sup>

Nos casos aqui enfocados, é notável a predominância das menções à embriaguez desde os primeiros momentos do inquérito policial – quando não aparecem já na denúncia. Dos 15 casos resultantes de nossa seleção, ao menos 12 fazem essa referência direta já nas primeiras páginas, sendo que oito fazem alusão aos tragos específicos de cachaça. Entre outras bebidas alcoólicas mencionadas, estão o Fernet e o vinho de laranja. O *fernet*, de alto teor alcoólico – varia de 40 a 45% –, já era um dos líquidos preferidos dos argentinos na época, sendo a mais famosa marca – *Fernet Branca* – produzida por italianos e propagada em grande medida pelos imigrantes (RUGGIERO, 2018), com uma campanha de marketing de considerável sucesso entre os brasileiros (ver Fig. 5). Outra bebida mencionada em um dos casos na zona norte da cidade é o vinho de laranja, geralmente produzido em âmbito local, pela fermentação natural do açúcar com o suco da fruta.

De toda forma, na grande maioria dos casos, a embriaguez rouba a cena ao longo do processo criminal.<sup>7</sup> Desde casos em que a denúncia é abandonada pelas partes interessadas, por não se recordarem (ou fingirem não lembrar) dos eventos que levaram à contenda, até casos em que o assassinato é enquadrado como fruto de “embriaguez aguda”, em que o acusado, preso em flagrante em pleno café, rindo da farda do policial, é visto como alguém que perdeu completamente a noção da realidade. Como defende Camargo (2012, p. 20), “a pertinência de trazer os bêbados como personagens da cidade é que estes sujeitos apontaram para um caminho de fuga: tavernas e homens que despejam alegrias engarrafadas.”

É significativo que pesquisas sobre a São Paulo oitocentista dos armazéns (OLIVEIRA, 2005) e especificamente sobre o contexto dos cafés em Natal nas primeiras décadas do século XX (FREITAS, 2013), revelem a riqueza simbólica em torno da sociabilidade dos armazéns. Esses estabelecimentos de uma economia familiar, geralmente administrados por pequenos comerciantes (frequentemente estrangeiros), não raro exerciam papel fundamental

---

<sup>6</sup> Acusações referentes a jogos ilegais ou alterações em “pensões alegres” e “casas de commodos” também foram alijadas da seleção, uma vez que suas respectivas inquirições policiais e enfoques das investigações pouco se detinham nas questões relacionadas à sociabilidade noturna. Discorreremos mais detalhadamente sobre essas avaliações no capítulo 2.

<sup>7</sup> Este tema será foco de análise mais aprofundada no capítulo 4.

nas condições de sobrevivência (vendas a crédito, empréstimos), oportunidades de empregos (contatos importantes vetorizados na figura do proprietário e/ou atendente) e informações às classes populares (jornais, notícias, fofocas). A pesquisadora Daisy Camargo (2012, p. 48) contribui para esclarecer esses contornos:

Havia nesses lugares uma diversificação de produtos (importados sob a intermediação de casas importadoras ou produzidos nas próprias lojas), de usos (trabalho, moradia, bebedeira), de esferas (público e privado) e de fluxos, sendo o principal e grande alavancador do estabelecimento o de botequim. Eram espaços de sociabilidade onde se reiteravam hábitos e experimentavam-se novos sabores: esconderijos para beber, jogar conversa fora, pedir dinheiro emprestado, inteirar-se de trabalhos de expediente e principalmente dos últimos fuxicos.

Diante do imenso desafio de ordenar as reflexões sobre nosso tema, de forma que reflitam os processos metodológicos, obstáculos e intersecções encontradas ao longo da pesquisa, tomamos emprestadas algumas das dimensões de Góis (2015) ao propor metodologias de análise sobre a noite. O autor sugere, em primeiro lugar, o foco em elementos físicos e técnicos que ajudem a visualizar a tangibilidade das vivências e seus mecanismos de vigilância – os quais, por sua vez, são frequentemente os grandes responsáveis pela maior parte da produção de registros sobre o tempo noturno.

Nosso primeiro capítulo, portanto, visa relacionar os conceitos e ferramentas que introduzimos aqui com o desenvolvimento da cidade de Pelotas no período e a estrutura física que abarcava as experiências da noite. Com isso em mente, buscamos circular com o leitor pelo espaço e pelo contexto do município na década de 1930, vinculando o momento político e econômico à conformação social, étnica e cultural de seus cidadãos. Afinal, para discutir a cidade do ponto de vista de seus “habitantes menos visitados pela historiografia” (CAMARGO, 2012, p. 12), é preciso compreender como estes eram atravessados por solidariedades, inseguranças e conflitos de seu tempo.

A próxima dimensão de análise da noite apontada por Góis (2015) e que tomamos a liberdade de utilizar para exemplificar a estrutura deste trabalho, na verdade, foi repartida em duas: os comportamentos e as práticas sociais fariam sentido se o objeto fosse a vida noturna em si, mas aqui almejamos vislumbrar não apenas comportamentos e práticas sociais, como também indivíduos inseridos em ambientes específicos da sociabilidade noturna. Com esse fim, no segundo capítulo, partimos dos processos-crime de ocorrência noturna em bares para afunilar o máximo possível o perfil de frequentadores tão heterogêneos que habitavam estes espaços, desde réus e vítimas a testemunhas que presenciaram os conflitos.

Neste capítulo, escolhemos intercalar os dados fornecidos nos inquéritos com alguns dos relatos que fizeram parte desses conflitos, a fim de lidar melhor com as deficiências seriais verificadas nos registros de algumas destas categorias. Cremos que, dessa maneira, ficam explícitas algumas das peculiaridades das fontes criminais e as estratégias da pesquisa ao operar com estes vieses (MONSMA, 2011). Conforme Ginzburg (2007, p. 334), “a questão da prova permanece mais que nunca no cerne da pesquisa histórica, mas seu estatuto é inevitavelmente modificado no momento em que são enfrentados temas diferentes em relação ao passado, com a ajuda de uma documentação que também é diferente.”

O terceiro capítulo parte, ainda, desta segunda dimensão proposta por Góis (2015) voltada, adaptativamente, aos comportamentos e práticas sociais que cercavam a vida noturna dos bares de Pelotas nos anos 1930. Ainda assim, veremos que alguns elementos da terceira perspectiva, os “significados atribuídos” a essas noites (GÓIS, 2015, p. 47), já estão presentes nestas análises. Este enfoque lida com as representações da sociabilidade noturna dos botequins e seus frequentadores, veiculadas em três jornais da cidade circulantes no período – um diário matutino, um vespertino e um de tiragem semanal. De forma a organizar nossos enfoques distintos na análise dos olhares da imprensa, observamos primeiro a maneira como as diversões populares noturnas eram noticiadas nestes periódicos, para depois nos voltarmos à forma como os conflitos provenientes dessa sociabilidade eram narrados – sob quais critérios os casos repercutiam e o que isso nos revela sobre a prevalência de determinados imaginários sociais (BACZKO, 1999) vinculados à sociabilidade boêmia. Dominique Kalifa (2017, p. 235), ao tecer argumentos sobre os limites do imaginário social ligado aos *bas-fonds*, já sentenciava: “seus componentes, além disso, nunca desaparecem de fato. Subsistem em estado latente, permanecem disponíveis e podem ser facilmente mobilizados em configurações ou reconfigurações posteriores.” Após as análises empreendidas aqui, cremos que essa hipótese é bastante provável também no caso da sociabilidade dos botequins.

O último capítulo comporta nossos esforços no sentido de captar os significados atribuídos a três elementos-chave para a dinâmica dos bares da época e seus conflitos: a embriaguez, a honra e o jogo. Em busca de uma dimensão de experiência quase inapreensível, trabalhamos com os entrelaçamentos entre o contexto, as representações presentes nas declarações dos processos e o imaginário desta sociabilidade mobilizado pela imprensa. Assim, dedicamos estas últimas reflexões para tentar apreender, por meio da observação de congruências sistemáticas nas análises desses elementos, intersecções e sentidos subterrâneos que pautaram a sociabilidade em questão.

Por fim, nas Considerações Finais, apontamos algumas das afirmações possíveis a partir da abordagem utilizada aqui. Ao tentar apreender os elementos físicos, o perfil de frequentadores, as práticas sociais, os conflitos e os significados atribuídos a esta sociabilidade noturna dos bares pelotenses, esperamos contribuir também para inserir as especificidades desse contexto local na discussão sobre um hábito amplamente difundido nas sociedades modernas e contemporâneas.

## 1 PELOTAS BOÊMIA: OS LUGARES, OS ERRANTES, OS CAMINHOS

Uma sociabilidade não só informal como, por vezes, temporária. Um bar de esquina, com portas sempre abertas para ambas as ruas, pode muito bem ser apropriado por um grupo homogêneo e assíduo de frequentadores – e, sem dúvida, isso ocorre em maior medida do que as fontes disponíveis permitem observar; no entanto, por meio de um código subentendido, este reduto deve ser capaz de abarcar qualquer um que saiba comunicar por meio dos elementos já mencionados: a conversa, o jogo, a música, o beber junto. Constitui motivo recorrente de desentendimentos e estopim de antipatias (mencionados enquanto desafetos ou rixas antigas pelas testemunhas) quando há a recusa de uma oferta de “trago”, quando alguém não honra o pagamento do convite aos demais ou mesmo quando há a ausência destes signos de camaradagem.

Las relaciones son transitorias. Si bien en el primer contacto los individuos se "prometen amistad" y nuevos encuentros, no siempre se concretan. La inmediatez de las relaciones es sorprendente. A menudo hablan de ellos que vieron una vez, que acaban de conocer, de aquel con quien han compartido varias copas y son totalmente incapaces de decir su nombre. [...] Ellos se encuentran, toman la copa, se prometen un nuevo encuentro, de qué serviría saber decir su nombre y dónde habitan? (GAYOL, 1993, p. 261).

Figura 1 – Armazém de Secos e Molhados (Pelotas, primeiras décadas do século XX)



Fonte: Memorial fotográfico da Biblioteca Pública Pelotense, primeiras décadas do século XX.

A semelhança entre os casos ocorridos em casas comerciais, *quiosques*, cafés e *restaurants*, longe de homogeneizar diferentes apropriações do espaço pelas sociabilidades masculinas, revelam aproximações e distanciamentos muito caros a esta análise. Muitos destes estabelecimentos, fossem localizados no centro ou nas periferias, cumpriam funcionalidades

múltiplas, uma vez que consistiam espécies de empórios para venda de alimentos, bebidas e utilitários, mas também locais de consumo destes artigos, abarcando convívios específicos entre seus frequentadores – especialmente nas relações entre homens. Sandra Gayol (1993, p. 257) destaca que as fontes

se caracterizan por una gran contaminación semántica cuando aluden a estos espacios. Esta confusión es sólo aparente y dista de ser caprichosa en la medida que responden a la realidad de unos espacios plurifuncionales que recién a fines de siglo comienzan a sufrir un lento y complejo proceso de diferenciación en términos de clase, género, profesiones o de prácticas.

Da mesma forma, é inegável que as apropriações revelam costumes ligados às classes sociais. O formato quiosque – embora nem todos os portadores do nome o fizessem por razões arquitetônicas – sugeria um ritual de passagem, uma sociabilidade efêmera, pautada pela circulação externa. O balcão do bar, apesar de também abrigar esse fluxo rápido dos frequentadores de ocasião ao longo do dia, também abarcava complexas noções de pertencimento e conflitos variados, pois punha à vista de todos as relações de proximidade dos assíduos com o proprietário ou atendentes – o que poderia significar favorecimentos diversos, desde o “fiado” até empréstimos, indicações de emprego, etc –, além de colocar em contato físico os desconhecidos. “O centro [do bar popular] é o balcão em torno do qual as pessoas se acotovelam depois de terem apertado a mão ao ‘proprietário’, colocado desta forma em posição de anfitrião” (BOURDIEU, 2011, p. 173)

Herdeiro dos *pubs* e disseminado pelos cafés europeus do início do século XIX (SENNET, 1997, p. 277-78), o balcão constitui a experiência coletiva da sociabilidade dos botequins, ao mesmo tempo em que aglutina as tensões aí presentes. “Ele, portanto, soma e divide, separa, mas ao mesmo tempo integra as relações e proximidades entre comerciante e borracho.” (CAMARGO, 2012, p. 57). A autora Daisy Camargo (2012) destaca, também, a ampla adesão a essa configuração dos botequins brasileiros ao longo do século XIX, pois muitos não dispunham de muito espaço ou de móveis, como mesas e cadeiras. As implicações do “beber em pé” no tipo de embriaguez derivada desse consumo rápido e efêmero também se destacam, pois estabelecem um paralelo entre a estadia abreviada do sujeito e os tragos curtos de alto teor alcoólico da cachaça (CAMARGO, 2012, p. 58).

Não raro alguns cafés centrais ou confeitarias possuíam uma sala separada nos fundos do balcão ou do salão. Os redutos “reservados” geralmente abrigavam uma sociabilidade masculina ligada a práticas sigilosas ou irregulares, bem como figuras de autoridade (policiais, oficiais militares) que bebiam e discutiam política e/ou frequentadores que buscavam um local

para jogos proibidos ou simplesmente abrigados dos olhares dos transeuntes ou demais frequentadores (FREITAS, 2013).

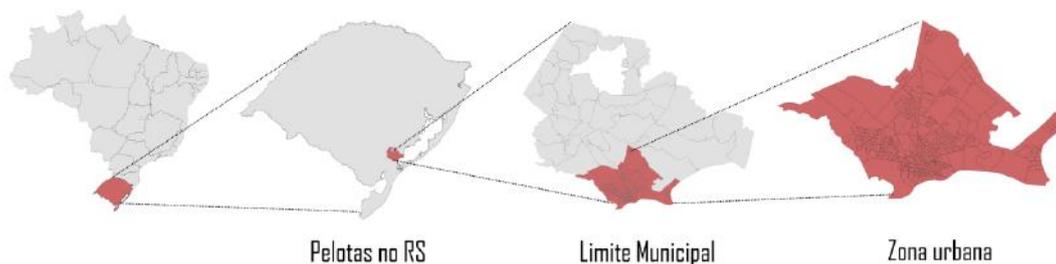
Por fim, nos inquéritos e processos analisados, por mais que tenhamos muitos elementos em comum em praticamente todos os casos – homens reunidos, bebidas alcoólicas, jogos, brincadeiras, música e provocações –, é inegável que nossos cenários estudados variam substancialmente, dependendo da denominação adotada no momento da queixa-crime. Os tipos de bares que compunham esses espaços de sociabilidade noturna apresentam configurações múltiplas, segundo as descrições policiais do período. No entanto, alguns fatores ajudam a entender o modo como esses diferentes arranjos se disseminavam por distintas zonas da cidade e aproximavam homens de diferentes origens em seus caminhos diários.

Neste capítulo inicial, que abarca as primeiras análises sobre a difusão dos hábitos da cultura de bar e sobre as especificidades dessas vivências na sociabilidade noturna dos botequins pelotenses, procuramos dividir nossas abordagens em dois momentos distintos. A primeira etapa expõe o contexto vivido pela cidade de Pelotas na década de 1930 e relaciona a conformação do município e as transformações do período com os apelos à vida noturna dos bares; em seguida, partimos dos endereços de estabelecimentos, vítimas e acusados – informados nos processos-crime de ocorrência noturna da Comarca de Pelotas –, para tentar visualizar as implicações desta sociabilidade e seus conflitos no espaço público.

### **1.1 A “princesa” noturna e a “fina flôr da vagabundagem”**

Situada na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, Pelotas foi marcada pela economia escravista pautada pela produção de carne de charque, a qual, bastante comercializada no século XIX, reverteu grande acúmulo de riquezas entre as famílias de charqueadores. A produção do charque foi caracterizada por um trabalho braçal extenuante, que exigia a mobilização de grandes contingentes de trabalhadores escravizados – cada charqueador possuía em média 84 escravos, sendo que cerca de 75% tinham ocupações especializadas (GUTIERREZ, 2001, 90-91).

Figura 2 – Localização do município de Pelotas e sua área urbana



Fonte: Avozani, 2018 apud. Avozani e Zampieri, 2019.

O trabalho nas charqueadas era consideravelmente insalubre, principalmente se levarmos em consideração o risco de contaminação no manuseio dos cortes, do sangue e da graxa no abate do gado. No entanto, como essa produção tinha sua sazonalidade – concentrada no período de novembro a abril –, há indícios de que os charqueadores aproveitassem a mão-de-obra escravizada intercalando a produção charqueadora com a atividade das olarias, em uma produção alternativa que serviria à construção civil urbana (GUTIERREZ, 2001, p. 79).

As charqueadas foram instaladas a partir de 1780 às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, ao passo que a localização da vila (1812), a qual posteriormente daria lugar à cidade (1835), foi pensada, inicialmente, para situar-se em partes mais altas e abrigadas das cheias dos córregos. De acordo com Conceição et. al. (2009), é impossível compreender o surgimento e o fortalecimento da economia saladeiril pelotense, sem levar em consideração alguns aspectos fundamentais deste espaço. A região da campanha gaúcha vivenciou, durante muitos séculos, a inconstância da disputa territorial entre comunidades indígenas, portuguesas e espanhóis, o que contribuiu não só para o sentimento de provisoriedade e abandono institucional da população residente nestas regiões, como também para a difusão de um vasto rebanho de gado criado solto nestas pastagens, o que tornou-se sinônimo de iniciativa pecuária, com o passar do tempo.

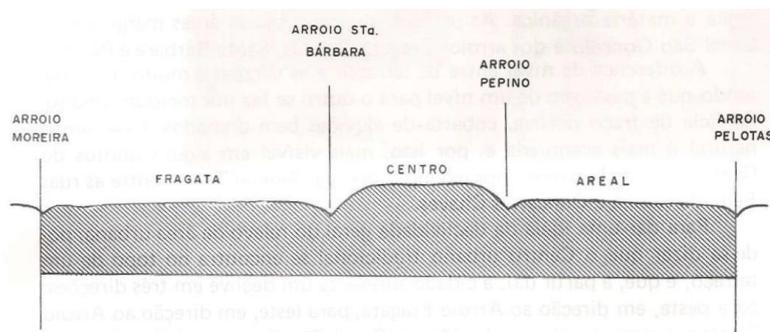
Figura 3 – As ligações fluviais e portuárias de Pelotas



Fonte: Mapa da situação geográfica da região do Serro Pelado. Adaptado. GUTIERREZ, 2001, p. 95.

Cercada por rebanhos de gado e vias portuárias, e dotada de áreas favoráveis ao processo de secagem inerente ao fabrico do charque, a localidade ainda contava com uma planície ligeiramente mais alta que as regiões alagadiças, porém não tão inóspita quanto as regiões serranas situadas a oeste. Nesta planície rodeada por córregos, originou-se a vila que deu lugar ao primeiro loteamento da cidade.

Figura 4 – Ilustração da topografia da cidade de Pelotas



Fonte: ROSA, 1985 apud. CONCEIÇÃO et. al., 2009.

A arquitetura suntuosa exibida no centro urbano da cidade – em muitos casos, preservada até hoje –, bem como as atividades culturais ligadas aos teatros e aos clubes refletiam a notoriedade e o prestígio das elites charqueadoras, o que possibilitou o apelido de “Princesa do Sul”.<sup>8</sup> Uma rede de estabelecimentos industriais subjacentes, utilizando os resíduos da indústria do charque – como curtumes, sabão, velas e adubos – passou a compor os setores que impulsionaram a urbanização e o desenvolvimento do comércio e prestação de serviços na cidade (VIEIRA et al., 1994). O século XIX também propiciou o desenvolvimento da região rural de Pelotas, com as iniciativas de colônias de imigrantes protagonizando grande parte da produção agrícola que abastecia a cidade e que também era escoada para outros centros urbanos via zona portuária.

As primeiras iniciativas feitas pelo capital privado para implantar colônias agrícolas de trabalhadores europeus (não portugueses) na região próxima à Serra dos Tapes ocorreram ainda em 1849, com a vinda de contingentes irlandeses, iniciativa apontada como não-duradoura devido à pouca habilidade agrícola destes, que logo buscavam ocupações como artífices em outros centros. No entanto, as iniciativas implementadas a partir da então empreendida pelo alemão Jacob Rheingantz, que funda as primeiras colônias de imigrantes alemães e pomeranos em São Lourenço (1858), contribuíram imensamente para o desenvolvimento da região para muito além das charqueadas. A profusão de terras incultas, “muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul a partir do desenvolvimento de São Lourenço” (GRANDO, 1984, p. 49) Esse desenvolvimento é tanto mais significativo se pensarmos que, em menos de três décadas, quando a ferrovia chega à região (1884), São Lourenço já estará se emancipando de Pelotas.<sup>9</sup>

As famílias alemãs que vieram formar colônias na região próxima à Porto Alegre (onde hoje fica São Leopoldo) também viam em Pelotas boas opções de investimento. As duas principais cervejarias da cidade – Ritter, fundada em 1876 e Haertel, em 1888 (PIMENTEL, 1940) – demonstram a trajetória bem sucedida de alguns destes imigrantes que não ficaram nas

---

<sup>8</sup> Segundo Mariana Couto Gonçalves (2013, p.1), a cidade se tornou conhecida pelo apelido de “Princesa do Sul” a partir dos versos de Antonio Soares da Silva, em 1863. Atualmente, o termo encontra-se empregado na bandeira da cidade.

<sup>9</sup> É claro que esse desenvolvimento rural teve seu preço. O Estado, delegando a exploração destas colônias majoritariamente ao capital privado, acabou gerando uma especulação em torno destas terras e empreendimentos. Iniciativas de regulamentação e catalogação dos terrenos ainda disponíveis fracassaram, encontrando barreiras de comprovação, pois muitos terrenos haviam sido ilegalmente apropriados por empresários visando a implementação de colônias privadas – as quais chegavam a cobrar até 800% a mais pelo mesmo pedaço de terra em comparação às colônias administradas pelo Governo, “e disso se pode deduzir o quão lucrativo podia ser o empreendimento quando feito por particulares.” (GRANDO, 1984, p. 52)

colônias. Estas fábricas empregaram, em fins da década de 1930, 264 operários e, juntamente com as demais indústrias da alimentação, faziam frente a outra principal iniciativa industrial do período, ligada ao vestuário.

Figuras 5 e 6 – Anúncios da cervejaria Sul Brasil e do licor italiano *Fernet Branca*



Fonte: Almanaque de Pelotas (1933), p. 46 e p. 34. Projeto Memória Gráfica de Pelotas.

Na primeira metade do século XX, entretanto, a economia do charque, que tinha no sistema escravista laços não só de produção como de consumo, passou a vivenciar seu ocaso. Se na era de ouro das charqueadas (meados do século XIX), chegaram a existir 35 empreendimentos desse tipo na cidade, em 1899 esse número já havia reduzido para 18 e, em 1922, atingia a quantidade de 7 (VIEIRA et. al., 1994, p. 29). Concomitantemente, as atividades econômicas diversificavam-se, lançando mão de novas tecnologias e criando outras necessidades para a população trabalhadora, o que acabava por transformar o cotidiano de diversos setores sociais, trazendo atividades, desejos, rotinas e trajetos que revelavam uma aceleração da vida urbana (RÜDIGER, 2007).

É significativo que estudiosos da história de Pelotas apontem uma *belle époque* com contornos locais bastante evidenciados. Por um lado, o *fin-de-siècle* seria o apogeu da cidade tanto quanto a *belle époque* significou o período de progresso social e científico em âmbito

global; por outro lado, a decadência do período de ouro da economia pelotense obedeceria a uma lógica mais estendida do que o marco da Primeira Guerra Mundial – Marroni (2008) situa esse limite no ano de 1927. De qualquer forma, os efeitos da crise dos anos 1920 – culminados na “quebra” de 1929 – e o turbulento início da década de 1930, parecem sinalizar importantes transformações também no contexto local da região. Entre a sobrevivência da economia tradicional e a transição para a dinamização diversificada, o autor Mario Osorio Magalhães (1994, p. 88) situa “a falência do Banco Pelotense, em 1931”, enquanto um “divisor de águas”, no que corresponde à sinalização do declínio definitivo da era que impulsionou o desenvolvimento da cidade.

Ainda assim, Pelotas permanecia um polo importante para o desenvolvimento da região, e suas elites mantinham gostos e hábitos que configuravam símbolos de uma cultura abastada. O hipódromo da cidade, *Jockey Club de Pelotas*, inaugurado em 1930, era celebrado ao final da década como um dos melhores do país, sendo responsável por grande movimento de apostas. O porto da cidade, situado às margens do Canal São Gonçalo, registrava em 1939 um movimento intenso tanto de navios de grande cabotagem, somando 635, quanto embarcações ligadas a navegação interior, atingindo a soma de 2336 destas circulando naquele ano. O número de matriculados em atividade somava 1993 trabalhadores, o que confere, em dados orgânicos, a dimensão do significado social deste espaço. (PIMENTEL, 1940, p. 156).

Ponto privilegiado para a conexão entre produção agropastoril e mercados exteriores, a ligação do São Gonçalo com a Laguna dos Patos permitia o escoamento da produção da região tanto para a capital do Estado, Porto Alegre, quanto para Rio Grande, onde se localizava o principal porto internacional do Estado. Além disso, o São Gonçalo também fazia a conexão com a região da Lagoa Mirim, a sudoeste. Nas figuras 3 e 4, é possível obter visualidades sobre as topografias das quais viemos falando, percepção fundamental para compreender as posteriores apropriações do espaço vivenciadas pela população nas primeiras décadas do século XX.

A eletrificação, iniciada a partir de 1915, também foi importante signo de modernidade nessa época. Apesar de ter vivido a transição entre a tecnologia nova e a antiga por mais de duas décadas, no ano de 1938 a iluminação elétrica pelotense particular atinge a marca de 7051 consumidores, em comparação a 1433 consumidores da iluminação a gás. (PIMENTEL, 1940, p. 64) A eletrificação teve enorme peso em uma intensificação da vida noturna na cidade, pois propiciou a dispersão da iluminação urbana e o surgimento dos bondes elétricos, conectando de forma segura moradores de bairros afastados (BORGES, 2008).

Desde 1873, a cidade já possuía bondes de tração animal, os quais percorriam linhas tanto para cargas quanto para passageiros. Em 1938, de um total estimado de 7901 veículos em tráfego, a imensa maioria dos transportes de carga ainda era movida a tração animal, porém, no caso do transporte de passageiros, a tração mecânica já operava com o dobro da frota movida a tração animal, o que sinaliza uma apropriação rápida da praticidade e do conforto dos automóveis modernos no cotidiano dos cidadãos (PIMENTEL, 1940, p. 54).

Também em decorrência desse processo de eletrificação, se assistiu à proliferação de salas de cinema com múltiplos horários e características de exibição, além do surto de fábricas ligadas a utensílios domésticos, perceptíveis já ao fim da década de 1930 (LONER, GILL e MAGALHÃES, 2017). A difusão dos aparelhos de rádio e a intensa programação noturna da Rádio Pelotense – inaugurada em 1928 –, também são indícios sólidos de uma sociabilidade popular efervescente, bem como de um tempo noturno que se adensava.<sup>10</sup>

Entretanto, apesar dos registros sinalizarem um serviço de transportes coletivos visando cobrir também as demandas noturnas, a pesquisa com jornais trouxe à tona queixas da população sobre a inconstância destas linhas e dos bondes à noite, o que poderia dificultar ou mesmo limitar não só o lazer da população, como também o acesso dos trabalhadores residentes em bairros distantes. Na capa do jornal *A Opinião Pública* do dia 24 de novembro de 1930, a divulgação dos novos horários dos bondes vinha acompanhada de críticas sugerindo que a última linha, às 23h, seria um limite cedo demais, além da denúncia de que frequentemente a *Light* não cumpria os itinerários noturnos. Cerca de dois anos depois, novos clamores dão a dimensão dos bondes para o lazer noturno:

Recebemos a seguinte carta, firmada por moradores dos arrabaldes:

'Ilmo. Sr. Redactor da 'A Opinião Pública', N/C

Ha dias a população dos arrabaldes, leu com muito agrado uma justissima reclamação que 'A Opinião' fez sobre o horario de bondes.

Por muitos dias foi esse o assumpto de interesse dos moradores que dependem do bonde para se transportar e que sentiam a necessidade dessa reclamação.

Os moradores fóra estão privados de irem á cidade á noite, que é a hora mais convidativa para o passeio, ir a um cinema ou mesmo attender a um caso de necessidade, porque levando meia hora de viagem e tendo o último bonde às 22,30 no verão, não ha tempo para nada.

Parece tão fácil á digna direcção da Light solucionar esse caso que tanto difficulta a vida dos arrabaldes, sem augmentar suas despezas... Das 21 horas em diante, a Light diminuirá um bonde ou mais em cada linha, fazendo, no entanto, avançar o ultimo horario até ás 23,30. Assim, a Light não deixaria

<sup>10</sup> Os boletins estatísticos do município de Pelotas no início da década de 1940 mostram um aumento progressivo da programação cívica e dos jornais produzidos pelo distrito federal, tanto na programação das rádios quanto nas salas de cinema, o que sugere a apropriação dessas mídias enquanto instrumentos de ação do governo federal. Para saber mais sobre esse assunto, ver Anita Simis, *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

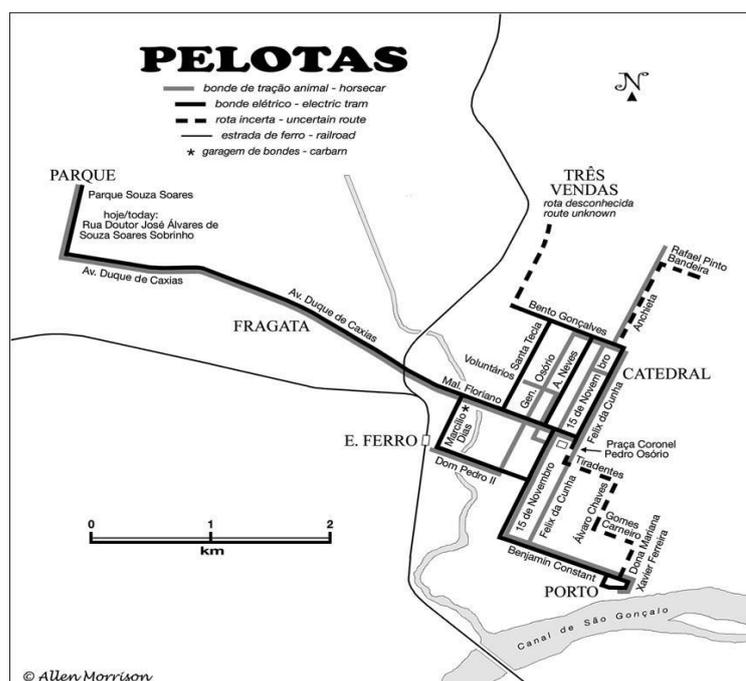
essa enorme população desde cedo privada do contacto com a cidade, especialmente no verão.

Muitissimo gratos confiamos na "A Opinião e na direcção da Light. (A CIDADE, *OP*, 04/01/1933, capa)

A divulgação dos preços das passagens e ajustes de tarifas dos bondes no jornal *Opinião Pública* não raro vinham acompanhadas de clamores pela redução das taxas, em virtude da crise econômica que assolava o país. Os anúncios das salas de cinema souberam explorar essa oportunidade de aproximação com o público e o jornal compunha notas pequenas ressaltando a compreensão do contexto pelas empresas que reduziam o valor dos ingressos.

Algumas das tentativas de recuperar as linhas de bondes que operavam em Pelotas em fins do século XIX (com tração animal) e início do XX (com carros elétricos) esbarram ainda hoje nessas incertezas quanto às rotas e suas frequências. Mas o pesquisador Allen Morrison (1989) compilou parte destes esforços no mapa que segue.

Figura 7 – Linhas de bondes em Pelotas



Fonte: Morrison, 1989.

As deficiências em transportes rápidos e econômicos para as cargas faziam-se sentir também no desenvolvimento industrial. São frequentes as queixas sobre a necessidade de uma linha ferroviária que fizesse o trajeto da estação até o porto, por exemplo (PIMENTEL, 1940). Ponto de escoamento de cerca de 14 municípios na década de 1930, a cidade chegou a fundar, no período, a 1ª Associação de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul, visando pleitear recursos e defender a importância no investimento em rodovias.

Com quase uma centena de fábricas ao final da década de 1930, apenas em âmbito urbano, a produção rural tampouco se restringia aos cultivos agrícolas. A fabricação de vinhos, vinagres, salames, toucinho, manteiga, banha e farinhas diversas, conferiam uma dinamização, ainda que incipiente, à economia e às relações sociais estabelecidas nos distritos afastados do centro. Na cidade, setores como indústria têxtil e bebidas passam a ser grandes empregadores da mão de obra assalariada da zona urbana a partir de então.

Desde fins do século XIX, Pelotas já figurava também como um centro importante de instrução e preparo educacional. A Bibliotheca Pública Pelotense, instituição desde 1875 incrustada no coração da cidade, à década de 1930, já contava mais de meio século de consolidação. As faculdades de Agronomia e Veterinária (1888), Farmácia e Odontologia (1911) e Direito (1912) constituíam pontos aglutinadores dos estudantes oriundos de vários municípios da região sul do Estado. Cursos como o Complementar, Ciências Domésticas e Belas Artes eram institutos muito procurados por mulheres, embora a área de Farmácia e Odontologia também aponte para número expressivo de matriculadas. Fato que sinaliza uma das características marcantes da Pelotas republicana é o investimento em uma Escola de Comércio. Surgimento datado das primeiras décadas do século XX, a Escola era apontada como uma das primeiras do tipo no estado (PIMENTEL, 1940).

Entre faculdades, cursos profissionalizantes, técnicos agrícolas e educação básica, a cidade somava 185 estabelecimentos de ensino em 1939, o que informa significativamente sobre os anseios da época e confere uma camada a mais nos trajetos e comportamentos que adensavam a cena urbana pelotense. Apesar disso, a escolaridade dos habitantes do município apontava, em 1920, um contingente de quase 50% da população não alfabetizada (ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA DE PELOTAS, 1920), ao passo que, em 1940, esta porcentagem diminuiu para menos de 30% (LONER; GILL e MAGALHÃES, 2017, p. 217).

Desde meados da década de 1910, os investimentos em saneamento e infraestrutura dos bairros contribuía para uma diversificação também nas questões de moradia e apropriação dos espaços. Nesse sentido, o surgimento das vilas operárias, a partir da década de 1920, é um indicador de movimentos no sentido de um próspero futuro industrial. No entanto, era também mais um signo da crescente necessidade de controle social, à medida que tais moradias eram geralmente afastadas do centro e respeitavam condições de cercamento e vigilância, as quais cumpriam o duplo papel de limitar a visibilidade externa sobre as precárias habitações populares e simultaneamente facilitar a atuação policial no interior desses domínios. Conforme Gill (2006, p. 51):

A primeira preocupação que aparece com relação ao assunto vilas é estética. No artigo 153, parágrafo 1, determina-se que “[...] as construções em vilas ocuparão fundos de terrenos, cujas frentes, no alinhamento dos logradouros públicos, deverão ser ocupadas por edifícios de agradável estilo arquitetônico de acordo com as exigências relativas aos mesmos logradouros”.

Antes de estabelecer como deveriam ser as casas, inclusive para que permitissem um ambiente higiênico, pretensão, pelo menos em nível de discurso, de todo administrador, foi determinado que as entradas das vilas deveriam ser guardadas por um portão de ferro, a juízo da autoridade a quem caberia a fiscalização. O portão vedaria a possibilidade de se olhar construções sem harmonia nas formas, ao mesmo tempo em que facilitava a ação policial, em investigações realizadas na periferia da cidade.

A cidade de Pelotas, como tantas outras cidades brasileiras e latino-americanas, viveu, nas primeiras décadas do século XX, a propagação das ideias higienistas que visavam não só tornar os centros urbanos mais limpos e livres de doenças, como também “classificar” a paisagem e redistribuir seus habitantes. Os bairros pelotenses que primeiro apresentaram as iniciativas de vilas operárias foram o Fragata, na zona oeste da cidade, e o Areal, incluindo a populosa região das Três Vendas, na zona norte da cidade, eixo de ligação com São Lourenço do Sul. O Fragata também representava, à época, um importante circuito do lazer pelotense aos finais de semana, pois lá estava localizado o Parque Souza Soares. Também conhecido por Parque Pelotense, o espaço com ampla área verde, fundado em 1883, era um passeio disputado que contava com uma linha especial de bondes elétricos, dentre as poucas efetuadas com carros de dois andares – chamados de “bondes imperiais” (WITTMANN, 2006).

A perspectiva segregacionista do espaço não era exclusividade de algumas elites; constituía uma visão classificatória muito em voga, a qual visava minimizar a mistura confusa de cidadãos que habitavam as ruas centrais, entre prédios oficiais, mansões e cortiços fétidos, em um transitar que colocava lado a lado “hombres cuya función iba desde manejar el destino de una nación de ocho millones de personas hasta levantar una bolsa de trigo de ochenta kilos” (SCOBIE apud. GAYOL, 1995, p. 29). A exemplo dos intuitos higienistas referidos no caso buenairense, o polêmico caso da cidade do Rio de Janeiro, que vinha sofrendo inúmeras intervenções em nome do ideário higienista desde fins do século XIX, atinge seu ápice na administração de Pereira Passos, prefeito da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX (1902-1906). Pereira Passos levou a cabo na então capital brasileira reformas urbanas violentas visando o alargamento de ruas e a segregação da paisagem urbana, dando origem a um dos problemas mais longevos da capital carioca.

A Pelotas das primeiras décadas do XX também assimilava esses preceitos, disseminando empreendimentos de moradias populares higiênicas que, a um só tempo,

“limpavam” as ruas centrais dos aglomerados residenciais pobres, colocavam a classe operária sob o olhar e subjugo dos patrões e da vigilância policial nas vilas cercadas e garantiam contratos de prestações de serviços com empresas de saneamento, estimulando uma economia crescente ligada às obras públicas e à construção civil (RAGO, 1987; GILL, 2006; VIEIRA, 2005). Outra consequência desses novos loteamentos – cuja soma chegava a 3.170 novos lotes registrados para venda entre 1922 e 1938 –, nem sempre lembrada, deve-se ao fato de que essas urbanizações

se localizavam em áreas periféricas, distantes do centro da cidade e fora da área atendida por redes de água e esgoto. A infraestrutura disponibilizada se destacava pela precariedade. Muitos lotes não eram vendidos pelos proprietários, que esperavam sua valorização em função da ocupação e consolidação do novo bairro. Do mesmo modo, vários vazios urbanos foram surgindo entre esta periferia que se formava e o centro, produzindo uma promissora frente de especulação imobiliária futura, na qual as terras se valorizavam na medida em que os bairros populares se adensavam. (CARRASCO, 2017, p. 606).

Esta fragmentação social do espaço público também gera uma consideração significativa para este estudo, a qual refere-se à proximidade entre força policial e setores populares. Como o caso da Porto Alegre do *fin de siècle* (PESAVENTO, 2004), o contingente populacional que ocupou os postos policiais brasileiros nas primeiras décadas do século XX era proveniente dos setores subalternos e, sendo assim, não raro estes agentes acabavam envolvidos em situações onde a proximidade física e social, bem como as condições de moradia impunham desafios às condutas (MAUCH, 2017). Contudo, são precisamente tais características que vão propiciar documentações privilegiadas das noites dos bares, esse meio caminho entre público e privado, pois contam com um ponto de vista “que se reclama conecedor como ninguno de lo que ocurre en las calles, que documenta lo grande y lo nimio” e “se coloca em contiguidad (tensa, intersticial) com tantas expresiones de la cultura más popular. (CAIMARI, 2012, p. 15).

A farda, ou a ausência dela, nem sempre era garantia de uma mudança comportamental condizente com o ofício, e tampouco repercutia em respeito imediato à autoridade policial por parte de vizinhos e conhecidos. Recrutadas sem treinamento formal, grande parte da força policial nas cidades brasileiras até meados do século XX, impunha a ordem pública sob preceitos e atitudes significativamente distantes daqueles defendidos pelas elites (MAUCH, 2007).

A propósito, o policiamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX, demonstra também a preocupação com o intuito de controle e ordem das cidades brasileiras modernas. A criação da Polícia Administrativa (1902) e do Gabinete de Identificação (1915) em Pelotas,

sinalizam a adequação à preocupação crescente com o disciplinamento e regularização das forças policiais. Em outras palavras, a era higienista, herdeira do cientificismo do século XIX, permitiu o desenvolvimento de uma perspectiva reguladora e intervencionista por parte do Estado, mas que não abria mão do que havia de mais inovador a respeito do crime e técnicas de controle social. A própria antropologia criminal, se teoricamente contribuiu para a disseminação de princípios racistas acerca das propensões criminosas, na prática, pode-se entender que norteou um comportamento mais burocratizado da atuação policial, principalmente se comparado à truculência e completo despreparo do aparato repressor de outras épocas.

Entretanto, a precariedade de recursos e de ordenamento da Polícia Administrativa em Pelotas também era alvo de críticas, como revela a pesquisa de Melissa Gouvêa (2015, p. 65): “mal paga, mal vestida e sobrecarregada de trabalho”. Os jornalistas descrevem os principais fatores pelos quais a polícia de Pelotas, desde sua criação em 1902 até 1922, ou seja, 20 anos, ainda não se configurou como uma polícia “correta e solícita”. A intenção de organizar um policiamento comprometido com os ideais de civilidade modernos esbarrava em deficiências inerentes à profissionalização (recursos, remuneração) tanto quanto se deparava com as resistências da população, pois não raro a figura da autoridade policial provinha das mesmas classes e carregava os mesmos hábitos indesejáveis os quais deveria coibir (MAUCH, 2017). Uma dessas intersecções foi perceptível na nota que transcrevemos a seguir, publicada no jornal *A Opinião Pública* e referente ao processo número 1622<sup>11</sup>, pertencente à nossa seleção:

**ALCOOL, JOGO E SANGUE!**

Violenta scena de sangue em uma espelunca situada no centro da cidade  
Hontem, pelas 17 horas, regorgitava a rua Dr. Cassiano. No estabelecimento da firma Pereira e Filhos, situado na mesma rua, n 255, o movimento era grande, não só porque na espelunca se explora o jogo, inclusive o do "osso", como também ha ali diversos "**reservados**" que servem para fins inconfessaveis, tão do gosto dos meliantes e ebrios contumazes.

Bebiam na mesma mesa os individuos Nicolau, soldado da Brigada Militar, Damasceno e Ignacio Rodrigues. Em dado momento, houve uma desintelligencia da qual resultou um conflicto. O soldado Nicolau esbofeteou Ignacio. Nessa ocasião, intervem Damasceno que, sacando de uma adaga, desferiu violento golpe em Ignacio que tambou ao chão, esvaindo-se em sangue.

O proprietario da "tasca" ao querer intervir para apaziguar o conflicto, foi também ameaçado pelo musico Nicolau. Chamada a Assistencia, foi a victima recolhida á S. Casa, sendo grave o seu estado. Damasceno foi preso, sendo recolhido ao 1º posto.

A nossa reportagem, hoje, em movimento, foi ao local da tragedia, ouvindo o filho de um dos socios da espelunca, Sylvio Pereira, que declarou, entre outras cousas, ser o musico Nicolau, o principal causador da ocorrencia, pois é

---

<sup>11</sup> Processo número 1622, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1937, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

conhecido o seu grande odio a seu pae, que ha tempos lhe negara fazer um emprestimo de 20\$000, jurando, então, o brigadeano de fazer fecharlhe a casa, dentro de 24 horas.

Continuando as suas declarações, Sylvio Pereira contou-nos que hoje pela manhã, o soldado Nicolau apparecera, novamente, no seu negocio, fazendo-lhe ameaças, o que obrigou o a reagir á altura.

Urge, pois que o sr. delegado de policia tome as devidas providencias e averigue sobre a conducta do soldado Nicolau, que, pelas declarações acima, é um elemento pernicioso, a quem deve ser vedado servir em uma corporação, cujo míster é o de mantenedora da ordem.<sup>12</sup> (OP, 26/07/1937, capa, grifo nosso)

Mas os soldados da brigada, cabos, músicos e militares de todas as patentes eram mencionados também naquelas ocorrências que não chegavam a virar processo-crime, o que na verdade instiga sobre a frequência dessas brigas e abusos, uma vez que, em primeiro lugar, não dispomos do acesso à documentação policial de denúncias que não tiveram prosseguimento; em segundo, é justo pensar que boa parte dessas ocorrências nem fossem denunciadas, por receio de represálias.

Tiros num restaurante

Na madrugada de hoje, pelas 2:30 horas, deu-se uma occorrença que por sorte não teve graves consequencias.

O sargento do 9º R.I, Avelino Pires da Fonseca, entrou, áquella hora, no restaurante "Taça de Ouro", à rua XV de Novembro, esquina Dr. Cassiano. Pouco após por motivo do troco de uma cedula de dois mil reis, originou-se forte discussão entre o proprietário da casa, Anselmo Gomes da Fonseca, e o referido sargento.

Subito, este militar sacou do revolver e desfechou seis tiros contra Anselmo, sem, entretanto, attingir o alvo. O sr capitão Edmundo Ossuosky, delegado de policia, tomou conhecimento do ocorrido, sendo intimado Anselmo Gomes da Fonseca á comparecer á delegacia de policia, afim de prestar esclarecimentos. (FACTOS DA RUA, OP, 07/07/1932, Contracapa).

A pesquisa com jornais revela que as brigas e detenções de homens e mulheres sob a acusação de embriaguez e desordens aparecem na imprensa com uma proporção no mínimo três vezes maior do que o número de processos-crime decorrentes dessas situações. Não raro essas notas também reportam agressões sofridas pelos policiais ou pelos guardas no ato da prisão, indícios que reforçam a ideia de que as primeiras décadas das forças de repressão

---

<sup>12</sup> As denominações variáveis deste estabelecimento nas fontes são também um demonstrativo do quanto esses cognomes não estavam irredutivelmente atrelados a determinado tipo arquitetônico. No processo, o local é referido como “*Kiosque* de José ‘Carreteiro’”, e no jornal *Diário Popular*, também aparece enquanto quiosque, embora a nota acima, publicada no *Opinião*, revele contornos físicos mais próximos aos de uma construção com diversos cômodos, bem diferente de uma construção aberta em molde octogonal, conforme exemplificado na Figura 17. O mais provável é que o termo ‘quiosque’ tenha se difundido à época enquanto sinônimo de determinado tipo de despacho de bebidas e sua sociabilidade derivada. Oportunamente, ressalta-se que nas transcrições de fontes empregadas neste trabalho, foram mantidas as grafias conforme ortografia da época, a qual diverge das normas utilizadas atualmente.

brasileiras assistiram à resistência da população.<sup>13</sup> Homens e mulheres que experimentavam a abertura a uma série de estímulos, diversões e oportunidades no espaço público da cidade, ao mesmo tempo em que se descobriam vigiados e reprimidos, quando não agredidos e encarcerados por seus próprios vizinhos, agora vestidos com uma farda e exigindo obediência. Certamente essas acusações de desrespeito eram algumas das prisões frequentes na década de 1930, as quais, não fossem pelas notas nos jornais, teríamos dificuldade em obter registros preservados.

Todos esses aspectos se inter-relacionam no que diz respeito à conjuntura de um imaginário burguês de modernidade, no qual a ideia de desenvolvimento mesclava-se à noção de controle, em uma perspectiva que recebia de braços abertos a aceleração da vida urbana e o crescente poder de consumo das massas assalariadas, desde que isso não alterasse demais a configuração social.

Tentativas de controlar e regular o álcool e o beber foram centrais para o projeto modernista burguês e sua visão de vida urbana. Preocupações acerca dos ‘males da bebida’ foram manifestas em torno de um número de aspectos interrelacionados. Estes incluíam, por exemplo, a necessidade dos industrialistas em incrementar a produtividade e criar um mercado onde a renda disponível fosse gasta em bens e serviços; as preocupações religiosas das classes médias pela devoção das classes subalternas e imoralidade da vida urbana e, em particular, do comportamento carnavalesco; preocupações paternalistas em aprimorar a educação, saúde e vidas das classes trabalhadoras; e, estimulados por todas esses assuntos combinados, a remodelação física da cidade. (JAYNE et. al., 2008, p. 252).<sup>14</sup>

As questões de vizinhança e proximidade física entre classes trabalhadoras e zonas centrais eram problemas que extrapolavam o âmbito da autoridade policial, e não foram solucionados da noite para o dia. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o poder público conferiu atenção especial ao tema da expansão dos bairros e favorecimento a empreendimentos que ajudassem a resolver a demanda por habitações “higiênicas”. Entretanto, nos jornais pelotenses da década de 1930 são frequentes os anúncios de quartos individuais na zona central da cidade, bem como a indicação de moradia dos presos pela polícia enquanto “quarto número

---

<sup>13</sup> Na capa do jornal *A Opinião Pública*: “uma praça do policiamento, encontrou, sabbado, à noite, João Esteff, embriagado e caído em frente ao Mercado Central. Preso, Esteffe reagiu, agredindo, com um canivete, aquelle policial que ficou levemente ferido no dedo médio da mão direita. Esteffe foi conduzido ao posto.” (UM VALENTE, Factos da rua, *OP*, 13/06/1932).

<sup>14</sup> Texto original: “attempts to control and regulate alcohol and drinking were central to the bourgeois modernist project and its vision of urban life. Concerns over the ‘evils of drink’ were manifest around a number of interrelated issues. These included, for example, the need of industrialists to increase productivity and to create a market where disposable income was spend on goods and services; the religious concerns of the middle classes for the piety of the lower classes and immorality of urban life and, in particular, carnivalesque behaviour; paternalistic concerns to improve the education, health and lives of the working classes; and, stimulated by all these issues combined, the physical redevelopment of the city”. Tradução livre.

10”<sup>15</sup> em endereços residenciais e pensões, o que evidencia uma transição lenta da população pobre em direção às zonas periféricas e vilas operárias.

As habitações coletivas, apontadas enquanto mais de 300 em 1940 (PIMENTEL, 1940, p. 81), abrigavam grande parte dos segmentos populares da época. Do ponto de vista institucional a respeito das condições de moradias populares, o Código de Construções de Pelotas, publicado em 1930, substituía o anterior, de 1915 e, em comparação a este, continha mais do que o dobro de artigos regulamentares, incluindo normas importantes e detalhadas sobre as vilas e habitações coletivas, e também sobre as habitações suburbanas em geral, as quais cresciam intensamente nesse período. As vilas surgidas nos limites oeste, norte e leste do perímetro urbano nas primeiras décadas do século XX estão inextrincavelmente relacionadas ao desenvolvimento dos principais bairros da cidade.

Os mapas dos distritos do município (ver Figs. 8 e 9) ajudam a entender que o Areal, antes de se tornar um bairro do perímetro urbano, era um grande distrito que compunha a zona rural, inclusive ligando a sede da cidade com demais distritos e cidades limítrofes. Ao analisar a documentação policial, por exemplo, algumas armadilhas são colocadas ao pesquisador inserido na atual configuração da cidade. A Estrada do Retiro, ora considerada parte do bairro Três Vendas – o qual, formalmente, só tem início em fins da década de 1940 –, ora assinalada como parte do Areal (2º distrito) pelos escrivães, fazia referência ao 3º distrito à época, chamado Retiro. No entanto, a estrada que rasgava o Areal para chegar ao Retiro era frequentemente associada com as Vilas que já adensavam essa região, como as Três Vendas e Terras Altas (VIEIRA, 2005; VIEIRA e OLIVEIRA, 2010). Não por acaso, a região norte da cidade, trecho de ligação com as colônias de imigrantes alemães de São Lourenço, foi apropriada desde esse período pela comunidade de descendentes de alemães, presença que permanece reconhecidamente até os dias atuais (Fig. 9), em que essa herança é percebida e explorada em empreendimentos imobiliários.

O bairro Areal, parte desse vasto entorno do centro urbano chamado à época 2º distrito (ver Fig. 8), também emergiu de alguns circuitos operários importantes surgidas nas primeiras décadas do XX. A zona das charqueadas, com a emancipação dos trabalhadores escravizados, ajudou a erguer e adensar esse entorno com a circulação da matéria-prima e mão de obra necessárias ao aproveitamento dos demais recursos dessa indústria, sobre os quais viemos argumentando desde o início do capítulo. Nesse sentido, é compreensível que as fontes policiais

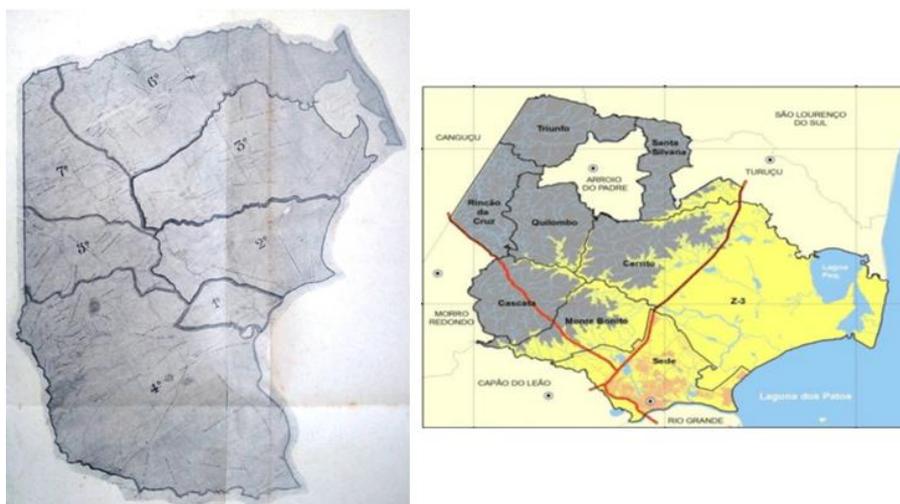
---

<sup>15</sup> Processo nº 1622, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1937, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

revelam uma vida noturna de botequins quase equivalente à vida noturna presente no centro da cidade, como veremos mais adiante. Outro fator que pode ajudar a compreender o adensamento da vida noturna arealense é a dificuldade de acesso e comunicação entre esse distrito e a sede do município.

Apesar da proximidade e da ligação entre o Areal e as Três Vendas, onde o Logradouro Público utilizado para o comércio do gado era o ponto de ligação entre a cidade e as charqueadas, não foi identificável nesta pesquisa a existência de uma linha de bondes que fizesse o transporte de habitantes ou cargas entre o Areal e a cidade nesta época. É provável que, em virtude da topografia já mencionada, permeada por banhados e pela ligação entre o Arroio Pelotas e o Canal São Gonçalo, a instalação de trilhos na região tornasse o empreendimento custoso demais para ser considerado rentável, em comparação a transportes fluviais já consolidados.<sup>16</sup> A estrada de rodagem existente gerava reclamações nos periódicos, pois teria sido construída ao lado de uma pista utilizada pelas carroças. O fácil acesso destas últimas à pista de rodagem dos carros – seriam separadas apenas por um arame – estaria contribuindo para o surgimento de buracos. (*A Cidade, OP*, 19/01/1933, capa)

Figuras 8 e 9 – Mapas dos distritos do município de Pelotas – 1940 e atualidade<sup>17</sup>



Fontes: Figura 8: PIMENTEL, 1940; Figura 9: DE ÁVILA et al., 2018.

Contudo, é inegável que o Areal, enquanto distrito, concentrava um contingente

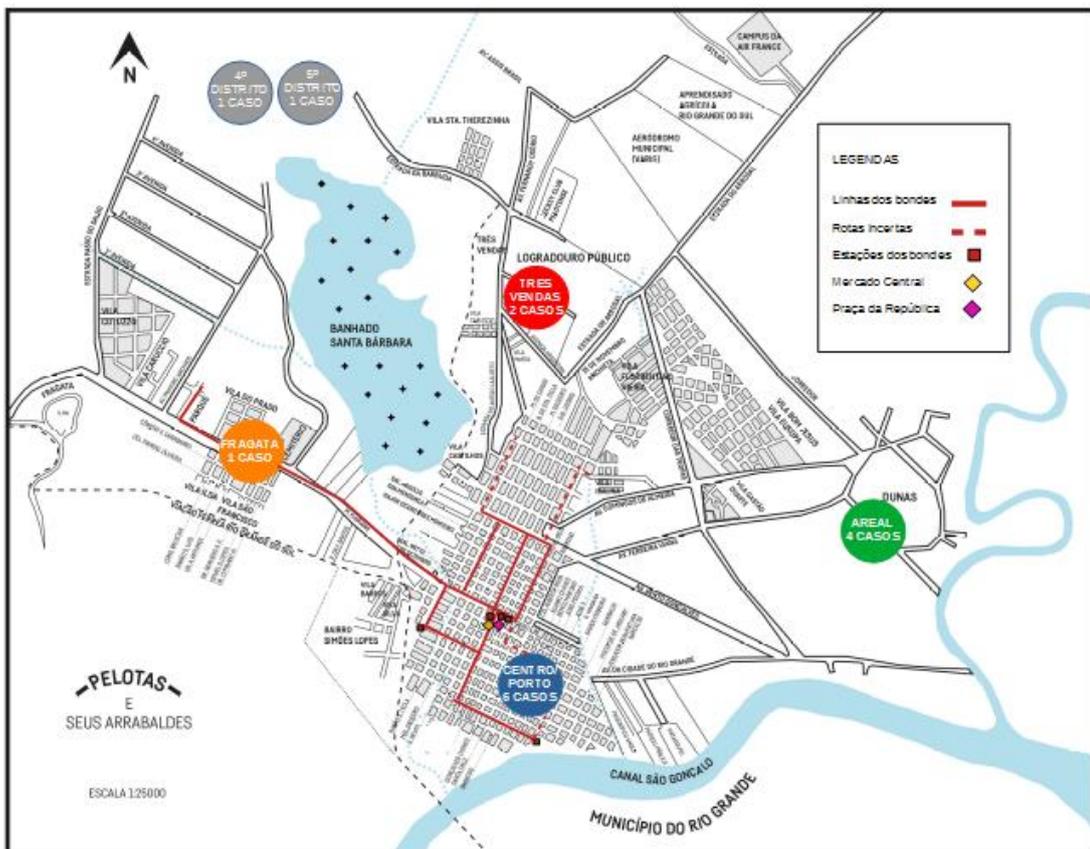
<sup>16</sup> Registros oficiais sobre as primeiras utilizações da orla da Laguna dos Patos como balneário – então Estância dos Prazeres, somente aberta a loteamentos enquanto bairro do Laranjal a partir da década de 1950 –, atestam que o acesso ao que viria a ser o balneário Laranjal no século XIX e início do XX era feito via balsa, disponibilizadas pelos proprietários da Estância aos visitantes, o que reforça a hipótese de uma transposição complicada das regiões alagadiças e arenosas entre os arroios Pepino e Pelotas, e posterior região da Estância, entre o Arroio Pelotas e a Laguna dos Patos.

<sup>17</sup> Dentre os territórios que constituíam distritos do município de Pelotas em 1940 e que hoje pertencem a regiões emancipadas, estão os municípios de Capão do Leão (1983), Morro Redondo (1988), Arroio do Padre (1996) e Tururu (1995).

significativo de habitantes e que o mesmo abarcava uma série de entrepostos comerciais. O segundo distrito, como podemos perceber no Mapa distrital de 1940 (Fig. 8), é composto por um vasto território, o qual, em poucos anos, acabou dando origem a, pelo menos, dois bairros extremamente populosos, subdivididos posteriormente (Três Vendas e Areal). A frequência de ocorrências das brigas em bares aqui investigadas neste distrito pode ser entendida, em parte, enquanto reflexo da concentração de trabalhadores que provavelmente ficasse isolada por vários dias na localidade – quando não acabavam residindo ao redor da fábrica/estância – e, por outro lado, pode ser uma consequência também da extensão do que era considerado, à época, principalmente entre policiais e escrivães, enquanto Areal. Como disse Alberto Cunha, figura ilustre, responsável por grande parte das iniciativas de recenseamento da cidade,

lá onde a velha senzala dos escravos das charqueadas, com a partida dos habitantes, decaiu, abateu, desmoronou e de todo ruiu, ergueram-se depois os ranchos dos assalariados livres, que conhecem a remuneração do seu esforço e depositam, embora falaz se venha por vezes tornar, confiança nos dias porvindouros. (BOLETIM DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA, 1940, p. 41)

Figura 10 – Os processos-crime de ocorrência noturna nos bares pelotenses e sua distribuição no espaço urbano (1930-1939)



Fonte: Mapa *Pelotas e seus Arrabaldes* (1935), disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPel), adaptado pela autora.

Por todas essas conjunturas listadas, não surpreende que, em 1940, Pelotas figurasse como o 4º município mais populoso do Estado e, embora abaixo de Porto Alegre, Palmeira das Missões e Erechim, estava entre os restritos municípios gaúchos com mais de 100 mil habitantes (SOARES, 2007). No ano de 1939, Pelotas compreendia uma população de 124.143 habitantes, com uma densidade populacional de 39 hab por km<sup>2</sup>. Destes, mais de 77 mil viviam em zonas urbanas, o que fazia com que a densidade populacional na sede atingisse os 582 hab por km<sup>2</sup> – apesar dos demais distritos comporem a imensa maior parte do território. Se comparado retrospectivamente com os anos de 34 a 39, o último ano da década de 1930 registra uma queda considerável no número de nascimentos – da casa dos mil e trezentos para a casa dos mil e cem. A mesma proporção é observada se considerarmos nascimentos legítimos e ilegítimos separadamente (DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, 1939).

Figura 11 – População do município de Pelotas segundo sexo e nacionalidade em 1920

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DISTRIBUÍDA SEGUNDO NACIONALIDADE EM 1920			
Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Brasileiros natos	36,529	38,504	75,033
Brasileiros adoptivos			
Portugueses	1,794	604	2,398
Espanhoes	325	179	504
Uruguayos	802	660	1,462
Argentinos	85	76	175
Italianos	522	346	868
Franceses	99	76	175
Allemaes	485	308	793
Russos	63	51	114
Polonezes	85	65	150
Syrios	214	137	351
		<b>Total</b>	<b>82,294</b>

Fonte: Estatística Demográfica de Pelotas (1920-1930), Fundo Alberto Coelho da Cunha, Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP).

Nesse período, observa-se o incremento da vida noturna popular, com a mobilidade urbana alcançando distritos distantes do centro e permitindo a circulação de mais pessoas nas ruas até altas horas da noite (ver Figuras 7 e 10). Ao mesmo tempo, a vigilância aos costumes mostrava-se diante das dicotomias inerentes ao processo de êxodo rural vivenciado no período: os dilemas frente aos hábitos rurais e urbanos, provincianos e cosmopolitas, rudes e civilizados acabavam trazendo à tona o confronto entre valores e hábitos distintos convivendo cotidianamente. Em 1920, a cidade já apresentava uma concentração populacional de 58% de seus habitantes no distrito sede e, até 1939, o total de municípios aumenta em aproximadamente 51%, ao passo que a concentração desses habitantes na sede do município se mantém em cerca de 56%. (ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA DE PELOTAS, 1920; DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, 1939).

O contexto de interações urbanas conflituosas entre as décadas de 1920 e 1940 no Rio Grande do Sul refletia esse período de crescente êxodo rural, em grande medida devido à economia em transição. Semelhante contexto é abordado por Monteiro (2006, p. 482) na pesquisa sobre a Porto Alegre dos anos 1920 a 1940:

Certas representações acerca da honra e do masculino afloravam nesses conflitos urbanos. A sociedade urbana porto alegreense, pelos fluxos migratórios do campo, incorporou uma herança da cultura rural, agropastoril e escravista marcada pelo caudilhismo e autoritarismo político.

Se a afirmação de Monteiro (2006) sobre a herança escravista e a cultura agropastoril faz sentido no contexto porto-alegrense da primeira metade do século XX, é de uma perspectiva lógica que podemos partir ao afirmar o quanto a cidade de Pelotas, marcada sensivelmente pela economia charqueadora escravista predominante no XIX, carregava de tensões étnicas e conflitos sociais nesse contexto pós abolição, pós imigração e de significativo êxodo rural. Tudo isso no despontar dos efeitos de uma crise econômica mundial e em meio à efervescência política do entreguerras, as quais, em âmbito local, levariam justamente o líder político riograndense (com seus méritos e controvérsias) ao posto máximo da presidência nacional.<sup>18</sup>

De acordo com Salamoni (2001, p. 14), essa conjuntura de transição econômica levou a novas configurações na agricultura do Estado, no sentido de que “as relações mercantis estabelecidas com o setor urbanoindustrial marcaram definitivamente o atrelamento dos produtores familiares ao processo de modernização”. Dessa forma, formou-se o contexto que ficaria marcado pelo declínio da economia tradicional local vinculada ao charque e pela ascensão dos empreendimentos coloniais, bem como por inúmeras fábricas comandadas por imigrantes estrangeiros, o que gerava ressentimentos na população.

Ainda na República Velha, a rizicultura e as indústrias alimentícias de conservas ganharam importância na economia pelotense. A produção da região colonial de Pelotas contribuiu para a readequação da economia local e a ascensão econômica dos imigrantes opôs-se à decadência agropastoril, recrudescendo as rivalidades, que assumiram conotação étnica. (LEMOS, 2012, p. 54).

No caso dos imigrantes alemães, o recrudescimento das relações diplomáticas Brasil – Alemanha no decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) levou a situações alarmantes

---

<sup>18</sup> Parece pertinente observar, no concernente à ascensão de Getúlio Vargas ao Poder Executivo Federal, que o apoio com o qual Pelotas vinha contando – considerando que Vargas estava à frente do governo do Estado desde 1928 – já cambaleava, diante das manobras ambíguas tão características da política getulista. Com a aposta em uma postura conciliadora, Vargas conseguiu apoio do Banco Pelotense ao mesmo tempo em que defendia demissões no Porto de Rio Grande e fundava o Banco do Estado (BERGS), o qual, apesar da promessa de ser uma garantia estatal aos bancos regionais, acabou por atrair seus investidores e encampar grande parte de seus funcionários. Somado a isto, as circunstâncias financeiras do Bergs pós crise de 1929 acabaram por precipitar a insolvência do Banco Pelotense e outros bancos regionais no decorrer de 1930 (AXT, 2002).

de perseguição cultural estatal e represálias civis na cidade, chegando a ocasionar dois dias de intensa violência contra os teuto-brasileiros, em 1942.<sup>19</sup> As rivalidades étnicas também aparecem nos conflitos presentes nas sociabilidades masculinas, e podem revelar, como a ponta do *iceberg*, ressentimentos muito mais profundos.<sup>20</sup>

## **1.2 Comprimindo a fantasia nas esquinas: todos os caminhos levam ao botequim**

O livro *Aspectos de Pelotas*, de 1940, faz referência aos estabelecimentos de comércio da cidade, os quais somavam 1980 casas de ramos de atividade diversas. Desse total, os locais de comercialização de bebidas e fumo, e secos e molhados são listados como alguns dos principais da cidade, contabilizando o primeiro, 114 casas e o segundo, 241 casas (PIMENTEL, 1940, p. 112). A aparente confusão nas terminologias adotadas para designar quiosques, bares, vendas e restaurantes à época também pode dever-se, em parte, a certa via facilitada de liberação de documentações administrativas necessárias ao funcionamento do local. Uma vez que a característica do estabelecimento fosse o comércio e não o consumo *in loco*, a vigilância burocrática poderia significar menos problemas (GAYOL, 1993).

Ainda uma diferenciação importante se faz necessária. Nas ocorrências policiais noturnas que pesquisamos, não há referência a mulheres presentes nestas situações que acabavam na delegacia. É bastante provável que, em casos como o do Café Nacional – um dos principais cafés do centro da cidade de Pelotas na década de 1930 –, houvesse muitas mulheres presentes no momento do assassinato à queima-roupa ocorrido em meio aos clientes. O desfecho trágico se deu às 20h e tanto o inquérito, quanto a repercussão nos jornais fazem referência ao ambiente familiar do café, que no momento se encontrava repleto de pessoas.

No entanto, nem nesse, nem nos outros casos de ocorrências noturnas em bares, mulher alguma foi sequer arrolada como testemunha.<sup>21</sup> Nesse sentido, ainda que algumas destas frequentadoras do espaço público pertencessem a setores abastados da sociedade pelotense na época, é possível que as mulheres presentes nos cafés no momento dos conflitos sequer fossem

---

<sup>19</sup> Sobre as perseguições a alemães em Pelotas no período, ver FACHEL, 2002.

<sup>20</sup> Convém ressaltar que não apenas os jornais diários da cidade como *A Opinião Pública* e o *Diário Popular* acompanhavam com atenção os desdobramentos dos autoritarismos na Europa. Também o periódico negro semanal *A Alvorada* noticiava com preocupação as propostas de Hitler no sentido de adotar a esterilização para povos judeus e negros na Alemanha. (Creoulo Leugim, AA, *A Raça*, 13/08/1933, p. 1)

<sup>21</sup> Esse dado muda quando observamos os casos de ocorrências noturnas em *clubs* e “pensões alegres”, os quais, conforme já mencionamos, não fizeram parte de nossa seleção.

cogitadas a prestar declarações sobre o ocorrido, quer fosse devido a seu frágil “peso” jurídico, quer se tratasse de uma forma de proteção na visão dos homens desse contexto.<sup>22</sup>

A pesquisadora Vanessa Devantier (2013) destaca a profusão de confeitarias e cafés no entorno da artéria principal da cidade, a rua XV de Novembro, o que fez parte de um adensamento comercial a partir da década de 1930. A abertura de filiais de grandes magazines do período, como as Casas Pernambucanas (da firma Lundgren, Irmãos Ltda., com sede em Recife e filiais por todo o território nacional), também trazia para Pelotas as vitrines dos comércios enquanto um signo da modernidade. A autora também destaca a fama da esquina tradicional da sociabilidade masculina pelotense, a esquina da Rua XV com a rua Sete de Setembro. Nas décadas de 1930 e 1940, o ponto ficou conhecido como “a esquina dos cafés”, onde o trânsito chegava a ficar comprometido devido à aglomeração dos “amantes da boa rubiácea”. Além disso, não é difícil encontrar alguma mulher cuja juventude tenha sido vivida em meados do século XX em Pelotas, a qual não recorde as advertências maternas quanto às calçadas deste entroncamento. “A esquina ficava tomada por homens, e várias notas nos jornais denunciavam as palestras nas calçadas que muitas vezes causavam constrangimentos às mulheres que por ali passavam” (DEVANTIER, 2013, p. 92).

---

<sup>22</sup> As mulheres só adquiriram o direito de voto e de alistamento para composição de júris em processos criminais, por exemplo, a partir de 1934, com a Constituição Federal do governo provisório varguista. Mesmo após essas conquistas, permaneceram restrições à situação jurídica da mulher casada, que ficava em completa dependência do marido, impedida de trabalhar ou receber herança sem a autorização do cônjuge e sem a possibilidade de divórcio, mesmo se abandonada. A tese de Eneida Dultra (2019), *Direitos das mulheres na consituinte de 1933-1934: disputas, ambiguidades e omissões*, constitui suporte fundamental para aqueles interessados(as) nestas e outras trajetórias acerca dos direitos das mulheres no Brasil deste período. A autora destaca, inclusive, a atuação de magistrados que denunciavam a perspectiva protecionista do Estado em relação à mulher enquanto uma forma de mantê-la subjugada, “com preconceitos da moral antiga, hypocritamente, divinizando a mulher, para mantel-a escrava, qualificando-a rainha, mas sob o jugo de obscurantismo e na eterna dependência, de algum homem!” (TORRES, 1933 apud. DULTRA, 2019, p. 52). Logo, apesar de carregar consigo avanços importantes no reconhecimento e participação femininas em âmbito público, a Constituição de 1934 também reforçou modelos conservadores de feminilidade, com acento na maternidade e manutenção da família. Para uma abordagem mais concisa sobre o mesmo assunto, ver o artigo de Bárbara Assis e Vanessa Cavalcante, intitulado *O Estado brasileiro e a normatização da vida das mulheres* (2016).

Figura 12 – Aglomeração típica no encontro das ruas XV de Novembro e Sete de Setembro: a “esquina dos cafês” (década de 1940)



Fonte: DEVANTIER, 2013, p. 141.

Ainda que frequentados durante o dia por mulheres “honestas” em busca de víveres e mantimentos necessários ao abastecimento doméstico, o armazém, ao cair da noite, transformava-se nessa configuração híbrida entre público e privado, intersecção constituinte do privilégio dos homens e onde somente as mulheres que já não dependessem da moral burguesa de recato se arriscariam a permanecer mais do que o tempo absolutamente necessário. Como sintetiza Margareth Rago (2008, p. 44), “a mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, ‘mulher pública’.”

Isto não significa afirmar que a simples presença da mulher no armazém durante a noite implicaria em associações com a prostituição, principalmente se estivermos lidando com um local bastante assimilado por um grupo de seus conhecidos ou vizinhos. Porém, é impossível não notar que nenhuma dessas possíveis – ainda que, em alguns casos, rápidas – incursões femininas aos botequins pareceu digna de menção às autoridades. Ou, em outras palavras, se elas existiram em momentos pré ou pós ocorrências, é significativo que todos os envolvidos (policiais, testemunhas, acusados e vítimas) tenham considerado mais adequado omitir essa informação dos autos. Já os periódicos, como veremos no Capítulo 3, costumavam expor os nomes completos tanto de homens quanto de mulheres detidas por desordens e/ou embriaguez nas ruas e botequins da cidade.

Mas arriscar a associação oficial e testemunhada com a vida pública dos ambientes noturnos masculinos parecia ser desaconselhável para as mulheres, mesmo que muitos destes negócios fossem ao mesmo tempo trabalho e casa para seus proprietários e, sendo grande parte

desses homens casados, é de se supor que provavelmente fossem administrados com ajuda de esposas e/ou filhas, ou que estas ao menos circulassem no ambiente em algum momento.<sup>23</sup> Essas nuances reverberam também no contexto portenho investigado na pesquisa de Sandra Gayol (1993). Durante o dia, o lugar acumulava características de venda e botequim; à noite, predomina como que um acordo tácito de usos mais ébrios, fronteiras mais tênues e perigosas entre a civilidade e o descontrole.

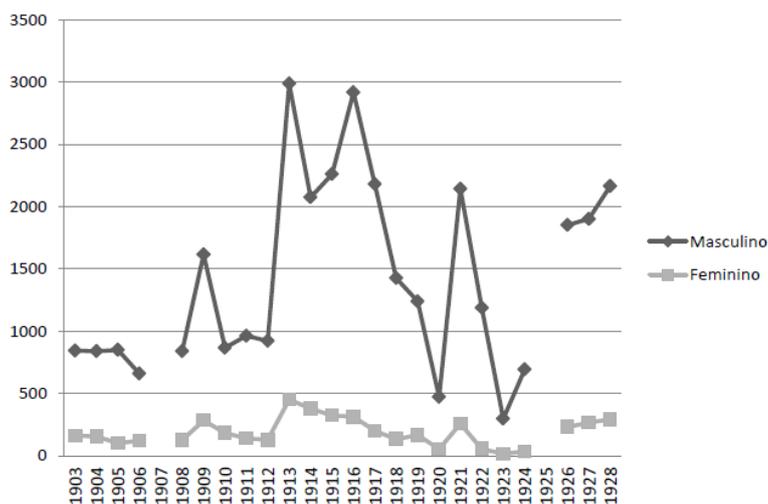
En muchos casos son un agregado al almacén de comestibles. El recinto adicional separado por una puerta que funciona en la trastienda del almacén, permite una distinción del comercio y la posibilidad de manifestar prácticas diferentes y conductas dispares. Al almacén iban las mujeres, los niños y los hombres a comprar artículos que eran consumidos en otro lado. En el despacho los hombres establecen lazos sociales en torno a la mesa y la copa de alcohol. La mesa y las sillas modelan las conductas y articulan figuras complejas sustentadas en el juego de cartas, la conversación, la lectura del diario o el canto improvisado. (GAYOL, 1993, p. 266).

Ainda assim, a presença e o envolvimento de mulheres aparecem em alguns casos concernentes à vida noturna, e é significativo que as mulheres compunham 12% das detenções no período de 1903 a 1928 (ver Fig. 13), conforme o trabalho de Melissa Gouvêa (2015). Com base nas estatísticas de detenções dos relatórios policiais, a pesquisadora revela uma Pelotas mais ocupada pela presença das mulheres nos bares e cafés. No entanto, esses locais são igualmente marginalizados e associados ao submundo da prostituição e das contravenções. A rua Tiradentes, que corta o centro da cidade desde as proximidades da Estação Ferroviária até os banhados da Várzea, é referida muitas vezes nas fontes policiais pesquisadas pela autora enquanto parte integrante do “bairro sujo” da cidade, local permeado por “casas de tavolagem e conventilhos das marafonas” (GOUVÊA, 2015, p. 81).

---

<sup>23</sup> O único caso componente de nossa seleção que faz menção à esposa do proprietário, é o processo nº 1325, de 27 de agosto de 1931, em que a viúva de F.F.A., vulgo “Pequeno” – o qual veio a falecer no hospital –, é mencionada como parte da assistência à promotoria.

Figura 13 – Prisões em Pelotas segundo o sexo, 1903-1928



Fonte: GOUVÊA, 2015, p. 96.

Nesta linha de abordagem, é possível perceber que as denominações adotadas por policiais e escrivães nas queixas-crime dos processos aqui pesquisados induzem a imaginar locais de uma sociabilidade voltada à interação entre os sexos – quando não explicitamente ao trabalho sexual. Sob as intitulações de “casas de cômodos” e “pensões alegres”, operavam negócios que transitam entre casas de *shows* com agenciamento de trabalhos sexuais, bares cuja principal finalidade são a disponibilidade de prostitutas e hotéis baratos que alugavam quartos para encontros (mas não raro também serviam de moradia para as trabalhadoras ou clientes).

Ao longo da declaração, a suspeita do caráter específico dos locais logo se confirma: brigas em decorrência de ciúmes, agressões em legítima defesa ou disputas e desentendimentos entre mulheres que acabam na delegacia – mas estas dificilmente viram processo-crime; mais provável é que virem notas anedóticas na imprensa (ver Cap. 3). Enquanto verificamos 15 processos criminais abrangendo a especificidade das brigas em bares, os conflitos em “pensões alegres”, *cabarets* e supostas “casas de tolerância” somam três, e catalogamos mais um processo envolvendo um endereço suspeito de lidar com esse tipo de comércio, ainda que, neste caso, o processo não envolva sociabilidade e sim a atuação do poder público (sem muito empenho, deve-se notar) em coibir a prostituição.

A imprensa também contribuía para reforçar as zonas do “avesso social”, para usar a expressão de Kalifa (2017). Sob os títulos de “Desordem na rua Cassiano” ou “No corredor do Periquito houve o diabo”, se seguiam relatos aos quais o leitor já descia os olhos sabendo previamente do que se tratava. Usando expressões irônicas como “zona onde o decôro anda em crise”, os noticiaristas buscavam um tom de cumplicidade com seus bons entendedores, aos

quais não é necessário ser muito explícito. Caso fosse homem, seria parte de sua “obrigação viril” ao menos conhecer estes lugares; e se fosse mulher, saberia devido à pedagogia negativa que as ensinavam desde cedo por quais ruas não transitar a fim de não serem confundidas com mulheres “desonestas”. “É célebre nos annaes da cidade o corredor do Periquito. Não há quem não conheça esse sitio afamado da rua Tiradentes” (CHRONICA POLICIAL, OP, 21/01/1930).

Entretanto, ainda que estes processos não façam parte de nosso objeto<sup>24</sup>, puderam contribuir no sentido de visualizar essa composição da “geografia do baixo meretrício” – como nomeia Rago (2008) – na cidade de Pelotas, onde a rua Tiradentes (entre Santa Cruz e Barroso) constitui um desses territórios, como aparece nos relatórios policiais pesquisados por Gouvêa (2015) e nas notas dos jornais. O entorno do Mercado Central também é endereço de uma destas ocorrências em hotéis, os quais não raro eram conhecidos como “pensão fulana”, onde o vocábulo feminino que batizava o espaço geralmente era um nome próprio fictício usado pela mulher que gerenciava o local – tratada nos inquéritos e imprensa como “artista”<sup>25</sup>, muitas vezes assim mesmo, entre aspas, o que sugere as sutis formas encontradas por escrivães em insinuar atividades ilegais que careciam de comprovação.

A ínfima quantidade de denúncias das casas de tolerância, sendo que grande parte delas estavam situadas em zonas centrais da cidade e em endereços conhecidos e mencionados na imprensa<sup>26</sup>, pode ser entendida como parte da perspectiva moderna que lidava com os prazeres do submundo noturno de forma a classificá-los e segregá-los, mas sem visar sua eliminação (SOARES, 1999; RAGO, 2008). Em menor número do que as brigas em bares, esses crimes envolvendo encontros afetivos acabam por revelar nuances importantes a respeito da

---

<sup>24</sup> Entendemos que estes processos envolvem variáveis adicionais e obedecem a lógicas outras de funcionamento, por compreenderem universos em que a relação entre os gêneros está corporificada em transações comerciais, portanto, envolvendo dinâmicas distintas daquelas verificadas na sociabilidade dos botequins. A fim de não esticar mais ainda os limites de um objeto por si só tão heterogêneo e evitando empreender apressadamente uma análise cuja temática revela-se tão sensível, optamos por observar detalhadamente esses casos em outro trabalho.

<sup>25</sup> A *Consolidação das Leis Penaes*, documento elaborado por Vicente Piragibe em 1932 e adotado pelo governo federal como atualização das aplicações do Código Penal de 1890, diz o seguinte: “Art. 278 - Manter ou explorar casas de tolerancia, admittir, na casa em que residir, pessoas de sexos differentes ou do mesmo sexo, que ahi se reunam para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidacão ou ameaças a entregarem-se á prostituição; prestar, por conta propria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistencia ou auxilio ao commercio da prostituição: PENAS - de prisão cellullar por um a tres annos e multa de 1 :000\$ a 2:000\$000.” (BRASIL, 1932)

<sup>26</sup> Além das inúmeras queixas nos jornais acerca das provocações e desordens causadas pelas pensões e casas de jogo na rua Tiradentes (GOUVÊA, 2015), em trabalho anterior, encontramos semelhante estigma nos processos de defloramento ocorridos nas noites da década de 1930 na cidade. Usando referências ao corpo da ofendida para justificar sua inadequação à proteção estatal, juiz alega que a menina não poderia ser ainda virgem, pois era “mais larga que as mulheres da rua Dr. Cassiano.” (CARVALHO, 2019, p. 230)

representação que tinham as trabalhadoras da noite no contexto da época, e como a relação destas com as forças policiais transmutava-se ao longo do tempo e da frequência de chamados.<sup>27</sup>

Diferentemente dos casos não tão numerosos que compuseram as noites pelotenses e viraram processos criminais, as estatísticas policiais de detenções desde a criação da Polícia Administrativa, em 1902, revelam uma série de delitos e contravenções cotidianas, onde os presos permaneciam por até 24 horas na delegacia. Essas fontes, disponíveis de forma intermitente no período de 1902 a 1928, revelam que a imensa maioria das detenções no período se tratava de casos de desordem, embriaguez e vadiagem (GOUVÊA, 2015), o que fica implícito quando observamos o tom frequente e por vezes anedótico adotado nas notas policiais dos jornais, análise empreendida no capítulo 3.

Mas o estigma atrelado a determinadas ruas e espaços da zona central da cidade não derivava somente da associação com a prostituição. O hábito do jogo e da beberagem apareciam, em algumas notas dos jornais, enquanto cenas incompatíveis com a vida noturna ordeira e familiar desejada pela moral burguesa. Segundo Kalifa (2017, p. 200), “não existe uma única cidade que não exija seu avesso, seu reverso social, moral, estético ou urbano, único capaz de dar todo o brilho e esplendor à cidade de cima.” A coluna *A Cidade*, do jornal pelotense *A Opinião Pública*<sup>28</sup>, acolhia diversos desses clamores (des)classificatórios, que não apenas visavam obter maior policiamento da região, como também controlar o tipo de comportamento esperado dos cidadãos no espaço público.

A imprensa tem se referido por vezes á situação anormal da rua Tiradentes, transformada em succursal da Dr. Cassiano.

Nella campeia á noite a fina flôr da nossa vagabundagem (e no meio della, o que é estranho, alguns "moços bonitos"!), que se espalha pelas pensões de meretrizes, casas de jogo (nada menos de quatro em três quadras centraes), kiosques, botequins, salões de bailes, etc, que se conservam abertos até a madrugada.

Sobretudo nas proximidades do Mercado Central o espectáculo que se offerece ás vistas do público é degradante. Muitas famílias já tem deixado de passar ali para não ouvirem obscenidades e não suportarem os motejos dos desclassificados que perambullam naquele local, ajudados muitas vezes nesse triste mister por alguns conductores dos vehiculos que estacionam na praça Sete de Julho.

Póde-se dizer que a rua Tiradentes esta dominada de ponta a ponta pelos inimigos da ordem publica!

Approxima-se agora a época em que os pendores fuzarqueiros desses srs. mais se acentuam. O Carnaval bate-nos às portas.

<sup>27</sup> “Além disso, por toda a máquina que essa instituição promove, trazendo altos lucros ilegalmente, a prostituição está muito próxima do mundo do crime, abrigando marginais: vagabundos, gigolôs, delinquentes, ex-presidiários, alcoólatras, viciados. A violência permeia o cotidiano das meretrizes, manifestando-se tanto em sua reterritorialização perversa, quanto nos códigos internos que regem a vida do meretrício.” (RAGO, 2008, p. 259)

<sup>28</sup> Informações acerca do periódico e metodologias de análise adotadas constam no capítulo 3.

Urge, pois, dar á rua Tiradentes um policiamento efficiente, a fim de acabar com abusos, em bem do socego publico e do decôro social.

Certamente não falta às nossas dignas autoridades vontade para isso: bastará pôr em pratica uma vigilancia activa e permanente naquella zona e o mal cessará.

Duas medidas se impõem para o mesmo fim: o fechamento das casas publicas a meia noite e a prohibição de bailes nas quadras onde residem familias. (A CIDADE, OP, 31/01/1933, capa)

Nessa coluna, geralmente diagramada em destaque na capa do jornal, eram frequentes os pedidos de melhorias na iluminação pública, calçamentos e saneamento em determinados bairros; mas com relação à zona central, abundavam as preocupações sobre a proximidade – significativamente, não estava em xeque a existência – de uma vida noturna desordeira e “desclassificada”, com o sossego da noite “familiar”. A região mais baixa, próxima à zona da Várzea, também era motivo de reclamações pela proximidade destes espaços com as residências familiares.

Á rua Tiradentes, esquina Alvaro Chaves, existe um kiosque denominado "São Francisco", onde se passam scenas as mais vergonhosas.

Ainda ontem, á noite, o que ali ocorreu não se pode descrever: conflictos, disputas em meio de palavrões em altas vozes e, para cumulo, episodios nada edificantes, a vista de todos, entre um homem e uma mulher que, deitados no chão, na frente do balcão do tal kiosque, offereciam aos transeuntes um espectáculo inconcebível.

As familias moradoras nas visinhanças não podem chegar a frente de suas residencias e nenhuma senhora se atreve a passar defronte o indesejável kiosque. (A CIDADE, OP, 27/07/1932, p. 1)

Apesar dos inúmeros indícios encontrados nos periódicos do período, a ausência de relatórios policiais para o período pós 1930 – que estejam preservados e disponíveis atualmente para o acesso do pesquisador – não permite que façamos aqui o cotejo entre essas fontes acerca das detenções cotidianas e denúncias que viraram processo-crime. Algumas mudanças conjunturais na estrutura do policiamento urbano podem ajudar a entender essa lacuna. A historiografia sobre a polícia aponta para transformações no período, assinalando o incremento do papel das polícias estaduais – as quais pertenciam ao corpo militar – na manutenção da ordem pública (CANCELI, 1991; RIBEIRO, 2011; BRETAS e ROSEMBERG, 2013). A intervenção política ocorrida no âmbito do governo federal em 1930 – a qual convencionou-se chamar “Revolução de 1930” –, encabeçada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, por mais que tenha o mérito de haver conferido unidade às configurações diversas de polícias locais e regionais, parece ter ocasionado uma maior autonomia na atuação policial e maior enfoque no saber constituído nas ruas, menos apegado, talvez – e isso certamente com o

aval e reforço direto do poder executivo federal (CANCELLI, 1991) –, às burocracias dos relatórios minuciosos.

Uma hipótese mais limitada, pois regional – mas nem por isso menos plausível –, para explicar a brecha na documentação policial cotidiana do período pós 1930, é a possibilidade de muitos destes registros terem se perdido em incêndios subsequentes ocorridos no Palácio da Justiça e no Palácio da Polícia, no final da década de 1940. (GERTZ, 2013). Em pesquisa acerca das perseguições policiais a imigrantes alemães no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo varguista (1937-1945), René Gertz (2013) traz à tona o mal-estar reinante no âmbito policial e jurídico após a queda de Vargas, em 1945. As investigações de arbitrariedades policiais levadas a cabo sob orientação dos chefes ligados a Getúlio ameaçavam revelar os rastros de uma longa cadeia de abusos e autoritarismo. Se levarmos em consideração que o processo mais volumoso citado por Gertz (2013) foi levado à Justiça em 1947, não é difícil notar o quão convenientes foram os incêndios que queimaram para sempre esses registros.

Seja como for, parece ser amplamente aceito na historiografia que “pouco conhecemos sobre o policiamento no pós-1930.” (BRETAS e ROSEMBERG, 2013, p. 172) Mesmo os processos-crime de ocorrência noturna em geral, dos quais partimos para selecionar as ocorrências em bares, apresentam certa descontinuidade conforme se aproxima a década de 1940, o que contribui para reforçar a ideia de alguma variável atuante nesse período – seja envolvendo as condutas policiais e a repressão à vida noturna, seja com relação à perda ou extravio da documentação ou mesmo de ambas ou nenhuma destas (CARVALHO, 2013, p. 56).

Quer concordemos ou não, esses caminhos e curvas metodológicas, mesmo que involuntárias, acabam por compor junto com o pesquisador as características da investigação e o ângulo de observação do objeto. Ao estabelecer os filtros de horário e locais de ocorrência necessários para delimitar o enfoque desta pesquisa, não havia a suspeita que a própria amplitude das denominações destes espaços pudesse gerar uma diversidade capaz de enevoar também as particularidades que conferem nitidez aos múltiplos contornos da noite. De fato, a linguagem adotada no discurso oficial por vezes reflete a ambiguidade quanto à atuação destes locais. É justo pensarmos que, em uma sociedade que estabeleceu uma relação falsamente repressora com os negócios do submundo noturno, convinha não ser excessivamente enfático a respeito de certos comércios que a cidade respeitável condenava, porém, ao mesmo tempo, se comprazia de que estivessem disponíveis. Afinal, em algum momento, todos poderiam recorrer a alguma das etéreas fugas da noite.

Recorrendo aos dados fornecidos nos inquéritos policiais, como local do crime, horário aproximado da ocorrência, endereço residencial e de trabalho dos envolvidos, é possível

transitar entre nossas fontes e “jogar com as escalas” de observação (REVEL, 1998) a fim de compreender os desejos e trajetos cotidianos que levavam ao bar. De fato, a pesquisa aponta que Pelotas vivia um período em que distintas apropriações urbanas, bem como códigos de conduta coexistiam na cidade, portanto, atentar para a maneira como estes eram acionados e de que forma circulavam, pode ser uma estratégia para entender os conceitos fluidos de honra e civilidade.

Podemos exemplificar essas observações ao atentar para a característica das diferentes denominações dos estabelecimentos conforme a localização. Os registros feitos pelos escrivães de acordo com o relato dos envolvidos apontam, em primeiro lugar, para um aspecto mais pessoalizado de denominações nas regiões periféricas e/ou rurais. Como exemplos, temos a Casa Comercial de Ernesto Dettmann (Estrada do Retiro, 2º distrito), Casa Comercial Schaunn & Irmão (Cascata, 4º distrito), Casa de Negócio de Alfredo Vieira (Areal, 2º distrito), Casa de Negócio de Alberto Buchweitz (Estrada do Retiro, 2º distrito), Kiosque de Alcides Camilo (Areal, 2º distrito) e Bilhar de José Nogueira (Areal, 2º distrito).

Ao aproximarmos as lentes da fonte, é possível perceber, também, que destes 6 nomes próprios constituintes das denominações dos espaços, a metade deles apresenta sobrenome de ascendência alemã; entretanto, são nascidos no Brasil. Nos dados que compilamos acerca da nacionalidade dos proprietários dos estabelecimentos analisados, a informação constante nos inquéritos pode não dar conta da complexidade do real (ver Tabela 1). Assim, com a observação qualitativa, é possível compreender, por exemplo, que a ascendência alemã, em muitos casos, configurava aos demais habitantes, a associação – ainda que informal – com a nacionalidade germânica.<sup>29</sup> Este aspecto pode ser mais facilmente assimilado se compreendermos que os descendentes de imigrantes alemães, ainda na década de 1930, constituíam uma comunidade consideravelmente homogênea (SALAMONI, 2001), mantendo inclusive o idioma de origem enquanto língua materna, tanto nos núcleos familiares quanto no aprendizado escolar, em alguns casos<sup>30</sup>. Essa conjuntura levaria até mesmo à ação estatal varguista, durante o Estado Novo (1937-1945), chegando ao limite da criminalização do uso das línguas germânicas no espaço público das terras brasileiras<sup>31</sup> (LEMOS, 2012).

---

<sup>29</sup> Ver processo nº 1582, de 30/05/1937.

<sup>30</sup> Sobre o sentido de pertencimento entre os imigrantes alemães e seus descendentes na região: “Em grande parte desses núcleos, os imigrantes tentaram recriar a noção de **Heimat** (pátria), representada objetivamente pela região colonizada e pelas relações sociais estabelecidas entre os colonos, motivadas por laços de parentesco e amizade que, em última instância, estavam marcadas por um mesmo passado.” (SALAMONI, 2001, p. 8) Grifo no original.

<sup>31</sup> As medidas nacionalistas de Vargas proibiram também o ensino do alemão e/ou em língua alemã nas escolas públicas brasileiras, principalmente durante o Estado Novo. Esse fator, somado à religião, também ajuda a explicar

Tabela 1 - Proprietários dos estabelecimentos\* onde ocorreram os crimes noturnos\*\* – segundo nacionalidade e estado civil (Pelotas, década de 1930)

Proprietários de estabelecimentos	BRASILEIRO	PORTUGUÊS	ALEMÃO	NÃO INFORM.	TOTAL
CASADOS	7	1	-		8
SOLTEIROS	-	1	1		2
NÃO INFORMADO				5	5
TOTAL	7	2	1	5	15

Fonte: elaboração própria. \*Incluindo bares, cafés, armazéns, quiosques e casas comerciais. \*\*Incluindo brigas, agressões e homicídios ocorridos entre 18 hs da noite e 7 hs da manhã.

Nas descrições de ocorrências em estabelecimentos localizados na área central ou portuária, essa referência ao proprietário também aparece – exemplo do *Restaurant Guido* e o quiosque de José Carreteiro –, embora com menor frequência. Nesses casos, o nome fantasia do local (Café Glória, Café São Jorge, Café Nacional, Café João Pessoa, Restaurante A Bohemia, Kiosque Central) parece estabelecer uma vinculação pessoal menos estreita, de menor proximidade do que o nome do proprietário; esse movimento no sentido de uma impessoalidade vai ao encontro da modernização de aspiração cosmopolita dos centros urbanos.

Na pesquisa de Vanessa Devantier (2013) sobre o comércio da Rua XV e seu entorno a autora ressalta que a miríade de opções dentre os cafés e confeitarias das ruas do centro abarcava também diferenciações sensíveis na assimilação do público. Os cafés pertencentes a empresas maiores compunham arquitetura e mobiliário que remetessem ao público aristocrático e tradicional, embora contendo todos os requintes e ousadias da modernidade, como janelas envidraçadas e ornamentos reluzentes. Sandra Gayol também identifica essa diferenciação nos cafés de Buenos Aires, chamando atenção para a denominação de “cafés principais”.<sup>32</sup> Por outro lado, os quiosques simbolizavam a sociabilidade efêmera e moderna dos centros urbanos, onde a simbiose com a rua e o âmbito público ficavam ainda mais evidentes.

---

a ampla adesão dos descendentes de alemães às escolas particulares vinculadas às igrejas luteranas. Para saber mais sobre o assunto ver Fachel, 2002 e Lemos, 2012.

<sup>32</sup> “Entre os anos 1930 e 1940 foi possível localizar uma quantidade significativa de casas de cafés no eixo central de Pelotas, e constatar que a maioria estava endereçada em sua artéria principal, a Rua XV de Novembro. Um dos mais conhecidos, o Café Nacional, de propriedade da família Silveira Neto (da Empresa Nacional de Propaganda, fundada em 1914), tinha sua matriz em Porto Alegre e sucursais em Pelotas e nas cidades de Rio Grande, Bagé e Santana do Livramento. [...] O entroncamento das ruas XV de Novembro e Sete de Setembro foi alcunhado como ‘a esquina dos cafés’. De fato, na década de 1940, somente nesta esquina se encontravam três cafés, Carpena, Rex e Nacional – este, único que resistiu ao tempo, é atualmente o Café Aquário.” (DEVANTIER, 2013, p. 88-92)

Figura 14 – Quiosque na Praça Coronel Pedro Osório, antiga Praça da República (área central de Pelotas)



Foto: Quiosque no encontro das ruas Lobo da Costa e XV de Novembro (esquina da Prefeitura Municipal), 1900. Fonte: Olhares Sobre Pelotas.

Em Pelotas, apesar da disseminação dos cafés ter se estabelecido enormemente em função do apelo às elites cosmopolitas que ansiavam pelos hábitos vistos em suas viagens, a vulgarização desse tipo de estabelecimento nas ruas centrais da cidade permitiu o surgimento de um amplo espectro de cafés, dos mais humildes aos mais requintados, a fim de atender a ampla demanda de um hábito cada vez mais arraigado do cotidiano dos centros urbanos brasileiros. Com mobiliário simples e instalações menos luxuosas ou ainda com decorações e atividades voltadas ao público jovem – como era o caso do Café João Pessoa (Rua XV, próximo ao Mercado Central) –, os cafés compunham também uma rede de suporte fundamental àquela população que vivia em habitações compartilhadas e, muitas vezes, não dispunha da estrutura necessária para o preparo de refeições cotidianas.

Entre as jornadas diárias do ganha-pão fora de casa, trabalhadores homens e mulheres moradores de cortiços e quartos de hotéis nem sempre dispunham de um recinto em seu local de moradia para preparar refeições e receber amigos, o que fazia dos bares, cafés e botequins, redutos privilegiados da sociabilidade dos despossuídos. O crescimento das periferias também complementa a explicação dessa demanda por refeições rápidas no circuito das ruas principais.

Seja pelo *status* cosmopolita dos setores abastados ou pela necessidade ditada pelos poucos meios de sobrevivência das massas assalariadas, fato é que o segundo quartel do século XX assentou amplamente a comensalidade no espaço público da cidade. O hábito de beber, comer e conversar com pessoas que não necessariamente constituíam laços profissionais ou familiares trazia ao cotidiano pelotense o cenário citadino da era das massas, onde o convívio

acelerado pelas rotinas do horário de expediente misturava transeuntes de diversas origens étnicas e sociais nas ruas do centro.

El radio céntrico continúa siendo un lugar “obligado” de frecuentación para aquellos que habitaban en otras áreas de la ciudad. Lugar de tránsito para ejercitar actividades económicas, pero también lugar de paseo y de sociabilidad, al estar profusamente poblado brindaba una utilidad adicional: la posibilidad de perderse, de desaparecer del ojo policial que pretendía controlarlo todo. (GAYOL, 1993, p. 260)

Ainda que os nomes dos locais pretendessem certa imparcialidade, é possível encontrar casos em que os depoentes revelam uma associação coloquial mais direta do local com o proprietário, como no caso do conflito ocorrido na noite de 25 de março de 1933, no Kiosque Central. A certa altura do inquérito, a vítima refere-se ao estabelecimento como o “*kiosque do Antonio Esteves*”. No mesmo processo, lembrando as origens da desavença com o acusado, a vítima alega ter sido agredida por mais duas vezes por J., “as duas na venda **de Adriano**, situada à rua General Osório esquina Moreira César”. Esse mesmo local é mencionado no depoimento do acusado enquanto o “armazém Ao Rochedo”, o que exemplifica não só as ambiguidades dos vínculos estabelecidos entre cada frequentador e os locais em que costuma beber, como também o caráter multifacetado das funções e denominações desses locais.<sup>33</sup>

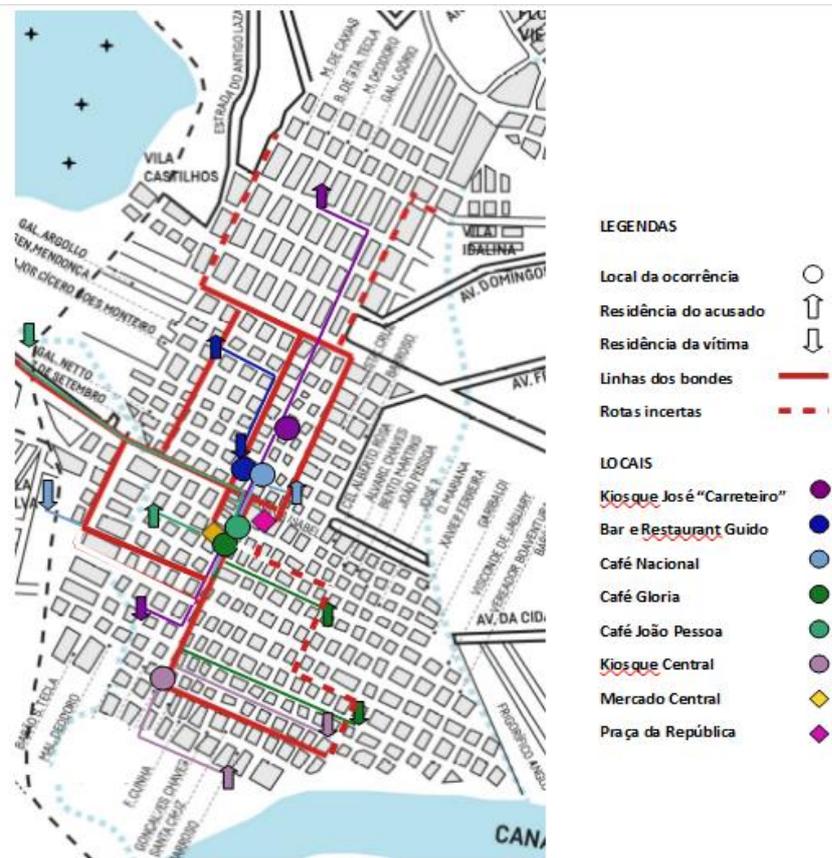
A propósito, deve-se considerar que a figura do proprietário do negócio é sempre tanto mais essencial no processo-crime – e para a sociabilidade do lugar, arriscamos dizer –, quanto mais presente este se faz no momento de servir os “traguinhos” atrás do balcão. Encontramos um caso cujo atendente principal, uma espécie de gerente do local, era o nome associado à chefia do negócio por muitos depoentes, uma vez que o real proprietário não se fazia tão presente.<sup>34</sup> O proprietário que também é membro da sociabilidade do “boteco”, torna-se o pêndulo que rege quais personalidades e comportamentos merecem continuar desfrutando da bebida e do espaço, sendo responsável pela expulsão dos inconvenientes e pela delimitação do grau de embriaguez do indivíduo – a partir de determinado ponto, se este continuasse a servir um cliente já alcoolizado, estaria sujeito a penalizações judiciais.

---

<sup>33</sup> Processo n° 212, Subfundo 1ª Vara Cível, Fundo Comarca de Pelotas, ano 1933. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Grifos nossos.

<sup>34</sup> Processo n° 1498, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, Fundo Comarca de Pelotas, ano 1934. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Figura 15 – Ocorrências em bares e cafés do centro e zona portuária – trajetos de vítimas e acusados  
(Pelotas, 1930-1939)



Fonte: *Mapa Pelotas e seus arrabaldes*, 1935. Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPel). Adaptado pela autora.

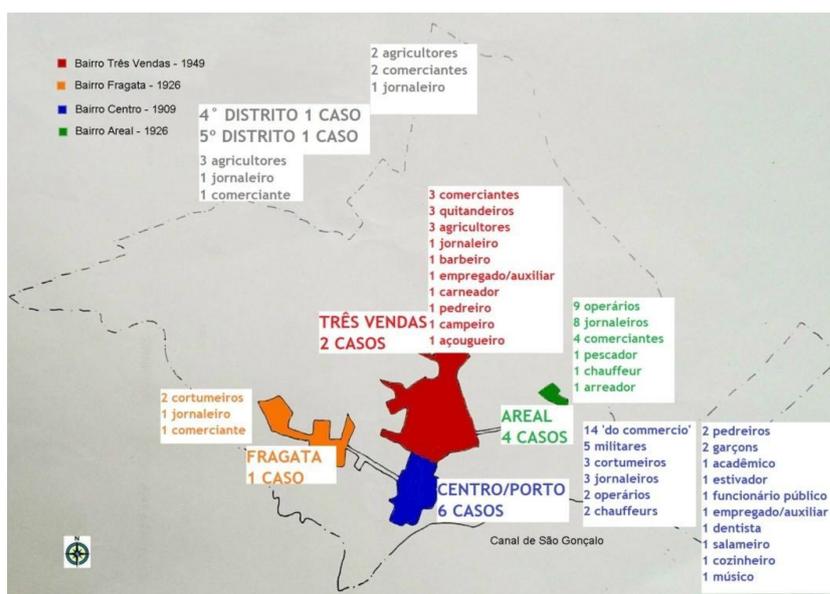
Na figura 15 (acima), buscamos salientar os trajetos dos homens envolvidos em brigas nos bares do porto e zona central, considerando o endereço de residência informado aos policiais durante os inquéritos. Há que notar – e isso fica mais claro no mapa a seguir (Fig. 16) – que a área central da cidade abrigava a circulação de pessoas de diversas classes sociais, e os inquéritos dos 15 processos-crime até então pesquisados, mostram ao todo 97 homens cujas profissões eram mais heterogêneas entre aqueles que frequentaram os bares da área central. Especificamente dentre vítimas e acusados – conforme demonstramos no mapa da figura 15 –, as profissões destes notívagos do centro abrangiam comerciantes, comerciários, estivador, pedreiro, militar, *chaffeur*, padeiro, cortumeiro e jornalista. A maioria deles residia nas proximidades da região central e zona portuária, o que fortalece a hipótese de que estes conflitos, mesmo quando relatados nos inquéritos como surgidos sem motivo aparente, certamente faziam parte de uma escalada de antipatias e provocações que a cada encontro nos trajetos e ruas movimentadas do centro urbano, adensava-se, agregando camadas e camadas de animosidade e tensão a estas disputas masculinas.

É significativo, também, que muitos destes locais de sociabilidade e residência que permeavam a zona central e portuária, conviviam com a proximidade topográfica em relação aos terrenos baixos dos banhados e córregos pertencentes à zona da Várzea, longitudinalmente a partir da rua Almirante Barroso na direção leste até encontrar o Arroio Pepino – conforme indicado nos mapas das Figuras 3 e 15. Essa característica dos terrenos e sua proximidade com regiões alagadiças contribuía para acrescentar estigmas aos moradores e emprestar conotações – às vezes até desejadas, quem sabe – aos estabelecimentos próximos. De fato, esse aspecto apresenta ressonância histórica na formação do espaço urbano de diversas cidades – as zonas “baixas” eram locais por excelência da vida noturna e do *bas-fond* (KALIFA, 2015). Conforme a pesquisa de Caimari (2011, p. 181) sobre Buenos Aires:

Sabemos de seus referenciais mais ou menos específicos: as zonas próximas ao porto (como em tantas cidades portuárias, o porto é o irradiador profuso de “submundo”); [...] certas zonas fronteiriças entre cidade e pampa, onde os homens tomavam tragos e se desafiavam em duelos a faca...

Não por acaso, junto às regiões típicas das liberdades mundanas, a autora aponta também as zonas fronteiriças da cidade como parte desse território subterrâneo dos comportamentos, onde parece ser subentendido que se encontrem refúgios da civilização e, logo, se possa dar vazão aos desejos e instintos sem o olhar vigilante da modernidade.

Figura 16 – Profissões encontradas nos processos-crime de ocorrência noturna em bares e sua distribuição nos distritos do município (Pelotas, 1930-1939)



Mapa *Expansão dos bairros e zonas periféricas de Pelotas*. Fonte: Vieira, 1997. Adaptado pela autora.

Os casos ocorridos nas zonas periféricas, além de não somarem tantas pessoas ouvidas pela polícia quanto aqueles das zonas central e portuária, apresentam uma diversidade menor

de profissões entre esses frequentadores. Entretanto, percebe-se que havia homens sem emprego fixo presentes em todas as ocorrências, o que vai ao encontro da ideia de que estes locais também eram vistos como círculos onde se ficava sabendo quem busca e quem oferece emprego. O termo “jornaleiro” usualmente referia-se àqueles trabalhadores que viviam de ocupações incertas e trabalhavam por dia, carregamento ou empreitada.<sup>35</sup>

Além das profissões, é possível identificar que a maior parte dos casos (9/15) pesquisados apresentam ferimentos letais, ou seja, em nove dos 15 casos, a vítima morreu em decorrência dos ferimentos recebidos nesses conflitos. Combinando estas informações com a pesquisa nos jornais, parece seguro afirmar que muitos dos chamados por brigas em bares não chegavam a gerar denúncias levadas adiante no sistema de justiça criminal. Seja pela natureza leve dos ferimentos, pela relutância de muitos dos abrangidos em envolver-se com a polícia ou mesmo por muitos destes casos acabarem enquadrados nas estatísticas de desordem e embriaguez, parece-nos característico destes conflitos a tendência a resoluções menos burocráticas, exceto quando acabavam envolvendo ferimentos por armas brancas ou armas de fogo (ver tabela Cap. 2).

O desfecho dessas disputas, por sua vez, podia acontecer também no espaço das ruas<sup>36</sup>, ao mesmo tempo público e anônimo, mas certamente repercutia de outra forma nos cenários da sociabilidade masculina, sob o testemunho de outros homens que poderiam atestar a hombridade e honorabilidade dos envolvidos segundo os critérios “orgânicos” da justiça informal cotidiana.

O comportamento dos protagonistas do conflito, assim como de seus assistentes ou coadjuvantes, estava programado socialmente, o que dava às ações das pessoas envolvidas no episódio significados sociais precisos e compreensíveis para os membros do microgrupo sociocultural onde se desenrolava a luta. [...] a desconfiança e a resistência dos populares em relação à intervenção das autoridades policiais e judiciárias em sua vida têm um sentido cultural profundo, enraizado no próprio modo de vida da classe trabalhadora: os populares estavam imbuídos de normas próprias reguladoras de suas desavenças, possuíam noções próprias de justiça e, quando envolvidos em situações de conflito, seguiam rituais de conduta que mostrava, apego a valores muitas vezes opostos àqueles prezados pelas classes dominantes. (CHALHOUB, 2001, p. 307-309).

---

<sup>35</sup> A permanência do uso desse termo nos processos-crime pelotenses da década de 1930 é significativa, pois o mesmo é derivado de um contexto de trabalhadores escravizados chamados “de ganho” nas últimas décadas da escravidão brasileira, em que esses contingentes de escravizados prestavam serviços na rua, a terceiros, e cujos pagamentos, chamados de “jornais”, eram devidos a seus senhores parcial ou integralmente, dependendo do arranjo. (MOURA, 2004, p. 150)

<sup>36</sup> Conforme demonstrei no enfoque específico às ocorrências noturnas no espaço público da cidade classificadas nos inquéritos policiais enquanto “acertos de contas”, subcapítulo pertencente à minha dissertação de mestrado. Ver CARVALHO, 2013, p. 101.

Essa concepção de justiça não mediada e direta também tem seus efeitos nos atendimentos prestados nos hospitais da época. A Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, nos anos finais da década de 1930, registra as duas causas mais frequentes nos socorros prestados enquanto “ferimento inciso profundo” e “ferimento contuso profundo”, o que abrangia tanto acidentes quanto os reflexos destas brigas, em bares, em bailes, em *clubs* e pensões, nas casas e ruas. Os dados referentes aos atendimentos prestados pela Beneficência Portuguesa, embora em menor número, também dialogam com as informações da Santa Casa ao revelar certa constância nos atendimentos ligados à violência interpessoal e hemorragias (ver Figs. 17 e 18). A cidade lembrada por seus teatros, clubes e carnavais, modernizava-se com os olhos no progresso, mas permaneciam no espaço público concepções arraigadas de uma justiça que não recorria a intermédios.

Figura 17 – Socorros prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Pelotas nos anos de 1937, 38 e 39

	1937	1938	1939
<b>Alcoolismo</b>	19	23	23
<b>Ferimento inciso profundo</b>	232	259	270
<b>Ferimento contuso profundo</b>	477	271	597
<b>Contusões</b>			185
<b>Ferimentos puntarios</b>			186
<b>Ferimento penetrante por arma de fogo</b>	48	31	29
<b>Ferimento penetrante por arma branca</b>	5	3	8
<b>Hemorragia</b>	178	199	243
<b>Total ligado à violência interpessoal</b>	959	786	1541
<b>Total Geral</b>	3126	3524	2545

Fonte: Boletim Estatístico do Município de Pelotas, 1939, p. 62 (adaptado). DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Diretor João Simões Lopes. Anuário Demográfico do município de Pelotas. Ano 1939. Boletim nº 6. Disponível no Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

Figura 18 – Socorros prestados pela Beneficência Portuguesa nos anos de 1937, 38 e 39

	1937	1938	1939
<b>Acoolismo</b>	1	2	1
<b>Ferimento inciso profundo</b>	10	7	8
<b>Ferimento contuso profundo</b>	13	4	6
<b>Ferimento inciso superficial</b>	3	6	
<b>Ferimento contuso superficial</b>	16	7	
<b>Ferimento penetrante por arma de fogo</b>	4	3	5
<b>Ferimento penetrante por arma branca</b>	2	2	
<b>Hemorragia</b>	45	10	13
<b>Total ligado à violência interpessoal</b>	94	41	33
<b>Total geral de socorros</b>	996	1064	1080

Fonte: Boletim Estatístico do Município de Pelotas, 1939, p. 59 (adaptado). DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Diretor João Simões Lopes. Anuário Demográfico do município de Pelotas. Ano 1939. Boletim nº 6. Disponível no Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

Em geral, entre os óbitos de todos os distritos do município, as pessoas solteiras morriam mais do que as casadas, podendo inclusive essa diferença ser bastante expressiva. Como muitas cidades da época, em Pelotas a morte mais comum também se dava na primeira infância – cerca de 30 a 40% do total de óbitos se davam dos 0 aos 5 anos de idade, incluindo os dados para os distritos de caráter rural. No entanto, enquanto nos distritos rurais, os próximos volumes de mortes começavam a crescer a partir dos 50 aos 70 anos, a faixa etária com o maior número de mortes após a primeira infância na cidade era de jovens entre 21 a 30 anos. Entre os perfis (excluindo crianças) que mais registraram óbitos no ano, estão mulheres cuja atuação profissional registrada é o serviço doméstico, na vasta maioria, e homens "jornaleiros", seguidos de agricultores, operários e “do comércio” – estes dois últimos com a mesma porcentagem. Destaco que, apesar dos registros disponibilizados pelos hospitais, no ano de 1939, a maioria dos mortos em idade adulta falecia sem assistência médica (DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, 1939).

Estudos atuais acerca dos crimes cometidos em relação às zonas de consumo de bebidas alcoólicas apontam as zonas centrais do espaço urbano como aquelas cujas funções e assimilações heterogêneas levam a maiores riscos de conflito, associadas à embriaguez (BROMLEY & NELSON, 2002). No entanto, o que se percebe nos conflitos dos botequins da década de 1930 em Pelotas, é que, apesar de sensíveis diferenças de denominação, arquitetura e (pluri)funcionalidades, as motivações que levavam ao estopim de conflitos dentro dos espaços dos bares apresentavam muito mais semelhanças do que discrepâncias. Entre divergências no jogo, dívidas, humilhações em frente aos demais frequentadores e disputas escaladas ao longo do tempo por relações de poder dentro desses microgrupos, os locais da sociabilidade informal masculina parecem ser considerados, à época, os lugares ainda privilegiados para afirmar reputações e defender a própria respeitabilidade, ainda que por meio da violência.

O espaço noturno por excelência das desinibições e camaradagem masculina em contraposição às batalhas do mundo do trabalho, facilmente se transforma em arena simbólica e concreta, em que as tensões e desigualdades, longe de permanecerem mascaradas sob o véu civilizado da modernidade, pairavam como nuvens densas prestes a desabar sobre as cabeças dos comensais. Adensando as proximidades entre o âmbito rural e urbano, quis-se demonstrar aqui essas sensíveis configurações étnicas, sociais e culturais, fazendo emergir os trajetos que levavam os notívagos aos bares e armazéns.

Nas linhas dos bondes e pelas ruas de pedra do centro, buscou-se usufruir dos conhecimentos sobre esse espaço e sobre essas distintas vivências no sentido de possibilitar uma visibilidade mais abrangente destes caminhos. O próximo passo será aproximar ainda mais as lentes e tentar observar, de perto, quem eram estes boêmios errantes.

## 2 O COPO, O JOGO, A BRIGA: UM PERFIL SOCIAL POR MEIO DOS INQUÉRITOS

Cientes da densidade deste capítulo, procuramos separá-lo em dois momentos: uma breve introdução que aproxima o tema de que tratamos do tipo de fonte com as quais estamos lidando, e uma segunda etapa, a qual abarca os esforços empreendidos no sentido de compartimentar os dados disponíveis sobre os homens ouvidos nos processos-crime e perceber de que forma estas informações reaparecem na análise qualitativa, ressignificadas nos relatos sobre as ocorrências.

### 2.1 Aproximações entre tema e fontes

*“Si o depoente póde esclarecer o seu pensamento, quando afirmou que o acusado era um **bohemio**? Resp. Que quis dizer que era um rapaz folgazão, gostando da vida dos Cafés e das diversões noturnas”<sup>37</sup>*

Os bares foram – e ainda são – cenário frequente de conflitos, significando, ao mesmo tempo, local de camaradagem e espaço de disputa e afirmação dos valores masculinos. Era ali que os homens afogavam as mágoas, discutiam futebol, cantavam seus amores e divagavam ao som do gramofone, a tal ponto que se perdiam os detalhes de uma briga na mesa ao lado<sup>38</sup>. Portadores de polos positivos e negativos, estes espaços intersticiais da vida cotidiana refletiam as ambivalências da sociabilidade masculina frente à modernidade.

Em um processo que apresentou características singulares em determinadas regiões da Europa e Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX, os bares, tavernas e *saloons* constituíram – não somente em grandes metrópoles –, locais de observação privilegiada dos efeitos da transição de modos de vida árcades para a rotina competitiva do convívio nas cidades. Nesses locais, os signos da respeitabilidade entre homens se deparavam com tradições e rupturas, e mesmo as brigas e lutas corporais carregavam essa ambivalência. De uma parte, o aspecto recreativo e o sentimento de laços sociais e vínculos entre contendores (CONLEY, 1999; SPIERENBURG, 1998); por outro lado, os ressentimentos étnicos e sociais que permeavam as provocações e afirmações de masculinidade. (PARSONS, 2000)

---

<sup>37</sup> Testemunha A.C., Processo nº 314, ano 1932, Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>38</sup> Processo nº 1568, Subfundo 2º Cível e Crime, Fundo Comarca de Pelotas, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), 1932.

Nas brigas em bares analisadas aqui, as insinuações a respeito da virilidade e sexualidade dos homens foram algumas das provocações verbais que deram margem às agressões físicas diretas. A capacidade de um homem fazer uso de grandes quantidades de bebidas alcoólicas sem cair estava diretamente relacionada à sua habilidade em cuidar de si próprio e de seus interesses. O homem embriagado que perdesse o controle e dependesse do auxílio alheio para levantar-se ou mesmo ser protegido de aproveitadores, deixava a desejar em sua masculinidade, assim como o bêbado que não soubesse respeitar os limites do outro e interferisse em assuntos alheios. Como diriam os informantes de Jardim (1991, p. 120), **“bêbado é aquele que incomoda. [...] que fala alto, que chama atenção, ou que tem de ser carregado por outros.”**

A dependência e a passividade diante de provocações estavam relacionadas à diminuição dessa honradez masculina, a qual pressupunha qualidades percebidas em situações-limite, como a embriaguez lúcida, a camaradagem introvertida, a valentia implícita. Qualidades fronteiriças, que exigiam do homem um manejo em ser sociável sem ser falastrão, oferecer tragos ao demais sem ser explorado, ser temido sem precisar demonstrar constantemente sua força (FLORES e AREND, 2017). O álcool, as provocações, o jogo e as distinções do mundo “diurno” do trabalho e da estratificação social constituíam todos ameaças-teste à masculinidade nestes espaços e, em determinados contextos, alguns destes elementos foram mais intensamente sentidos do que outros.

No interior das vendas e armazéns, se vivia à vista dos demais e, de certo modo, em função dos olhares julgadores dos outros. Muitas vezes, o conflito, que havia surgido em outro local, era resolvido no bar, diante do testemunho e do julgamento de todos os presentes, configuração propícia para a reparação da honra masculina.

Os bares eram locais de intercâmbio de informações. O fluir dos comentários poderia culminar na ruína ou na glória dos envolvidos. Também no interior dos bares eram construídas ou destruídas as reputações. Assim, quem freqüentava os botecos se ligava a uma atividade social multiforme e específica: beber, jogar cartas, engendrar laços, consolidar uma relação e edificar a respeitabilidade. (CARNEIRO, 2011, p. 184)

A honra masculina, principalmente ao homem desprovido da simbologia material ligada ao seu valor, desempenhava papel crucial neste ambiente, onde uma infração ‘fútil’ aos olhares da ética civilizada da elite, podia desencadear uma ofensa profunda. Para homens pobres que sofriam com a incapacidade de prover o sustento dos filhos, humilhados cotidianamente no ambiente de – ou na busca por – trabalho, é compreensível que o bar, onde encontravam seus amigos, conhecidos e inclusive fortaleciam a rede de relações que poderia vir a minimizar a

conjuntura precária, figurasse como o reduto *par excellence* da manutenção de sua respeitabilidade. E tanto mais problemático se apresenta este cenário, quanto mais se tem ideia das transformações pelas quais passam as condutas e normas implícitas de comportamento que regem essas reputações masculinas.

As concepções veladas e inerentes ao grupo sobre que tipo de ofensas merecem revide, quando revidar e de que forma, são tanto menos estáticas quanto mais heterogêneos são esses grupos. Sobretudo, e principalmente em cidades que vivenciavam uma urbanização crescente – com afluxo de imigrantes, êxodo rural, comunicação interétnica, interações portuárias, imprensa, livrarias, cinemas e teatros –, tais noções estavam em constante mudança. A ambivalência percebida nestes conflitos é também um dos sintomas da modernização.

No anseio de saber o quão “democráticas” eram estas noites do espaço público pelotense, empreendemos a busca por alguma metodologia ou técnica que auxiliasse a perceber estes frequentadores da sociabilidade noturna dos botequins enquanto grupo, ou seja, que possibilitasse visualizar elementos mais gerais sobre estes boêmios. Entretanto, neste ponto, fica ainda mais evidente o enviesamento da fonte judicial, pois, conforme argumenta Elmir (2002), não podemos tomar o grupo remanescente nas fontes policiais enquanto o “todo”, ou seja, os *vestígios da sociabilidade boêmia como a sociabilidade boêmia*.<sup>39</sup> É preciso se considerar o quanto algumas denúncias não eram levadas adiante, o que faz especial sentido ao lidar com o tipo de fonte que estamos trabalhando, a qual envolve etapas subsequentes de avaliações por múltiplos órgãos e instâncias do poder.

Uma ação penal pode ser privada ou pública. Atualmente, temos diferentes regras para definir quando cabe à parte ofendida recorrer à justiça ou quando o Ministério Público pode apresentar denúncia sem o consentimento do(a) ofendido(a). No entanto, no Código Penal Brasileiro de 1890, ainda vigente no período aqui investigado (embora substituído pelo Decreto

---

<sup>39</sup> Apesar de serem fontes detalhadas e com grau considerável de frequência, o investigador não pode assumir que estão expressos ali todos os registros de ocorrências em determinado período. Entretanto, de maneira alguma isso deve caracterizar um empecilho ou desestímulo ao pesquisador. As particularidades da pesquisa com os pobres, com a noite ou com o submundo das interações clandestinas não devem ser comparadas com um tipo de historiografia privilegiada que sempre tratou com a abundância de registros ligada às classes abastadas. Em tais comparações, a crítica recorrente a respeito da “fragilidade” documental das generalizações equivale à defesa de uma historiografia elitista e tradicional, pautada por paradigmas herdeiros de uma concepção de ciência bastante limitada. Como refere Ginzburg (1989, p. 178), em seu texto clássico (e bastante incompreendido): “a orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância.” Portanto, sejam quais forem as técnicas e metodologias empregadas, é preciso manter sempre em vista objeto e objetivos da pesquisa. Assumir estatutos, cartilhas e dogmas concernentes a outras temáticas pouco ou nada contribuem para a construção de um trabalho autêntico. É necessário, sim, apoiar-se nas experiências daqueles que comunicam sobre as abordagens possíveis ao seu objeto, tendo em vista a subjetividade inerente a cada fonte, mas sem cair na falácia desencorajadora de um ceticismo estéril.

nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932, que considerou a *Consolidação das Leis Penaes*, publicação do desembargador Vicente Piragibe, como a atualização do referido código), ficou estabelecido que:

Art. 407. Haverá logar a acção penal:

§ 1º Por queixa da parte offendida, ou de quem tiver qualidade para represental-a.

§ 2º Por denuncia do ministerio publico, em todos os crimes e contravenções.

Exceptuam-se:

1º, os crimes de furto e damno, não tendo havido prisão em flagrante;

2º, os crimes de violencia carnal, rapto, adulterio, parto supposto, calumnia e injuria, em que sómente caberá proceder por queixa da parte, salvos os casos do art. 274.

§ 3º Mediante procedimento ex-officio nos crimes inafiançaveis, quando não for apresentada a denuncia nos prazos da lei.

Art. 408. Em todos os termos da acção intentada por queixa será ouvido o ministerio publico; e nos da que o for por denuncia, ou ex-officio, poderá intervir a parte offendida para auxiliar-o. (BRASIL, 1890)

Após a queixa (em caso da parte ofendida) ou denúncia (de parte do poder público) que delimita os eventos da ocorrência e quem são os envolvidos, segue-se o laudo médico – corpo de delito ou necrópsia. Ouvem-se ofendido, acusado e testemunhas, quando possível – considerando-se casos de homicídio ou lesão grave que impeçam ouvir a parte ofendida ou ainda a inexistência de um suspeito do crime ou ignorância de seu paradeiro. Se forem reunidos indícios suficientes de sua responsabilidade no crime, ele poderá ser indiciado pelo delegado. Em seguida, este redige um relatório que vai respaldar o indiciamento. Este relatório, enviado ao juiz da Comarca, constitui o ponto onde termina a fase de inquérito policial e iniciam-se os autos do processo, composto, evidentemente, de todo o material angariado durante o inquérito.

Até esse momento, o acusado ainda não é réu. O juiz decide encaminhar os autos do caso ao Ministério Público, que avalia o processo e opta por denunciar ou não o acusado/indiciado. Em caso afirmativo, o juiz ainda pode receber ou não a denúncia. Se recebida, seguem-se todos os protocolos definidos no Código Penal com relação à inquirição de testemunhas, encaminhamento de provas de ambas as partes envolvidas, obedecendo o devido tempo para consultas ao material e respostas. Todas essas laudas são reconhecidas, assinadas e anexadas ao processo. Concluído o processo e decorrido o prazo para ambos lados examinarem os autos, há ainda um período de alguns dias para últimas diligências necessárias. Findas essas etapas, o juiz pode decidir por absolver sumariamente o réu, caso considere comprovado algum fato que o isente de pena. Do contrário, o processo vai a julgamento e seguem-se as orientações do Código Penal a respeito de composição de jurados e intimação de

testemunhas, bem como ao comparecimento de citados e representantes legais de ambas as partes (BRASIL, 1932).

A cada uma dessas etapas, são necessários indícios seguros que comprovem a materialidade do crime e da autoria, ou seja: o inquérito policial e a fase de instrução do processo precisam fornecer claramente, em seus respectivos intervalos de tempo, evidências de que o crime de fato ocorreu e provas de que o acusado foi o responsável. Se esses indícios forem insuficientes, não só o juiz pode decidir absolver o réu sem julgamento, como as investigações policiais podem não virar um processo na justiça, ou mesmo o delegado pode considerar que não há provas suficientes para indiciar o acusado. Especificamente em relação aos confrontos que investigamos, se as agressões forem de natureza leve, existe uma chance de que ambas as partes deixem de comparecer nas audiências, fazendo com que um processo às custas do poder público, simplesmente, caduque.

Ou seja: a “seleção inerente aos processos sequenciais”, da qual fala Monsma (2011), compreende também essas avaliações internas sobre o tipo de fonte sobre a qual nos debruçamos. Cientes de todas essas etapas e dos critérios de avaliação pertencentes à cadeia de profissionais que compunham o sistema de justiça, fica mais evidente a necessidade de cuidado dos pesquisadores ao usar a documentação judicial para abordar categorias amplas, ou fazer generalizações concernentes a temas como criminalidade e violência. Isso sem falar naquelas denúncias desencorajadas previamente por preconceitos étnicos, sociais ou de gênero – a chamada “autosseleção” –, quando o próprio ofendido é impelido a considerar irrelevante levar ao conhecimento da justiça o que foi feito a ele. (MONSMA, 2011, p. 31)

Podemos, sim, identificar, nesse material riquíssimo que são os processos criminais, uma série de concepções que ajudam a entender o que era a norma e o que o cotidiano dos envolvidos assumia enquanto corriqueiro, mesmo que fosse ilegal. Essas aparentes incoerências são mais reveladoras do que muitas generalizações apressadas. Vimos, por exemplo, no capítulo anterior, que nas primeiras décadas do século XX, antecedentes ao período aqui focado, os relatórios das delegacias revelavam grande quantidade de detenções por desordem e embriaguez, muitas delas ocorridas no tempo noturno e em espaços não muito diferentes daqueles pesquisados aqui (GOUVÊA, 2015). Com isso em mente, foi significativo constatar também que, nos periódicos da época, apareciam muitas referências a brigas em bailes e festejos noturnos em clubes, associações, sindicatos e residências, mas também brigas em bares nas quais incorriam elevado número de contendores ou envolvidos diretos – os que dissuadiram, tentaram apartar etc. Essa característica parece favorecer uma interpretação policial, ao comparecer nesses locais, inclinada a enquadrar a situação enquanto “desordem”,

principalmente se envolvesse agressões leves e indivíduos alcoolizados – o que não era, de forma alguma, incomum.

Voltaremos a essa questão mais atentamente no capítulo posterior, mas por ora é suficiente usar essa possibilidade interpretativa acerca dos parâmetros da atuação policial para ilustrar mais um aspecto dentre os possíveis vieses de nossas fontes criminais, e justificar outra vez a necessidade de olharmos para múltiplos tipos de fonte que possam focar nosso objeto por outros ângulos. Na presente pesquisa, fizemos o cotejo das fontes criminais com jornais de consumo amplo e acessível à época (ver Capítulo 3), pois vale lembrar que a documentação policial para nosso período – inquéritos que não viraram processos-crime, relatórios e estatísticas de delegacias, por exemplo – não se encontra disponível para consulta, e possivelmente esteja perdida para sempre.<sup>40</sup>

Portanto, os grupos aqui estudados são uma fração, um resquício do todo que constituiu os boêmios, jogadores e briguentos que compuseram a “cultura noturna de bar” em Pelotas. Peças remanescentes de um quebra-cabeça cuja imagem completa talvez nunca vejamos, o que não impede que façamos todos os esforços metodológicos para conectarmos os pedaços que se encaixam e completarmos os vazios com a honestidade dos caminhos possíveis, diante das contribuições de outras pesquisas que informam sobre nosso objeto. Os obstáculos postos à pesquisa, conforme sugere Ginzburg (2007) são elementos constitutivos da documentação, logo, devem tornar-se parte do relato. “A busca da verdade [torna-se] tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta).” (GINZBURG, 2007, p. 265)

O composto heterogêneo de homens aproximados por vivências noturnas cotidianas muito similares, o qual enfocamos neste capítulo, é formado por pessoas que participaram ou que testemunharam conflitos nestes espaços de sociabilidade, mas sobretudo por aqueles que permaneceram disponíveis aos esclarecimentos das autoridades após o momento da queixa na delegacia. Não raro, alguns dos presentes desapareciam ao notar o estopim da briga ou o chamado da Polícia. Nesse sentido, não é forçoso levantar a hipótese de que alguns acusados pudessem dispor de uma rede de proteção que, devido ao poder, dinheiro ou boas relações com delegados e promotores, fosse capaz de evitar não apenas a denúncia<sup>41</sup> quanto a própria repressão policial no local da ocorrência.

---

<sup>40</sup> Ver algumas hipóteses que levantamos para a inexistência desta documentação no capítulo anterior.

<sup>41</sup> Esses recursos são mencionados mais explicitamente nos processos de defloramento da mesma época, quando muitas denúncias eram adiadas ou simplesmente abandonadas pelos queixosos devido às ameaças do acusado à família da ofendida, por exemplo (CARVALHO, 2019).

No entanto, o esforço policial no sentido de uma identificação pormenorizada dos envolvidos acaba por produzir um bom material aos historiadores acostumados aos “garimpos” de uma investigação cujo objeto, por si só, constitui uma fuga dos olhares, registros e vigilância da sociedade moderna. A vida noturna no espaço público, bem como a sociabilidade masculina cotidiana dos botequins, deixa poucos rastros para a posteridade. Sem dispor da observação *in loco* de nossos agentes, os meandros da camaradagem, brincadeiras, cantorias e amizades construídas nos bares, só podem ser percebidos tangencialmente nas fontes de que dispomos. Mas foram parte incontestável dessa sociabilidade, embora o que nos reste sejam vestígios da documentação e repressão aos crimes, registros da face violenta dessas interações.

Nem por isso devemos contribuir a generalizações ligadas à chamada “cultura da violência”, que fecha os olhos a todos os vestígios de solidariedades e aproximações entre homens nestes espaços. As conversas, os jogos, as rodadas de “aperitivos” oferecidas por amigos recém feitos e mesmo as provocações entre antigos conhecidos – que às vezes não acabavam tão bem – não constituem apenas um prólogo para desentendimentos e agressões. São signos efetivos de rituais de aproximação, partilha de tempo e energia, ao mesmo tempo que avaliações mútuas de pertencimento às categorias vigentes de masculinidade e respeitabilidade na época. Mesmo os desentendimentos fazem parte dos critérios de análise dessas categorias.

Embora operados frequentemente em um nível inconsciente, o que tem sido verificável em pesquisas antropológicas – as quais ultrapassam a barreira diacrônica –, essa dupla dimensão presente no cotidiano noturno dos bares abrange tanto o aspecto positivo e lúdico da camaradagem, gerada pelo compartilhamento de alegrias e dores comuns, quanto o polo negativo dessa equação, que comporta as disputas, a ameaça velada de não-pertencimento e a exclusão dessa rede masculina que, para alguns, poderia significar inclusive parte essencial da sobrevivência. O ponto que deve ser destacado aqui é que as brigas, agressões corporais, “vias de facto”, as quais, à primeira vista, podem parecer pertencer exclusivamente ao vórtice negativo por seu tom violento, às vezes são parte de uma visão lúdica da luta, o que também contribui a um senso de irmandade (SPIERENBURG, 1998).

Desfechos violentos às provocações no interior do bar podem ter motivações inalcançáveis pelo historiador, porém existem casos em que são evidentes as preocupações acerca das demonstrações de força e habilidade de ambas as partes – o que está sensivelmente ligado a estes espaços de convívio e performance da masculinidade. Carolyn Conley (1999) traz à tona um universo irlandês de fins do século XIX, em que muitas das ocorrências de brigas entre homens atendidas pela polícia envolviam certa perspectiva recreacional da violência, os

contendores – de ambos os lados, sem distinções de classe – demonstravam prazer na luta. A grande maioria dessas lutas tinham caráter comunitário, em que parentes e amigos acabavam por tomar parte e geralmente não incluíam armas ou acabavam por recorrer a armas improvisadas. As mortes em decorrência destas brigas eram consideradas meros efeitos colaterais indesejáveis e sequer o ferimento ou morte de observadores, agentes passivos nesses conflitos, eram motivo de grandes punições. O uso de facas não era bem visto pelos juízes e tendia a ser punido com maior severidade, embora Conley (1999) destaque que, nesses casos, era explícito que a oposição do juiz era ao uso da arma, e não à violência. As brigas em que ninguém saísse seriamente ferido, segundo a autora, sequer eram consideradas merecedoras de ação pelos policiais.

Sem forçar aproximações simbólicas com um contexto distante, alguns paralelos são evidentes. A quantidade ínfima de agressões de natureza leve, sem uso de armas e/ou que envolvam mais de dois contendores entre os processos-crime pelotenses aqui investigados sugere soluções distintas adotadas para esses contextos. Em uma destas ocorrências foi possível perceber, inclusive, que o processo caducou devido ao não-comparecimento nem do réu, nem da vítima às audiências. Em alguns casos, os contendores alegavam não lembrar das motivações da agressão por estarem muito embriagados, o que também parecia diminuir consideravelmente o ímpeto dos juízes em prosseguir com a denúncia.

Essa visão das brigas enquanto parte constituinte da sociabilidade masculina parece ter sido especialmente presente nas comunidades rurais, em uma cultura do lazer que mesclava tragos e jogos no “bolicho” ou venda da localidade – bem como em eventos coletivos em dias “santos” – com alguma briga entre homens como partes da diversão. Segundo Conley (1999, p. 59), a “violência recreacional era também uma resposta para a monotonia da vida rural”.<sup>42</sup> Mas não só. Podemos notar indícios de que esses hábitos foram disseminados pelas culturas urbanas à medida que os contextos de insegurança, crise econômica, imigração e êxodo rural fizeram com que muitos dos hábitos tradicionais das sociabilidades rurais adquirissem um peso extra no enfrentamento das incertezas nas cidades.

A pesquisa antropológica e etnográfica de Denise Jardim (1991) com os homens frequentadores de botecos na Porto Alegre de fins do século XX, também percebe essa dinâmica positiva das brigas nestes espaços, à medida que os reconhece enquanto lugares de performance e verificação social da masculinidade, e compreende as brigas e suas variáveis como partes dessas avaliações. “Estes conflitos, portanto, não estão entre os fatos que desagradam

---

<sup>42</sup> Tradução livre. No original: “Recreational violence was also a response to the monotony of rural life.”

inteiramente os homens, pois fazem parte mesmo de um espetáculo a ser comentado.” (JARDIM, 1991, p. 120).

Os próprios jogos verbais que faziam— e ainda fazem — parte do convívio entre homens, onde as provocações são ditas com voz elevada, em frente aos demais, fazem parte destas verificações periódicas da masculinidade, seja em espaços de lazer ou trabalho. O que está em jogo é a capacidade de responder à altura, em igual tom jocoso, não recuar diante das ofensas ou mesmo, em contexto de fins do século XX, de contar histórias (e estórias) tão ou mais incríveis que o contador anterior aos companheiros de balcão (JARDIM, 1991, p. 142).

Tais aspectos dessas disputas aproximam-se, em grande medida, daquilo que Norbert Elias (1992) argumentava a respeito do jogo e d’*A busca da excitação*. Conforme o autor discorre no livro escrito em parceria com Eric Dunning, as sociedades humanas, submetidas a uma série de regras e restrições de impulsos individuais em prol da vida coletiva, acabam produzindo tensões, aliviadas principalmente nos momentos de lazer e nas manifestações de violência. No entanto, as sociedades complexas oferecem um padrão — embora sujeito a configurações específicas segundo cultura e contexto —, o qual é parte do processo civilizatório, em que são criados jogos e disputas ritualizadas destinadas à liberação dessas tensões de um modo controlado; esse processo constituiria a gênese dos desportos.

Enquanto a excitação é bastante reprimida na ocupação daquilo que se encara habitualmente como as actividades sérias da vida — excepto a excitação sexual, que está mais estritamente confinada a privacidade —, muitas ocupações de lazer fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitação, ao representar, de alguma forma, o que tem origem em muitas situações da vida real, embora sem os seus perigos e riscos. Filmes, danças, pinturas, jogos de cartas, corridas de cavalos, operas, histórias policiais e jogos de futebol — estas e muitas outras actividades de lazer pertencem a esta categoria. (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 70)

Ou seja, levando-se em conta os múltiplos aspectos em xeque nestes momentos de sociabilidade, jogos, bebidas e conflitos capturados nos depoimentos, é inegável perceber que tais investigações desnudam muito além do crime. A norma ou a transgressão são insuficientes se quisermos compreender as dinâmicas presentes nessa cultura de bar de tempos modernos e instáveis. Estamos diante de narrativas detalhadas, as quais se debruçam minuciosamente sobre momentos-chave para a apreensão de múltiplas camadas da vida noturna abrigada nos bares e armazéns pelotenses.

O cabedal de depoimentos e descrições presentes nos processos faz com que esta fonte não seja utilizada somente porque é uma das poucas que sobreviveram para contar as noites dos botecos, mas também porque pressupõe o encontro de interpretações da realidade às vezes

separadas por um abismo social. As concepções de vida, respeitabilidade e diversão de profissionais liberais, acadêmicos e comerciantes são confrontadas com cotidianos incertos e estratégias de sobrevivência dos despossuídos e desempregados, e todas essas influenciadas pela proximidade com a lei e o poder. Em suma, processos-crime constituem fontes polifônicas. (CARDOSO, 1997).

Por isso, cientes do objeto e diante do acervo da Comarca de Pelotas disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), a estratégia adotada na pesquisa foi estabelecer dois “filtros” para que fosse possível isolar aqueles processos que mais se aproximam das noites e espaços aqui investigados. O primeiro desses filtros diz respeito ao horário da ocorrência, o que me levou a ler a página da queixa/denúncia de todos os processos disponíveis da Comarca de Pelotas na década de 1930. Entram na seleção aqueles cuja ocorrência do conflito tenha se dado entre 18 e 7 horas.<sup>43</sup>

O segundo critério de seleção foi a sociabilidade dos bares, ou seja: a ocorrência refere-se a agressões ou homicídios que tem curso partindo do convívio dentro destes espaços. Não entram, portanto, casos de furto ou incêndio nestes estabelecimentos, por exemplo. O filtro “sociabilidade” serve para selecionar apenas aqueles conflitos que iniciaram dentro do bar, frutos destes convívios – mesmo que breves ou que tenham tido seu desfecho na calçada ou na rua –, ou que tenham ocorrido dentro do estabelecimento, em face a esta sociabilidade presente.

O compilado de dados armazenados nestes processos sobre os boêmios e bêbados constitui raridade para os pesquisadores que compreendem a dificuldade de rastrear estes sujeitos. Ademais, por serem locais de acesso livre – pois não são cobrados taxas de ingresso ou mensalidades associativas –, os bares, armazéns e botequins são espaços que recebem indivíduos provenientes de segmentos sociais os quais raramente deixam traços institucionais para além daqueles concernentes a sua entrada e sua saída do mundo dos vivos. Não por acaso, é Foucault (2006, p. 207) quem melhor expressa essa busca:

Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado; que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor, que tivessem sido animadas por uma violência, uma energia, um excesso na malvadeza, na vilania, na baixeza, na obstinação ou no azar que lhes dava, aos

---

<sup>43</sup> Esta seleção sob o filtro noturno abrangeu diversos tipos de ocorrências em múltiplos espaços da cidade, e deu origem à minha dissertação de mestrado (ver Carvalho, 2013).

olhos de seus familiares, e à proporção de sua própria mediocridade, uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena. Parti em busca dessas espécies de partículas dotadas de uma energia tanto maior quanto menores elas próprias o são, e difíceis de discernir.

Na tentativa de apreender um momento da vida cujo propósito parece ser justamente uma fuga dos mecanismos institucionais de regulação social, este trabalho encontrou, nos inquéritos policiais, proximidade considerável com a narrativa coloquial dos depoentes. Para além dos discursos normativos da autoridade e da lei, percebe-se não só o cotidiano popular circunscrito, como também os valores sociais que regiam estas práticas noturnas, impregnados de concepções conflitantes diante de uma modernidade que aos poucos invadia o imaginário cidadão das noites do sul.

O espaço do bar constitui um espaço intermediário entre casa e rua, entre público e privado. Ao lidar com uma sociabilidade com esse grau de acessibilidade, assume-se a hipótese de encontrar, nestes circuitos, o estivador, o médico e o empresário. Confrontando esse pressuposto, propôs-se aqui o desafio de saber quem eram esses notívagos, bebedores ou abstêmios, jogadores e/ou tocadores de violão, o que os conectava e quais distinções os afastavam. Sabendo que certos indivíduos se encontram no campo de ação de mais de um grupo social (BULST, 2005), podemos começar a caracterizar, do micro para o macro, um perfil possível dos frequentadores destes botecos.

## **2.2 Dissecando sujeitos e estratégias: registros e relatos em confronto**

De um total de 120 processos de ocorrência noturna<sup>44</sup>, 15 ocorrem dentro dos bares<sup>45</sup>, em situações de convívio social, alguns deles resultando em agressões leves e outros em morte. Destes 15 casos, temos 15 vítimas de agressões, mas um total de 17 acusados, visto que, em dois desses casos, a acusação recai sobre duas pessoas – não por acaso, os acusados, em ambos os casos, são irmãos. No total, resultam em 97 homens presentes<sup>46</sup> em conflitos iniciados no

---

<sup>44</sup> O panorama das ocorrências noturnas que contou com a análise e classificação do montante de 120 processos-crime foi investigado em pesquisa anterior, a qual compôs minha dissertação de mestrado; esse trabalho tem relação direta com as inquietações que deram origem ao projeto da tese, conforme expliquei na introdução. Ver CARVALHO, 2013.

<sup>45</sup> Conforme mencionamos no capítulo anterior, optamos por não incluir 3 processos-crime ocorridos em locais informados nos processos enquanto lugares de prostituição – leia-se: pensões adjetivadas como “alegres” ou acrescidas de vocábulo feminino –, pois entendemos que as variáveis envolvidas nesses espaços não caberiam no escopo do objeto aqui enfocado.

<sup>46</sup> Adotou-se como critério levar em consideração apenas os depoentes presentes ou circulantes no local no momento da ocorrência, excluindo, portanto, amigos de vítimas e de acusados, os quais atuaram apenas enquanto

interior de armazéns, bares e quiosques e inquiridos pelos policiais, cujas idades englobam desde a infância até a velhice.

O mais jovem depoente ouvido pela polícia nesses casos foi um menino de 9 anos (Otávio C.), que teria presenciado a agressão a tiros que matou seu patrão<sup>47</sup>, ao passo que o depoente mais idoso é Paulo Rühling, de 70 anos, cozinheiro do bar onde Guido Brylski, um dos sócios proprietários, foi assassinado em decorrência de uma briga de bar na noite anterior<sup>48</sup>. Entretanto, como é perceptível no Gráfico 1, a densidade em número de presentes nas ocorrências concentra-se na faixa etária dos 23 aos 44 anos – tendo em vista as incidências recorrentes de 4 ou mais homens por cada idade registrada. Isso nos leva a uma concentração maior de homens em idade economicamente ativa.

Contudo, isso não significa afirmar que esses locais não eram frequentados por homens desempregados. Na verdade, como veremos mais adiante a respeito das profissões informadas à polícia, muitas das atividades seriam ocupações caracterizadas pela ausência de um vínculo empregatício formal, designações que serviam tanto ao objetivo de desviar do estigma de “desocupado” ao responder à polícia, quanto referir-se aos eventuais trabalhos que porventura fizessem parte do cotidiano desses trabalhadores autônomos.

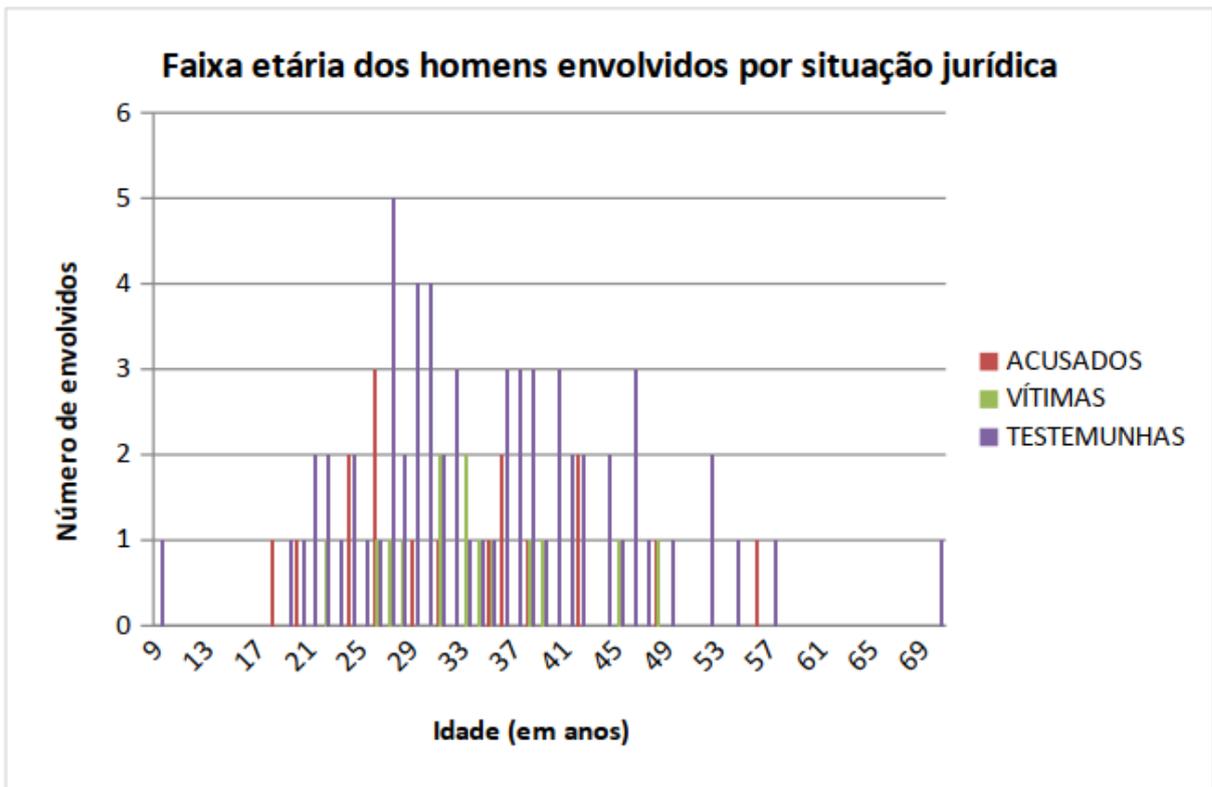
---

testemunhas da conduta e caráter dos envolvidos, nada tendo a contribuir a respeito da sociabilidade e as peculiaridades do conflito.

<sup>47</sup> Processo nº 1582, ano 1937, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Não raro, há a referência a tais relações mesclando abrigo, emprego e tutela de algum menor prestando serviços de auxiliar a algum homem de posses, algo bastante comum principalmente em zonas rurais.

<sup>48</sup> Processo nº 1646, ano 1933, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

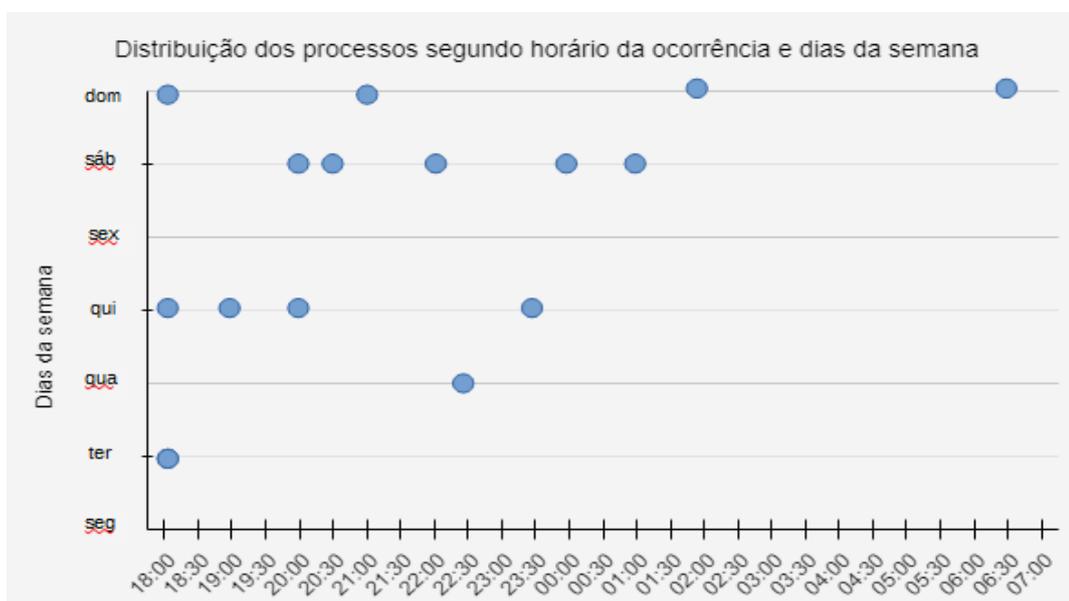
Gráfico 1



Fonte: Análise da pesquisa, considerando dados de ofendidos, acusados e testemunhas, obtidos nos processos-crime de ocorrência noturna nos bares de Pelotas, década de 1930. Documentação pesquisada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), 2018.

Outro indicador importante sugerido pela análise dos processos é o adensamento desses encontros aos finais de semana, o que condiz com a ideia de que estes hábitos não faziam parte de uma cultura de ócio, mas sim, que eram parte complementar da lógica do trabalho masculino. Dentre os 15 casos selecionados, pertencentes ao período das 18 às 7 horas da manhã, a maioria ocorreu aos sábados – 5 casos –, seguido por domingos e quintas-feiras, com quatro cada. Apesar da amostra pequena, é possível observar que também são mais frequentes aos finais de semana as ocorrências registradas nas horas mais adiantadas da noite. O gráfico a seguir permite uma visualização mais abrangente dessa dinâmica:

Gráfico 2



Fonte: Análise da pesquisa, considerando dados obtidos nos processos-crime de ocorrência noturna nos bares de Pelotas, década de 1930. Documentação pesquisada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), 2018.

Quanto ao estado civil dos homens presentes nos bares em momentos de conflito, tem-se um quadro bastante equilibrado, com uma ligeira vantagem para o grupo dos solteiros, que somam 49% dos envolvidos, ao passo que casados constituem 42% e viúvos, 3,5% – para 5,5% dos ouvidos pela polícia, não há menção de estado civil (ver Tabela 1). Lembrando que, em consideração aos muitos estudos apontando a informalidade dos relacionamentos afetivos entre as classes populares (CAULFIELD, 2001; ESTEVES, 1989; CHALHOUB, 2001), tanto os casados quanto os solteiros (e mesmo os viúvos) poderiam estar em uniões informais, a despeito das alegações oficiais no ato do depoimento.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> Vale salientar aqui as conclusões de Parsons (2000) acerca da sociabilidade masculina dos *saloons* na segunda metade do século XIX no oeste dos Estados Unidos. A presença frequente de homens casados nestes locais, associada à ascensão dos movimentos e associações em prol da temperança na época, possibilitaram maiores atuações femininas na esfera pública e privada, o que acabou por gerar consequências imprevistas nas relações de gênero e no vínculo entre a sociabilidade dos *saloons* e a masculinidade. As mulheres viam-se obrigadas a assumirem o papel de provedoras no sustento da família, uma vez que os maridos tinham suas capacidades para o trabalho comprometidas em função da bebida, dos jogos e de todo o tempo e energia dispendidos nos *saloons*. O amparo legal a essas mulheres vinha não só na forma de uma autoridade crescente, chegando a atuar junto aos proprietários dos *saloons* para que não vendessem mais bebidas alcoólicas aos maridos, mas também tinham o direito de pleitearem na justiça indenizações a serem pagas pelos *saloonkeepers* devido às perdas e danos causados pelo descumprimento dessas sanções. Muitas pesquisas sobre gênero, alcoolismo, temperança, violência e sociabilidade, foram possíveis devido a estes processos. No entanto, é necessário destacar que as conquistas subsequentes dos direitos das mulheres nos Estados Unidos, se em muito devem a estas atuações femininas anteriores nas sociedades de temperança, também foram marcadas pelo caráter conservador que norteou essas mobilizações. As concepções da justiça que garantiram esses direitos e que paulatinamente penetraram parte desse imaginário social acerca da masculinidade, partiam de um pressuposto voltado à manutenção das mulheres na esfera privada, e por isso culpavam os homens que não conseguiam “dar conta de seus próprios interesses” – *mind your business* – e frequentar o *saloon* sem perder o controle de suas responsabilidades de “homem da casa”. No

O discurso que apelava à moral, à proteção da família e às recomendações médicas, estiveram presentes com afinco desde as primeiras décadas do século XX nos periódicos das cidades brasileiras (MATOS, 2001). Foram empreendidas verdadeiras campanhas contra o álcool, altamente capilarizadas, com artigos célebres chegando até os jornais das cidades de porte médio. Entretanto, como observaremos mais atentamente nos capítulos seguintes, tais campanhas coexistiam com uma visão lúdica do ato de embriagar-se e também com a sociabilidade do bar enquanto parte do “ser homem”.

As principais cidades brasileiras dos primeiros anos do século XX, em um contexto pós-escravista, viveram os efeitos do êxodo rural. A distribuição das massas empobrecidas pelos contextos urbanos inseria cada vez mais segmentos sociais femininos no mercado de trabalho – ainda que em profissões ligadas ao âmbito doméstico, como domésticas, lavadeiras, cozinheiras, quitandeiras e tecelãs –, o que representou um impacto considerável nas relações afetivas das classes trabalhadoras. A relativa independência que as mulheres, principalmente pobres, alcançavam morando em seus empregos ou mesmo sendo capazes de sustentarem a si mesmas – e, muitas vezes, aos filhos e marido – fazia com que não vissem o matrimônio ou a vida conjugal como única alternativa de vida (CHALHOUB, 2001). Como já eram julgadas, desde cedo, como “experientes” por trabalharem “fora” e transitarem no espaço público (CARVALHO, 2019), o cotidiano forçosamente pragmático fazia com que as regulações morais e religiosas ficassem em segundo plano entre grande parte das mulheres pobres, as quais viam mais sentido em pautar suas relações por seus próprios desejos e necessidades do que por uma moral não condizente com suas realidades.<sup>50</sup>

Corroborando essa ideia, o trabalho de Caulfield e Esteves (1993), cobrindo um período de 50 anos de processos de defloramento no Rio de Janeiro, revela que, na grande maioria dos casos, as queixas na delegacia eram feitas após meses do ocorrido, o que remete à ideia de que as relações sexuais anteriores ao casamento não eram assim tão distantes do cotidiano das classes populares, embora fizessem parte de um acordo informal entre as partes: quando este acordo não era cumprido, ou as circunstâncias se agravavam (brigas, gravidez), o recurso à justiça era ativado (CAULFIELD e ESTEVES, 1993; CARVALHO, 2019). As autoras também chamam atenção para a falsa ideia de que a população pobre, mirada pelo sistema disciplinador da justiça, parece replicar a ideologia do poder em seus testemunhos, estratégia

---

Brasil, essa espécie de tutela – também conservadora – da justiça com relação aos papéis de gênero se dá com menor participação direta das mulheres, pelo menos até a Constituinte de 1933 (DULTRA, 2018).

<sup>50</sup> Isso não quer dizer que todas as mulheres pobres eram libertárias – muitas delas inclusive reproduziam concepções machistas em seu cotidiano –; significa, apenas, que as restrições morais e religiosas perdiam força frente às necessidades impostas pela batalha da sobrevivência.

também vista com os olhos da resistência cotidiana por Scott (1990).

Desde *Weapons of the Weak* (1985), seguido de *Domination and the Arts of Resistance* (1990), James Scott alerta sobre as formas cotidianas de resistência, enfocando hábitos das massas trabalhadoras com maior atenção. Ofuscadas por períodos de revolta explícita ou movimentos armados, as ações e negociações de pequenas concessões, intervalos, desobediências ou transgressões clandestinas são vistas usualmente como parte de um conjunto de estratégias individuais. Segundo o autor, ainda que desorganizada enquanto movimento social, essa luta prosaica e constante constitui muitas vezes, a forma mais efetiva de resistência dos setores subalternos a médio e longo prazos.

Repensando a lógica gramsciana, que previa a atuação de mediadores na construção e propagação de contra-hegemonias nas classes populares, Scott (1985; 1990) defende uma lógica interna própria da qual partem os trabalhadores, no sentido de adotar formas passivas de resistência cotidiana. Ou seja, tais formas independem da mediação entre teoria e prática da luta social, mas “emergem” da própria experiência. Nesse sentido, a resistência explícita – seja da ordem econômica ou simbólica – muitas vezes malograva os recursos já precários de subsistência, ameaçava conquistas anteriores e/ou ataçava a repressão dos patrões ou do Estado; na visão de Scott (1985; 1990), o reconhecimento desses processos não passava despercebido pelos escravos, camponeses ou trabalhadores.

Muitas vezes reduzida à mera assimilação e reprodução do *status quo*, a aparente concordância ideológica com a ética burguesa do trabalho, a aquiescência diante do discurso asceta e antialcoólico, e/ou as demonstrações de arrependimento, seguidas das promessas de abstenção do consumo de bebidas, poderiam constituir-se enquanto as máscaras com as quais muitos dos membros das classes subalternas, quando confrontados com a autoridade, se revestiam. Assim, mantinham validadas as negociações informais, não atraíam a suspeição dos chefes e permaneciam com uma via de acesso – ainda que subterrânea, ou, para usar o termo que Scott (1990) busca em Goffmann (1985), “escondida” – a seus hábitos e sua cultura.

De acordo com Caulfield e Esteves (1993, p. 58), “as demandas e interesses derivam de dois sistemas de significação com distintas e maleáveis áreas de convergência: aquela das autoridades judiciais e aquela da cultura popular.”<sup>51</sup> A lei e o projeto dos juristas derivavam de normas e de uma moralidade fortemente pautada pela influência cristã que ajudou a moldar os comportamentos visando à manutenção da ordem e do *status quo*, ao passo que os segmentos

---

<sup>51</sup> Tradução livre. No original: “the demands and interests derive from two systems of signification with diverse and malleable areas of convergence: that of judicial authorities and that of popular culture.”

populares usavam seus próprios códigos diante da escassez, mas pareciam recorrer ao discurso jurídico quando seus acordos não eram cumpridos ou quando esta via conferia meios de fazer valer seus intentos.

Repousando na esteira dessa intersecção: tanto nos discursos dos juristas frente às brigas protagonizadas por homens nos bares quanto nos discursos presentes nos processos de defloração, estão as noções de respeitabilidade e honra sobre as quais repousam as concepções norteadoras dos papéis de gênero da época. E, com isso, não nos referimos apenas aos ideais de condutas femininas, e sim, partimos de uma percepção de gênero que abarca igualmente um conjunto de regras sobre uma masculinidade idealizada. Conforme Scott (1996, p. 267), “homens e mulheres foram definidos em termos um do outro e não se poderia conseguir a compreensão de um ou outro mediante estudos completamente separados”.<sup>52</sup> Nesse sentido, valores masculinos como valentia, hipersexualização e inconsequência, são apenas o outro lado de uma mesma cultura que definiu papéis de gênero em oposição entre os sexos. E, muito embora esses valores fossem motivo de frequentes admoestações dos juristas nos discursos dos processos criminais dos valentões, nos julgamentos e sentenças ficavam expressas as dificuldades de se transpor as afinidades históricas destes mesmos juristas homens com esses ideais.

Portanto, para a observação analítica e aprofundada sobre o estado civil de nossos notívagos, seria mais confiável cruzar essas fontes com demais registros individuais, a fim de verificar em que medida os amasiamentos se encontravam dentre os casados e/ou dentre os solteiros. No entanto, para os objetivos deste capítulo, o que resulta observável desde já, é o fato de que o nome das esposas raramente é mencionado, nem nos questionários policiais e tampouco nos depoimentos. Esse dado pode contribuir para que tenhamos uma imagem ainda mais fragmentada dos desentendimentos, os quais, muitas vezes, começavam em contextos envolvendo as companheiras mulheres dos contendores, como bailes ou mesmo fofocas que acabavam se propagando na sociabilidade vespertina dos homens nos armazéns.

Os antecedentes dos crimes estudados têm o aspecto de um ritual de permuta de provocações e ameaças mais ou menos veladas entre os rixosos, ritual este na grande maioria das vezes envolvia ativamente outros membros do grupo humano em questão. Entre as provocações mais ou menos indiretas, as fofocas e as intrigas eram, talvez, as mais comuns, e seus conteúdos variavam de acordo com os motivos alegados para as desavenças. (CHALHOUB, 2001, p. 321)

---

<sup>52</sup> Tradução livre. No original: “hombres y mujeres fueron definidos en términos el uno del otro, y no se podría conseguir la comprensión de uno u otro mediante estudios completamente separados.”

Como exemplo dessa escalada de tensões, podemos citar o caso de Jayme Wetzel e José Rufino Machado, cujo desentendimento remonta a um baile ocorrido dois meses antes da agressão corporal de Jayme à José, na noite de 15 de agosto de 1934, no Café João Pessoa (proximidades do Mercado Central). A discussão teria iniciado em um baile no clube Centro Português. O baile estava cheio e os casais acotovelavam-se, ao que Jayme – 26 anos, solteiro, “do commercio” – teria perguntado a José – 22 anos, solteiro, militar – quando este pararia de “coicear”. José, envergonhado da ofensa em frente à namorada, retrucou e Jayme chamou-o para a rua, conflito que foi evitado por ambas as companheiras dos contendores. Contudo, a partir de então, Jayme saiu espalhando pelos cafês que iria atacar José. As testemunhas, em grande parte colegas militares de José, parecem ter desempenhado um papel fundamental no recrudescimento das relações entre ambos, insinuando, por meio de fofocas, ora que Jayme, ora José – as acusações são mútuas – teria implicado a covardia do outro, alegando fugas e esquivas.<sup>53</sup>

Parece claro que a discussão em um contexto envolvendo ainda mais pessoas do que o bar e, sobretudo, envolvendo o ideal masculino de valentia e virilidade frente às mulheres presentes, exacerbava ainda mais a necessidade de se provar a honra masculina por meio das demonstrações de força. Além do mais, a agressão não ocorrida, parece desempenhar papel fundamental no emprego de estratégias e intrigas entre os homens no intuito de acelerar o desfecho violento.

Tabela 2 – Estado civil dos ouvidos em processos-crime de ocorrência noturna em bares pelotenses (1930-1939) – por situação jurídica

ESTADO CIVIL	ACUSADOS	VÍTIMAS	TESTEMUNHAS	TOTAL
SOLTEIRO	10	9	30	49
CASADO	7	5	29	41
VIÚVO	0	0	5	5
SEM MENÇÃO	0	1	1	2
TOTAL POR SIT. JUR.	17	15	65	97

Fonte: análise da pesquisa, com base nos dados obtidos dos inquéritos policiais anexados aos processos-crime da Comarca de Pelotas, selecionados por horário da ocorrência (das 18h às 7h), local (bares, armazéns, casas comerciais, quiosques, cafês e restaurantes) e contexto de sociabilidade (excetuando-se furtos, roubos, incêndios etc). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

Seguindo nosso esforço em visualizar um perfil dos envolvidos nas brigas em bares, faz-se necessário atentar para algumas particularidades dessas fontes. Os dados dos inquéritos referentes à cor da pele nos inquéritos são de tal forma esparsos e inconsistentes que, diante do

<sup>53</sup> Processo nº 218, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, ano 1934, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

risco de observar a porcentagem com uma base quantitativa tão frágil, achei mais prudente apontar algumas observações de caráter qualitativo. Por exemplo: é significativo que os policiais se importem muito mais em explicitar a nacionalidade do que a procedência étnica; porém, é tanto ou mais sintomático, em uma sociedade cujo racismo herdeiro da escravidão ainda se fazia bastante presente no cotidiano, que a menção à cor escura da pele apareça sempre que seja necessário empreender uma investigação sobre a conduta do citado – réu, vítima ou testemunha duvidosa. Em suma, era um dado considerado relevante ao se estabelecer a suspeição ou idoneidade dos comportamentos, o que é bastante significativo, pois as teorias criminológicas no Brasil do início do século XX ainda carregavam o peso da associação com estudos raciais. O Rio Grande do Sul dispunha de um gabinete de Antropologia Criminal desde 1895, o qual coletava dados sobre os corpos, heranças étnicas, hábitos e vícios dos detentos transferidos à Casa de Correção de Porto Alegre. (GARCÍA FERRARI & GALEANO, 2016). As poucas fotos disponíveis nos processos-crime pelotenses, não raro, devem-se a esses materiais.

Além disso, em muitos dos processos aqui pesquisados, a cor da pele parecia não seguir os mesmos critérios na avaliação de policiais e peritos que realizavam o corpo de delito, por exemplo. Não raro, encontram-se divergências que variam da cor “branco” à cor “misto” ou “pardo” para o mesmo indivíduo, o que é mais raro de acontecer no caso da pele negra, em que o homem era frequentemente referido como “preto”, havendo pouca ou nenhuma divergência quanto a isso ao longo do processo. Contudo, é necessário salientar que os dados sobre procedência étnica são mais presentes entre as vítimas, seja em razão de alguma norma interna das forças policiais, seja pela constatação desse dado proveniente dos laudos de corpo de delito e/ou necrópsia anexados ao processo.

A nacionalidade, por outro lado, tem apelo não só entre os dados de identificação solicitados pela polícia, mas também é material presente na narrativa dos conflitos. Na noite de 30 de maio de 1937, na Casa Comercial de Ernesto Dettmann, houve um desentendimento entre João Iahnke, 36 anos, solteiro, quitandeiro e Joaquim Quevedo Rodrigues Sobrinho, 28 anos, casado, barbeiro, durante um jogo, ao qual vários presentes assistiam. Dentre eles, cerca de cinco homens de ascendência germânica, incluindo Ernesto, 52 anos, casado, proprietário do estabelecimento, e João, acusado do tiro responsável pela morte de Joaquim. A testemunha José Santos Alves, 28 anos, casado, carneador – vulgo “Castelhano”<sup>54</sup>, assim narra: “que quando a

---

<sup>54</sup> Referência à região de Castella, na Espanha. Apelido muito comum no Rio Grande do Sul, conferido aos cidadãos com alguma ascendência espanhola ou de países latino-americanos de colonização espanhola.

vítima estava no pateo, e tinha na mão, supõe o depoente que um sarrafo, disse e o depoente ouviu: ‘Eu ensino estes alemães.’”<sup>55</sup>

Outros casos, como o de Reduzino Cabrera, 48 anos, solteiro, estivador, uruguaio, e João Alves, 24 anos, casado, brasileiro, pedreiro, também exemplificam o quanto as questões de nacionalidade influenciavam no respeito e deferência dos comportamentos entre os presentes na sociabilidade dos bares. Reduzino é ferido nas mãos por uma faca empunhada por João após ter, supostamente, iniciado a luta provocando este último. De acordo com o dono do bar,

Cabrera saíu para a porta e começou a provocar o creoulo de nome João [...] que o ofendido é pessoa ali muito mal vista, conhecido como provocador e desordeiro, tanto que quando pediu a cachaça, o depoente não desejava servi-lo, e só o serviu porque ele instou muito; que o réu é um rapaz muito sério, ordeiro e respeitador.<sup>56</sup>

O depoimento do proprietário do estabelecimento, Antonio Esteves, 40 anos, solteiro, português, acaba por reforçar a impressão de que o uruguaio seria o responsável pelas inconveniências e provocações que culminaram na agressão, embora a vítima tenha alegado haver sido agredido outras vezes sem prestar queixa, e que, desta vez, havia sido ameaçado de morte – informação obtida com um desconhecido no local. O acusado João Alves assim relata:

Que há um anno, mais ou menos, achava-se com outros, jogando o solo, no armazem Ao Rochedo, à Rua General Osorio, esquina Moreira Cesar; que conversava em assumptos do Uruguay donde voltara ha pouco, quando ali chegou Reduzino Cabrera, que tomou parte na roda; que Cabrera, dizendo-se uruguayo, começou a **elogiar a sua pátria e tendo phrases descortezes para o Brasil**; que o declarante vendo que a conversa podia tomar outras consequencias, retirou-se, indo para casa; que dahi em diante Cabrera, sempre que encontrava o declarante, o provocava; que sabbado ultimo, mais ou menos às vinte e duas horas, achava-se o declarante no Kiosque Central, a rua Quinze de Novembro, esquina da Benjamin Constant, quando ali entrou Cabrera que após fallar com outros que alli estavam, agrediu o declarante, dando-lhe uma bofetada; que Cabrera fazendo gesto de agredir de novo, o declarante que estava armado de uma pequena faca, com a qual se defendeu, ferindo-o numa das mãos; que o declarante em seguida retirou-se.<sup>57</sup>

Nesse trecho do depoimento do acusado, vemos que uma das discussões que teria feito crescer a animosidade entre os dois refere-se ao comportamento desrespeitoso que Reduzino, uruguaio, teria demonstrado para com o Brasil, na presença de brasileiros. Não sabemos, é

---

<sup>55</sup> Processo nº 1582, ano 1937, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>56</sup> Processo nº 212, ano 1933, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>57</sup> Processo nº 212, ano 1933, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Grifo nosso.

claro, qual o teor da conversa inicial, sobre a viagem de João ao Uruguai, o que poderia agregar mais elementos para discernirmos o estopim do conflito e a importância de referências às nacionalidades no jogo social da conversa (SIMMEL, 2006) ou mesmo em possíveis jogos verbais (JARDIM, 1991) e seus desfechos violentos. No entanto, resulta interessante que ambos os contendores tenham considerado a menção a este desentendimento anterior como parte relevante a ser narrada no processo concernente ao conflito no Kiosque Central. A característica desrespeitosa e provocadora do ofendido, como é possível observar em outros casos, contribui para produzir ou a improcedência da denúncia pelo juiz ou um atenuante de legítima defesa pelos jurados. No caso de João, o efeito é a primeira opção e a denúncia nem vai a julgamento.

Tabela 3: Nacionalidade dos ouvidos em processos-crime de ocorrência noturna em bares pelotenses (1930-1939) - por situação jurídica

NACIONALIDADE	ACUSADOS	VÍTIMAS	TESTEMUNHAS	TOTAL
BRASILEIRO	14	12	58	84
PORTUGUÊS	2	0	2	4
URUGUAIO	1	1	0	2
ALEMÃO	0	1	3	4
NÃO INFORMADO	0	1	2	3
TOTAL POR SIT. JURÍDICA	17	15	65	97

Fonte: análise da pesquisa, com base nos dados obtidos dos inquéritos policiais anexados aos processos-crime da Comarca de Pelotas, selecionados por horário da ocorrência (das 18h às 7h), local (bares, armazéns, casas comerciais, quiosques, cafés e restaurantes) e contexto de sociabilidade (excetuando-se furtos, roubos, incêndios etc). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

Do ponto de vista meramente quantitativo, a nacionalidade não constituiria um fator relevante na análise. Contudo, na leitura dos processos a questão toma vulto, evidenciando que, na prática social desses espaços, o pertencimento ou a exclusão a determinado grupo de homens pode obedecer também a critérios de ascendência e uma espécie de diplomacia informal nem sempre respeitada.

Entre os brancos, o atestado de boa conduta parece também remeter à herança europeia e/ou no vínculo com imigrantes que atestem sua respeitabilidade. Comum a todos, aparece a lógica burguesa do trabalho e da discrição enquanto comprovantes de uma conduta adequada. O homem brincalhão, provocador e, sobretudo, que andasse armado (de faca ou revólver), já carregava sobre si a mancha de um comportamento belicoso – o que, em muitos casos, aparece como elemento justificador de uma alegação de legítima defesa por parte do adversário na

contenda, conforme mencionamos acima. O senso de justiça popular também permeia o trabalho de Chalhoub (2001, p. 328), quando identifica que

É a observação do comportamento dos circundantes que fornece as pistas mais reveladoras para a compreensão das normas que regulam a luta propriamente dita. [...] Este comportamento no sentido de não interferir inicialmente na luta revela pelo menos dois pontos importantes: primeiro, esses homens consideram a luta uma das possibilidades legítimas de solucionar certos conflitos; segundo, a interferência dos circundantes quando uma das partes está inferiorizada ou incapaz de continuar a se defender sugere uma concepção de justiça segundo a qual a luta é válida e legítima enquanto há equilíbrio de forças entre as partes em confronto.<sup>58</sup>

Como exemplo disso nos casos pelotenses, é significativo observar que a mesma briga com Jayme Wetzel da qual os colegas soldados de José Rufino Machado não só foram entusiastas como tiveram participação indireta – pela disseminação das fofocas e provocações que escalaram os desentendimentos desde o baile –, contou também com a interferência de outros circundantes no momento da agressão propriamente dita. Após encontrá-lo no Café João Pessoa, Jayme chama José para a rua, a fim de resolver seus assuntos, e José tenta desviar desse desfecho, alegando que iria depois de terminar a conversa que mantinha com um colega no interior do bar, ou dizendo que iria ao banheiro antes. Diante disso, Jayme segue José até o banheiro, e um cortejo de observadores os acompanham. A testemunha Ariovaldo Casanova, 21 anos, solteiro, declara que seguiu os contendores até o mictório, onde dois civis tentaram impedi-lo de entrar, não conseguindo. Ariovaldo então segurou Jayme após este dar uma bofetada em José e, neste momento, o soldado teria aproveitado para dar o soco em Jayme.<sup>59</sup>

Nestas descrições, temos várias atitudes em que a interferência dos circundantes desempenha papel fundamental. Primeiro, a fofoca que contribui para a escalada de tensões; segundo, a atitude de sentinela dos companheiros de Jayme na porta do mictório, com o objetivo de assegurar que a luta se realizasse, uma vez que o adversário vinha se esquivando; terceiro, a conduta de Ariovaldo, que tampouco considera justo que um homem seja acossado dessa forma quando, além de tudo, estaria despreparado e em menor número; e por último, a atitude de José que, aproveitando-se da desvantagem de Jayme ao ser detido, sente-se confortável para agredir

---

<sup>58</sup> Esse elemento, característico das sutis hierarquias presentes no protocolo da sociabilidade masculina, é tanto mais significativo, quanto consideramos sua permanência na cultura de bar das classes populares do século XXI. Em estudo sobre o hábito de brigar em bares, Hochstetler, Copes and Forsyth (2014) identificaram que, ainda hoje, a cultura de bar das classes trabalhadoras na Louisiana, EUA, abarca inúmeras delimitações que regem não apenas quando um homem honrado deve entrar em uma briga, mas também quando é imprescindível iniciá-la e quando convém recusar.

<sup>59</sup> Processo nº 218, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, ano 1934, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

o adversário – o que tampouco parece ser um comportamento aprovado por aquele que o socorreu, Ariovaldo, pois sua intenção seria apenas impedir a continuidade das agressões a José.

Os dois casos em que irmãos são ambos acusados também giram em torno dessas nuances a respeito do quão justa está sendo a luta. No entanto, nestes casos, tem-se o adicional das relações familiares e a cumplicidade que se segue diante de tais situações. No caso dos irmãos Dirceu e Osmar dos Santos, o acusado Dirceu acaba intervindo em uma briga entre seu irmão e João Estácio Vieira, 38 anos, casado, comerciante. Osmar, 18 anos, solteiro, jornalista, estaria muito embriagado ao sair da casa comercial e teria “rebencado” o cavalo de João, amarrado à frente do local, para afastá-lo do seu.<sup>60</sup> João e Osmar discutem e Dirceu, 24 anos, casado, jornalista, pede que João não machuque Osmar, visto que este estaria muito alcoolizado. No entanto, Osmar cai ao solo na briga e João retorna ao interior do bar. Osmar se levanta e volta ao bar, ameaçando João com um revólver. João, tentando desarmar Osmar, entra em luta corporal com este e Dirceu se envolve usando uma faca – alegando que sua intenção era assustar João, apenas. O ferimento cortante produzido em João acaba por levá-lo a óbito.

A denúncia contra Osmar é considerada improcedente e Dirceu é condenado a seis anos de prisão após a apelação da promotoria. O novo julgamento destaca alguns pormenores da luta: os depoimentos levam a crer que, no momento da interferência de Dirceu, não havia a necessidade do emprego da faca, se a intenção era apenas assustá-lo; contudo, a conduta de Dirceu é relativizada pela ideia de que tampouco João estava certo em entrar em conflito com um rapaz alterado pela bebida. Voltaremos a debater o papel do álcool e da embriaguez nesses conflitos mais detidamente no Capítulo 4.

O outro caso envolvendo dois réus irmãos é o processo contra João Coelho da Silva, 42 anos e Firmino Coelho da Silva, 29 anos, ambos solteiros, cortumeiros e portugueses. Os irmãos são acusados do assassinato de Theodoro José Viana, 39 anos, casado, ocorrido após um desentendimento no Café São Jorge, na noite de 15 de dezembro de 1932. No depoimento de João, este conta que

foi do cortume de Augusto F., onde trabalha há dezesseis anos a um kiosque, adiante do sobrado pegado ao cemitério para adquirir umas telhas e aí encontrou um desconhecido que lhe convidou para beber cachassa; que o declarante não queria beber, mas o outro, insistindo, começaram a tomar; que depois o outro desafiando-lhe para jogar um sólo e não tendo o depoente aceito desafiou-lhe para jogar uma escova; que o depoente então aceitou e beberam mais três copos de seiscentos reis de cachassa, cada copo; que após isso

---

<sup>60</sup> Implícito nas circunstâncias que configuram o estopim dessa briga está o vínculo do cavalo com seu dono, para a cultura gaúcha. Associado com a honra do proprietário, o cavalo maltratado gerava reação semelhante a uma agressão pessoal. Para mais sobre a relação do homem com o cavalo no imaginário gaúcho, ver o artigo de Mariana Thompson Flores e Jéssica Arend, 2017.

sobreveio uma discussão por causa de uma linguiça e de vinho pois tendo o depoente ganho a partida, o outro quis que o declarante pagasse; que o declarante disse que não fazia questão de pagar; que depois saíram para fora e o dito indivíduo avançou-se no casaco do depoente, rasgando a manga do lado direito e o casaco no lado esquerdo e deu-lhe um pontapé na altura do joelho, no lado esquerdo, como tudo mostrou nesta audiência ao juiz; que aí apartados o depoente e seu irmão retiraram-se e, estando como estavam muito alcoolizados foram dar em casa de manhã, não sabendo o depoente por onde andaram; que ao sair de casa foram presos e então o depoente veio a saber que eram acusados de terem assassinado o dito indivíduo.

João residia há dezesseis anos em Pelotas à época do conflito, mas seu irmão, Firmino, acabara de chegar de Portugal. Muitas testemunhas não oculares são chamadas a depor pela defesa, afirmando a honestidade e o caráter de João que, com isso, acaba por ser inocentado da co-autoria no crime. As testemunhas – o dono do bar e um homem, provavelmente seu auxiliar – confirmam os desentendimentos, mas apontam que os dois irmãos teriam saído e voltado para encontrar Theodoro, quando Firmino teria feito uso de uma faca ao apartar uma luta entre Theodoro e João. Firmino alega que ele e o irmão saíram do quiosque muito “tocados da cachaça” e que andaram sem rumo pela cidade, não sabendo bem por onde e “que só se lembra de que viu o indivíduo a que vem se referindo agarrado ao irmão do declarante, este os apartou, não tendo visto mais nada”.<sup>61</sup>

A ideia de lutas corporais e agressões sem o uso de arma parece ser considerada um meio legítimo de resolver conflitos provenientes do convívio boêmio, como as divergências no jogo, a embriaguez inconveniente ou rodadas de comida e bebida prometidas e não pagas. Esses motivos são referidos nos relatórios policiais e jurídicos com o discurso supostamente objetivo que dá um tom de futilidade a essas agressões. E os réus, talvez com o intuito de não se autoincriminarem estabelecendo motivos plausíveis que justificassem uma ideia de premeditação ou cálculo – assim reduzindo o impacto da atenuante embriaguez –, acabavam coordenando os depoimentos de maneira que lembrassem de vários detalhes até o momento crucial da agressão, em que as memórias de ambos ficavam difusas.

A memória do crime parece ser um critério importante nos conflitos saídos dos bares. No caso de Silvino e Odorico, os quais protagonizaram um dos conflitos mais impactantes desta pesquisa, o processo-crime chega a discutir se a atenuante da embriaguez seria aplicável ao réu que se lembra do que fez. Um processo volumoso, que revela uma desavença de longa data, com inúmeros episódios de perseguição e assédio, relatados por muitas testemunhas.

---

<sup>61</sup> Processo nº 1568, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1932, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

A vítima, Silvino Oliveira, 33 anos, solteiro, tinha um comportamento provocador e malicioso que, diante das reiteradas recusas e esquivas de Odorico Castillo, 36 anos, solteiro – ambos trabalhadores do comércio –, sentia-se cada vez mais impelido a ridicularizar seu desafeto diante de todos. Segundo uma testemunha, a perseguição de Silvino estava afetando Odorico a tal ponto que este falava em ir embora da cidade, pois a cada encontro pelas ruas e bares do centro, Silvino o ameaçava de agressão e proferia provocações em voz alta, chamando Odorico de “moça”, pois este não o enfrentava.

Este caso é permeado por comoção. Muitas testemunhas aparecem a contribuir apenas pelo “ouvir dizer”, e mesmo aqueles que se encontravam no local acabam tomando emprestadas algumas interpretações no decurso das conversas – não por acaso, conversas que giravam pelos mesmos cafés onde ocorriam os conflitos, em um círculo vicioso que parecia se retroalimentar de sociabilidade e desvio. O caso da testemunha Alvaro Carvalho, 30 anos, acadêmico, é sintomático da simbologia dessas teorias e suposições para o decorrer da sociabilidade masculina, pois sendo Alvaro um dos presentes no momento do crime e confirmando seus vínculos com o jornal da cidade, é acusado de “vazar” informações da atuação policial à imprensa, prejudicando as investigações.

O aglomerado de pessoas que se reunia no local do crime detonava uma infinidade de informações sobre a ocorrência, e os populares discutiam avidamente nos dias seguintes todas as circunstâncias da luta. Essas discussões se caracterizavam por um grande “engajamento” dos participantes, ou seja, todos ofereciam sua “leitura” das causas e condições do conflito, posicionando-se, assim, não só em relação ao conflito em si, mas também em relação às tensões inerentes ao microgrupo sociocultural do qual participavam. (CHALHOUB, 2001, p. 331)

O caso de Odorico e Silvino tem um desfecho trágico, o qual transborda as fronteiras do submundo boêmio e da cultura de botequins, e invade a sociabilidade burguesa dos respeitáveis circuitos do centro. Na noite do sábado, dia 14 de maio de 1932, após passar a tarde nos bares e cafés do centro jogando e bebendo, Odorico encontra Silvino na esquina do Café Nacional. Eles discutem e são apartados por amigos, mas Odorico ameaça Silvino de morte, ao que este aproveita para responder, à frente de todos os presentes – em sua maioria, profissionais liberais, militares e comerciantes reunidos na “esquina dos cafés”<sup>62</sup> – com gracejos e ironias, desdenhando das ameaças de Odorico. Silvino teria dito, às gargalhadas: “é o **bamba** do

---

<sup>62</sup> Conforme exposto no Capítulo 1, a esquina do Café Nacional, entre XV de Novembro e Sete de Setembro, era conhecida como a “esquina dos cafés” e constituía ponto de encontro central da sociabilidade masculina tradicional da cidade. Ainda hoje abriga local emblemático desta sociabilidade, o Café Aquário. Sobre este assunto, ver Devantier, 2013.

Castilho que quer me matar”. Uma das testemunhas presentes, o Tenente Dorival X. A., 46 anos, casado, militar, aconselha Silvino a levar a ameaça às autoridades, mas este responde que não pagava a pena, “eu me garanto”.<sup>63</sup> Pouco tempo depois, Odorico reaparece, obstinado e armado com um revólver, dispersando todos os homens reunidos à esquina e fazendo com que Silvino buscasse abrigo no interior do Café, o qual estava cheio de clientes, o que não impediu Odorico de entrar e descarregar seu revólver, à queima-roupa, em Silvino<sup>64</sup>.

Esta escalada de tensões constituída por incontáveis desafios públicos e humilhações em frente aos demais homens presentes nos cafés, ruas e botecos, está no cerne das performances masculinas nestes circuitos de sociabilidade. No jogo destas performances, não apenas o divertimento estava em cena, mas também a competição. Eles não só brincavam, cantavam e aliviavam-se juntos, mas mediam-se uns contra os outros, tentando ao mesmo tempo definir e defender suas próprias áreas de controle e desafiar as dos demais.<sup>65</sup> (PARSONS, 2000, p. 287)

Nesse sentido, não necessariamente João e Odorico (acusados), por exemplo, estariam em patamar inferior em relação à Reduzino e Silvino (ofendidos) ou mesmo em relação ao grupo dos frequentadores que presenciaram os desafios – considerando que, em ambos os casos, os ofendidos foram apontados enquanto provocadores sistemáticos dos acusados nestes espaços de sociabilidade e receberam a desaprovação quase que unânime desse tipo de comportamento nos depoimentos de testemunhas.

É possível, todavia – se não altamente provável, tendo em vista os depoimentos que mencionam ambos acusados enquanto indivíduos tranquilos, discretos ou mesmo circunspectos nos bares –, que Odorico e João fizessem parte daqueles membros desta sociabilidade os quais não tomavam parte nos jogos internos que constituíam a performance da masculinidade no interior dos bares, ou seja: que não respondessem as anedotas ou provocações “na hora”, sem titubear, ou “à altura” (JARDIM, 1991). É possível que seus provocadores os “escolhessem” justamente por essas características, de evitar os comentários jocosos, não compreendê-los bem, levá-los demasiadamente à sério ou ainda por serem frequentadores não pertencentes a nenhum microgrupo capaz de tomar suas dores. O provocador preocupado em erguer (ou manter) sua

---

<sup>63</sup> Processo nº 314, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, ano 1932, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>64</sup> Voltaremos nossas atenções especificamente a este caso no Capítulo 4.

<sup>65</sup> Tradução livre. No original: “They not only joked, sang, and relieved themselves together, but measured themselves against one another, attempting both to define and defend their own areas of control and to challenge those of others.”

reputação, geralmente escolhe aqueles que não revidam para que seja menos “trabalhosa” a construção de sua respeitabilidade perante o grupo.

Nestes casos, Odorico e João demonstram claro interesse em não tomar parte nas atuações, mas nem por isso dispostos a aceitar a continuidade das provocações *ad infinitum*. O uso de armas superiores aos desafios verbais e corporais representa uma compreensão quase que literal desses “ataques” e manifesta o desejo de não compactuar com os jogos, findando a disputa simbólica (ameaça de um revide até a morte) e/ou materialmente (ferimento mais grave ou assassinato do oponente).

A perspectiva de desigualdade de armas sugere essa recusa ao aspecto lúdico da sociabilidade dos bares porque rompe com a ideia de *fair fight*. Conforme argumenta Conley (1999), o aspecto recreacional das lutas carrega consigo a ideia de equilíbrio de forças adotada nos esportes – o que também lembra a concepção de justiça presente nos duelos: para ser considerada justa e fazer parte, também, do “polo positivo” dessas atuações da masculinidade, os participantes na briga não só devem estar em igualdade de armas como devem concordar com a realização do conflito. O círculo de homens que acompanhavam (e atiçavam) a escalada de tensões entre Jayme e Rufino parecem ter buscado a realização da luta também para evitar um tipo de transposição da questão para o nível não mais recreacional da covardia humilhante; como se houvesse um ponto crítico em que ou a briga de punhos acontece, ou a tensão pode ser levada a sério demais.

O provocador que, reiteradamente, recebe fugas e esquivas às provocações verbais ou chamados à luta, pode já não contar mais com o riso ou o respaldo dos demais. No caso de Silvino, alguns, inclusive, o aconselham a “deixar disso”, ir para casa, em um sinal de alerta para a possibilidade de que os limites da chacota já tenham sido ultrapassados, e que a seguir só reste o trágico. Conforme a máxima bakhtiniana, o riso é burlador da ordem e pode ativar emoções transgressoras. Os colaboradores de Denise Jardim (1991) lembram à autora que, assim como o riso amigável pode agregar e reparar estremecimentos, o riso pode conter o embrião da discórdia: “o riso, as piadas, estabelecem um jogo tenso. Tenso na medida em que comportam o sarcástico e podem instaurar a idéia de uma desigualdade entre homens.” (JARDIM, 1991, p. 106).

Os conflitos cujo estopim era o desafio (por vezes explícito) sobre “quem era mais homem” também aparecem na Porto Alegre de um século antes dos boêmios de Jardim (1991). A pesquisadora Cláudia Mauch (2017) confirma, nas pesquisas tratando de fins do século XIX e início do XX, o bar enquanto *locus* privilegiado da construção social da masculinidade:

Cenário mais típico das brigas entre homens, o bar ou taverna parece ser o local por excelência de decretação da masculinidade para os homens de classes populares locais, sendo ao mesmo tempo espaço de camaradagem e de competição, convívio e confrontação. (MAUCH, 2017, p. 227)

Essa circunstância é percebida entre nossos socializadores vespertinos do interior de Pelotas no caso do assassinato de Guido Domingues, “preto” conhecido pela alcunha de “Ventana”. Guido foi morto por Manoel Pedro Soares, de 26 anos, como conta a testemunha Taurino Lucas de Moraes, de cor preta, 26 anos: Guido “Ventana”, após breve discussão com a testemunha, Taurino (que era também seu tio), foi embora, mas voltou em seguida, pagando uma dose de caninha para cada um dos presentes. Depois disso, Guido Ventana perguntou quem pagava outra rodada e, como ninguém se manifestasse, Taurino se dispôs. Na hora de pagar, este último teria feito um “gracejo” sobre não pagar sua parte, o que iniciou a discussão. Manoel, intervindo, disse que deixassem de discussão, pois eles dois **não brigavam com ninguém**, ao que Guido respondeu que “era **bem homem**”. Manoel então teria dito que Ventana “não era **mais homem** que os outros” e este respondeu, batendo com os punhos no balcão, que nem ele, Manoel, o era. Segundo Taurino, foi o que bastou para a agressão de Manoel, vibrando o violão na cabeça de Guido e, em seguida, disparando o revólver contra o peito do mesmo.<sup>66</sup>

A masculinidade de um ou mais frequentadores é questionada, em tom jocoso ou belicoso, e a resposta deve ser – principalmente nestes contextos de cotidiano rural consideravelmente distantes do centro urbano mais próximo e da difusão de concepções formais de justiça – a defesa imediata de sua própria honra ou, em outras palavras, a “limpeza” do nome. O pesquisador José Remedi (2011) reflete sobre a honra no Rio Grande do Sul a partir da literatura do XIX. Os romances de Caldre e Fião, importante médico, jornalista e político brasileiro, foram escritos com base nas tradições que fundamentam o imaginário sul-riograndense e serviram de ponto de partida para o autor pensar os meandros de uma cultura que carrega noções tão longevas sobre honradez.<sup>67</sup> No entanto, para Remedi (2011, p. 204), “seu olhar é desde dentro, mas desde cima, pouco vemos de empatia com os personagens mais

---

<sup>66</sup> A idade da vítima fatal Guido D. não é mencionada e tampouco a cor da pele de Manoel P.S. No entanto, diante da classificação categórica de Guido D. e Taurino L.M. enquanto “pretos”, podemos intuir que Manoel P.S. não era negro, o que confere implicações interétnicas a este caso.

<sup>67</sup> A respeito da escrita e os propósitos dos romances de Caldre e Fião sobre os gaúchos no Rio de Janeiro, o autor diz: “Somente estabelecendo que o tipo heróico sul-rio-grandense cumpre com altos padrões de honorabilidade poderia reverter-se o receio da corte com os atos ‘bárbaros’ das conhecidas guerras que as gentes da província já tinham se envolvido, era necessário apresentá-lo como um sujeito de moral e conduta corretas.”(REMEDI, 2011, p. 166).

simples e humildes de sua trama. [...] Não reconhece um sistema de valores, uma honra própria e alternativa ao seu ideal de honradez.”

Ou seja, Caldre e Fião não acreditava que aos pobres coubesse algum sistema de honras. Baseava seus ideais de honra na fé cristã e na constituição da família tradicional, e admitia que esse ideal de família honrada estava longe de ser possível dentre os completamente despossuídos. “Assim, enquanto o sistema de valores ideal parece ser o mesmo para todos os grupos da sociedade, as possibilidades de viver de acordo com ele variam substancialmente segundo a posição de cada família na estratificação social.” (REMEDI, 2011, p. 176)

Isso é tanto mais significativo quanto se tem em conta que principalmente aos pobres a respeitabilidade e a honra consistiam em “bens” alternativos em relação às hierarquias tradicionais do capital, uma via secundária no propósito de encontrar respeito e oportunidades ligadas ao bom nome e ao proceder.<sup>68</sup> Além do que, pode-se argumentar, ainda com as palavras de Remedi (2011, p. 58), que “muito embora a honra se pretenda universal; com validade para todos, em uma mesma sociedade e em uma mesma época, certamente pode-se verificar a convivência de variados códigos de honra conforme grupos sociais diferenciados.” E certamente a honra entre os populares tinha contornos muito diferentes daquela propagada por Caldre e Fião. Segundo Chalhoub (2001, p. 326), “o homem despossuído constrói sua identidade social a partir do que faz, e não, obviamente, a partir do que tem, pois, por definição, ele nada ou pouco tem. Sendo assim, para ele, ser é fazer, e não possuir.”

Nesse sentido, os estudos de Hochstetler, Copes e Forsyth (2014) sobre a simbologia das brigas de bar para a *working class tavern culture* dos tempos atuais, reforça a importância de pesquisas que atentem para as profundas implicações desta sociabilidade com ênfase para sua permanência ao longo dos séculos – ainda que assumam particularidades inerentes às culturas e contextos históricos distintos.

Para os pesquisadores norte-americanos, a violência na afirmação da própria respeitabilidade é um recurso tanto mais observado quanto menos acesso a outros meios de distinção social os homens possuem. Ou seja: “na cultura das classes trabalhadoras existem menos oportunidades de demonstrar valor do que pode-se encontrar entre as classes mais

---

<sup>68</sup> É pertinente destacar o argumento da defesa de um pai e dois filhos acusados de agressão: “Os denunciados são pessoas pobres, **mas** ordeiras e nunca se viram envolvidas em qualquer fato que os desabonassem.” (Grifo nosso). Este trecho revela o emprego de uma justificativa que segue a mesma linha de pensamento de Caldre e Fião para o século XIX, de que o pobre, em tese, teria tendência à desordem e barbárie. Talvez a defesoado referido julgamento utilizasse, assim, de uma tática de aproximação com a lógica dos juristas. Processo nº 211, Subfundo 1ª Vara Cível, Fundo Comarca de Pelotas, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), 1933.

privilegiadas.”<sup>69</sup> (HOCHSTETLER et. al., 2014, p. 496). Unindo esses fatores ao medo de feminização da sociedade, tem-se um contexto em que a agressão e a força são vistas como componentes essenciais para os homens de classes trabalhadoras oporem sua conduta não somente às condutas associadas às mulheres – como fragilidade e delicadeza – como também para agregarem significado às suas diferenciações de conduta em relação à racionalidade propagada pelas classes médias burguesas (HOCHSTETLER et. al., 2014).

de fato, o autocontrole é tão central para as elites e a classe média em muitos países que 'perder o controle', expressando a raiva diretamente com gritos ou violência, raramente serve para recuperar a dignidade em face da humilhação, e geralmente só piora a perda de respeitabilidade. (MONSMA, 2005, p. 33)

A circularidade cultural pode ser uma via explicativa para começar a entender como esses hábitos foram assimilados de diferentes formas em diferentes contextos ao longo do tempo. O caso dos duelos, assim como a preocupação com o autocontrole, era percebido inicialmente entre as elites. Era necessária determinada posição social para fazer parte de um duelo na Europa dos séculos XVII e XVIII, contexto em que foi perdendo a exclusividade militar e nobiliárquica e penetrando academias, aristocratas e finalmente tornando-se um meio burguês para resolução de conflitos no século XIX. (SPIERENBURG, 1998)

O autocontrole, apontado por Monsma (2005) enquanto característica típica das elites – empregado no sentido de respeitabilidade proveniente do domínio sobre as emoções –, tampouco esteve imune à reverberação com significados próprios entre as classes populares. Entre os informantes de Jardim (1991), homens frequentadores de botecos porto-alegrenses de fins do século XX, a mesma perspectiva masculina que exige impositação da voz e respostas aos jogos verbais nas interlocuções enquanto oposição à delicadeza e passividade femininas, percebe o autocontrole entre os camaradas no bar enquanto oposição ao descontrole emocional para eles associado com as mulheres.

No primeiro capítulo, vimos que a própria noção de boemia foi permeada por essa circularidade, em que parte da vida desregrada do submundo da noite e da contravenção transpunha clivagens sociais e penetrava os costumes de intelectuais e profissionais liberais. Entretanto, enfatizamos que esta circularidade se deve, em grande medida, a esses espaços privilegiados em que uma presunção de igualdade permitia vivências e aproximações entre círculos sociais muito distintos entre si. Porém, quando as brincadeiras e provocações ameaçavam a construção social das reputações ali desenvolvidas, implicavam em

---

<sup>69</sup> Tradução livre. No original: “in working class culture there are fewer opportunities to demonstrate worth than can be found among the more economically privileged classes”.

consequências as quais não só afetavam as hierarquias internas deste convívio, como respingavam seriamente no mundo real. A reflexão antropológica contribui para a compreensão das dinâmicas desse universo:

o reconhecimento de uma igualdade entre os frequentadores não elimina a possibilidade de diferenças e hierarquias nas relações; pelo contrário, possibilita que essas hierarquias estejam em jogo durante as interações. É ali, mesmo através do reconhecimento entre as distâncias e distinções, que se estabelecem cumplicidades entre os homens. Do ponto de vista de um sistema baseado na honra, e coerente com ele, os participantes destas conversas nos butecos devem se reconhecer como iguais para participar dos eventos, o que não significa que suas posições não estejam sendo demarcadas durante as conversas. É a honra e a posição conquistada frente aos outros, o que está sendo disputado. (JARDIM, 1991, p. 92).

Ao falar de honra e masculinidade entre os sul-rio-grandenses, é imperativo ter em conta a (re)construção destas noções em função do imaginário do *gaucho*.<sup>70</sup> O culto a um passado de homens servis aos estancieiros, porém taciturnos e de modos selvagens, contribui para alimentar a noção de hombridade ligada aos modos rudes e à insubmissão. “A lógica é que um homem só tem honra se ele é livre; ele só impõe respeito se ele não é submisso – todas essas são condições essenciais da masculinidade.”<sup>71</sup> (LEAL, 1989, p. 122). Isso não significa dizer que compreendemos essas influências como parte de um essencialismo cultural descolado das vivências práticas dos indivíduos. Segundo Barrán (1992), a relação entre paisagem, economia, modo de vida e cultura platinas, não pode ser entendida enquanto uma relação simplesmente causal ou de dependência; para o pesquisador uruguaio, é mais importante compreender as relações e afinidades que compõem o entorno do que chama de “sensibilidad bárbara”, “es decir, la sensibilidad de los ‘excessos’ en el juego y el ocio (su consecuencia improductiva), en la sexualidad, en la violencia, en la exhibición ‘irrespetuosa’ de la muerte” (BARRÁN, 1992, p. 15).

Também de Barrán (1992) tomamos emprestada a reflexão extremamente apurada de que os países dependentes costumam apresentar convivências temporais ao mesmo tempo distintas e simultâneas, devidas em grande parte a processos civilizacionais bastante acelerados, posto que confrontados com as demandas coloniais. Dessa forma, em fins do século XIX e início do XX, inúmeros países da América Latina apresentam esse confronto entre uma

<sup>70</sup> Destaca-se o uso da expressão *gaucho* na denominação de um dos estabelecimentos que englobavam, também, atividades ligadas à prostituição no período – o “Restaurant Gaucho”; porém, conforme mencionamos, estes processos não fizeram parte da análise aqui empreendida.

<sup>71</sup> “The rationale is that a man only has honor if he is free; he only commands respect if he is not submissive – all these are essential conditions of manliness.” Tradução livre.

sensibilidade percebida como “bárbara” e “instintiva” pelas elites influenciadas pelos costumes europeus, o que já assinalava um processo de transição levado a cabo por meio da repressão destes “excessos”. O incentivo aos esportes, enquanto formas “regradas” de liberar as energias do corpo e das emoções, também foi adotado como ferramenta dessa domesticação das sensibilidades. No entanto, a própria disparidade no processo de modernização de nossas economias dependentes, tornaria mais nítida, e durante mais tempo, a convivência contraditória entre as heranças da “barbárie” e os novos modos da “civilização”.

El trabajo rural, ya lo hemos dicho, a menudo se vivió como juego en la doma, la recogida de potros o vacunos cimarrones, y la “fiesta” de la yerra. El ejercicio físico al aire libre, las corridas, la destreza, la competencia en el arrojito del lazo y la boleadora o el manejo del caballo y el cuchillo, todo contribuía a la expansión gozosa del cuerpo y su sobrevaloración, la característica más notable del cuerpo en la época “bárbara”.

En realidad, lo que sucedió fue que esta cultura no diferenció claramente el trabajo del juego, lo “sagrado” de lo “profano” en el sentir “civilizado”. En el sentir de la sensibilidad “bárbara”, placer y trabajo no eran términos reñidos, aunque de seguro ya comenzaran a desprenderse, pues las puritanas clases poseedoras necesitaran de su divorcio para afianzar su dominio... y la evolución económica también (BARRÁN, 1992, p. 99).

Nas sociabilidades noturnas pesquisadas, transparece o fato de que o homem busca na noite, nos bares e na cachaça, o alívio das pressões cotidianas, mas também procura o reforço de sua respeitabilidade, capital simbólico essencial na dinâmica das sociedades pré-industriais, mas que permanecia enquanto elemento balizador de interações e conflitos nas cidades modernas. Seria de supor que, com o avanço do individualismo burguês, da impessoalidade e do anonimato nas cidades, o peso da honorabilidade fosse dissolvido entre os novos preceitos cívicos de assumidas aspirações cosmopolitas, como vimos no Capítulo 1. No entanto, as fontes sinalizam para muitas permanências de uma masculinidade ligada a atividades laborais que exigiam sentidos impiedosos, e valorizavam modos rudes, embora especialmente honrados.

Dessa forma, é importante repisar que não se está afirmando que o sentimento de honra presente nesse espaço é distinto de outros, mas sim que a historiografia [...] identificou uma série de modos de agir que compunham um *ethos* que abrange atitudes consideradas desrespeitosas e recursos de restauração da honra com características específicas. Atente-se para que o sentimento de honra é algo universal, mas as atitudes que são consideradas desonrosas e os meios de reabilitação da moral ultrajada variam de sociedade para sociedade. (FLORES e AREND, 2017, p. 298).

Dentro dos dados sobre a quase uma centena de homens identificados e ouvidos pela polícia nos 15 processos analisados, as profissões constituem um dos registros mais frequentes nos inquiridos, o que as qualifica como um dos critérios de classificação mais observados pelas autoridades da época. As profissões também representam âmbitos privilegiados de análise

para a presente pesquisa, uma vez que nos permite vislumbrar a dimensão da heterogeneidade dos grupos que frequentavam os bares. Nesse sentido, não surpreende que haja uma vasta gama bem distribuída de atividades. Na verdade, esta era a hipótese inicial, a de que seria possível observar a presença de homens ligados às mais diversas condições socioeconômicas e atividades profissionais. No entanto, algumas particularidades no sentido da distribuição das profissões pelos estabelecimentos, bem como aspectos relativos às intersecções com outras identificações, como a nacionalidade, merecem uma atenção especial.

Cerca de 25% dos homens presentes nestas situações de sociabilidade e conflito respondem serem comerciantes, seguidos de aproximadamente 15% que alegam a atividade de jornalista e 10%, operários. Sobre estas profissões, é necessário atentar para o fato de que, muitas vezes, no decorrer do processo, elas se entrelaçam, havendo homens que aparecem no início das declarações como comerciantes e depois enquanto jornalistas, por exemplo. Esse elemento acaba por reforçar a ideia de que estas eram profissões comumente alegadas por muitos trabalhadores que viviam de empregos temporários e serviços eventuais, sem vínculos fixos com determinada atividade.

Significativamente, parece não haver muita distinção nos registros à profissão que alegam a atividade de “comerciante”, pois entre eles estão inseridos proprietários dos estabelecimentos e funcionários, sem distinção prévia a não ser os detalhes no decorrer das investigações. Em alguns casos, percebe-se inclusive, certa indistinção entre as próprias testemunhas no concernente ao *status* delegado ao “armazém do fulano”, quando, na verdade, “fulano” era apenas o empregado. Para a confecção das tabelas, procurei manter os termos adotados pelos registros policiais, embora muitos possam ser agrupados em atividades muito similares, como são os casos dos trabalhadores agropecuários, por exemplo, que, nas vozes dos próprios envolvidos, aparecem enquanto trabalhadores altamente especializados, como campeiros, carneadores, arreadores, salameiros. As atividades ligadas aos bares também merecem uma atenção especial na análise qualitativa, uma vez que identificamos as denominações de empregado, garçom, cozinheiro, quitandeiro e comerciante como variantes nos trabalhos relativos aos funcionários destes estabelecimentos.

Sobre a atuação do dono do bar na mediação dos conflitos, é interessante contrapor a aparente postura coadjuvante do proprietário, sócio ou funcionário representante do estabelecimento no momento das brigas, com o seu papel de testemunha durante os inquéritos policiais e audiências. Quase sempre se colocando, nos depoimentos, como um observador passivo, o homem atrás do balcão, no entanto, adquiria um peso importante no momento de relatar o que, *de fato*, havia se passado – ou, assim pareciam entender advogados e juízes –,

além de ser frequentemente inquirido sobre a conduta dos envolvidos e seus hábitos de ingestão de bebidas alcoólicas, comportamento e sociabilidade.

Nesse sentido, a pesquisa de Deivy Carneiro (2011) sobre as calúnias nos bares também identifica o papel singular dos proprietários e caixeiros dos botequins. O autor argumenta que

o dono do botequim, *a priori*, permitia a entrada de todos em seu estabelecimento e não discriminava ninguém em sua virtual clientela. Todos que se portavam dignamente podiam entrar e deles era esperado que se portassem com respeito. Contudo a desordem provocada no interior do botequim era um atentado à reputação de seu dono, na medida em que poderia despertar a fúria da vizinhança, atrair policiais e também espantar dali os freqüentadores de boa estirpe. Assim, em muitos casos os donos ou seus caixeiros expulsavam do estabelecimento aqueles que causavam desordem e abriam processos, pois em muitos casos, o desordeiro ofendia e queria agredir também o dono do bar que não permitia o comportamento desviante dentro de sua propriedade. (CARNEIRO, 2011, p. 188)

No caso pelotense, temos um processo que evidencia a intersecção dessa defesa do local e de seus “frequentadores de boa estirpe” com um componente étnico inegável que, muito provavelmente, desempenhou papel importante no desenrolar dos conflitos. Na madrugada de 16 de setembro de 1933, estavam presentes e jogavam cartas em uma mesa do Restaurante Guido, Guido Brylski, sócio proprietário do bar, solteiro, 26 anos, alemão; Carlos Henrique Hopmann, cirurgião dentista, casado, 35 anos, alemão; Alberto Hülsmann/Heilsmann, salameiro, solteiro, 46 anos, alemão; Paulo Rühling, cozinheiro do bar, casado, 70 anos, alemão e o também empregado do bar Emílio Cardoso Soares, 29 anos, casado, brasileiro. O bar já estava com as portas fechadas quando chega Mário José Vieira da Cunha, 38 anos, casado, brasileiro<sup>72</sup> e pede para entrar pois só queria “tomar uma caninha”. O funcionário Emilio – único brasileiro até então entre os presentes – deixa Mário entrar. Com a chegada de Mário, este pede um lugar na mesa de jogo e, concomitante à ingestão de bebidas alcoólicas, acaba se desentendendo com um dos presentes, Carlos, dando-lhe uma bofetada. Antes que este se levantasse para reagir, Guido expulsa Mário e, com a ajuda de Emilio, o coloca para fora das dependências do bar.

No depoimento de Emilio, este alega que ainda recomendou a Guido que não machucasse Mário, pois o mesmo estava muito tonto. Algumas testemunhas alegam que Mário foi escorraçado de forma violenta do bar, ao que teria caído e batido com a cabeça em frente à

---

<sup>72</sup> Diz-se “do commercio”, mas ao longo do processo aparece referência ao funcionalismo público e denúncias de que o acusado teria trabalhado no fórum e que por isso o escrivão o estaria ‘favorecendo’ com inúmeros atrasos e lentidão burocrática.

porta do estabelecimento. No entanto, Emilio diz apenas que Mário caiu e esfolou a cabeça ao sair e, assim que os presentes no bar o perceberam – uma testemunha não identificada bate à porta do estabelecimento e avisa que há um homem caído na calçada –, Emilio e o agredido, Carlos, improvisaram um curativo com cachaça no ferimento.

Seja pela expulsão de Mário, pela violência com que teria sido tratado ou por alguma injustiça percebida pelo mesmo ainda durante o jogo, a animosidade que se instala e a humilhação frente aos presentes são lidas no processo como razões para que Mário deixe o local ressentido. Na manhã seguinte, por volta das doze horas, teria esperado até que Guido aparecesse para almoçar e, pedindo para conversar, desferido um golpe de adaga no abdômen do mesmo. Guido morre no hospital, em decorrência dos ferimentos, alguns dias depois. Uma testemunha, Edmundo Borges, de 33 anos, casado, “do comércio”, alega ter encontrado Mário nas proximidades do bar por volta das 11 h do dia do crime e que este o teria convidado a tomar um aperitivo. Sendo servidos pelo proprietário Otto, este teria afirmado que não podia fiar, pois necessitava a autorização de Guido. Edmundo, vendo Mario se dirigir a Guido, de nada desconfiou e inclusive disse estar lendo, nesse instante, um programa de cinema que havia pego no balcão.<sup>73</sup>

Em depoimento em fase posterior, Edmundo alega que Mario não estava bêbado de cair naquela manhã, mas estava tonto; conta de alguns episódios em que o réu teria “ataques feito louco”, querendo se matar, tendo o auxiliado em alguns destes momentos. A promotoria contesta o depoimento de Edmundo, acusando-o de mentiroso e contraditório. A recusa da venda a crédito por parte de Otto, mencionada neste depoimento e condicionada ao aval de Guido, pode sugerir algum desentendimento prévio de Mário com a vítima nesse sentido, o que também é um motivo bastante recorrente nos casos de agressões envolvendo os proprietários dos bares e armazéns no Brasil (CARNEIRO, 2011).<sup>74</sup>

Neste caso, a defesa alega a nacionalidade dos presentes no conflito tanto como explicação para a conduta do réu quanto para sua posterior condenação. Não temos elementos

---

<sup>73</sup> Aqui temos mais um exemplo do quanto é possível ir garimpando indícios sobre a cultura popular a partir das fontes criminais. O foco não incide sobre a veracidade da afirmação de Edmundo, mas sim, sobre a verossimilhança deste hábito com a realidade da época, ou seja: resulta significativo, para o historiador, que o depoente mencione enquanto um fato corriqueiro e admissível em juízo, a leitura de uma programação de cinema disponível no balcão de um bar do centro da cidade. A partir daí, podemos inferir, combinando este a outros indícios acerca da popularidade das salas de cinema da época, sobre a simbiose entre estes hábitos cotidianos do lazer popular.

<sup>74</sup> No jornal pelotense A Opinião Pública de 20 de agosto de 1931, sob o título de “Fiado, não!”, era veiculada a seguinte nota: “Foi preso, e recolhido ao primeiro posto, o indivíduo João da Cruz Freitas por ter insultado e provocado o proprietário do ‘Kiosque Rego’, que se negou a vender a João Cruz, bebidas a credito.” Nos capítulos seguintes, voltaremos aos ressentimentos que rodeavam os proprietários dos bares no contexto da sociabilidade noturna.

para afirmar que tipo de conversa, solidariedade étnica ou opiniões políticas fizeram parte do jogo de cartas na madrugada do dia 16 de setembro de 1933, no interior de um bar no centro da cidade de Pelotas. Mas certamente não foi por acaso que o advogado de defesa se sentiu à vontade para trazer à tona o quesito nacionalidade como um dos gatilhos do conflito. Como vimos no capítulo anterior, as tensões sociais que permeavam os descendentes de alemães em Pelotas, já existentes devido à comunidade próspera e de intensa base associativa que formavam, aumentaram ao longo das décadas de 1930 e 1940, à medida que o autoritarismo varguista recrudescia e as relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha oscilavam.

Portanto, no caso em questão, como se não bastasse a carga simbólica de imigrantes unidos no bar, em superioridade numérica e social – entre eles, havia um proprietário e um profissional que figura nas descrições policiais do processo enquanto “Doutor” –, a Alemanha, a partir do início do ano de 1933, chamava atenção pelas soluções extremas e ultraconservadoras frente ao contexto de crise econômica global, aprofundado após a crise de 1929. Na pesquisa com jornais, a qual será nosso foco de análise no capítulo seguinte, foi perceptível que a imprensa da cidade noticiava com crescente apreensão, ao longo da década, as medidas e ações empreendidas pela nação alemã.

O advogado de defesa de Mário, ao apontar a nacionalidade dos envolvidos como elemento importante não somente para a ocasião do crime como para a condenação do réu, alegava uma espécie de *lobby* dessa comunidade. Por um lado, poderia estar se valendo do ressentimento popular pelas oportunidades que os imigrantes pareciam desfrutar aqui, mas evocava também um certo tom de respeito do júri por uma comunidade que prosperava economicamente e contribuía para a lógica do trabalho – o que poderia sustentar uma condenação sem sequer a apreciação dos atenuantes, uma das alegações da apelação da defesa.

Este caso revela o quanto as explicações simples, por mais que constituam parte do evento, raramente dão conta da complexidade emaranhada nesses conflitos. O caso particular de Mário, aparente vingança sem maiores conotações, aglutina uma série de elementos em jogo no frágil equilíbrio da sociabilidade masculina. Há o componente da honra manchada pela humilhação da expulsão, diante de outros homens; há o componente étnico, que, na menos influente das hipóteses, contribuiu para reforçar a diferenciação e o isolamento de Mário frente aos demais convivas – no decorrer do inquérito, os demais mencionam conversas em alemão – e isso, convém lembrar, traz à tona a quebra de uma sociabilidade supostamente indiferenciada, bem como tira a figura do dono do bar da posição de observador imparcial, que atende a todos com a mesma cortesia, revelando a predileção por determinada clientela; e, por último, mas não menos importante, há a embriaguez, da qual todos os alemães, nos depoimentos ouvidos pela

polícia, pareciam estar livres, ao passo que os níveis de consumo de álcool de Mário desde a noite até a manhã do crime, passam a ser definidores de sua situação jurídica no processo. Autor da prisão em flagrante, no momento em que Mario pretendia evadir-se do local tentando embarcar em um automóvel parado junto ao Café João Pessoa, Paulo Rühling depõe que Mario estava “de boa aparência” no dia do crime e que na noite anterior estava, “como se diz vulgarmente, ‘floreado’”<sup>75</sup>.

Há outro caso, este ocorrido em casa comercial afastada do centro da cidade – onde à época era o 2º distrito e hoje localiza-se o bairro Areal, na zona leste – em que o dono do botequim também é alvo das ofensas de um de seus clientes. José Nogueira, 31 anos, casado, Capitão Geral do *Gremio Sportivo Arealense* encontrava-se no salão de bilhar de sua propriedade na noite de 16 de fevereiro de 1930 na companhia de João Pinto Rodrigues, 56 anos, casado, jornalista (e membro da diretoria do referido clube), Pedro Souza, 27 anos, casado, arreador, e Eudoxio Barbosa de Souza, 31 anos, solteiro, operário, quando este último questiona se José, na qualidade de Capitão do time, liberaria o segundo quadro para uma disputa com o segundo quadro do *Club Sul-America*. José responde que não poderia concordar já, pois teria que conversar previamente com os jogadores, ao que Eudócio replica que José poderia, sim, pois seria um ditador. Na sequência, acaba por ofender toda a diretoria do *Club*, afirmando que teriam muito que discutir mesmo pois muita coisa iria mal por ali. João, vice-presidente do *Arealense*, toma as dores por essas ofensas e dá uma forte bofetada em Eudócio, que cai ao chão.

Neste caso, temos o exemplo do dono de bar diplomático, que tenta proceder com o sujeito embriagado de forma a não levar suas afirmações muito a sério e evitar conflitos, ainda que estas afirmações sejam motivo de ofensa para si próprio. “O ofendido tem o defeito de beber muito e nessa ocasião estava embriagado e muito renitente com todos”, disse José. Essa conduta de ponderação e sensatez muitas vezes propagada pelos depoimentos dos donos dos botequins mostrava-se, na prática, intolerável para certos frequentadores do bar, como foi o

---

<sup>75</sup> Não por acaso, é possível encontrar uma associação regional com a conotação percebida nas falas dos depoentes dos processos-crime aqui analisados em relação à palavra “floreado”. As evidências apontam que esse qualitativo costumeiramente empregado em relação à disposição ou representação de flores – historicamente associadas à delicadeza feminina -, também era usado no Rio Grande do Sul no sentido de apresentar leve embriaguez ou perturbação nos sentidos e movimentos, como tonturas. Os dicionários Aurélio (2010) e Aulete (2014) ainda hoje associam essa conotação do adjetivo ao estado gaúcho, apesar de atualmente já ser percebido em outras regiões do país (ARAGÃO, 2014). Ainda mais significativa torna-se essa constatação, em termos de heranças etimológicas e significados regionais – possivelmente platinos - se observarmos também as conotações da palavra “floreio” enquanto “peleja rápida com arma branca” e/ou “exercício a que se submete, como treinamento, um cavalo de corrida ou um galo de briga”, também apontadas pelo Aurélio (2010) enquanto regionalismos brasileiros ligados ao Rio Grande do Sul.

caso de João. Enquanto os demais presentes amparavam Eudócio e o seguravam para evitar mais agressões, João deixa o local.

As percepções antagônicas sobre a embriaguez presentes neste processo não se restringem às reações diferentes de José e João aos ataques verbais de Eudócio. É significativo que o advogado de defesa contraponha, ao longo do processo, o seguinte argumento presente no relatório do delegado:

Ouvindo às testemunhas chega-se à conclusão de que Eudoxio estava bastante alcoolizado e neste estado torna-se teimoso e importuno com José Nogueira, capitão geral do Gremio Sportivo Arealense rasão porque João Pinto Rodrigues interveio, pedindo uma explicação e Eudoxio, naturalmente, agitado pelo alcool, após troca de palavras, responde mal a João Pinto Rodrigues e este **em vez de tolerar às palavras de um ébrio** e retirar-se para evitar a continuação da discussão, não, exasperou-se e vibra-lhe uma bofetada, retirando-se em seguida.<sup>76</sup>

Ao mesmo tempo que a autoridade do sub-delegado manifesta simpatia pela conduta não-violenta e mais diplomática, acaba por revelar um sentido implícito de condescendência com relação aos embriagados – fato que condiz mais com os códigos implícitos da cultura de bar do que com a norma expressa na lei – o que não passa despercebido ao advogado de defesa de João, o qual faz uso da própria legislação vigente sobre a embriaguez para fazer crer que o real culpado no conflito, era Eudócio. O que dizia a lei:

Art. 395 - Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez que cause escandalo, desordem ou ponha em risco a segurança propria ou alheia:  
PENA - multa de 20\$ a 200\$000. O dobro, em cada reincidencia.

Art. 396 - Embriagar-se por habito, de tal modo que por actos inequívocos se torne nocivo ou perigoso a si proprio, a outrem, ou á ordem publica:  
PENA - internação por tres mezes a un anno em estabelecimento correccional adequado.

Art. 397 - Fornecer a qualquer pessoa, em logar frequentado pelo publico, bebida ou substancia inebriante, com o fim de embriagal-o, ou á que já estiver embriagada:  
PENA - multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico - Si o infractor fôr o dono da casa commercial de que provier a bebida ou substancia inebriante:  
PENA - a estabelecida anteriormente, accrescida da interdição ao commercio de bebidas ou substancia inebriante, por um a seis mezes. (BRASIL, 1932)<sup>77</sup>

<sup>76</sup> Processo 1562, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível, ano 1930, fl. 5, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>77</sup> Nesse sentido, é significativo que, no processo nº 314, o proprietário do restaurante A Bohemia, onde Odorico teria passado boa parte do dia, declare inclusive haver recomendado que não servissem mais bebidas ao acusado, dado o seu estado de embriaguez. Não podemos afirmar, portanto, se esta seria uma constatação genuína ou apenas uma afirmação visando a proteger seu negócio de quaisquer alegações de culpa no estado avançado de embriaguez em que se encontrava o acusado no momento do crime.

Nas palavras do advogado de João, “não pega assim a justificativa ensaiada no relatório policial, aconselhando calma e prudência para o ebrio contumaz, quando era a própria polícia que deveria pôr os cidadãos à salvaguarda dos ebrios”.<sup>78</sup> Na verdade, é necessário relativizar o sentido literal desta afirmação, pois, via de regra, o discurso antialcoólico era muito mais propagado do que praticado. Portanto, a noção complacente presente no relatório do subdelegado é bastante representativa não só da percepção popular sobre a embriaguez, como também acerca da conduta protocolar masculina no que diz respeito a agressão a alguém visivelmente alterado pela bebida. A noção de *fair fight* fica sensivelmente comprometida quando um dos contendores tem dificuldades em equilibrar-se sobre as próprias pernas.

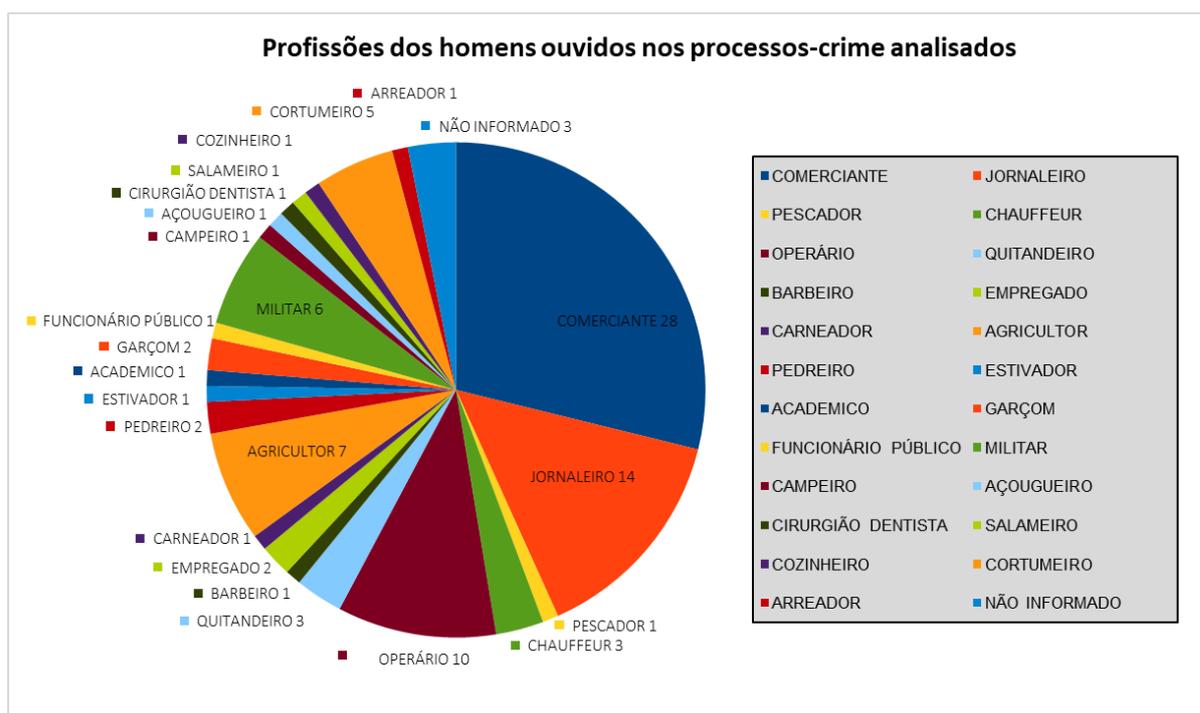
Bebendo uma caninha, vinho de laranja, *fernet* ou apenas desfrutando do aglomerado de camaradas reunidos, a diversidade de usos desta sociabilidade é também equiparada à miríade de ocupações que levavam seus trabalhadores aos bares. Funcionários públicos, militares e agricultores são atividades que aparecem com alguma regularidade, sendo o restante composto por mais de vinte profissões especializadas, como pescador, *chauffeur*, garçom, barbeiro, sapateiro, ferreiro, pedreiro, estivador, açougueiro, cortumeiro e salameiro (ver detalhes no Gráfico 3). As profissões ligadas ao funcionalismo público, médicos, dentistas e acadêmicos, aparecem mais vinculadas à sociabilidade vespertina dos cafés e esquinas<sup>79</sup> do centro da cidade, notavelmente a esquina da rua XV de Novembro com a rua Sete de Setembro – ainda hoje circuito da sociabilidade masculina marcada por profissionais liberais. Contudo, é possível encontrá-los também em contextos mais boêmios e inclusive ligados ao jogo, embora com motivações marcadas pelo vínculo étnico.

---

<sup>78</sup> Processo 1562, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível, ano 1930, fl. 15, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>79</sup> Sobre a comunicação entre bar e rua, destaca Moura (2012, p. 100): “a rua foi um local importante para compreendermos tais relações sociais na cidade. Destacamos que enxergamos a rua como um espaço complementar dos lugares que observamos em nosso texto, onde se poderia acontecer trocas culturais importantes para os debates nos espaços de sociabilidade.”

Gráfico 3



Fonte: análise da pesquisa com base nos dados obtidos dos inquéritos policiais anexados aos processos-crime da Comarca de Pelotas, selecionados por horário da ocorrência (das 18h às 7h), local (bares, armazéns, casas comerciais, quiosques, cafés e restaurantes) e contexto de sociabilidade (excetuando-se furtos, roubos, incêndios etc). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

Resulta-nos evidente que não há como compreender tudo que está em jogo na sociabilidade boêmia e seus conflitos sem observar as interpenetrações entre camadas de julgamentos – conscientes ou não – herdeiros do mundo do dia. Como explica Connel (1995, p. 188), as masculinidades, mais do que ideias, estão expressas nas ações, portanto “falar de *prática* significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa dizer que a prática é necessariamente racional.” Para dimensionar o perfil de um grupo tão heterogêneo, revelou-se fundamental atentar para as intersecções entre faixa etária, profissão e pertencimento étnico.

Portanto, as tabelas e gráficos utilizados neste capítulo de nada serviriam para os objetivos deste estudo sem o enfoque qualitativo em cada uma dessas situações relatadas e investigadas nos processos criminais. O apelo visual e proporcional das características presentes nestas vidas contribui para que possamos ter em vista o panorama do grupo; no entanto, é necessário ter em mente que há mais elementos presentes entre aqueles que, de fato, concorrem ao desfecho violento. Se nos propuséssemos aqui, por exemplo, uma análise específica sobre o perfil distinto de vítimas e acusados, ou seja, sobre aqueles homens frequentadores de bares que figuram nos processos como os envolvidos diretamente nos

conflitos violentos, algumas considerações sobre as *seduções do crime* são ainda passíveis de conexão com todas as variáveis concernentes à respeitabilidade, classe social, performances de masculinidade e honra.

A partir da contribuição de Katz (1988), resultou complicado para pesquisadores sobre o crime afirmar o predomínio da predisposição de base social, ou seja, endossar a ideia de “classes perigosas” clamando apenas a variável do plano de fundo imbuído de injustiça social do qual partiria o desviante – em suas palavras, o *background*. Nesse sentido, *Seductions of Crime* (1988) também coloca na equação o *foreground*, que seria o primeiro plano da conduta criminosa, englobando os impulsos e sensações que compõem os instantes que precedem a conduta criminosa. Essa ênfase também estabelece relações com o papel da excitação nas formas de lazer, da qual fala Elias (1992), pois destaca os impulsos e emoções presentes nos jogos e disputas da sociabilidade (sejam ligadas ao esporte ou não) enquanto parte essencial na liberação das tensões intrínsecas à vida em sociedade. Contudo, da mesma forma que a teoria de Elias (1992) acerca da excitação, Jack Katz (1988) tampouco deve ser compreendido como um desprezo ao papel que estruturas e classificações sociais desempenham no crime; uma das interpretações mais importantes sobre a contribuição de Katz (1988) é escrita por Ferrel (1992, p. 118), poucos anos após a publicação original, e argumenta que

falar de um “evento” criminal, então, é falar sobre o ato e as ações do criminoso, o desdobramento das dinâmicas interacionais e os padrões de desigualdade e injustiça embutidos nos pensamentos, palavras e ações daqueles envolvidos. Em um evento criminal, como em outros momentos da vida cotidiana, estruturas de classe social ou etnia se entrelaçam com decisões situacionais, estilo pessoal e referências simbólicas.<sup>80</sup>

Seguindo esse raciocínio, tem-se uma conjugação teórica em que estudos sobre o crime, sobre noções de justiça e sobre imaginários sociais complementam-se e dialogam mutuamente no sentido de demonstrar que as zonas cinzentas das relações humanas também são passíveis de investigação, ainda que nem sempre se enquadrem às classificações lineares e objetivas cujos parâmetros derivam das leis e fórmulas da ciências exatas. Nesse sentido, o entendimento *post-hoc* dos próprios contendores sobre as razões que os levaram ao desfecho violento aparece como uma possibilidade de perceber algumas dessas racionalidades por trás da aparente “futilidade”. No entanto, reconhecemos que muitos dos impulsos mais pungentes

---

<sup>80</sup> Tradução livre. No original: “to speak of a criminal “event”, then, is to talk about the act and actions of the criminal, the unfolding interactional dynamics of the crime, and the patterns of inequality and injustice embedded in the thoughts, words, and actions of those involved. In a criminal event, as in other moments of everyday life, structures of social class or ethnicity intertwine with situational decisions, personal style, and symbolic references.”

envolvendo a excitação e a adrenalina que compõem os instantes do estopim das brigas raramente fazem parte dessas narrativas. Seja por estratégia jurídica, seja por inconsciência, tais sensações, em geral, permanecem ocultas nos autos.

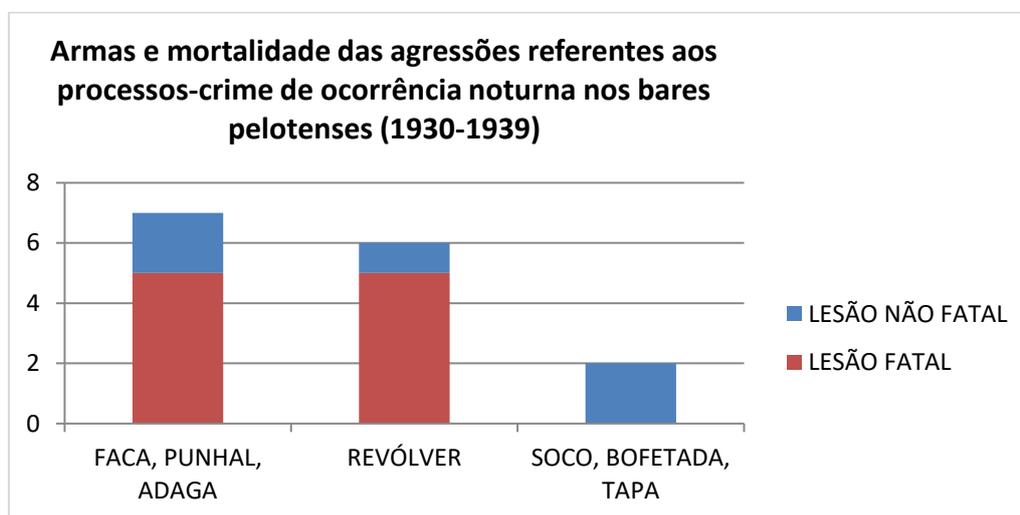
Porém, a conjunção entre as fontes criminais e impressas demonstra um potencial rico para a apreensão dessas intersecções, as quais produzem nuances e contradições nas noções de justiça presentes no imaginário de todos os envolvidos nos casos. Os processos em que atuam jurados, por exemplo, evidenciam que tanto a elaboração dos quesitos a serem respondidos pelo júri de sentença quanto as respostas assumem a ambiguidade de certas concepções de honra no cotidiano da população. Frequentemente, em casos de homicídio, quando comprovada alguma ofensa verbal prévia que a vítima tenha protagonizado contra o acusado, o fato torna-se justificativa para a configuração da legítima defesa. Aparentemente, a ofensa verbal dentro de um bar nem sempre era um convite ao duelo verbal; às vezes, era a fagulha utilizada por quem já estava disposto a lutar. Para os jurados da época, uma ofensa verbal podia ser algo tão grave que chegava a justificar um posterior assassinato. Voltaremos a esse debate nos capítulos posteriores.

Muitos dos homens que figuram entre ofendidos e acusados nas brigas de bar tinham por costume andar armados. No Gráfico 4, é possível discernir o volume de casos letais e não letais envolvendo os diferentes tipos de armas presentes nos conflitos analisados. Sejam munidos de facas, punhais e adagas ou carregando armas de fogo, é significativo que restem arquivados entre os processos criminais da Comarca de Pelotas, poucos casos de agressões nas quais os homens não façam uso de algum tipo de utensílio na luta corporal. No entanto, se tomarmos essas informações e as cruzarmos com as considerações de Monsma (2011) sobre o viés de seleção da fonte criminal, podemos chegar a algumas hipóteses bastante esclarecedoras. Por exemplo, ao atentarmos para a característica sequencial das queixas que levam a processos-crime, é fundamental ter em mente que as denúncias que chegavam à delegacia dependiam, em grande medida, do grau de solidez e evidências angariadas na investigação, ou mesmo do nível de seriedade com o qual declarantes e/ou vítimas encaravam a queixa. Se policiais e delegados não acreditassem que seria uma denúncia passível de ser levada adiante e considerada procedente nas próximas etapas do processo, seria muito provável que essas ocorrências “morressem” ainda na fase de inquéritos.

Isso foi particularmente verificável em alguns dos processos aqui pesquisados, nos quais as queixas consideradas menos graves por parte de vítimas e acusados – ou mesmo por parte da polícia, o que se dava em termos de lentidão ou descaso nas investigações e intimações de testemunhas –, não raro terminavam de forma abrupta, devido ao não comparecimento

sistemático de réus, testemunhas e mesmo de ofendidos, o que dificultava consideravelmente o prosseguimento das averiguações.

Gráfico 4



Fonte: análise da pesquisa com base nos dados obtidos dos processos-crime da Comarca de Pelotas, selecionados por horário da ocorrência (das 18h às 7h), local (bares, armazéns, casas comerciais, quiosques, cafés e restaurantes) e contexto de sociabilidade (excetuando-se furtos, roubos, incêndios etc). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

O caso de Napoleão e Albino é sintomático, uma vez que as testemunhas não comparecem e a denúncia, tendo em vista a embriaguez do réu e da vítima no momento da agressão – e, certamente, levando em consideração a natureza leve da lesão –, é considerada improcedente. Napoleão Vares, 33 anos, solteiro, *chauffeur*, de côr parda, alega que andava em direção ao Mercado Central com Felintro Elísio das Neves – vulgo “Saltão”, 27 anos, solteiro, jornalista –, quando encontraram Albino Mattos, 26 anos, solteiro e conhecido garçom das redondezas, e foram os três ao Café Glória, onde “Saltão” pagou uma rodada de cachaça. No depoimento de Napoleão, ele declara que

Estava recostado sobre o balcão, não se recordando porém, que estivesse batendo com os dedos no mesmo, quando Albino, indo a seu encontro, empurrou a mão sobre seu ventre, não percebendo que estivesse armado, julgando até, que fôsse brinquedo, quando sentindo-se ferido, disse-lhe: -Que é isso commigo? E, levantando a camisa viu que estava exposta qualquer coisa semelhante a tripa; que, em seguida, foi amparado, não se recordando o que mais se passou.

Os primeiros relatos das testemunhas apontam para a embriaguez dos três envolvidos, embora em níveis diferentes. No depoimento de Saltão, este alega não ter visto o ocorrido, pois saiu logo após tomarem a rodada de cachaça, a qual Napoleão teria lhe pedido para pagar e

assim o fez. Uma das testemunhas, Carlos Barboza, 29 anos, solteiro, *chauffeur*, diz que, após ter ocasionado o ferimento em Napoleão, Albino volta-se para ele e o acusa de “também tê-lo roubado no carnaval”. Albino, no inquérito, argumenta que “no momento, estava bem embriagado e não sabia o que estava fazendo”.

O caso em questão é emblemático das dificuldades de se empreender uma investigação nestas circunstâncias, em que os envolvidos diretos, além de pouco fornecerem no que diz respeito ao estopim e motivos para a agressão, são qualificados pelas testemunhas em múltiplas variações do grau de embriaguez. Dorval Rodrigues Loretto, solteiro, 24 anos, do comércio, depõe que considerava a ambos “bem embriagados”; Egídio Garbo, solteiro, 27 anos, do comércio, enquanto “bem alcoolizados”; Amadeu Domingues, vulgo “Mulato”, solteiro, 23 anos, cortumeiro, declarou que “os dois estavam um pouquinho floreados” e Carlos Barboza ainda acrescenta “que não sabe se o réu estava bebado ou louco; que Napoleão estava floreado”.<sup>81</sup> De “floreados” a estágios de completa alucinação, o caso envolvendo Albino e Napoleão demonstra os limites da justiça diante da embriaguez.

Outro caso em que o protagonismo do álcool no momento do conflito e o posterior não-comparecimento dos envolvidos nas citações acabam por conduzir ao abandono da denúncia é o desentendimento envolvendo José Pires, 35 anos, casado, campeiro, uruguaio – vulgo “Castilhano” – e José Foster, 34 anos, solteiro, agricultor. Ambos estavam na casa de negócio de Alberto Buckweitz, de 38 anos, casado, comerciante no 2º distrito do município, quando, diante da recusa de Castilhano em aceitar o convite de José Foster para beber cachaça, este último passa a xingá-lo e proferir ameaças. Segundo o depoimento do proprietário do estabelecimento – o qual é corroborado integralmente por outros três fregueses que serviram de testemunhas –, Castilhano duvida do cumprimento das ameaças de José Foster e então eles passam a brigar “de relho”.<sup>82</sup> Alberto também argumenta que “a vítima tem mau comportamento, sendo a segunda vez que fez desordens em casa do depoente.”

Nesse ínterim, Castilhano sai para fora do bar e José o segue, fazendo uso de alguns pesos<sup>83</sup> do balcão do estabelecimento e arremessando-os na direção de Castilhano, quando este

---

<sup>81</sup> Processo 1280, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível, ano 1937, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>82</sup> Relho é um artigo bastante utilizado na lida campeira das estâncias da região do Prata, sendo composto de um trançado estreito e firme de tiras de couro, que servia como uma espécie de chicote para açoitar cavalos. Sobre o estudo da masculinidade na lida “campeira”, ver Silva, 2014.

<sup>83</sup> Possivelmente pesos medidores para balanças antigas, usados como referência nas compras a granel, comuns até finais do século XX nas vendas e armazéns de interior. Conviveram ainda com as balanças de escala, até que ambos os tipos caíram em obsolescência após a popularização das balanças eletrônicas. Para os jovens que queiram matar a curiosidade, ver García, 2017.

faz uso de seu revólver. No depoimento de Castilhano, é significativo que este considere importante mencionar o teor dos insultos proferidos por José, os quais teriam dado início à violência física. “Porco sujo”, “fresco”, “que arriasse as calças que ia montar nele ali mesmo” estão entre os xingamentos intoleráveis alegados por Castilhano enquanto o estopim para a contenda – não por acaso, todos insultos envolvendo a tríade gênero-corpo-honra, mencionada em Spierenburg (1998).<sup>84</sup> Nas declarações do ofendido à polícia, este afirma que só lembra até o momento em que Castilhano lhe responde dizendo que não bebia cachaça e que estava bebendo vinho de laranja. O corpo de delito feito no ofendido acusa escoriações no maxilar, no nariz e nos punhos, o que reforça a ideia de luta corporal antes do tiro disparado por Castilhano.

É evidente que são altas as probabilidades de haver mais elementos que reforçassem a animosidade, que rapidamente se transforma em agressão entre os dois contendores. No entanto, quanto a esses motivos ocultos, só podemos supor uma série de pormenores que os envolvidos preferem não relatar à polícia. Ou mesmo os outros casos de distúrbios e conflitos anteriores causados pela vítima, fossem devidos à quantidade de álcool ou derivados de seu temperamento belicoso. Inegável, no entanto, é a semelhança entre o comportamento de José Foster e o comportamento dos demais “provocadores” encontrados nas ocorrências do centro. Além dos três casos envolverem o conflito entre um brasileiro e um uruguaio – o que reforça nosso argumento de que a nacionalidade aparece frequentemente enquanto correspondente étnico, assim como a ascendência –, o ato de convidar Castilhano para tomar cachaça e, após a recusa, José dar início a ofensas diretas à virilidade do acusado, sugere-nos o mesmo uso desses códigos verificadores de masculinidade que conduzem à performance nas cidades.<sup>85</sup>

Portanto, nesse caso, apesar de ser uma ocorrência envolvendo arma de fogo, a lesão não é fatal, e tanto acusado quanto vítima não comparecem às citações, descaso que certamente contribui para que a denúncia não consiga avançar. Além disso, a declaração do dono da casa comercial a respeito do comportamento habitual da vítima, acaba aparecendo na justificativa do juiz, ao alegar o passado de mau comportamento do ofendido e bons antecedentes do acusado.

O que nos leva a sugestão de que, se abandonos como esse acometiam alguns dos processos, a probabilidade de que fossem comuns na fase de inquérito é ainda maior, principalmente se levarmos em conta as notas da imprensa, que documentavam múltiplas

---

<sup>84</sup> Discutiremos esse tema de forma mais detalhada do Capítulo 4.

<sup>85</sup> Os insultos à masculinidade do acusado certamente partiram deste primeiro impasse, em que Castilhano prefere seguir bebendo vinho a beber cachaça com o ofendido. A aguardente era considerada bebida “de homem” (ALGRANTI, 2005; ROSA, 2003), com teor alcóolico variando entre 38 a 48%, em comparação ao vinho de laranja, proveniente de fermentação natural e que não ultrapassa os 15% de teor alcóolico.

ocorrências noturnas em bares e quiosques as quais não permaneceram entre os processos-crime. Portanto, resulta complicado, devido ao viés de seleção inerente a esse tipo de fonte, afirmarmos, por exemplo, que era costume destes bebedores andarem armados; ou que todos os envolvidos em brigas de bar portavam algum tipo de arma. O que podemos afirmar, no entanto, é que os processos mantidos pela Comarca de Pelotas no período apresentam um grau de violência considerável, o que tampouco é percebido pelos contemporâneos de forma exclusivamente negativa. Perceptível nas decisões dos júris e nos anúncios do Almanaque de Pelotas (1933) – publicação destinada a divulgar opções culturais e atrativos da cidade –, o gosto pelas armas, embora carregasse variações no concernente a seu uso, parecia estar envolto em uma masculinidade distinta e merecedora de respeitabilidade (ver Fig. 18).

Para além do comportamento agressivo historicamente associado aos homens, é preciso notar também o componente cultural que circunda a tradição do homem armado na história do Rio Grande do Sul – especialmente da metade sul do estado, bem como suas fronteiras platinas. Estes territórios carregam séculos de disputas entre tribos nativas, ocupações jesuíticas, colonizadores espanhóis e portugueses. A ausência de instituições e autoridades oficiais somadas à inconstância das demarcações, conferiu um caráter violento às primeiras ocupações nestas regiões.<sup>86</sup> Os “desgarrados” desses territórios instáveis aprendiam desde cedo a montar em cavalos e “carnear” o gado, abundante na região e responsável pela sobrevivência destes habitantes durante séculos. As constantes guerras e revoluções, que perduraram também ao longo do século XIX, após as independências das coroas ibéricas, e conferiram acentuada militarização a estes contingentes populacionais. Precisaram aprender a defenderem a si mesmos com considerável autonomia, moldando, ao longo do tempo, um imaginário viril – platino, visto que compartilhado com regiões da Argentina e Uruguai – fortemente pautado no homem taciturno e, ao mesmo tempo, aguerrido, com destreza no manejo de facas e punhais<sup>87</sup> (LEAL, 1989; BARRÁN, 1992; THOMPSON FLORES, 2012).

A sociabilidade dos cafés e a vida noturna bonaerense, enfocadas pelos olhares de Sandra Gayol (1993; 2000) e Lila Caimari (2011; 2012; 2016), apesar de contribuírem para uma

---

<sup>86</sup> Sobre o histórico destas ocupações, ver Reichel e Gutfreind, 1995.

<sup>87</sup> Em suma, imaginários fortemente pautados na figura do *gaucho*, que, não por acaso, torna-se o gentílico do estado do Rio Grande do Sul (a expressão “gaúcho” é usada enquanto sinônimo de sul-rio-grandense) cuja adoção remonta a meados do século XIX; essas representações tornam-se peças centrais de um movimento tradicionalista gaúcho (MTG) que eclode com força na metade do século XX, o qual visa a unidade em torno destas formas de identidade cultural (OLIVEIRA, 2002, p. 116). Contudo, usamos o qualificativo “viril” para designar a formação destas percepções de honradez pois, muitas vezes, essas características são associadas também às mulheres pertencentes a esse contexto violento, como é o caso de personagens como Ana Terra, da coletânea *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo, série literária publicada a partir de 1949 que se tornou um clássico regional.

percepção abrangente das noites portenhas, revelam o ritmo acelerado de uma capital-metrópole – a primeira da América do Sul.<sup>88</sup> Montevideu, de proporções menos avassaladoras<sup>89</sup>, permite um comparativo mais sensível, visto que partilhava semelhantes convivências entre atividades agropastoris e urbanização, e também mais próximo no espaço – o distanciamento geográfico entre Pelotas e a capital uruguaia é de pouco mais de 550km, ao passo que o trajeto mais curto até Buenos Aires por terra soma o dobro da distância.

A *pulpería* é apontada na historiografia enquanto um dos espaços característicos da sociabilidade masculina uruguaia desde meados do século XIX. Misto de taberna, *almacén* e *tienda*, as *pulperías* eram vistas como ambientes mais populares do que os cafés, e consideradas pela polícia montevideana um dos lugares mais propícios “a los desbordes y al conflicto” (ALPINI, 2018, p. 246-247):

Además fue el centro predilecto del ocio popular. A la pulpería acudían peones de los saladeros y de los talleres, peones de estancias, carretilleros y carreros, changadores, marineros, pero también hombres con oficios: zapateros, sastres, carpinteros y plateros, así como chacareros y quinteros de extramuros. Se puede verificar la presencia de soldados del ejército y milicianos de la Guardia Nacional, que entraban, por supuesto, con sus armas de fuego y sables, así como los peones ingresaban con sus cuchillas, facones y dagas.

A característica agropastoril e militarizada partilhada por Uruguai e Rio Grande do Sul tampouco deve ser ignorada ao analisarmos esse apelo ao armamento e à violência no cotidiano dos homens. Em diálogo com Barrán (1992), muitas das profissões especializadas verificadas em nossas fontes e das atividades procuradas por trabalhadores esporádicos dependiam do uso de facas e outros instrumentos enquanto ferramentas essenciais, portanto é de se esperar que estes homens andassem armados não apenas com o intuito de agredir outros homens ou se proteger, mas também de estarem preparados caso surgissem serviços ao longo do dia. Entretanto, com poucas cidades altamente urbanizadas e populosas no período, a presença de uma lógica rural de autodefesa no estado mais ao sul do Brasil também desempenhava seu papel, uma vez que o preparo e investimentos nas forças policiais enquanto mantenedoras da ordem pública era fenômeno em desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX. Além

---

<sup>88</sup> “Buenos Aires foi a primeira grande metrópole sul-americana, tendo ultrapassado já em 1940 a cifra de dois milhões e meio de habitantes (contra 1.800.000 do Rio de Janeiro e 1.326.000 de São Paulo, na mesma época), fato mais notável ainda se levarmos em conta que a população argentina situou-se, no século XX, em algo em torno de um quinto da do Brasil.” (COGGIOLA, 1997, p. 101)

<sup>89</sup> Os dados demográficos do Uruguai são esparsos, pois contaram com um censo em 1908 e outro somente em 1963. No entanto, Montevideu em 1908 já concentrava cerca de 30% da população uruguaia (mais de 300 mil pessoas), tendência que se acentua e chega a uma concentração de quase 50% da população total do país em 1963, quando a capital registra aproximadamente um milhão e duzentos mil habitantes. (MARTÍ, 2003)

do mais, o hábito de recorrer à autoridade policial nas zonas rurais (ou urbanas), também esbarrava em outras relações de dependência ou obediência, como nos casos de trabalhadores residentes no entorno da fábrica ou arrendatários de terras subordinados a seus patrões.

Conforme abordamos no capítulo anterior, Pelotas era uma das quatro cidades gaúchas com mais de 100 mil habitantes em 1940 e o segundo principal núcleo urbano do Rio Grande do Sul, porém, mantinha vínculo estreito com as massas de trabalhadores ligados às atividades agrícolas e pastoris. Constituindo polo educacional e regional, a cidade exportava intelectuais para atuar na gestão do país e conservava contatos importantes com o exterior. Portanto, ao mesmo tempo próxima das tradições rurais e platinas que moldaram condutas e territórios rio-grandenses, Pelotas também abarcava os anseios de uma cultura mundana e cidadina, em muito inspirada nos cafés europeus e na sociabilidade urbana propagada pelo cinema norte-americano – o qual, segundo as estatísticas da programação cinematográfica nos anos de 1942 e 1943, era o produtor da imensa maioria das exibições nas salas de cinema pelotenses. (BOLETIM DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, 1943, p. 17)

Figura 19 – Anúncio de fábrica de armas em Pelotas (1933)



Fonte: *Almanaque de Pelotas*, 1933, p. 39. Projeto Memória Gráfica de Pelotas: 100 anos de *design* (UFPel).

No Gráfico 4, podemos observar que as brigas relatadas que resultaram em morte são a maioria, somando 10 dos 15 casos analisados. Isso pode significar que grande parte dos conflitos em bares que não chegavam a produzir ferimentos graves ou que não resultavam na morte de algum dos envolvidos sequer eram reportados à polícia ou permaneciam no limbo já mencionado das ocorrências enquadradas enquanto desordens, as quais nem sempre deixaram rastros para além das notas da imprensa.

A tendência a resolver os conflitos sem o envolvimento da autoridade policial não era incomum entre as classes populares das grandes cidades do início do século XX, como argumenta Chalhoub (2001) em relação à Rio de Janeiro da *Belle Époque*, Carneiro (2011) sobre Juiz de Fora (MG, 1854-1941) e Cláudia Mauch (2017) em referência aos policiais da Porto Alegre de meados do século XX. Analisando os dados relativos às distribuições dos tipos de armas nas agressões relatadas, podemos elencar o baixo número de casos – dois, apenas<sup>90</sup> – envolvendo luta corporal sem arma como um indício do reforço dessa hipótese, ou seja: é bastante provável que tais casos, costumeiramente, nem fossem levados à delegacia ou que tenham se perdido em meio a documentações policiais não preservadas.

Já os casos concernentes às agressões envolvendo armas de fogo totalizam seis dos quinze casos e apresentam índice alto de mortalidade, somando cinco óbitos entre seis casos. O caso de Julio e Pedro Souza é emblemático, pois envolve um homicídio “acidental”, ocasionado supostamente pela falta de manutenção do revólver. Pedro, vulgo “Pedro Canhoto”, de 31 anos, casado, operário de cor preta, fazia gracejos provocando o acusado, Julio Souza, vulgo “Julião”, de 48 anos, casado, comerciante. Julião era empregado do bar onde se deu o crime, mas muitas testemunhas, ao referirem-se ao estabelecimento, apontavam-no como dono.

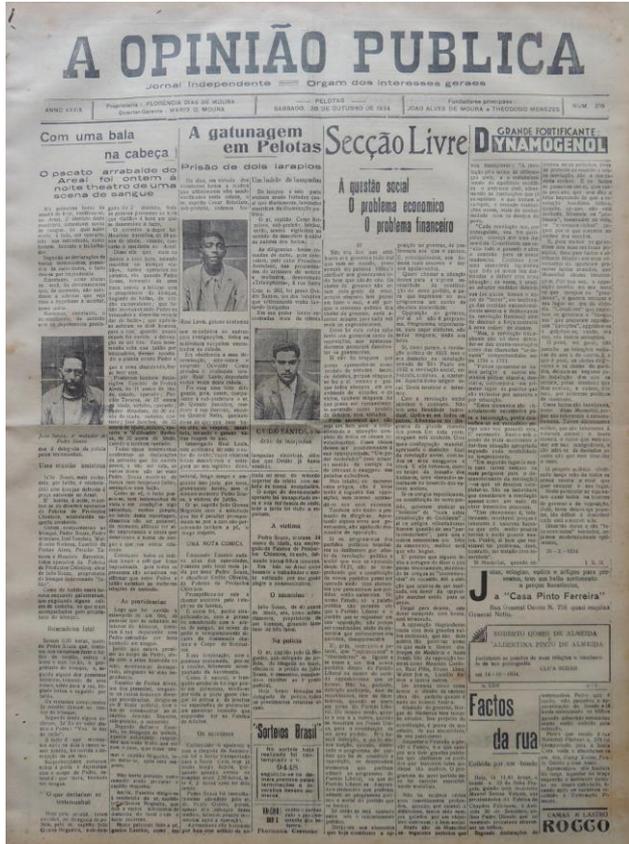
Na noite de 20 de outubro de 1934, pelo menos mais sete homens – além de acusado e vítima – encontravam-se brincando, rindo e bebendo no bar, quando Pedro Canhoto, pegando a tranca da porta e balançando como se fosse uma baliza de cordão carnavalesco – note-se o tom jocoso da implicação de gênero envolvida –, provocava o acusado enquanto saía para a rua, ao que Julião o teria seguido dizendo “agora eu vou te dar de facão”. Em seguida, os demais presentes ouvem um disparo vindo da rua e saindo, encontram Canhoto caído e Julião em choque. Uma das testemunhas, João M. B., 38 anos, casado, operário, conta que disse a Julião: “mataste o rapaz” ao que este teria respondido “então vou me suicidar”. Diante disso, João, com ajuda de mais uma testemunha, carrega Julião para dentro do estabelecimento. Um perito

---

<sup>90</sup> Processo número 1562, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1930, e processo número 218, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, ano 1934, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

chamado a contribuir na investigação, constata que a arma estava em mau estado de conservação.

Figuras 20 e 21 – Repercussão do processo de “Julião” na capa do jornal *A Opinião Pública*, edição de 20/10/1934 e detalhe da foto do acusado (processo nº 1498, 1934)



Fonte: Jornal *A Opinião Pública*, 20/10/1934. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP).

A legislação penal referente ao fabrico e uso de armas, confirma a pena mínima a que Julião teria sido sentenciado em caso de homicídio acidental (60 dias), ou a pena máxima pelo uso ilegal da arma (60 dias), se o juiz não tivesse concedido a liberação, por ser este réu primário. Segundo a *Consolidação das Leis Penaes*:

**DO HOMICIDIO:**

Art. 297 - Aquelle que, por imprudencia, negligencia ou impericia na sua arte ou profissão, ou por inobservancia de alguma disposição regulamentar, commetter ou fôr causa involuntaria, directa ou indirectamente, de um homicidio, será punido com prisão cellular por dois mezes a dois annos. (PIRAGIBE, 1932, p. 97)

**DO FABRICO E USO DE ARMAS**

Art. 376 - Estabelecer, sem licença do Governo, fabrica de armas ou polvora:

PENAS - de perda para a Nação dos objectos apprehendidos e multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 377 - Usar de armas offensivas, sem licença da autoridade policial:

PENA - de prisão cellualar por 15 a 60 dias.

Parapho unico - São isentos de pena:

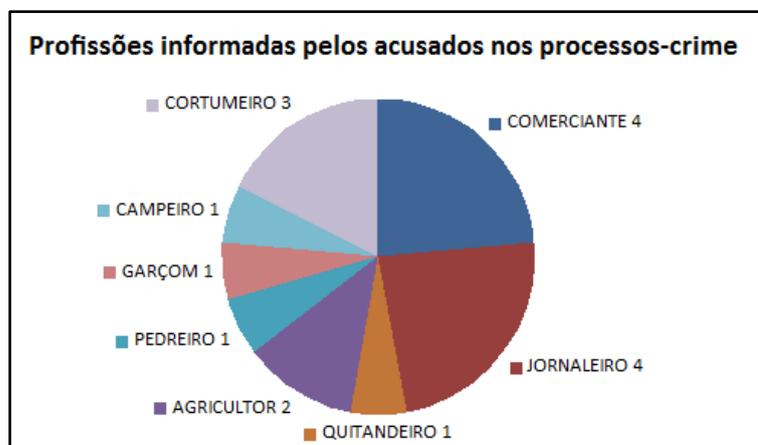
L.º os agentes da autoridade publica, em diligencia ou serviço;

2.º os officiaes e praças do Exercito, da Armada e da Guarda Nacional na conformidade dos seus regulamentos. (BRASIL, 1932)

Os dados referentes às profissões de todos os ouvidos pela polícia, juntamente com a idade, são os registros mais documentados nos inquéritos, ao contrário de informações como endereço e cor da pele, por exemplo. Tal aspecto nos permite observar separadamente profissões de acusados, ofendidos e testemunhas. Conforme o número elevado de testemunhas – 65 homens, ao passo que acusados somam 17 e vítimas, 15 –, temos um gráfico total muito mais heterogêneo (Gráfico 3).

No Gráfico 5, podemos perceber, por exemplo, que as atividades ligadas ao comércio, bem como o emprego de jornaleiro, são informados por oito dos quinze acusados (quatro para cada profissão), o que resulta em mais da metade de nossa amostra. Não por acaso, identificamos estas atividades como as informações mais seguras para aqueles que tinham ocupações mais fluidas de trabalho, mas precisavam informar alguma profissão à autoridade policial. Diante da prevalência deste dado em quase todos os depoimentos à polícia, podemos presumir que seria improvável que esse registro fosse deixado em branco, a não ser em casos de falecimento em que não tenha sido possível ouvir a vítima antes do óbito e não hajam testemunhas que o conheçam capazes de informar.

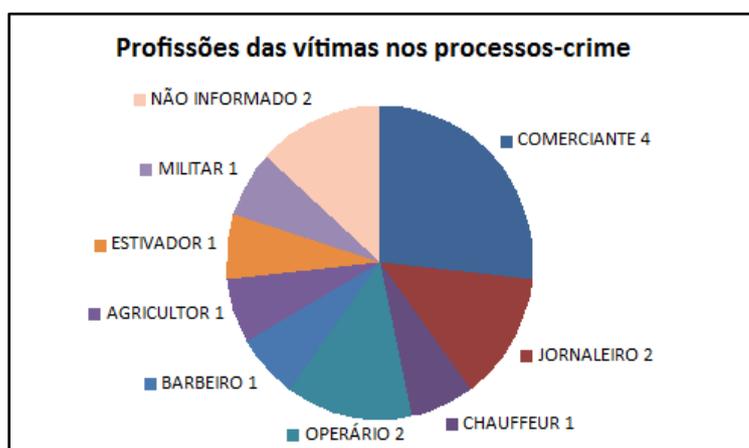
Gráfico 5



Fonte: análise da pesquisa com base nos dados obtidos dos processos-crime da Comarca de Pelotas, selecionados por horário da ocorrência (das 18h às 7h), local (bares, armazéns, casas comerciais, quiosques, cafés e restaurantes) e contexto de sociabilidade (excetuando-se furtos, roubos, incêndios etc). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

Os demais registros de profissões dos acusados giram em torno de ocupações diretamente ligadas à economia desenvolvida na região, como a atividade de cortumeiro, com três envolvidos, e agricultor, com dois. A profissão de agricultor também era informada com alguma margem de variabilidade, ou seja, não se referia somente à determinada atividade nas lavouras, mas servia para designar a pessoa que dependia de atividades rurais, fosse enquanto contratado temporário ou arrendador de terras para cultivo. O restante das profissões de acusados informadas nos registros soma quatro e inclui atividades de garçom, quitandeiro, pedreiro e campeiro – esta última também podendo compor miríades de atividades ligadas ao campo.<sup>91</sup>

Gráfico 6



Fonte: análise da pesquisa com base nos dados obtidos dos processos-crime da Comarca de Pelotas, selecionados por horário da ocorrência (das 18h às 7h), local (bares, armazéns, casas comerciais, quiosques, cafés e restaurantes) e contexto de sociabilidade (excetuando-se furtos, roubos, incêndios etc). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

Quanto às profissões das vítimas temos, novamente, a maior incidência sobre aquelas que admitem uma maior abrangência, como as atividades ligadas ao comércio, com quatro ofendidos, a atividade de jornaleiro e a de operário com dois ofendidos cada uma (ver Gráfico 6). A ausência de informação sobre a profissão de duas vítimas deve-se à impossibilidade de a polícia colher os depoimentos – dada a constatação do óbito – e também de serem homens pouco conhecidos nos bares onde ocorreram os homicídios, não havendo muita informação das testemunhas sobre a vida privada dessas vítimas.

<sup>91</sup> Sobre essas variáveis e designações um tanto genéricas, é surpreendente, no entanto, que alguns informem profissões com grau avançado de especificidade, como “salameiro” ou mesmo com relação às atividades mais presentes no âmbito rural, como são os casos dos depoentes que se autodenominam “arreador” ou “carneador”, revelando uma postura de segmentação e divisão das atividades laborais com significativo grau de especialização.

Resultado significativo dessa análise foi perceber que a sociabilidade noturna dos bares e suas disputas internas, sobretudo na dinâmica essencialmente masculina aqui observada, não constituía um comportamento “desviante”. Os jogos, tragos, provocações e disputas, ao abarcarem predominantemente homens em idade economicamente ativa, solteiros e casados, oriundos das mais variadas atividades laborais, longe de serem considerados uma falha de caráter – como faziam parecer alguns artigos das campanhas antiacoólicas -, faziam parte das rotinas de trabalho, lazer e sobrevivência de operários, profissionais liberais e “jornaleiros” da época.

A noite dos bares populares evidencia também a intersecção entre as diversas categorias a que pertenciam estes homens aqui enfocados. Certamente nossas fontes não permitem observar algumas das distinções tácitas entre os estabelecimentos, as quais seriam responsáveis por sensações de não pertencimento e por restrições não verbalizadas sobre estes acessos. Mas ao visualizar suas identificações profissionais, nacionais, étnicas, bem como seus argumentos e o sentido que conferiam às suas ações e dos demais, ficou claro que observar o perfil de um grupo tão heterogêneo só tem significado à medida que fazemos as ligações não explícitas sobre como seus dados eram reconfigurados por essa sociedade dentro do bar. A perspectiva relacional entre suas variáveis oferece um emaranhado complexo de interações entre afinidades e disputas, escondidos sob o véu do “sem motivo aparente”.

Vimos que a honra viril propagada nestes espaços mostrou reverberações que transcendem fronteiras nacionais e disciplinares, e o esforço em abarcar a dinâmica destas intersecções faz parte do empenho em respeitar a complexidade inerente ao nosso objeto. Suas singularidades regionais e idiosincrasias não excluem a aproximação com processos muito semelhantes investigados em outros tempos e locais.

O universo complexo destes festejos e tragédias noturnas mostrou escapar também dos braços da justiça, escorregando por cada gole de cachaça, *fernet* ou vinho e aproximando as fronteiras entre rural e urbano da Pelotas de trinta. O bar, espaço heterotópico (FOUCAULT, 2013) e ambivalente, com seus polos positivos e negativos, com o riso do brinde e o riso do escárnio, podia ser palco tanto das provocações mundanas quanto da seriedade da honra, a qual revelava-se o bem mais valioso de alguns.

A cor da pele nestes conflitos, esvaziada de sua conotação política pelas instituições, aparece nas entrelinhas do processo enquanto domínio do fenótipo e do racismo, sendo lembrada em momentos nos quais as condenações e condutas tomam emprestada a melanina enquanto muleta. Os processos, para além dos usos jurídicos da herança genética, também mostram que ser descendente não era o mesmo que ser estrangeiro, mas que as comunidades de

imigrantes e seus descendentes se organizavam e se fortaleciam mais hermeticamente do que os “nativos”, gerando ressentimento de parte dos despossuídos, tão carentes de pertencimento. A sociabilidade dos botecos podia unir, mas também podia evidenciar a solidão dos deslocados e dos não-performáticos, dos taciturnos e dos quietos.

Os desgarrados sul-rio-grandenses, amolados “à facção” e treinados para a luta, não podiam deixar de se identificar com essa excitação – normalmente reprimida – no momento dos insultos, das agressões e do crime. O fetiche das armas e o transbordar inebriante do álcool somava-se a um contexto em que o alívio das pressões cotidianas para os homens passava por uma sociabilidade em que desafios e bravatas eram um constante verificador de pertencimento à camaradagem masculina.

Mas a noite dos bares nesse contexto também aproximava homens muito diferentes entre si. As representações dessas noites, presentes e impressas já nas primeiras horas do dia, são o recheio que nos ajuda a compreender com quais elementos eram tecidos esses imaginários. Como a cidade olhava para esses conflitos noturnos e como seu olhar aparecia nos crimes. Contando com as repercussões dessas noites nos jornais da época, no capítulo a seguir veremos como a Pelotas diurna assimilava a sociabilidade noturna dos “bambas”, “bohemios” e “floreados” dos botequins.

### **3 “ADORADORES DE BACCHO”: OS OLHARES DA IMPRENSA PELOTENSE SOBRE A SOCIABILIDADE E OS CONFLITOS NOTURNOS NOS BARES**

Dividimos as reflexões deste capítulo em três momentos. Primeiramente, introduzimos a correlação entre nosso recorte e o trabalho com a imprensa; em seguida, buscamos abordar de que forma a sociabilidade noturna de bares e botequins aparecia nos jornais da cidade e como essas narrativas se relacionavam com outras formas de viver a noite; por fim, analisamos as intersecções entre os processos-crime dos quais partimos e suas repercussões na imprensa local.

#### **3.1 Reflexões no diálogo com a imprensa**

Até o momento, fomos capazes de observar a vida noturna dos botequins populares pelotenses por diferentes ângulos. Primeiro, pelo enfoque do espaço físico da cidade e suas implicações sociais, heranças interétnicas e contexto econômico, os quais ajudam a compreender as diversões noturnas da época e os trajetos cotidianos que levavam nossos notívagos até os bares. Em seguida, partimos dos casos criminais de ocorrências noturnas nestes espaços para tentar visualizar quem eram os participantes deste hábito cotidiano dos botequins ao final do dia, como ganhavam a vida e quais tipos de interações dentro dos bares eram por eles apontadas como motivos para os ataques com punhos, facas ou armas de fogo.

Mas o que pensava a sociedade a respeito destes frequentadores, espaços e conflitos? Como estes crimes eram percebidos e ganhavam visibilidade em âmbito público? Este capítulo pretende introduzir o diálogo entre a imprensa e este universo de noites, ruas, homens e bares, os quais viemos abordando. Partindo desta convergência, propomos uma aproximação com o significado destas noites boêmias no cotidiano de leitores e editores destes periódicos. Como já destacamos, a cidade de Pelotas no período vivia uma economia em transição, de uma dependência quase que exclusiva de um único produto para um contexto de proliferação de fábricas e uma cultura de consumo que estendia seus braços para as classes trabalhadoras. A vivência mundana e cidadina dos anos 1930 (conforme explanado no Capítulo 1) deveu-se em larga medida às transformações estruturais em curso desde as primeiras décadas do século XX, as quais traziam novas formas de morar, se locomover e conviver com os demais habitantes.

A vida noturna tornava-se um dos maiores signos de cosmopolitismo das cidades, junto ao *Jockey Club* e o teatro – com a diferença que o hábito de frequentar cafés, tabacarias e quiosques era mais acessível. As noites pacatas e silenciosas eram sinônimo de provincianismo, principalmente para aqueles jovens que voltavam dos grandes centros estudantis acostumados

ao ritmo vertiginoso das noites modernas. “Almejava-se também o gênero de vida mundano que os romances e os jornais difundiam, e um certo tipo de anonimato que caracterizava a existência da grande cidade, graças ao qual a vida parecia mais livre e a possibilidade da aventura mais fácil.” (ROMERO, 2004, p. 294).

No entanto, esse contexto de circulação e contato interpessoal acrescido também propiciou embates e inseguranças nos comportamentos. As sociedades profissionais, associações culturais e grupos reunidos em torno do lazer e do entretenimento também são elementos-chave para a compreensão de como as sociabilidades constituem foco privilegiado de observação dessa inserção das classes subalternas na cultura urbana e nos hábitos de consumo, assim como os clubes tradicionais e suas atividades revelam outro tanto sobre as elites. No entanto, paralelo ao desenvolvimento do associativismo – em acentuada profusão desde a década anterior<sup>92</sup>, e reflexo de uma coletividade social e etnicamente segregada –, a comunidade de livre acesso dos bares, quiosques e cafés se fortalecia enquanto reduto de uma experiência igualitária, ainda que ilusória ou temporária, mas que possibilitava o convívio entre segmentos sociais distintos.

A utopia urbana da civilização moderna estaria expressa nessa sociabilidade cotidiana, efêmera e lúdica do “beber junto” (GAYOL, 1993; 2000), mesmo em um contexto de impessoalidade crescente nas relações. Determinados circuitos no espaço público da cidade facilitavam esses encontros entre cidadãos oriundos de diversos endereços, profissões, ampla faixa etária e nacionalidades. Apesar da vasta maioria dos mencionados nos jornais ser composta de nomes masculinos, também apareciam inúmeras referências a mulheres nos bares, embora quase sempre associadas, explícita ou implicitamente, com a prostituição. As ruas do centro, adjacentes à praça central e às proximidades do mercado público, aglutinavam uma profusão de bares, cafés e quiosques, mas a localização privilegiada não daria conta de explicar isoladamente esses cruzamentos de diferentes indivíduos caso não houvesse um hábito amplamente difundido no cotidiano da população.

Essa circularidade cultural é basicamente condição *sine qua non* da sociabilidade boêmia. O momento do dia que desafiava a regulação de corpos e comportamentos, constituindo-se enquanto o vórtice lúdico da vida moderna, combinava tanto elementos do mundanismo burguês quanto as seduções de uma vida desregrada e transgressora (SEIGEL,

---

<sup>92</sup> De acordo com as estatísticas oficiais do município no ano de 1939, entre grupos científicos, educativos, beneficentes, recreativos, desportivos e carnavalescos, as décadas de 1910 e 1920 registraram a inauguração de 7 e 20 sociedades, respectivamente; ao passo que, ao longo da década de 1930, foram fundadas 32 novas associações culturais na cidade de Pelotas. (BOLETIM ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1939, p. 68-71)

1992). Nesse sentido, não é difícil compreender a proximidade entre os temas da embriaguez e do crime, ora como entrelaçamento característico das principais atuações policiais na cidade (GOUVÊIA, 2015), ora como elementos substanciais das publicações “sensacionais” da imprensa.

São evidentes as dificuldades de se apreender, na investigação histórica de vestígios e fontes disponíveis, o significado desses momentos para os envolvidos, ou mesmo os rituais pertencentes a estes encontros. Nas fontes judiciais, encontramos a riqueza das descrições; ali, descortinam-se espaços, sujeitos, caminhos e tropeços desta sociabilidade (CARVALHO, 2017). Porém, tais fontes, permeadas pelo caráter excepcional do encontro com o poder da justiça, conferem ligações frágeis com estatuto cotidiano destes hábitos. Cientes disso, a imprensa nos parece fornecer uma percepção por outro ângulo, pautada naqueles costumes arraigados, ocorrências corriqueiras que já não mereciam processos criminais, mas ainda permaneciam sob o olhar atento da sociedade e/ou a vigilância da polícia. Para usar a expressão de Guimarães (2014, p. 122), nestas nem sempre inofensivas notas cotidianas estão contidos vestígios preciosos da “materialidade dos imaginários”.

Os periódicos de 1930 disponíveis para pesquisa na *Bibliotheca Pública Pelotense* (BPP) transitam entre aqueles vinculados a partidos políticos (*Diário Liberal*, *Diário Popular*, *O Libertador*), aqueles cuja sobrevivência enquanto negócio dependia dos anunciantes do comércio e das assinaturas de particulares (*Opinião Pública*, *A Alvorada*), além de possuir alguns títulos cuja circulação no período foi mais efêmera (*Folha do Povo*, *Correio Mercantil*). Com exceção do *Diário Popular* e *Opinião Pública*, todos os demais possuem exemplares em periodização intermitente na hemeroteca da BPP. Além disso, alguns livros estão interditados devido ao mau estado de conservação, tornando, assim, inacessíveis semestres ou anos inteiros de publicações.

Nos jornais diários pelotenses mais tradicionais ainda em circulação na década de 1930, são perceptíveis os vínculos entre o editorial e um *mundo de referência*, como diria Umberto Eco (1993). Ou seja, na busca da imprensa por uma mediação representativa dos interesses comuns, as publicações acabavam por afinar o olhar com as visões de mundo de um grupo amplo e médio, ligado em maior ou menor medida com a manutenção e reprodução do *status quo*. De acordo com a leitura empreendida no levantamento prévio feito para delimitar o recorte dos periódicos analisados, é possível afirmar que o mundo de referência dos editores, colunistas e noticiaristas pelotenses do período se situava em algum ponto entre o mundo dos profissionais liberais, comerciantes e trabalhadores, ainda que buscassem a maior comunidade possível nos limites e intersecções dessas especificidades. Todavia, produzir consenso é tarefa

intimamente ligada a estar atento às sobreposições e interpenetrações entre mundos de referência distintos; em vista disso a ideia foi selecionar periódicos cuja abordagem se estendesse aos interesses dos segmentos populares.

Buscando o enfoque nos divertimentos noturnos populares e a cobertura dos conflitos provenientes dessas sociabilidades, pautamos a escolha dos periódicos a serem observados por dois critérios básicos: em primeiro lugar, a tiragem diária, para que pudéssemos observar com maior eficácia a repercussão dos crimes analisados no Capítulo 2 e, em seguida, um discurso de aproximação com as classes populares, a fim de que pudéssemos perceber quais as diversões noturnas desse segmento social que acabavam deixando vestígios nesses periódicos. Portanto, partimos da observação de quatro jornais, embora um deles não tenha se mostrado em diálogo profícuo com nosso objeto, e os outros três tenham tido contribuições distintas, as quais exploraremos a seguir.

Os dois primeiros escolhidos foram os dois jornais diários já tradicionais no período estudado aqui: o *Diário Popular*, matutino de alta tiragem (4 a 5000 exemplares), e *A Opinião Pública*, vespertino de tiragem mais modesta (2000 exemplares).<sup>93</sup> Em seguida, optamos por observar também o hebdomadário *A Alvorada*, cujo enfoque era direcionado para as questões da população negra da cidade e, por último, observamos o periódico *Folha do Povo*, fundado em 1938, e que acabou não fornecendo material suficiente para ser incluído nas análises.

O primeiro a ser pesquisado, autointitulado “periódico litterario, noticioso, crítico”, era uma iniciativa dos irmãos Durval e Juvenal M. Penny, e foi um dos periódicos negros<sup>94</sup> mais longevos do país, cobrindo semanalmente (saía aos domingos) o período de 1907 a 1965. Com poucas intermitências, fazia parte de uma rede de periódicos negros fortemente conectada durante as primeiras décadas do século XX, com tiragens normais variando entre 200 a 1000 exemplares, podendo chegar à tiragem semanal de 3 mil exemplares, dependendo do ano (SANTOS, 2003; 2011). Os irmãos Penny aglutinaram um grupo bastante coeso de colaboradores, reunindo nomes da intelectualidade negra pelotense, como Armando Vargas, Humberto de Freitas, Rodolfo Xavier e Antonio Baobad, o qual é apontado como o vórtice em

---

<sup>93</sup> As informações sobre as tiragens constam no Boletim Estatístico do Município de Pelotas (1939, p. 66).

<sup>94</sup> Segundo a definição de Santos (2003; 2011), uma imprensa negra é aquela produzida por negros e voltada para atender às suas questões. “Os periódicos que compõem o que entendo como imprensa negra, até as primeiras décadas do século XX, davam destaque para as questões educativas do meio negro e tinham viés moralizador nos seus artigos. [...] tornaram-se uma imprensa alternativa aos jornais de grande circulação, uma vez que os negros não se viam representados nas suas páginas. Eles faziam uso das suas próprias folhas para divulgar as festas, casamentos, aniversários, batizados, nascimentos, mortes, situações de discriminação e preconceito, assuntos políticos e sociais de interesse do público a que eram dirigidos. Os jornais eram produzidos por uma minoria de negros alfabetizados, geralmente melhor posicionados na hierarquia social, mas que representavam os desejos e as aspirações daquela parcela da população que diziam representar.” (SANTOS, 2011, p. 88).

torno do qual teriam partido as primeiras idealizações do periódico (SANTOS, 2002).<sup>95</sup> Levando em consideração que a comunidade negra constituía parte significativa dos habitantes da cidade, bem como de sua parcela de trabalhadores (DORNELLES, 1998), o *Alvorada*<sup>96</sup> se constitui como uma fonte inestimável para esta pesquisa.

O *Diário Popular* nasce com a república, em 1890, e não à toa se consolida como o jornal com maior estabilidade desde sua fundação. Criado para ser independente, é em seguida vendido ao Partido Republicano Riograndense (PRR) e desfruta os benefícios de um órgão da situação, o que se reflete na diferença entre suas tiragens em comparação aos demais diários, por exemplo. A formação original, composta “por Theodozio de Menezes e sua equipe, que incluía Arthur Hameister (revisor e noticiarista), Mário Costa T. Pereira, Rodolpho Amorim (guarda-livros) e outros”, acaba abandonando o jornal para fundar o *Opinião*, alguns anos depois. A partir de 1930, no entanto, o *Diário Popular* é substituído pelo *Diário Liberal* no estatuto de órgão representante da coalizão partidária que toma o poder. (LONER, 1998, p. 11-12). Nesse período, o *Diário* já apresentava um modelo bastante sólido, com 8 páginas, machetes de outras localidades na capa, coberturas literárias, vida social, desporto e notas policiais. Contava também com publicidades de página inteira com fotografias, incluídos entre eles a programação dos cinemas e filmes em destaque, a profusão costumeira de pequenos anúncios de médicos e advogados, mas também frequentes campanhas de fábricas de automóveis e agências de viagens, o que também comunica sobre uma classe proprietária entre seus leitores.

Já o *Opinião Pública* foi um periódico fundado em 1896 a partir das dissidências políticas que fizeram parte da equipe fundadora do *Diário* abandonar aquele jornal. Redatores e noticiaristas como Arthur Hameister, João Alves de Moura e Theodozio das Neves compuseram a sociedade fundadora do *Opinião*, até que, uma década depois, após o falecimento

---

<sup>95</sup> Antonio Baobad e Rodolfo Xavier eram irmãos e operários chapeleiros que se tornaram lideranças responsáveis pela fundação e direção de inúmeras associações culturais e sociedades trabalhistas em Pelotas, desde fins do século XIX; dentre elas, a União Operária Internacional (1895). Os irmãos Durval e Juvenal Penny, fundadores do *Alvorada*, começaram como operários de tipografias e consolidaram sua trajetória como membros notórios da comunidade negra local. Durval tinha farmácias e consultório médico no município, prestava atendimentos de saúde a custos baixos, facilitando o pagamento em espécie – a possibilidade de Durval ser o real Dr. Pescadinha, assinante da coluna aqui investigada, é bastante alta. Juvenal, apontado como o dono do jornal de 1907 a 1946, era também proprietário de uma fábrica de fogos de artifício. Ambos tinham fortes ligações com a União Operária e a Frente Negra Pelotense, além de colaborarem na direção de clubes e associações negras. Armando Vargas e Humberto de Freitas, também membros e consultores de sociedades culturais, estão entre os colaboradores responsáveis pela gerência do periódico a partir da década de 1930, bem como participantes e propagadores em destaque da Frente Negra Pelotense (SANTOS, 2002; OLIVEIRA, 2017).

<sup>96</sup> Para fins de fluidez no texto, optou-se por algumas abreviaturas dos nomes dos periódicos mencionados. Portanto, o jornal *Diário Popular* é mencionado apenas por ‘*Diário*’, da mesma forma que *A Opinião Pública* aparece enquanto ‘*Opinião*’ e o *A Alvorada* é muitas vezes contraído para ‘*Alvorada*’.

de João Moura – para quem os demais sócios haviam vendido suas cotas –, a família do proprietário passou a intercalar a administração do jornal com vários arrendatários ao longo das primeiras décadas do século XX. Esse aspecto foi apontado por Beatriz Loner (1998) como o diferencial que conferiu trajetória singular não apenas ao *Opinião* em si, como aos debates difundidos pela imprensa pelotense da República Velha, que tinha no *Opinião* o contraponto editorial de grupos não necessariamente partidários, os quais dispunham de capital e um projeto jornalístico a veicular.

Na década de 1930, o *Opinião* era comandado por Mario Santos, acadêmico de Direito que imprimia um caráter crítico e anti-imperialista ao periódico, mas em 1931 a família dos proprietários assume a administração, permanecendo à frente do jornal até meados de 1935. A partir deste período, o jornal assumiu caráter dinâmico, abrangendo temáticas variadas. Sob a direção do advogado e político Bruno de Mendonça Lima e sua equipe, o *Opinião* adotava uma perspectiva mais progressista, abordando discussões de interesse do operariado e das causas dos trabalhadores. Segundo Loner (1998, p. 14), apesar de envolvido na criação de um partido socialista, a qual teria sido interrompida pela instauração do Estado Novo varguista em 1937, Bruno consegue reorientar a adaptação do jornal de forma a este permanecer “decididamente a favor dos interesses populares”.

O *Alvorada*, constituindo um semanário, possui diferenças consideráveis nestas características físicas. Sob a direção de Armando Vargas nas décadas de 1930 e 1940, o hebdomadário saía aos domingos e possuía dimensões mais modestas em comparação aos diários do período, como o *Opinião*. Com folhas menores, recorria com parcimônia às fotografias, porém é significativo que frequentemente investisse em fotografias de seus articulistas. Jornal formado por e produzido para negros, o *Alvorada* investia pesadamente em uma campanha pró-educação e, nesse sentido, valorizava os exemplos que seus colaboradores poderiam representar perante a comunidade negra pelotense e da região. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, os anúncios presentes no periódico apresentavam incremento de ilustrações, evidenciando um processo de gradativas alterações em seu formato.

No caso do *Alvorada*, acompanhamos as edições disponíveis na BPP, as quais compreendem o período de 1931 a 1935. Adotamos o critério de busca da vida noturna popular, observando anúncios e colunas que referissem à diversão noturna, bem como às representações presentes no periódico acerca de hábitos desejáveis ou indesejáveis durante o tempo livre. O *Opinião*, por possuir uma linha editorial mais abrangente, permitiu observar não só os tipos de diversões noturnas veiculadas – convites para bailes, anúncios de eventos de *clubs* e associações, cafés e confeitarias –, como também as seções dedicadas àquelas ocorrências

policiais que não chegavam a caracterizar crime e que permaneciam no limbo das atividades sem documentação preservada. Já o *Diário* permitiu que cruzássemos essas repercussões veiculadas no *Opinião* de forma que fossem perceptíveis quando alguns casos propiciavam intersecções entre narrativas e leitores diversos<sup>97</sup>. Como o *Diário* não possuía um texto preocupado com a aproximação aos interesses das classes populares, esses cruzamentos proporcionaram observar distanciamentos e aproximações entre representações que mobilizavam um mesmo imaginário social ligado à vida noturna, encarado a um só tempo como resultado e criador de práticas sociais.

No entanto, imagens sobre estes eventos cotidianos ainda são raras. Tanto os divertimentos quanto os desfechos trágicos dessas noites permaneciam dependentes das narrativas textuais dos jornalistas. O recurso às fotografias, nos três periódicos analisados, parece obedecer a critérios pragmáticos, como a identificação de colonistas, colaboradores, figuras de destaque na coluna social – casos frequentes no *Alvorada* – ou ainda, retratos de políticos proeminentes e indivíduos envolvidos em crimes, tanto vítimas quanto acusados – registros mais presentes no *Opinião* (ver Figs. 21 e 22).

Figuras 22 e 23 – Capa do periódico *A Alvorada* em 1936 e capa do periódico *A Opinião Pública* em 1932



Fontes: Figura 21, Jornal *A Alvorada*, 05/05/1936, Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; Figura 22, Jornal *A Opinião Pública*, 16/05/1932, Acervo da Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

<sup>97</sup> As análises para as quais o *Diário* teve mais contribuições foram empreendidas na última seção deste capítulo.

Se considerarmos que Mauad (2006) situa o surgimento da fotorreportagem e da figura do editor de fotografias na imprensa brasileira a partir dos anos 1930, não surpreende que esta técnica ainda não esteja muito difundida em Pelotas no período.<sup>98</sup> Entretanto, é prudente salientar que, na década seguinte (1940) – de acordo com o levantamento entre os poucos exemplares do período que fazem parte do acervo disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – o *Alvorada* apresenta incremento substancial de imagens, dentre elas fotografias e ilustrações, o que pode constituir um indício do acesso a novas técnicas, capacitação e/ou equipamentos.

Durante nossa busca pela diversão popular na imprensa, foi possível perceber que, no *Opinião*, as opções do lazer popular não raro apareciam permeadas pela narrativa da violência, ou seja: os relatos desses momentos de festa apareciam somente quando acontecia algum conflito em que o hospital ou a delegacia constituíam o destino final. O *Alvorada*, cujo editorial estava mais voltado ao cotidiano de trabalho, consumo e lazer do operariado – especialmente da comunidade negra –, mantinha vínculos sólidos entre seus colaboradores e os clubes e associações populares, e conseqüentemente, conferia maior espaço à cobertura dos bailes e eventos anunciados, embora os relatos sobre a sociabilidade informal dos botequins também usassem da ironia e dos julgamentos morais nos textos. O *Diário Popular*, apesar de não ter contribuído tanto para a análise das diversões populares, também traz à tona situações similares à abordagem do *Opinião* sobre as noites dos botequins, como a que vemos na nota transcrita abaixo:

Notas Policiaes

OS BAMBAS DO PORTO

Na noite de domingo, Arlindo Baptista e Waldemar Baptista, resolveram perturbar a zona do porto da cidade, para o que beberam em um kiosque e entregaram-se á pratica de actos prohibidos pela policia.

Por essa razão, o sargento Edylio Soares, commandante do 2º. posto, mandou uma praça recolher os desordeiros áquelle posto, por ordem do sr. cap. Manoel Sá Cordeiro, sub-prefeito do 1º distrito. (DP, 26/05/1931, Contracapa)

Em meio às leituras cuidadosas destes exemplares na BPP, saltavam à vista elementos em comum entre as notas dos periódicos no que diz respeito à embriaguez e às diversões noturnas populares. Ainda perpassados pelo forte apelo da campanha antialcoólica que varreu a imprensa brasileira durante as primeiras décadas do século XX (MATOS, 2001), as folhas distintas dos periódicos guardavam notas sutis em meio às letras garrafais do discurso da

---

<sup>98</sup> Esse surgimento da fotorreportagem e do uso da imagem como índice de veracidade e comprovação teria fortalecido a ideia de imparcialidade na percepção do jornal, contribuindo para uma adequação ideológica dos empreendimentos jornalísticos que se pretendiam “sérios” e “profissionais” (MAUAD, 2006).

temperança. Ao ajustar o foco das lentes, ao longo do trabalho detalhista da pesquisa manual, o humor aparentemente contraditório conferia uma ambivalência *sui generis* ao discurso dessa imprensa sobre a embriaguez.

O *Alvorada*, por exemplo, ao mencionar a relação das mulheres com a bebida, não atribuía a estas exclusivamente o papel da temperança e tampouco associava obrigatoriamente as mulheres que bebiam à prostituição. Uma explicação possível é a de que as mulheres bebedoras referidas nas notas do periódico fossem aquelas cujo hábito era percebido em locais “permitidos” às mulheres “honestas”, como os bailes das associações e clubes colaboradores do periódico, e aos quais estas certamente frequentavam acompanhadas.

pesquei o jovem Manéca, andar querendo conquistar o coração da Miss Copinho. Cuidado seu moço, que namoro com essa pequena, no fim é sempre aquela água. (PESQUEI, AA, 04/11/1934)

As características físicas do *Opinião* são parte de aspectos comuns à aparência de um jornal diário de uma cidade brasileira de médio porte no período. As folhas, ligeiramente maiores que as do *Diário* (60x45cm e 55x44cm, respectivamente), variam em termos de diagramação e disposição nas 4 páginas do periódico. No entanto, a página que menos varia é a primeira. A capa, geralmente, contém matérias políticas e/ou vindas de outros Estados e países; a segunda página contém um prolongamento dos artigos internacionais e/ou de outras localidades, e já apresenta alguns anúncios; a terceira página contém geralmente anúncios comerciais (remédios, alfaiatarias, casas de artigos domésticos, empresas de viagens) e eventos de clubes. A última página, na contracapa, segue com anúncios de teatros, cinemas, seção desportiva e notas policiais.

Ao longo das páginas de 3 e 4, em meio a anúncios de cinemas, teatros e clubes de patinação, o *Opinião* apresentava, no início da década de 1930, a seção “Chronica Policial”, que contava com excertos curtos e diretos sobre as ocorrências reportadas pela polícia. Concomitante ao desaparecimento dessa seção (é preciso lembrar que o jornal passa por diferentes administrações ao longo da década de 1930), aparece no jornal uma seção chamada “Factos da Rua”, a qual discorria sobre situações múltiplas de divertimentos, prisões e conflitos populares. Sem dispor de uma diagramação fixa, esta seção variava de localização e tamanho nas páginas, e poderia ficar alguns dias sem aparecer<sup>99</sup>, mantendo, porém, a característica de reportar, muitas vezes de forma bem-humorada, acontecimentos fortuitos do espaço público.

---

<sup>99</sup> Não por acaso, é perceptível que o adensamento dessas seções se dava imediatamente após o final de semana, quando eram reportadas a maior parte dos conflitos em bailes, bares e ruas do município.

Ao mencionar homens e mulheres detidos por embriaguez, o *Opinião* normalmente expunha os nomes completos de todos os envolvidos.

Chronica Policial

Uma "canoa" policial na casa "Biriba"

FORAM PRESOS DIVERSOS EMBRIAGADOS

A casa "Biriba" é um dos muitos antros de borracheiras contínuas. Ontem a policia resolveu dar, alli, uma batida, tendo feito uma limpa em ordem. Foram presos os inveterados adoradores de Baccho: José Abreu, Casemiro Gouvea, Antonio Alves, João Francisco Moraes, Mario Maciel, João da Cruz Freitas e as mulheres Maria Candida Teixeira, Maria Souza Alayde Silva, Julieta dos Santos. (OP, 17/02/1930)

O *Alvorada* não dispunha de seções inspiradas nas colunas de variedades ou nas crônicas policiais. Por outro lado, em conformidade com sua empreitada moralizadora e educativa, apresentava a recorrência de artigos e crônicas sobre hábitos culturais como o jogo, as festas e a embriaguez. Possuía uma coluna fixa chamada “Pesquei”, assinada sob o pseudônimo de “Dr. Pescadinha”. Em tom bem-humorado, expunha hábitos, conflitos e comportamentos indesejáveis observados entre os membros da comunidade leitora do jornal. Estes casos eram notados pelo colunista em clubes, bares e ruas da cidade. Por meio dos apontamentos do “Pescadinha”, podemos vislumbrar não somente a ambivalência presente nas percepções sobre a embriaguez e os divertimentos populares, como também o mosaico do lazer noturno popular na cidade, seus consensos e estigmas.<sup>100</sup>

pesquei o cabo Raul Barreto, (vulgo Sector), por encher o côco e depois andar dizendo a seus collegas, é eu sou é bamba.

Estou de accordo, seu Sector, porque se assim continuar dentro de pouco tempo não existirá mais alcool em Pelotas. (PESQUEI, AA, 18/12/1932)

pesquei o Perneta e o Vavá e mais outros, no dia de São Pedro, quererem que o balão subisse sem mecha e somente com alcool. (PESQUEI, AA, 07/07/1935)

pesquei o "fogo" do Ciri... numa festa da rua G.Teles. Eu vinha passando quando deparei com aquele incendio... (PESQUEI, AA, 20/05/1934)

<sup>100</sup> O uso de pseudônimos geralmente escondia percepções moralizantes e bem-humoradas dos proprietários ou principais colaboradores dos periódicos. Bastante difundido no Brasil, era utilizado também por escritores consagrados no intuito de não “manchar” suas contribuições “sérias” com as chacotas e ironias. O pesquisador Alvaro Simões Junior (2005, p. 6) destaca um trecho de Olavo Bilac, em crônica publicada em 1897, na Gazeta de Notícias (RJ), no qual o escritor explica esse apelo entre os colaboradores dos jornais. Nessa crônica, o poeta se opunha a um projeto de lei, então apreciado no Congresso, o qual visava proibir o anonimato na imprensa. Consideramos esclarecedor e por isso reproduzimos aqui: “o uso do pseudônimo não quer dizer que o escritor não queira assumir a responsabilidade do que escreve: todo o mundo sabe, por exemplo, que Patrocínio é Proudhomme e que Proudhomme é Patrocínio. Mas, na produção intelectual de um jornalista, como na de um artista, há sempre a parte séria a que o escritor dá o seu verdadeiro nome, e a parte leve, humorística, que bem pode correr por conta de um pseudônimo transparente. / Para cada estilo, cada assinatura.”

Dialogando com a historiografia sobre a imprensa brasileira, faz-se necessário pontuar que a imprensa no Brasil não pode ser percebida enquanto trajetória linear e evolutiva – se é que algo na história assim pode ser percebido –, pois, embora existam contornos comuns inegáveis desde a chegada da corte portuguesa, em 1808, diferentes regiões do país passaram por processos de urbanização e industrialização distintos, portanto apresentando convivências ou sobreposições de diferentes iniciativas e percepções relativas à imprensa. De forma geral, a historiografia costuma ressaltar o apelo partidário ou amador dos periódicos do século XIX, os quais eram usados para embates políticos entre grupos opositores ou faziam parte de iniciativas isoladas de indivíduos aventureiros.

Essa conjuntura assiste a mudanças significativas no período republicano, mas principalmente na virada do século XIX para o XX, quando o contexto menos instável politicamente e voltado para o desenvolvimento dos hábitos mundanos do espaço urbano nas cidades brasileiras, propicia o aparecimento de uma imprensa constituída enquanto empresa. Entretanto, nas cidades de médio porte, essa temporalidade pode ser difusa e sobreposta, pois “ainda que tivessem adentrado o mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo.” (DE LUCA, 2011, p. 158).

Já mencionamos aqui que grande parte do acervo municipal e policial disponível na BPP para pesquisa no período republicano acaba ou desaparece no ano de 1930. A virada política da Revolução de 1930 só não desestabilizou mais – no que se refere à produção serial de documentações policiais e administrativas, as quais foram diretamente impactadas pelas rupturas e/ou mudanças institucionais – do que os processos que culminaram com o regime autoritário do Estado Novo, em 1937. Desde a chamada Intentona Comunista, em 1935, o poder centralizador varguista ramificou o quanto pôde as garras da censura e, sob o argumento anticomunista, disseminou a perseguição política por todos os rincões do país.

Conforme De Luca (2011, p. 170), dentre as “inovações” da Revolução de 1930 no trato com a imprensa, está o surgimento de uma preocupação institucional direcionada ao papel da mídia, com a criação e desenvolvimento de órgãos governamentais específicos para a mediação entre os veículos de comunicação e os interesses do regime. Apesar de iniciadas desde o início da década, é após 1937 que ramificações do poder varguista irão dispor dos meios necessários para a difusão do projeto cultural e político do regime em escala ampla. De 1939 a 1942, a mídia brasileira vivencia o período crítico da censura varguista, com a atuação sistemática do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Contudo, é necessário ter em conta que o alcance dessa vigilância miúda era, muitas vezes, limitado, o que não significa que a pressão a se alinhar com os interesses do governo fosse menor. Ainda que sem discriminações explícitas, os favores e isenções obtidos pelos jornais apoiadores do governo constituíam, muitas vezes, necessidades de primeira ordem para a manutenção do periódico. A obtenção de isenções sobre a importação do papel é apontada pela autora como exemplo das estratégias presentes dentre os decretos do Estado Novo para conduzir tais benesses e privilégios (DE LUCA, 2011, p. 173). As dissidências e discordâncias políticas mais visíveis faziam com que a justificativa de restabelecimento da ordem fosse utilizada para um progressivo autoritarismo centralizado no poder executivo e a subsequente proibição de liberdades individuais com a ilegalidade dos partidos políticos e associações. O pluripartidarismo, na época, foi propagado enquanto uma despesa desnecessária, além de responsável pelos entraves do progresso no país (BRANCATO, 2006, p. 263). No entanto, conforme destaca Marialva Barbosa (2006), a fase da imprensa brasileira inaugurada por 1930 não pode ser ida apenas em termos de situação ou franca oposição à Vargas e à coalizão de forças que sobe ao poder. “Ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências.” (BARBOSA, 2006, p. 221) Para se manter circulando, muitos periódicos preferiram fazer pequenas concessões e adaptações ao varguismo.

Outro ponto de diálogo historiográfico que merece nossa atenção aqui concerne às periodizações adotadas. A temporalidade clássica apontada por historiadores da imprensa brasileira do peso de Nelson Werneck Sodré obedece a um critério político-administrativo nem sempre determinante nas regiões distantes da capital federal. Sodré (2011) assinala o início do período republicano como marco para a transição de uma imprensa dividida entre embate político-partidário e iniciativas isoladas do jornalismo amador, para o surgimento de uma grande imprensa pautada no gerenciamento de cunho empresarial. No entanto, essa transição pode ganhar contornos particulares conforme o desenvolvimento tecnológico e a aceleração do processo de urbanização das cidades. A pesquisadora Valéria Guimarães (2014) destaca a difusão do telégrafo (1877-1914) como um marco importante para o contexto brasileiro nas primeiras fases do largo período de modernização da imprensa – o qual teria tido início já em 1850 –, além de ressaltar as trajetórias variantes entre as regiões do país.

Creemos que essas ponderações fazem muito sentido ao se pensar nas periodizações adotadas, pois não apenas as novas tecnologias da comunicação, como o telégrafo, disseminam-se de formas distintas ao longo do território brasileiro, como também as técnicas de impressão

e equipamentos. Muitas vezes, é justamente a adoção de novo maquinário por um jornal maior o que faz com que empreendimentos mais modestos possam ter acesso a técnicas já difundidas nos grandes centros.

A circulação de equipamentos em um mercado de segunda mão é tanto mais importante quanto maior a nossa compreensão de que a iniciativa periodística no período nem sempre era acompanhada de uma profissionalização específica; muitos dos fundadores de periódicos tinham outras ocupações e o jornal nem sempre era a principal delas. Tais ressalvas tampouco se restringem aos aspectos supracitados. A circulação de jornalistas e de ideias também assiste a um período de coexistência – nem sempre pacífica – entre o novo e o velho.

Se nas primeiras décadas do século XX, periódicos como o *Alvorada* foram marcados pela presença maciça da linguagem literária e rebuscada, a tendência à oralidade nos textos e rubricas – bem como aos acontecimentos do cotidiano popular, o que particularmente interessa a esta análise – vai aos poucos reivindicando seu lugar, um movimento em franco diálogo com o adensamento das vivências urbanas. A imprensa enquanto cultura de massa tanto vai penetrando no cotidiano dos setores subalternos da sociedade quanto vai sendo penetrada por esse mundo de referência mais abrangente.

Conforme destacou Elmir em pesquisa sobre o jornal *Última Hora* (2012, p. 71), uma espécie de “oralidade secundária” permeava as notas do periódico – especialmente as criminais. As frases curtas ritmadas remetiam a textos que “precisavam ser pronunciados e não apenas lidos” e dificilmente se enquadrariam nos “protocolos da leitura silenciosa que a relação íntima (individual) leitor/texto exigiria”. A própria emergência da administração de um jornal enquanto uma empresa viável e que dê lucro, acaba sendo reflexo de um contexto de urbanização cujas massas assalariadas cresciam e adentravam a lógica acelerada dos estímulos e do consumo.

À medida que as cidades aglutinavam diferentes formas de comunicação voltadas ao entretenimento, como o teatro, o cinema, o rádio e a própria sociabilidade dos centros e cafés – onde mesmo aqueles que não haviam lido a notícia no jornal acabavam se inserindo na discussão –, a circulação de ideias transpunha barreiras intelectuais. (BARBOSA, 2007) Portanto, o impacto diário dos assuntos “em voga” passava a abranger muito mais do que os letrados, ou assinantes que liam o jornal no conforto de suas casas. O conceito de cultura midiática como o entende Mollier (2008) considera esse conjunto de manifestações culturais como agentes na disseminação destes signos que perpassam a modernidade no ocidente, moldando desejos e aspirações.

Além disso, os bares, restaurantes e cafés também facilitavam essa transmissão via oralidade, no sentido de que captaram esse signo mundano de civilidade moderna e passavam

a manter disponíveis jornais nos balcões (ROCHE, 2011, p. 198). Dos cafés de inspiração francesa até os botequins de esquina e armazéns brasileiros, o hábito de buscar estes locais para manter-se bem informado constituiu marca incontestável da transição para um mundo moderno. Conforme atesta Moreira (2009, p.98) para o contexto porto-alegrense da segunda metade do XIX: “foco central da convivência social no espaço urbano, os bares representaram pontos privilegiados de informação. Boatos eram transmitidos, jornais injuriosos circulavam e periódicos muitas vezes tornavam-se acessíveis aos ouvidos populares por sua leitura em voz alta.”

Essa via privilegiada de penetração nas conversas e interações diárias tampouco escapou aos governos preocupados em garantir sua presença entre as massas. As iniciativas getulistas a respeito da imprensa e da mídia ao longo da década de 1930, chegam à obrigatoriedade de transmissões oficiais do governo via rádio, instituindo que os estabelecimentos comerciais dispusessem suas caixas amplificadoras de forma a difundir os comunicados oficiais aos transeuntes.<sup>101</sup> Antes disso, o potencial de alcance do cinema também já havia chamado a atenção do governo. “Em 1932, surgiu a lei da obrigatoriedade da exibição de um complemento nacional nas fitas de longa-metragem. A partir da criação do DIP, o Estado passou tanto a censurar quanto a produzir sistematicamente documentários e jornais cinematográficos.” (CALABRE, 2003, p. 6).<sup>102</sup> Mas a captação das massas urbanas por meio da oralidade e do audiovisual é outro processo que, temos razões para crer, também ocorreu de forma gradativa, obedecendo à velocidade dispar de disseminação de equipamentos e tecnologias por diferentes regiões do país e coexistindo com linguagens mais ortodoxas no comunicar. Por exemplo, a porção literária nas páginas e redações dos artigos publicados nos jornais não desaparece – nem rapidamente e sequer de todo, posto que ainda pode ser encontrada em periódicos locais de cidades do interior –, pois também era capaz de atrair um público fiel. E o apelo literário dos colaboradores dos jornais também tinha suas razões materiais de ser. Em um contexto cujo mercado editorial ainda era escasso no Brasil, não raro escritores tinham os periódicos como fontes de renda e de publicações.

A história do folhetim é um exemplo destas estratégias de publicações fragmentárias e seriadas, as quais serviam não somente aos interesses dos escritores como também garantiam a

---

<sup>101</sup> “Tanto no interior quanto nas cidades, o “rádio oficial” deveria ser ouvido por todos. O Decreto-Lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939, obrigava todos os comerciantes a possuírem aparelhos receptores de rádio em seus estabelecimentos e os serviços de alto-falantes, a transmitirem o programa oficial do DIP.” (CALABRE, 2003, p. 11)

<sup>102</sup> Para saber mais sobre os usos políticos do cinema no período varguista, ver CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papius, 1998; SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

adesão de outros segmentos da população no consumo cotidiano dos jornais. (MEYER, 1996). A relação de interdependência entre homens de letras e imprensa é bastante retratada pela historiografia, manifestando também as intersecções entre literatos, cronistas e articulistas do cotidiano (ASPERTI, 2006), o que é possível perceber também na importância conferida aos articulistas do jornal *Alvorada* – Rodolpho Xavier, Armando Vargas, Creoulo Leugim –, por exemplo, no que concerne à esteira de interpretações sobre a atuação esperada dos trabalhadores negros em seu tempo livre, sociabilidade e comportamentos.

A intersecção entre circuitos intelectuais e imprensa não constitui algo novo e tampouco restrito ao *Alvorada* no cenário pelotense. A atuação de João Simões Lopes Neto nos jornais, por exemplo, foi bastante comentada tanto pela característica de constituir, em diversos momentos, fonte de renda para o sustento de sua família, como pelo engajamento educacional (NETTO, 2015; LIMA, 2016; PORTO, 2019). Desde a virada do século, o escritor já contribuía com “poemas, *triolet*s, crônicas, folhetins e outros” para o *Diário Popular*, o *Correio Mercantil* e, em 1913, passa a colaborar com *A Opinião Pública* com uma série de trabalhos mais sóbrios, no que vem a ser entendida como uma fase importante e madura de contribuições jornalísticas do autor (PORTO; 2019, p.61-63).

Convém salientar que a conjuntura da década de 1930 assinala um marco em transições importantes na mentalidade literária e traz consigo algumas mudanças nas reflexões dos escritores sobre a própria contribuição nas transformações em curso no país. A “demora cultural” do naturalismo combinada com uma certa “consciência do subdesenvolvimento”, escancarada com as consequências da crise de 1929, propicia meditações essenciais para o que ficou conhecida como a “geração de 30” no Brasil. (CANDIDO, 1989).

A literatura volta seus olhos para a compreensão dos dilemas brasileiros, em uma espécie de autorreferencialidade microcós mica, um *neorealismo* que parte da parte para compreender o todo. Conforme Léa Masina (2000), os escritores voltavam-se para a apreensão do homem comum, para os heróis anônimos do cotidiano, no intuito de revelar as agruras da gente miúda que enfrentava a exploração rural ou que se debatia nas incertezas da urbanidade. A proximidade entre o discurso literário e periodístico fica explícita e o caráter de denúncia invade o romance, com episódios que parecem transcritos das páginas dos jornais.

Ao mesmo tempo, a circularidade desse movimento era expressa no crescente espaço dos *faits divers* nas folhas cotidianas, ainda que com diferentes rubricas, e com a elasticidade correspondente às necessidades tipográficas do jornal (GRANJA, 2015; LOSNAK, 2008). “Notícias diversas”, “Factos da Rua”, “Várias” ou “Variedades” são alguns dos termos que acabam comportando essa invasão do cotidiano pitoresco nos temas veiculados nos periódicos

(GUIMARÃES, 2007; 2013; 2014). A narrativa destas seções era permeada pela noção de relato fiel, de verossimilhança com a realidade, ainda que recorresse a elementos ficcionais ou recursos de linguagem para tornar o texto mais atraente e gerar engajamento emocional nos leitores.

A colaboração literária, portanto, começava a assumir novas características, atuando na redação publicitária, mas perdendo espaço próprio para os conteúdos informativos. A partir desse período, é comum perceber que o espaço para contribuições exclusivamente literárias ou poéticas vai sendo gradativamente relegado às últimas páginas ou mesmo à contracapa dos jornais diários. Conforme destaca Sodré (2011, p. 436), essas alterações assinalam uma tendência ao predomínio da informação sobre a doutrinação, bem como o “aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos.”

No contexto pelotense, são perceptíveis indícios dessas transformações, ao mesmo tempo em que ainda permanecem presentes certas *flâneries* mundanas com linguagem romanceada. No entanto, os jornais de Pelotas do período republicano também já refletem as aspirações das associações operárias, étnicas e o sentido combativo da denúncia às deficiências da administração pública. O *Opinião* na década observada demonstra justamente a intersecção entre esses aspectos supracitados. Apesar de ser um periódico gerenciado sob os moldes empresariais no período, também apresenta a proposta de voltar-se para os interesses das camadas médias e trabalhadoras, divulgando comunicados de sindicatos e matérias cujo empenho consistia em auxiliar na melhoria de vida dos setores subalternos. Contudo, não é à toa que, no mesmo período, o jornal também apresenta o florescimento das colunas esportiva e policial, bem como a dedicação de uma página quase que inteira aos anúncios de exposições cinematográficas, espetáculos teatrais, musicais, divulgações de clubes e eventos culturais de confeitarias e casas de *shows*. A linguagem literária vai cedendo espaço ao uso de ilustrações, talvez um reflexo do acesso a equipamentos e recursos técnicos mais especializados.

Ao longo das leituras do *Alvorada* (1931-1935), do *Opinião* (1930-1937) e do *Diário* (1931-1937), foram anotadas 350 referências, as quais venho chamando de “entradas”, para facilitar a compreensão. As entradas consistem em apontamentos extraídos do periódico e considerados pertinentes ao nosso objeto ou para a compreensão das características do jornal – informações sobre tiragens, colunas, colaboradores. Desse total, utilizamos apenas 260 nas análises, conforme demonstramos no Apêndice C.

Nos subcapítulos a seguir, dividimos a pesquisa nas duas frentes a que os jornais mais tiveram a contribuir para os objetivos da pesquisa. A primeira, consiste em rastrear as formas

de lazer noturno popular presentes nos periódicos analisados e perceber os significados atribuídos a tais sociabilidades. Para isso, utilizamos anúncios, *faits divers* e “A pedidos” observados nos jornais. O foco é entender o universo onde nossos frequentadores de botequins se inserem, e tentar compreender seu lugar nas representações sobre a miríade de opções noturnas que a cidade oferecia. Em um segundo momento, nossa atenção é voltada exclusivamente para a repercussão dos crimes de que tratamos anteriormente: se, quando e como são noticiados pelos jornais. Este será o momento de perceber quais os sentidos atribuídos aos conflitos de tal natureza e de que forma a veiculação desses crimes se insere em uma cultura de fascínio acerca das transgressões, a qual a imprensa certamente soube – e ainda sabe – aproveitar.

Captar a ambivalência de nosso objeto, que une cultura e crime, pode ser um caminho para perceber as assimilações e resistências que permearam a manutenção ou ruptura de um consenso sobre a vida noturna popular na cidade.

### **3.2 Botequins e diversões populares nas notas dos periódicos**

Nesta seção, debruçamo-nos na observação de como os jornais selecionados veiculavam as diversões noturnas e que tipo de diversões eram essas; o quanto e de que forma se distanciavam da boemia errante dos botequins presentes nos processos-crime. Este também é o momento de explicar a metodologia adotada ao analisar estas fontes, bem como verificar os tipos de difusão do lazer noturno nestes jornais. Diante das notas sobre as noites, os bares e a embriaguez, buscamos vislumbrar as representações que circulavam entre jornalistas, anunciantes e leitores dos periódicos acerca desta vida noturna.

No caso do periódico *A Alvorada*, acompanhamos as edições disponíveis na *Bibliotheca Pública Pelotense*, as quais compreendem o período de 1931 a 1935. De acordo com a abordagem do semanário no período, não encontramos colunas ou seções referentes à temática criminal, portanto adotamos o critério de busca da vida noturna popular, observando anúncios e colunas que referissem à diversão noturna do operariado negro, bem como as representações presentes no periódico acerca de hábitos desejáveis ou indesejáveis durante o tempo livre destes trabalhadores.

Alguns exemplares do *Alvorada*, no período compreendido entre 1907 e 1946, estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No entanto, no que concerne à década de 1930, constam apenas duas edições (1936 e 1938), das quais somente uma (1936) corresponde ao documento corretamente digitalizado ao abrir. Portanto, apesar de ser muito

tentador poder contar com todas as vantagens que uma pesquisa digital oferece, como a busca rápida por expressões e análises quantitativas de suas ocorrências, há que se atentar para as lacunas presentes nestes acervos.

No caso dos jornais *A Opinião Pública* e *Diário Popular*, pela característica da tiragem diária, partimos de nossos casos de ocorrência noturna analisados no capítulo 2 para iniciar a amostragem. Observando as semanas anterior e posterior aos casos, temos as 15 datas de origem para as consultas. Contudo, no caso de haver repercussão sobre os crimes dos quais partimos, observamos também as semanas além da imediatamente posterior ao ocorrido. Essas repercussões sobre os crimes constituirão o enfoque de análise da seção subsequente (ver subcapítulo 3.3). Nesta seção, observamos apenas o que tais periódicos nos informam sobre como as diversões populares noturnas se relacionavam com a sociabilidade dos bares aqui enfocada.

No *Opinião* encontramos, com a característica dos artigos “a pedido”, clamores por fiscalização policial em estabelecimentos comerciais da zona central, os quais abrigavam sujeitos e comportamentos supostamente inadequados para os moradores do entorno – muitos dos quais eram veiculados na coluna “A Cidade”, a qual já mencionamos no Capítulo 1. Nessa coluna, os “bandos de noctívagos” que proferiam “obscenidades que se ouvem a quadras de distância”, eram presença frequente nos clamores por maior policiamento das ruas centrais à noite. (A CIDADE, OP, 20/10/1933, Contracapa). Demonstrando a necessidade metodológica de não nos determos a uma só coluna ou editorial, a pesquisa com a imprensa revelou a permeabilidade de nosso tema em diversos locais e formatos ao longo das páginas dos diários da época.<sup>103</sup>

Escreve-nos um chefe de familia: "Não é só no extremo da Rua Tiradentes que se dão factos attentatorios da moralidade e do socego publico, conforme noticiou essa folha em sua edição de 29 do corrente.

Na mesma rua, quadras entre Andrade Neves e General Victorino, onde existem diversas casas de jogo, que funcçionam de portas abertas, e immundas tascas, depois das 9 horas da noite, são vergonhosissimas as scenas que se passam. Vagabundos, ebrios, desclassificados de toda ordem proferem obscenidades cruissimas, fazem algazarra, provocam os transeuntes com dichotes e vaias, sem que nada lhes aconteça, pois aquelle local, apesar de ficar no coração da cidade, não é policiado ha longo tempo.

Uma familia não pode ali passar depois dessas horas!

Peço-lhe, sr. redactor, appellar para o sr. delegado de policia para que faça cessar tais abusos, postando uma ou duas praças naquella infeliz zona e punindo exemplarmente os desordeiros que a infestam." (A CIDADE, OP, 29/07/1932, Contracapa)

<sup>103</sup> Cabe lembrar que este periódico não possui exemplares digitalizados e à disposição na Hemeroteca Digital da BN, portanto o acervo pesquisado foi exclusivamente o material impresso disponibilizado para consulta manual na BPP.

Segundo Krilow (2019), a pesquisa qualitativa nos periódicos se subdivide basicamente em duas modalidades metodológicas: a primeira, prevê um roteiro preestabelecido pautado por datas e/ou eventos, ao passo que a segunda corresponderia à seleção por assuntos ou conceitos específicos. As análises deste capítulo, portanto, fizeram-se enquanto um combinado de ambas as modalidades, pois, nesta seção, ganham ênfase as análises fruto da busca por tema, a saber, a vida noturna e suas diversões veiculadas na imprensa; e na seção seguinte, privilegiaremos as análises decorrentes de nossa pesquisa a partir das datas das ocorrências dos processos-crime, as quais foram estendidas até as semanas posteriores a fim de acompanharmos as repercussões dos casos nos periódicos.

Ao observar o *Opinião* e o *Alvorada* no período, constatamos que, por mais que seu público-alvo se aproximasse das camadas médias e trabalhadoras, as reportagens não giravam apenas em torno dos acontecimentos locais. O recurso às matérias das grandes cidades brasileiras e mesmo estrangeiras permanecia ganhando destaque nas primeiras páginas e/ou com espaço significativo no interior do jornal. Este aspecto é reflexo de dois elementos: o primeiro, de cunho logístico, demonstra a capacidade e a necessidade das conexões da cidade com as capitais do país e a importância de um vínculo rápido e eficaz com as informações advindas desses locais.<sup>104</sup> O segundo é explicado pelo viés cultural, que justifica o fato de cidades de médio porte voltarem suas aspirações de cidade moderna à percepção quase que simultânea dos hábitos difundidos pelas principais capitais nacionais e estrangeiras (LOSNAK, 2008), processo facilitado quando há uma elite abastada que viaja, estuda e “importa” tais anseios e modos de vida para o contexto da urbe emergente. Conforme demonstramos no Capítulo 1, essa característica não constitui algo novo na Pelotas do XX, pois o desenvolvimento da cidade é permeado por essas conexões econômicas e culturais desde o século XIX.

As diversões das classes médias e trabalhadoras no contexto pelotense também sofreram o impacto das inovações advindas com os estilos e as tecnologias do mundo moderno. A proliferação das salas de cinema ao longo das primeiras décadas do século XX atestam a velocidade da disseminação dos novos hábitos de diversões noturnas, impulsionados pela difusão da eletrificação, transportes e condições de vida – como saneamento e moradia. No

---

<sup>104</sup> Sobre este aspecto, é significativamente sub-representada na historiografia a importância do telégrafo para o desenvolvimento da imprensa brasileira para além do sudeste litorâneo. Para uma introdução sobre o assunto, recomendamos os artigos de Mauro Costa da Silva (2011), *A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação* e Laura Antunes Maciel (2001), *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*.

entanto, a propagação dessas novidades também teve peso considerável e, acompanhando essa aceleração de atividades e circularidade de hábitos culturais, os assuntos do cotidiano ganhavam cada vez mais espaço na imprensa da cidade.

Vimos nos capítulos anteriores o quanto os bares deste período podiam abarcar um fluxo consideravelmente heterogêneo de homens, frequentadores oriundos de diversos endereços, profissões, ampla faixa etária e nacionalidades. Determinados circuitos no espaço público da cidade facilitavam esses encontros por aglutinarem uma profusão de bares, cafés e quiosques, mas os mesmos não dariam conta de explicar estes cruzamentos de indivíduos diferentes caso não houvesse uma sociabilidade bastante difundida na vida noturna e no cotidiano da população.

A sociabilidade dos cafés condensava também outras sociabilidades específicas, como aquela dos próprios periódicos, os quais acabavam atraindo uma série de profissionais liberais que colaboravam ou informavam aos colaboradores dos jornais. O caso de Jayme Wetzel, um de nossos réus – investigado pela agressão do soldado Rufino Machado no Café João Pessoa, na noite de 15 de agosto de 1934 –, confere visibilidade a esta circularidade. Durante a pesquisa, na leitura dos autos do processo, o nome do pai de Jayme havia chamado atenção por denominar uma rua importante na zona norte da Pelotas atual. A suspeita sobre a condição social privilegiada de Jayme se fortalece caso levemos em consideração o mapeamento da sociabilidade do periódico *Diário Popular*, empreendida por Biane Jaques (2018) em artigo recente.

Ao rastrear a trajetória de um jornalista colaborador do Diário<sup>105</sup>, Jaques (2018) acaba identificando a rede de relações estabelecida nas dependências do jornal, a qual, não por acaso, contava com vários jovens acadêmicos da Faculdade de Direito. Junto a outros nomes, a autora identifica Jaime – então grafado sem o ‘y’, “licença poética” bastante usual no trabalho dos escrivães – enquanto um dos “sujeitos renomados daquela sociedade” (JAQUES, 2018, p. 4). A hipótese da origem privilegiada de Jaime em comparação aos soldados e operários frequentadores do circuito dos bares e cafés, ganha ainda mais força se somarmos o fato de que nosso réu – obviamente absolvido e privado da exposição de seu nome na nota divulgada no *Opinião* no dia seguinte – torna-se presidente da Câmara Municipal duas décadas mais tarde (1956 a 1959), aspecto que acresce ainda mais indícios do pertencimento de Jaime a estes canais seletos que pautavam a ascensão política (LONER, GILL e MAGALHÃES, 2017, p. 45). Mais

---

<sup>105</sup> Maximiano Cirne, o qual legou gerações de descendentes homônimos, ao menos um deles também atuante no jornalismo da cidade.

um forte indício de que os cafés – ao menos na região central – tinham o poder de constituir um vórtice “democrático” para a sociabilidade masculina, ainda que não isentasse seus frequentadores da participação em suas demonstrações internas e protocolos de pertencimento a essa sociabilidade.

Em nossa trajetória de pesquisa, acostumamo-nos ao “garimpo” de nosso objeto em múltiplas frentes. A sociabilidade dos jornais destacada por Jaques (2018) contribuiu para que atentássemos para as dependências físicas dos jornais, os quais localizavam-se nos arredores das artérias mais movimentadas da cidade, imbricando a vida das ruas e os “factos da rua”; caminhos díspares que levavam os anônimos, mas também os jovens que se tornariam epítetos de futuras avenidas.

Outro garimpo fértil foram os comunicados e pareceres de jogos de futebol, que apareciam, não só com crescente frequência no período, como também passavam a ganhar páginas inteiras de cobertura nos jornais. Em 11 de julho de 1932, o *Opinião* conferia à partida entre G. S. Brasil e o S. C. Pelotas, no Club Athletico Bancario, uma cobertura de página dupla, central, narrando todos os principais momentos do jogo. Sob a epígrafe “Assistencia jamais registrada nos annaes desportivos de Pelotas como a de ontem no estadio do Club A. Bancario”, disposta em letras garrafais, o texto destacava a presença de “homens, senhoras, senhorinhas e crianças” e estimava um público de 10.000 pessoas. (OP, 11/07/1932)

Embora não fossem eventos noturnos, essas páginas dos jogos e campeonatos nos dão uma dimensão mais nítida do impacto destes eventos para a sociabilidade das massas trabalhadoras e, neste caso, com menos barreiras de acesso, incluindo mulheres, crianças, grupos étnicos variados e nacionalidades diversas. O *Alvorada* também mantinha notas assíduas sobre informes e eventos esportivos. Próximos das páginas de anúncios de clubes e mesmo da coluna do “Dr. Pescadinha”, o futebol e os torneios de bocha eram veiculados com frequência – ainda que com menos pompa do que as letras garrafais do *Opinião*.<sup>106</sup>

Não por acaso, esse processo de “desportização” do lazer é visto por Eric Dunning e Norbert Elias (1992) como um dos sinalizadores de uma transição importante dentro da

---

<sup>106</sup> Contudo, também aqui a segregação social fez-se sentir. Desde as primeiras décadas do século XX, o futebol se disseminava em Pelotas. Não mais exclusividade dos rapazes da elite que importavam as modas europeias, as partidas agora invadiam campos amadores e associações culturais, além dos clubes esportivos profissionais (RIGO, 2004). Da mesma forma que o acesso a determinados locais, a presença de jogadores negros nos times ainda enfrentava obstáculos vinculados ao preconceito racial. No entanto, negros e operários passaram a organizar associações e ligas à parte. As fábricas montavam seus times e disputavam partidas amadoras, as quais constituíam mecanismo bastante difundido de interação entre operários de diferentes segmentos. No despontar da década de 1920, já haviam diversos clubes esportivos profissionalizados organizando ligas e campeonatos – inclusive a Liga José do Patrocínio, composta por times de jogadores negros e mulatos – que movimentavam os finais de semana da cidade (MACKEDANZ, 2014).

empreitada civilizadora – que também contribuía ao controle social – encabeçada pelas elites. E mesmo em contextos em que as regulações já estavam interiorizadas e os mecanismos de repressão a determinados comportamentos já não se faziam tão necessários, o esporte também preenchia lacunas importantes:

A progressiva limitação de controlos reguladores sobre o comportamento das pessoas e a formação da correspondente consciência, a interiorização das regras que regulam de forma mais elaborada todas as esferas da vida, garantem às pessoas, nas suas relações entre si, maior segurança e estabilidade, mas implicaram também uma perda das satisfações agradáveis que se associavam a formas de comportamento mais simples e espontâneas. O desporto era uma das soluções para este problema (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 244).

O crescente espaço das seções culturais e desportivas nos periódicos é também um reflexo da profusão de divertimentos que chegavam às classes médias e trabalhadoras. A sociabilidade decorrente dos jogos de futebol amador adensava as relações cotidianas, mesmo no âmbito dos bairros afastados e zonas distritais da época.

Contudo, como defende Barrán (1992), a observação desses processos nas economias dependentes torna mais nítida a relação das transformações culturais com o desenvolvimento social, pois o passado colonial deixa o legado da aceleração desses processos principalmente a partir do século XIX. Por exemplo, em Pelotas temos razões para crer que a movimentação desses campeonatos amplamente divulgados nos periódicos nem sempre era abstêmia ou sequer pacífica. Em verdade, não só a popularização do futebol em Pelotas andava passo a passo com essa difusão nos grandes centros, como também os conflitos decorrentes dos jogos e as rivalidades entre membros de times também produziram registros semelhantes desses eventos nas fontes policiais. Boris Fausto (1984, p. 104) já chamava atenção para essa correlação em sua pesquisa sobre a criminalidade paulista na década de 1920. Em nosso recorte, a briga de bar entre João e Eudóximo – a qual mencionamos no capítulo 2 –, ocorrida na noite de 16 de fevereiro de 1930, demonstra o quanto a sociabilidade decorrente dos jogos de futebol amador adensava as relações cotidianas, mesmo no âmbito dos bairros afastados e zonas distritais da época. No processo em questão, a vítima ofende membros da diretoria de um clube de futebol amador, chamando-os de ditadores e acusando o time de irregularidades.<sup>107</sup> Para além do que estes registros nos legam a respeito das sociabilidades, representações, noções de respeitabilidade e costumes, é inegável que o futebol aglutinou múltiplas percepções no que concerne às tensões advindas do turbilhão cultural que a cidade propiciava. E é significativo que os autores apontem a década de 1930 como o início da profissionalização dos jogadores negros, o que também evidencia os efeitos políticos e o impacto da organização e luta destas associações e

---

<sup>107</sup> Processo n° 1562, ano 1930, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, Fundo comarca de Pelotas (APERS).

movimentos culturais, em uma conjuntura de transformação de mentalidade que vai ganhando força à medida que se retroalimenta das contradições cada vez mais visíveis da modernidade (RIGO, 2004; MACKEDANZ, 2014).

pesquei na partida Juvenil e America, a "trinca do alcool", quando saíram do jogo quebrando "cana", o Cangussú era o que vinha mais "ferido".  
Mocinhos, vocês julgam que vão terminar com todo o alcool que tem em praça? (AA, 10/07/1932)

Elemento significativo para a análise aqui pretendida, o humor parecia ser uma característica também presente nas seções de notícias diversas do *Opinião* no período. Temas recorrentes, como o confronto entre modos de vida tradicionais e a aceleração da vida moderna, se faziam notar de maneira singular nas representações das ocorrências noturnas do espaço público. No condizente ao texto, a proximidade entre as notas de variedades e as narrativas pertencentes às crônicas policiais é evidente. Apesar da flutuação destas notas nos enquadramentos – a maior frequência pertence à última página, mas ao longo da década, as mesmas podem ser observadas desde a capa até a contracapa –, a rubrica “Factos da Rua” por vezes se confunde com as ocorrências relatadas nas crônicas policiais do *Opinião*.

Factos da rua  
No "Club Beija Flor"  
Por ordem do sr. Capitão Manoel de Sá Cordeiro, subprefeito, foi presa, ontem, à noite, a mulher Liberata Tavares que promoveu grossa desordem no "Club Beija Flor", à Praça Piratinino de Almeida, agredindo a mulher Graciana Araújo que sahiu ferida na testa. (OP, 12/08/1932)

Chronica Policial  
Devotos de Baccho  
Por haverem, em demasia, "sacrificado" no altar de Baccho, foram fazer penitência no 1º posto os adoradores do velho deus pagão, Hans Peter, Mario Dias, Sylvio Freitas, José Belarmino Ferreira e Germano Hernandez. (OP, 13/01/1930)

O humor carrega consigo historiografia específica, além de muito rica e extensa. Expoentes brasileiros destes estudos, os trabalhos de Verena Alberti (2002) e Elias Saliba (2002) merecem destaque pelos esforços hercúleos, cujas análises perseguiram as origens das mais remotas reflexões sobre o riso na história da humanidade. No entanto, consideração importante para esta análise é o quanto o modo de vida mundano e francês – não por acaso impregnado de humor e desdém – pautou as referências brasileiras – e, particularmente, as pelotense – no que diz respeito às aspirações de modernidade. Das modas literárias, vestimentas, dos hábitos de lazer ao futebol, a elite pelotense viajava à Europa ou mandava seus filhos estudarem nas universidades europeias – ou mesmo na capital federal, impregnada de influências francesas –,

e traziam consigo os signos e referências que pautavam o cotidiano das cidades modernas (RIGO, 2004).

Mas nenhuma influência externa explica isoladamente a ampla adesão ao humor entre os brasileiros. Essa “assinatura” carrega tintas tão diversas quanto arraigadas na construção de sociedade que aqui se fez, desde os tempos coloniais. Diante da informalidade fundadora de nossas bases, sem um projeto norteador que pautasse nossas origens, o “jeitinho brasileiro” se explica enquanto estratégia de sobrevivência (DAMATTA, 1983). Aproximador e provedor de necessidades negligenciadas pelo âmbito público, o “jeitinho” também está expresso na importância da sociabilidade dos bares para aqueles escanteados do trabalho formal. Na camaradagem com o dono do bar, ou na generosidade alegre de uma “rodada”, o jornalista mantinha-se a par das oportunidades de “bicos”, e alguns certamente ficavam atentos às possibilidades ilegais de sustento. As boas relações com o proprietário do boteco ou armazém eram capital de grande valor na economia dos subalternos, pois muitas vezes este não apenas poderia garantir o sustento da família vendendo “fiado” para aqueles clientes confiáveis, como alguns também atuavam como bancos das periferias, emprestando quantias a juros acessíveis (CARNEIRO, 2011).

Diante de uma realidade nem sempre agradável aos sentidos, as massas trabalhadoras, que passavam a integrar o público consumidor dos temas veiculados nos jornais, ajudaram a retroalimentar essa via de mão dupla, em que o trago e o riso cotidianos ajudavam a não sucumbir ao abandono da existência. Dessa forma, é impossível não perceber o quanto estas representações acabam por compor o dialogismo bakhtiniano. De um lado, o extravasar lúdico, tratado com certa condescendência velada pelos periódicos; de outro, a adesão ao olhar ordeiro, comprometido com a lógica burguesa voltada para o trabalho (STAM, 2010).

O intuito desta seção é, justamente, observar os olhares dos distintos mundos de referência (ECO, 1993) sobre as estratégias populares de prazer e subversão. Para tanto, é imperativo analisar atentamente as referências às noites dos bares e, ainda que encontremos a via da celebração, é preciso o olhar atento para seu grau inerente de manutenção de uma ordem social.

Uma análise bakhtiniana da cultura popular e de massa refletiria sobre a lógica social dos desejos pessoais e coletivos, desmistificando, ao mesmo tempo, as estruturas políticas e ideológicas que canalizam esses desejos em direções opressivas. Ela apelaria a *aspirações profundamente arraigadas*, embora frustradas socialmente – a novas formas prazerosas de trabalho, à solidariedade, à festividade, à comunidade. (STAM, 2010, p. 356).

A variedade de temas e notas curtas que encontramos se aproximavam das notícias diversas, no sentido de que fala Guimarães (2007), à medida que tais textos exploravam muito mais um engajamento de ordem moral por parte dos leitores do que alguma consciência crítica ou elementos de justiça social. Ao mesmo tempo, essas notas carregavam aspectos benevolentes do humor do bêbado, aquele que se diverte ao rir da incapacidade do autocontrole derivada da intoxicação alcoólica de outrem.

Com efeito, dessa espécie de desamparo normalizado é que surgiam as notas tão corriqueiras, contando os dilemas e situações diárias presentes em qualquer “boteco”, pensão, festa ou baile. O uso frequente das aspas nos títulos desses textos curtos insinuava a ironia por trás dos eufemismos:

pesquei naquele "Baco" perto do Arroio, o Janjão, dansando com a camisa prá fóra das calças, o Jeronimo "virando" de tomancos, a Chinóca namorando o soldado Miguel, o Dudú brigando com o Valentim e o gaiteiro, berrando porque desde ás 8 horas estava a sêco...  
Opa! baile da flôr da malandragem... Vocês pensam que Pelotas é a térra da bagunça? (PESCADINHA, PESQUEI, 15/10/1933, p. 4).

O tipo de humor difundido nos circuitos literários franceses, herdeiro de uma ironia sutil e *blasé* oriunda do universo cortesão, combinado com a profusão de pasquins, cançonetas e sátiras presentes na tradição popular, exportava uma espécie de capital simbólico associado ao uso de “tiradas” irônicas e inteligentes. Segundo Minois (2003, p. 348-349), o humor “francês” também adotou características marcadamente ébrias, apesar de se tornar, a partir de 1900, mais cauteloso ao rir do bêbado, efeito das campanhas antialcoólicas em curso. Mesmo o jornalismo presente na imprensa americana, cuja influência para o Brasil na década de 1930 já se encontrava em plena ascensão, também se achava imbuído dessa mentalidade irônica e sarcástica entre seus escritores – aspecto exemplificado magistralmente na obra de Mark Twain (1835-1910) –, a qual vinculava a capacidade de redigir um texto com “espírito” zombeteiro a determinado *status* social (MINOIS, 2003).

A proximidade entre a narrativa dos *faits divers* e as ocorrências policiais veiculadas no período já fornece pistas das premissas que guiavam a construção destas seções. Os acontecimentos da rua e dos locais frequentados pelo “populacho” repousavam na mesma esteira do exótico na qual desfilavam também os conflitos populares que iam parar no colo dos delegados. E a redação de tais textos, se não se enquadra totalmente na linguagem da oralidade coloquial, é porque recorre a pinceladas formais justamente no intuito de enfatizar, com os recursos sutis de vocabulário e pontuação, a discriminação pretensamente benevolente que lhes é intrínseca.

pesquei o atrevimento do joven Rodolpho, (ventania), domingo, no E.T.C. [Está Tudo Certo] encher o coco e depois querer fazer encrenca com alguns militares e puchar uma navalha tentando cortar o Dirceu, (delegado), mas a sorte não lhe protegeu, porque o que aconteceu foi que ainda andou levando uns "trompassos" na rua, mas ainda isso não é nada, o pior é que elle provalecendo-se da encrenca tratou de abrir o bigode acompanhado de dois brigadas para que os outros não lhe enchesse mais o carretão e para livrar-se de pagar alguns cobres que ficou devendo no Certo, mas dor de... cabeça não dá uma só vez. (PESQUEI, AA, 1º/01/1933, p. 5).

pesquei o formidavel fôgo que tomou o "bamba" Ubirajára, domingo, no Chuva, a ponto de perder a vergonha. Pois foi tão grande o pifão que, resultou um passeio na sua excia. "Viúva Alegre", e lá ficou até surgir o 7\$800. É a maior das vergonhas, seu Ubirajára, abandone o alcool, que não só lhe desmoralisa como envergonha a sua distinta familia. (PESQUEI, AA, 17/09/1933, p. 4).

O *Alvorada* e seus colaboradores possuíam vínculos sólidos com clubes e associações negras e operárias na cidade, com muitos de seus articulistas fazendo parte inclusive das diretorias desses clubes. Divulgavam massivamente os comunicados e convites dos eventos destas sociedades; contudo, apesar da ambivalência bem-humorada de “Pescadinha” no que diz respeito à embriaguez e às diversões, o jornal se mantinha firme em destacar o desserviço de uma vida de pândegas e bailes. A nota abaixo transcrita, assinada sob o pseudônimo “Negro”, constitui um formato frequente no periódico:

NEGRO

Tres!

Tres! São os habitos que deveis abandonar: 1 - o do alcool. 2 - o do jogo. 3 - o da dança em demasia. Abandonando esses habitos e entregando-te a educação e instrucção, terás dado um passo para o futuro teu e de tua familia. (NEGRO, AA, 29/01/1933, p. 2).

Recorrendo ao discurso do trabalho, do progresso e da instrução, a mensagem do jornal partia da premissa de que a saída de um contexto de opressão e segregação do povo negro era fazer dos argumentos dos brancos, ao tentarem justificar o preconceito racial, uma mentira. Para isso, os articulistas procuravam desencorajar hábitos considerados por eles alienantes, como as festas e beberagens. A emancipação política da comunidade negra passaria por um reordenamento de seus vínculos com uma manifestação cultural popular. Se, por um lado, a adesão à campanha antialcoólica denotava certa proximidade com o mundo de referência burguês, por outro, o tom anedótico não deixa de reverberar uma postura tácita de complacência – ainda que classificada e segregada – frente às desventuras da vida noturna popular. No *Diário Popular*, o tom das notícias diversas também flertava com o entretenimento. Por meio das aspas e da conotação implícita da rua Dr. Cassiano – a qual já referimos no Capítulo 1 –, o periódico,

ao se referir a uma briga entre mulheres prostituídas, usava a rubrica “Entre ‘elas’: alta madrugada de ontem, num dos prédios da rua Dr. Cassiano, enciumadas, engalfinharam-se e foram serenar os animos no 1º posto as mulheres Isolina Ferreira e Hilda Barbosa.” (DP, 25/03/1933).

Se levarmos em consideração as três classificações tradicionais expostas por Saliba (2017) a respeito das técnicas para a produção do riso – a saber, superioridade, alívio e incongruência –, é possível perceber que, na ironia presente nestas notas cheias de aspas e conotações nas entrelinhas, existe uma espécie de entrelaçamento entre as três teorias. Nesse sentido, não surpreende que tais classificações não deem conta de explicar a complexidade dos processos que envolvem o recurso ao humor, conforme argumenta Saliba (2017), porém, levantam possibilidades de reflexão interessantes para análises específicas de produções humorísticas.

No caso das notas aqui analisadas, por exemplo, não há como não perceber o tom de superioridade no humor que ironiza as agruras cotidianas das minorias – como é o caso deste exemplo do Diário Popular –, o qual usa a constante disputa presente entre os sujeitos no convívio em sociedade para produzir uma “súbita concepção de alguma eminência em nós mesmos, pela comparação com a fraqueza dos outros ou com as nossas próprias fragilidades” (SALIBA, 2017, p. 13). Entretanto, ao mesmo tempo, é impossível não perceber o alívio cômico proveniente de uma liberação de impulsos supostamente vergonhosos presentes em cada leitor, relacionados à libido, à moral ou à escatologia. Como se a leitura e a identificação com as transgressões alheias, fizesse reverberar desejos próprios suprimidos, e essa satisfação ficcional abrisse como que uma “válvula” que desafoga as tensões provenientes de tal supressão, causando o riso.

Por último, mas não menos importante, o uso da incongruência também aparece em determinadas narrativas do período, as quais brincavam com a dualidade entre percepção e representação do mundo. Abrange uma vasta gama de produções, justamente por explicar o riso através da incongruência entre representação intelectual e o mundo real dos objetos. Apontada por muitos enquanto condição do potencial humorístico, essa disparidade acaba por gerar a ideia de abordagem linguística do humor, segundo a qual, os leitores possuiriam uma competência humorística baseada na performance, e que consiste em ser capaz de prever o modo de comunicação utilizado. O riso, portanto, ocorreria quando esse modo de comunicação rompe com essa previsibilidade, expresso sensivelmente quando “o texto humorístico começa a ser percebido de uma maneira e termina de outra, diferente do inicial.” (SALIBA, 2017, p. 16).

Contando com essas estratégias, alguns textos do *Opinião*, no início da década de 1930, transitam habilmente por esses eixos, utilizando o material das ocorrências corriqueiras dos “fatos da rua” para rir das desgraças do cotidiano. Como sentenciou Saliba (Entrevista, 7 jun. 2011), “a vida do brasileiro é tão cheia de incongruências que, para fazer humor, ele faz uma paródia da vida real.” Por exemplo, a alusão ao imaginário da mitologia grega e da literatura para descrever o estado de embriaguez seguido de detenção policial, conforme veremos na citação abaixo:

Chronica Policial

Alcoolatras perigosos

Dois inveterados adoradores de Baccho, andavam pelas ruas a desenhar palavras cruzadas, em passos ora horizontaes, ora verticaes. A branquinha ia fazendo prodígios nas entontecidas cabeças dos dois ferozes inimigos da lei secca e, tanto assim, que dentro em pouco [vir]am-se ambos - numa visão [al]coolica - deante de fantas[ti]cos animaes monstruosos, [an]ti-diluvianos, dinosauros [fa]bulosos de fauces escan[ca]radas e longas caudas [pi]ntadas... Que fazer? Um de faca e outro de facão, avançaram indomitos. E quando despertaram, encontraram-se calmamente deitados no xadrez no posto policial e alliviados do peso alcoolico e das afiadas armas... (OP, 07/01/1930)

As notas ébrias e bem-humoradas do *Opinião* acabavam por contemplar e entrelaçar diversos tipos de riso – e de leitor –, segundo as teorias “clássicas” descritas por Saliba (2017): aquele que ri por se sentir superior à condição degradante dos bêbados detidos e expostos ao ridículo nas páginas dos jornais; o riso que se diverte em desafogar suas próprias vontades similares e não realizadas – além de provavelmente reprimidas ou contidas; e o riso causado pela incoerência entre a situação real, “orgânica”, de bêbados intoxicados e levados presos pela polícia, e a descrição do acontecimento no jornal, que brinca com a fantasia alcoólica remetendo à sua simbologia mitológica e literária.

Enquanto periódico negro bem informado sobre a situação mundial, o *Alvorada* aproveitava a popularidade da coluna “Pesquei” para também alertar sobre os perigos que rondavam o povo negro de todos os países diante da ascensão de movimentos totalitários como o fascismo e o nazismo. A invasão de Mussolini nos territórios da Abissínia (atual Etiópia), no que posteriormente ficou conhecida como a Segunda Guerra Ítalo-Etíope (1935-1936), ocorreu em três de outubro de 1935. Ao final do mesmo mês, a cobertura desses acontecimentos permitia à coluna mesclar o riso com a consciência política, qualidade tão defendida pelo jornal. Isso prova que o humor não necessariamente implica alienação; o “Pescadinha” escrevia com a fala, mas pensando com a lucidez dos ativistas: “pesquei o "fogo" do J. que até parecia que ia explodir. Se a Dejanira te vê assim vai te mandar para a Abissinia” (PESCADINHA, 1935a, p. 5).

É impossível afirmar categoricamente que todo o espectro de leitores e receptores da coluna compreendeu a analogia do Dr. Pescadinha com o fascismo italiano. Porém, é preciso destacar que essa analogia não estava isolada, mas sim, fazia parte de uma série de notícias que acompanhavam de perto a ascensão do autoritarismo na Europa, suas consequências nos países africanos e para o movimento negro como um todo.<sup>108</sup> Contudo, seria um erro pressupor que todos os leitores do jornal lessem com igual atenção desde os artigos de capa até a coluna do Dr. Pescadinha.

Os *faits divers* e crônicas policiais veiculadas diariamente no *Opinião* na década de 1930, transitam entre a ironia perante as diversões e conflitos populares e um tom mais sóbrio e conservador, ambivalência emblemática que vem demonstrar a linha tênue na qual se equilibrava o periódico no período. As oscilações presentes na redação destas notas também apresentam correlação com as diferentes administrações do jornal no período. Enquanto iniciativa em defesa dos interesses das classes populares e trabalhadoras, o *Opinião* nem totalmente condenava o hábito de embriagar-se, e tampouco deixava de enfatizar suas consequências nefastas. Com as notas espartanas das descrições policiais, aproximava-se da ética do trabalho, a qual satisfazia empregadores e boa parte dos anunciantes; com o recurso eventual ao humor, o escritor provocava o riso (emoção), driblava as conotações políticas e permitia um leque variado de interpretações sem se comprometer explicitamente a nenhuma – e ainda poderia agradar os anunciantes de vinho e distribuidoras de bebidas.

Em suma, a linguagem bem-humorada parecia constituir um recurso narrativo capaz de agregar leitores de mundos de referência distintos, conciliando abordagens distantes sobre o tema. De acordo com Saliba (2017), o uso do humor na redação do texto também atende a este apelo de ampliação das possibilidades interpretativas, o que, não por acaso, é perceptível nos jornais pelotenses que pretendiam alcançar desde donos de fábricas até o operariado. O recurso ao humor também se mostrava eficaz enquanto uma abordagem possível diante do turbilhão de transformações pelas quais as cidades de porte médio passavam no início do século XX. Mudanças que não se restringiam ao espaço físico, mas invadiam as noções de convívio social,

---

<sup>108</sup> Via de regra, o *Alvorada* mantinha uma postura elogiosa da política varguista, a qual, a partir do período de 1935, dava mostras mais eloquentes de sua simpatia com o autoritarismo. Esse processo culminaria com o decreto do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, que recebeu o apoio do jornal em notícias posteriores. Entretanto, avaliar o grau de adesão política do periódico implicaria em observar atentamente a produção de cada um de seus colaboradores, levando em consideração o provável impacto da censura, fosse esta externa (governamental), interna (editores do jornal) ou autoinfligida. Tal empreitada, apesar de relevante, foge ao escopo deste artigo. Para saber mais sobre censura à imprensa no Estado Novo e uma abordagem minuciosa sobre o jornal *A Alvorada*, ver, respectivamente, Tania Regina De Luca (2011, p. 173) e José Antonio Santos (2003).

lazer e comportamentos, condicionando paulatinamente a capacidade de consumo à respeitabilidade, ao pertencimento, tornando cada vez mais indissociáveis o ter e o ser.

As notas variadas e policiais conviviam com a veiculação paradoxal entre as duas correntes que mencionamos acima: uma preocupada em alertar para os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas, seu potencial destruidor de famílias e vínculos laborais – a qual adotava desde reportagens inteiras de capa a artigos da campanha antialcoólica de outros centros; a outra, recorria a um tipo de humor produtor de alívio – quase que um salvo conduto para situações em que o próprio leitor tenha perdido o controle no consumo de bebidas –, ao rir daqueles que “passavam do ponto”, mas sem que esse riso culminasse em uma retórica proibicionista.

Na esteira dessas narrativas aparentemente conflitantes, parece repousar uma proposição tão emblemática das noções de convívio social e civilidade na modernidade: gozar os momentos lúdicos sem perder o autocontrole. Afinal, essa postura funciona como uma admissão de que os efeitos positivos do beber são amplamente conhecidos e que suas potenciais consequências nefastas não deveriam justificar a abolição do hábito *a priori*, mas sim estimular sua disciplinarização.

Entretanto, vimos que os significados do beber e da sociabilidade dos bares e armazéns, com todos os seus rituais de pertencimento, variavam sensivelmente dependendo da camada social de origem e, com isso, a dependência desses hábitos poderia afetar as fronteiras entre a diversão e a sobrevivência. Para muitos, o tempo lúdico e dionísio do jogo e da embriaguez não necessariamente constituía um extremo em oposição ao mundo do trabalho e do sustento, pelo contrário, era parte complementar de um dia a dia pautado pelas incertezas.<sup>109</sup> Os confrontos provenientes da multiplicidade de simbologias presentes nestes espaços eram também parte do cotidiano de policiais e periodistas – os quais, não raro, partilhavam casos e descobertas –, sem falar nos leitores assíduos das colunas que narravam as desventuras e infortúnios da noite. Como diria a pesquisadora Valéria Guimarães (2007), p. 335), o drama social vem à superfície através do submundo e, nas páginas dos jornais, ora a sociedade vislumbrava seus avessos, ora suas margens tinham suas agruras representadas. No subcapítulo a seguir, vamos observar as repercussões midiáticas das ocorrências noturnas em bares que

---

<sup>109</sup> É possível perceber, mesmo nos anúncios propagados pelos armazéns de secos e molhados divulgados na imprensa, o apelo a tais casas comerciais – com ênfase no contexto de crise econômica – enquanto locais vinculados a vias facilitadas na compra de artigos de primeira necessidade. No jornal *A Alvorada* de 29/05/1932, lia-se: "CRISE? A crise maior, no momento, é de dinheiro, mas para comprar generos, em seccos e molhados, precisa-se pouco dinheiro quando se procura a conhecidíssima casa MINA de OURO. Rua Marechal Deodoro esq. Dr. Cassiano".

viraram processos-crime a fim de compreender de que forma essas narrativas mobilizavam imaginários sociais em torno da vida noturna dos botequins.

### 3.3 A repercussão dos crimes dos bares na imprensa

Até o momento, vimos que as noites que observamos nos processos convivem com uma série de hábitos noturnos ligados à modernização da cidade, e que os jornais estavam atentos aos efeitos do tempo. Seja na veiculação dos diversos cenários que habitavam a vida noturna da década de 1930, seja na aproximação do texto com a oralidade, os periódicos pelotenses que analisamos revelaram-se capazes de transitar pelas alegrias e pelas agruras que acompanhavam as transformações cotidianas.

As novidades na diagramação, o crescimento das ilustrações, o apelo às fotografias, os anúncios de festas, bailes e associações refletiam não apenas a adesão massiva às atividades culturais, como também a diversificação nos hábitos de leitura dos jornais. De fato, é possível notar que mesmo periódicos tradicionais de tiragem diária, como o *Diário Popular* e *A Opinião Pública*, abarcavam uma vasta gama de interesses distintos em suas páginas, passando da política à vida social, dos esportes à atuação da polícia.

O *Alvorada* não possuía o enfoque policial, sendo a coluna “Pesquei” o mais próximo que encontramos de uma exposição das desordens noturnas e da embriaguez. Como já mencionamos, as alfinetadas do Dr. Pescadinha assemelhavam-se mais a uma coluna de fofocas do que a um relatório policial, mas mantinha um propósito similar bem delineado: normatizar comportamentos através do humor. A “Pesquei” era o braço descontraído da campanha educativa e moralizadora empreendida pelos irmãos Penny e seus colaboradores.

Mas agora é o momento de conectar essas narrativas aos nossos notívagos do Capítulo 2 e tentar perceber de que forma os “bohemios” e “floreados” dos processos-crime eram veiculados pela imprensa local. Situar o leitor nos labirintos e entrecruzamentos dessas ramificações do estudo parece um bom caminho não apenas para evidenciar a rede de elementos envolvidos na pesquisa, bem como dialogar com uma historiografia bastante abrangente, receptiva e em pleno desenvolvimento ao redor do globo.

Para isso, partimos das datas das ocorrências e observamos uma semana posterior de edições de cada periódico, a fim de captar a repercussão imediata do caso; havendo alguma sequência da rubrica, percorremos suas reverberações seguintes. Ao longo desse tipo de acompanhamento da notícia, as notas às vezes eram “promovidas” no espaço do jornal, podendo ganhar, inclusive, espaço na capa. Não contribuíram para a análise desta seção as entradas

referentes aos hábitos culturais noturnos, as quais fizeram parte das reflexões anteriores do presente capítulo, e tampouco cabem aqui aquelas transcrições de colunas referentes à cidade e ao espaço público, as quais forneceram elementos ao Capítulo 1. Portanto, aqui utilizamos apenas as entradas que mencionam os crimes dos processos analisados e suas repercussões; menções de outros crimes de ocorrência noturna envolvendo sociabilidade, os quais não chegaram à fase judicial ou não permaneceram conservados no acervo do APERS; e aquelas notas que auxiliam na compreensão dos *faits divers* criminais e seus apelos ao público leitor.

O foco da análise aqui empreendida se manteve no matutino *Diário Popular* e no vespertino *A Opinião Pública*, o que traz resultados e comparações interessantes, pois o primeiro não era veiculado na segunda-feira, ao passo que o segundo, deixava de circular no domingo. Diante de ocorrências que se adensavam aos finais de semana, têm-se uma boa cobertura ao se observar ambos. Outro aspecto importante a ser destacado é que o *Alvorada*, por suas características já mencionadas, não contribuiu tanto para esta seção, uma vez que não noticiava habitualmente crimes e ocorrências policiais.<sup>110</sup>

Contudo, o crime já era popular nos jornais. Imbuídos do imaginário social derivado dos folhetins e romances detetivescos, os jornais de Pelotas também lançaram mão, ao longo das primeiras décadas do século XX, desse gênero que incluía “reportagens de sensação” e “os afamados ‘Crimes do Século’” (VARIAS, Pan, *Diário Popular*, 30/05/1937, p. 2). Nas páginas do *Opinião* e do *Diário*, foi possível encontrar notas frequentes anunciando a chegada de revistas de crime e mistério nas livrarias da cidade, as quais exploravam em detalhes títulos e temáticas. Expomos alguns exemplos:

SHERLOCK Os amantes da leitura arrebatante e intensa terão agora um novo magazine policial: “Sherlock” editado em São Paulo pelo Centro de Expansão do Livro e da Imprensa.

O seu primeiro número já está á venda na “Agencia Geral” seu agente exclusivo, nesta cidade.

Com uma capa artistica, colaborações de escritores de renome no mundo criminal, contos baseados nas dantescas cenas de "bas-fond" artigos assinados por criminalistas de projeção e narrativas das aventuras dos reis do crime, a critica só poderá render a “Sherlock” o seu imparcial elogio.

Do presente numero destacamos:

O esquartejado, O crime do automovel, Vidoco e o caso fontaine, Conto policial chinês, O rei dos chantagistas, Caso policial famoso, Chocolates envenenados, Novelas breves, A vingança de Rodricks Jenks, As manchas do

<sup>110</sup> Durante todo o período observado, o *Alvorada* noticiou apenas um caso de assassinato, que ficou conhecido como o Crime da Cerquinha, pois ocorreu em uma partida de futebol na quadra conhecida por esse nome. Essas partidas, disputadas geralmente entre times de fábricas formados por operários, costumavam ocorrer nas tardes de domingo e atrair número elevado de famílias à assistência. Por si só, esse fator “choque” já explicaria o interesse da mídia em noticiar, mas no caso do *Alvorada*, a notícia serve também aos propósitos educativos do jornal, contribuindo para enfatizar a tragédia de hábitos agressivos indesejados à comunidade negra leitora do periódico. (ECOS DE UM ASSASSINIO e CRIME DA CERQUINHA, AA, 25/09/1932).

crime, Crime ou Suicídio? Seguro de sua vitória, (1º concurso do clube dos Sherlocks) O crime do Hotel Heari, O homem que se escondia na sombra e O fantasma da mina. (VARIAS, *Diário Popular*, 05 maio 1937, p. 2).

DETETIVE - Os amantes da leitura forte e intensa terão, hoje, um exemplar da "detetive", a revista que a crítica cognominou de Magazine das Emoções. Com uma capa artística a cores, contos que nos relatam a vida emocionante dos defensores da lei, escritos sobre crimes que abalaram a célebre Scotland Yard, novelas sensacionais da luta incessante entre detetives sagazes e os imperadores de "bas-fond", além de ilustrações admiráveis, "Detetive" merecerá do leitor a incontida admiração. Destacamos pelo texto que apresentam estes artigos: A maquina C. R.; As perolas da sra. Bivers; A agulha venenosa; O gorro de veludo negro; A mão morena; O tirano de Florença; O homem que voltou, etc. (VARIAS, *Diário Popular*, 07 maio 1937, p. 2).

É significativo que apareçam nestas notas recorrentes menções ao *bas-fond*, a essa ideia difusa de submundo subterrâneo da sociedade. Não por acaso, o fascínio das narrativas policiais andava acompanhado de certo magnetismo envolvendo também os criminosos e a transgressão. A partir da pesquisa seminal de Dominique Kalifa (2017; 2019), é possível compreender de que forma o apelo do imaginário social ligado ao “avesso” da sociedade passa a ser um sintoma das consequências da passagem à ordem industrial. O crime, juntamente com a miséria e o vício, é um dos pilares sob os quais se sustenta o imaginário do *bas-fond* na cultura de massa. “Representação em que se misturam os medos, os desejos, os fantasmas de todos aqueles que por ele se interessaram.” (KALIFA, 2017, p. 19).

A transgressão do crime tampouco está longe da subversão da vida boêmia. Enquanto elementos característicos da modernidade do século XX, os mesmos fenômenos que explicam o fascínio pelas histórias de crime, explicam sua proximidade com o mundanismo e este paralelo é também observável entre o *bas-fond* e a boemia: “traços estruturais unem os dois mundos. Ambos são regiões incertas, espaços de sombra. [...] O mesmo nomadismo urbano os caracteriza, o mesmo gosto pelas margens os habita.” (KALIFA, 2017, p. 210).

A noção de imaginário social com a qual Kalifa (2017) parte para desenvolver a compreensão desse apelo ao submundo pela cultura midiática é derivada de Bronislaw Baczko (1999) e prevê uma associação intrincada com representações, por sua vez, correlacionadas entre si. Longe de endossar uma perspectiva a-histórica, recorrendo a definições que tendem a naturalizar as associações humanas por meio de arquétipos imutáveis, os imaginários sociais de Baczko (1999, p. 28) são “referências específicas no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade e através da qual ela se percebe, se divide e elabora suas finalidades” e cujas modalidades de reprodução e renovação estão em estreita relação com contextos e regimes políticos, pois são constantemente mobilizados e manejados de distintas formas e com distintos

propósitos. Da mesma forma, para Kalifa (2017, p. 21), é possível falar de imaginário social enquanto um

sistema coerente, dinâmico, de representações do mundo social, uma espécie de repertório das figuras e das identidades coletivas de que cada sociedade se dota em certos momentos de sua história. Os imaginários sociais descrevem o modo como as sociedades veem seus componentes – grupos, classes, categorias –, hierarquizam suas divisões, elaboram seu futuro. Mais que refleti-lo, eles produzem e instituem o social.

Da acepção europeia às imagens propagadas pelo cinema americano, o imaginário social mobilizado pelas narrativas criminais e tramas policiais seduzia não apenas pelo *frisson* das emoções narradas, mas também pelo tom exótico (por vezes erótico) e libertador das transgressões (KALIFA, 2017). Ademais, a indústria cultural norte-americana fez emergir o componente de modernidade associado à rebeldia da bandidagem. A presença da técnica, do automóvel, das armas de fogo e do crime organizado dissemina um elemento de emancipação, como se o sucesso do bandido contribuísse para uma espécie de justiça social, ainda que simbólica. A autora argentina Lila Caimari (2012) explora como as notas policiais na imprensa ajudaram a compor a Buenos Aires do início do século XX, mobilizando imaginários sociais sobre a ideia de cidades modernas e alimentando uma atmosfera de periculosidade associada a certas regiões portenhas.

Para além destes recortes, é válido lembrar a contribuição inestimável de Jack Katz (1988), que destaca o impacto do *foreground* – em contraposição ao *background* – na compreensão das seduções do crime. Para o autor, o entendimento de que a transgressão ou a ação criminosa pode ter suas razões em uma origem composta de privações ou em um passado violento, não é suficiente para explicar o apelo do indivíduo ao delito. Seria preciso atentar para o papel das emoções na linha de frente do momento transgressor; sensações e sentimentos que perpassam o autor do crime e inundam sua percepção. Mas engana-se quem pensa que tais mecanismos são meramente compreensíveis através do argumento hormonal ou biológico: em trabalho posterior, o autor desenvolve esta ideia e ressalta o impacto da cultura na produção das repulsas e atrações ao ato criminoso (KATZ, 2016). Em suma, a veiculação de notícias e histórias sobre crime e transgressão não apenas desperta sensações como também as fundamenta, em um ciclo – não por acaso – semelhante ao das representações com o imaginário social.

Na esteira dessa discussão, Katz (2016) traz à tona a distinção entre *culture in crime* e *culture about crime*. A “cultura no crime” seria todo o componente cultural que influencia ou ajuda a explicar o impulso que leva alguém a incorrer em alguma ação criminosa. Esse fascínio

diante da transgressão mencionado acima é também um exemplo. Ao passo que a cultura sobre o crime gira em torno das narrativas *post-hoc*, sejam de cunho descritivo, judicial ou visando o entretenimento. Dentro da cultura sobre o crime, também estão os *faits divers* criminais, que, apesar de servirem ao propósito disciplinador, têm o poder de reverberar todo o *voyeurismo* das sociedades modernas.

Tais dimensões contribuem para que possamos entender o apelo das narrativas criminais na cultura midiática para além de seu componente meramente mercadológico. Quer dizer, é evidente que a camada comercial do tema confere grande adesão dos jornais diários a esse tipo de cobertura – à medida que os insere no discurso moderno das grandes cidades e atrai maior versatilidade de leitores –, mas não dá conta da totalidade do fenômeno. Ao mobilizar desejos e mesmo – como acreditavam alguns setores das elites – comportamentos do público, tais narrativas também encarnavam o medo burguês da rebeldia generalizada e, por isso, carregavam tons, segundo Kalifa (2017), que variavam da filantropia e do reformismo social até a sede de evasão, do exotismo enquanto meio de distinção social.

Cientes dos perigos de se aplicar conclusões externas à realidade local, precisamos destacar algumas contribuições que aproximam estas lógicas da dinâmica pelotense no período analisado. A interlocução com a pesquisa de Melissa Gouvêia (2013) revela que o gosto pelas narrativas sensacionais e criminais já vinha sendo explorado na imprensa pelotense desde as décadas anteriores, possibilitando, inclusive, a aproximação com as modas europeias do gênero por meio dos folhetins. A autora aponta que o jornal *O Rebate* é responsável por inserir Pelotas no mapa dos “mistérios urbanos”, publicando *Os Mistérios de Pelotas* em formato de folhetim nos anos de 1918 e 1919 (GOUVÊIA, 2013, p. 4).

Conforme Kalifa (2017), a partir de *Les Mystères de Paris*, Eugène Sue inaugura um “quase-gênero” pois, diante do sucesso estrondoso das publicações nos anos de 1842 e 1843, as cidades mais proeminentes do período passaram a encomendar suas histórias neste mesmo modelo. Assim, os *Mistérios* varreram periódicos das principais cidades da Europa e América ao longo do XIX, em uma

lista interminável, que continua no século XX, extraordinária produção, às vezes sem nenhuma outra relação com o romance de Sue além do desejo de recuperar a carga sensacional contida no título, mas que constitui, sem dúvida, o primeiro grande fenômeno de globalização cultural. (KALIFA, 2017, p. 118)

A narrativa criminal se torna, nesse processo, parte de uma cultura de massa ligada às inquietações impostas pelas cidades modernas. Não por acaso Marialva Barbosa (2007) situa a partir da década de 1920 a eclosão de um *boom* das reportagens de polícia e jornalismo de sensação – como veremos, trata-se do reavivamento de uma fórmula bastante popular, a de

incluir as tragédias que permeiam o cotidiano das massas nos periódicos. Neste caminho, contribuíram também as aspirações mundanas de cidades de médio porte e seus periódicos, afinados com os interesses de um público em sintonia com o consumo cultural.

Vale salientar, conforme o fez Kalifa (2017) acerca dos *Mistérios*, as distâncias entre as notas policiais em formato *faits divers* e os romances de mistério e detetivescos, embora todos tenham se beneficiado de um mesmo contexto de abertura para o sensacional na cultura de massa; a redação dos primeiros, embora mais concisa, também mobilizava o desejo do submundo e da transgressão, bem como a moralização e o sensacionalismo midiático, apesar de já não recorrer tão frequentemente aos remanescentes góticos do horror e do mal. Entretanto, ainda na década de 1930, é possível notar o apelo de ocorrências sobrenaturais inexplicáveis em meio às colunas de crimes célebres que ganhavam destaque. Em 3 de janeiro de 1933, o *Opinião* dedicava duas colunas ao centro da contracapa para narrar os pormenores da vida e da morte do garotinho Paulo Heckel, de onze anos, em Strasburg, sob a rubrica “Como os vampiros agem no seu delírio – Crime revoltante – Um pequeno recebeu 27 punhaladas”. (OP, 03/01/1933, contracapa).

A presença dos acontecimentos ocorridos em capitais europeias e/ou cidades do exterior era certa, e em alguns casos apareciam já na capa ou compunham parte significativa de alguma das páginas centrais. Sob os títulos “Um Crime Pavoroso”<sup>111</sup>, “Um Crime nos Ares!”<sup>112</sup> ou “Ciume e Sangue”<sup>113</sup>, o *Opinião* mantinha seus leitores a par das tragédias que comoviam os leitores de outros locais e que davam a dimensão dos dramas e das técnicas que afligiam as principais cidades do mundo. Ao mesmo tempo, a figura do repórter crescia em importância e o *Opinião* buscava consolidar seu comprometimento com um jornalismo moderno e respeitável inserindo o cotidiano local nessa lógica, que demonstrava “funcionar”; para isso, seguindo rubricas de capa como “Tiro Misterioso”, destacavam: “O *Opinião* consegue desvendar o estranho caso”.<sup>114</sup> Além disso, é provável que a linguagem dos *faits divers* e notas policiais tivessem ampla aceitação, pois é possível perceber que alguns anunciantes a empregavam enquanto recurso para obter o engajamento dos leitores, aspecto que Gouvêia (2013) aponta já ser de uso corrente pelo jornal pelotense *O Rebate* nas décadas anteriores. Vejamos de que forma os principais diários da década de 1930 recorrem a esse artifício:

#### Conflito

<sup>111</sup> *A Opinião Pública*, Um Crime Pavoroso, 11/08/1934, p. 1.

<sup>112</sup> *A Opinião Pública*, Um crime nos ares!, 28/09/1933, p. 5.

<sup>113</sup> *A Opinião Pública*, Ciume e Sangue, 13/10/1933, p. 5.

<sup>114</sup> *A Opinião Pública*, Tiro Misterioso, 01/02/1933, p. 1.

Em plena rua Quinze de Novembro, em frente á Chapelaria Caringi, travaram luta, ontem á tarde, os cidadãos Leonidio Pinheiro e Arnaldo Carvalho.

-Toma! Toma! - dizia o primeiro, procurando desfechar socos no rosto do outro.

Carvalho léstamente defendia-se do ataque do adversário e dizia-lhe:

-Eu só tomo o que é bom: só tomo o especial Café Carpena, graças ao qual tenho força e agilidade; tu, sim, toma estes.....

E atirou-lhe dois valentes murros, que deixaram o contendor muito maltratado, obrigando-o a fugir em vertiginosa corrida.

Em seguida, Carvalho retirou-se tranquilamente, pois a policia não teve conhecimento do fato, que juntou muitos curiosos naquelle local.<sup>115</sup>

Vão dormir!...

Importunos!...

Quantas vezes temos vontade de levantar durante a noite para dizer aos importunos que conversam na esquina: - "vão dormir e não incomodem os que precisam de descanso".

Em toda parte existem individuos que não tendo o que fazer durante o dia, não se cançam, em e como não sentem necessidade de dormir aproveitam a noite para perambular pelas ruas, para fazer roda nos cafés e nas esquinas e perturbar o somno dos que trabalham e precisam do descanso nocturno. Como consequencia, estragam a propria saude, além de prejudicarem a existência dos pobres mortaes que levam a vida a sério.

É por mal dormir que existem tantos individuos com perda de phosphato, facilmente irritaveis e encolerisaveis. Dia a dia multiplicam-se, pelo mesmo motivo, as victias de perturbações nervosas de maior ou menor gravidade. As pessoas que se tornam irritadas, inquietas, desanimadas e pessimistas em consequencia da perda de phosphato, e que não podem se livrar do barulho da rua em que residem, aconselham-se o uso de injeccões de Tonofosfa\_, que levantem o estado geral, reforçando o systema nervoso<sup>116</sup>

Este último anúncio parece ter sido inspirado na coluna “A Cidade”, que aglutinava denúncias e correspondências dos leitores sobre as agruras enfrentadas pelos moradores de Pelotas, centro e bairros. Nessa coluna, da qual expusemos alguns trechos no capítulo 1, o *Opinião* veiculava desde reclamações acerca da iluminação pública, calçamento e saneamento, até desordens e provocações protagonizadas por indivíduos ou estabelecimentos.

De toda forma, é perceptível que as notas e crônicas no formato *faits divers* revelavam as aspirações dos periódicos que se queriam alinhados com o ritmo das cidades modernas. A tal ponto que todas as suas vertentes eram passíveis de galgar um espaço na capa, desde as notas sobre cotidiano, até as pitorescas – ou prodígios, como classifica Guimarães (2008). No entanto, o *fait divers* criminal carrega em doses maiores o ingrediente sensacionalista e, assim, ganhava rubricas em letras garrafais. Conforme Valéria Guimarães (2008, p. 240), esse tipo de notícia simbolizava o dinamismo e os casos sensacionais causados pela agitação dos fluxos urbanos.

<sup>115</sup> *Diário Popular*, Conflito, 22/10/1933, p. 2.

<sup>116</sup> *A Opinião Pública*, Vão Dormir!..., 07/01/1937, contracapa.

Ritmos pulsantes que pedem a notícia breve, a crônica, por natureza curta, respondendo à necessidade de informação rápida da sociedade moderna.

Aproximando essa discussão de nossos casos, é preciso lembrar que o duplo filtro aplicado ao acessar os processos-crime da Comarca de Pelotas no período – a saber, o horário da ocorrência e a sociabilidade dos bares –, fez com que alguns casos em bares ficassem de fora da análise.<sup>117</sup> Ocorrências de furtos e arrombamentos nas casas comerciais as quais não envolvessem contexto de sociabilidade, por exemplo, foram alguns dos processos em que não nos detivemos. É importante que isso fique claro pois essa é uma distinção essencial também na observação dos jornais. Ao fazer a leitura dos periódicos diários<sup>118</sup> partindo das datas dos casos, também aplicamos os filtros concernentes ao tempo noturno e à sociabilidade. Para compreender o universo das diversões noturnas populares, escolhemos não desprezar as notas que falassem de outros locais de diversão, como bailes e associações; no entanto, essas notas tangenciais ao nosso tema interessam à medida que ajudam a compor a visibilidade destes notívagos e seus hábitos na noite da cidade.

Da mesma forma, algumas notas presentes nos periódicos falam dos tempos e dos espaços que são objeto de nossa análise, mas não no contexto de sociabilidade que tanto nos é caro aqui. São os casos de crimes noturnos de furtos e arrombamentos em casas comerciais e armazéns de secos e molhados, frequentemente reportados. Com efeito, os filtros da pesquisa, definidos pela conformação de nosso objeto, acabaram por produzir uma delimitação que muito se aproxima do marco jurídico, ao distinguir os crimes contra a propriedade daqueles contra a integridade da pessoa. O que felizmente está muito de acordo com o âmago das motivações em perseguir esse objeto, ou seja: tentar aproximar nossa percepção do significado e dos usos que as pessoas faziam destes momentos nos bares, atribuições que acabam por transformar locais cotidianos em heterotopias (ver Capítulo 1).

Ao analisar quantitativamente essas repercussões dos casos dos processos na imprensa, percebemos que, dos 15 casos, 12 foram mencionados nos jornais nos períodos observados, o que demonstra a inconsistência de uma de nossas hipóteses iniciais, a de que essas ocorrências frequentes em bares e botequins não seriam consideradas “dignas de nota”, literalmente. Não

---

<sup>117</sup> É pertinente lembrar, conforme exposto anteriormente, que três casos de agressão ocorridos em “pensões alegres” e outras casas que serviam como abrigos para a prostituição, também foram excluídos da análise, bem como um processo de jogo de azar ocorrido à noite em uma sala reservada de um bar fechado. Entendemos que tais casos são ricos e relevantes a outras abordagens, mas mobilizariam categorias e análises que fogem ao escopo de nosso objeto.

<sup>118</sup> Lembramos que o *Alvorada*, constituindo um semanário, possuindo exemplares disponíveis na BPP apenas entre os anos de 1931 a 1935, e não apresentando a característica de reportar as ocorrências criminais, foi lido na íntegra.

apenas a maioria foi, sim, noticiada, como muitas outras ocorrências similares, que não estavam entre os processos analisados – seja por inquéritos abandonados ou questões de preservação da documentação –, também apareceram entre as notas policiais e fatos urbanos veiculados nos jornais. Os 3 casos que não apareceram nas coberturas da imprensa referem-se a casos não letais; ou seja, casos de agressão em que os ferimentos foram leves e/ou não levaram ao óbito da vítima. A ausência de casos de homicídio nos jornais é deveras atípica, pois assassinatos raramente passam sem alguma menção na imprensa. Inclusive as mortes ditas acidentais ou sem causa manifesta eram alvo de rubricas sensacionais, muitas vezes especulando sobre os detalhes conhecidos e as possibilidades de explicação do ocorrido. Conforme defende Kalifa (2019, p. 103), “também são muito apreciados os óbitos inexplicáveis, que levam à pergunta insolúvel: ‘Foi crime?’”

Outra hipótese parcialmente derrubada foi que os casos noticiados fossem aqueles ocorridos no espaço urbano, ou seja: supondo que o apelo criminal estivesse intimamente ligado com a questão do adensamento das vivências citadinas e das representações vinculadas a um suposto “clima insalubre e corruptor da grande cidade” (KALIFA, 2019, p. 171), havíamos partido da ideia de que talvez os casos advindos dos distritos não despertassem o interesse dos jornais diários da mesma forma que aqueles acontecidos na zona central ou portuária. Porém, se não eram igualmente interessantes, os noticiaristas os consideravam, ao menos, pertinentes. De 11 casos repercutidos nos jornais, 6 deles eram ocorrências noturnas em armazéns e casas comerciais advindas dos arrabaldes e distritos rurais, mas a proporção nos revela os limites dessa constatação: do total de 15 casos analisados, 9 aconteceram nos distritos e zonas periféricas da cidade, ao passo que somente 6 eram ocorrências situadas na zona central ou portuária.<sup>119</sup>

Portanto, de 9 casos nas zonas rurais e periféricas, 6 mereceram cobertura da imprensa, enquanto dos 6 casos centrais, apenas um não foi noticiado, o que confere uma dimensão mais realista das diferenças nas percepções. Se formos além, e observarmos a relação espaço-letalidade-repercussão, conseguimos obter uma lente ainda mais precisa da questão: dos 5 casos centrais repercutidos na imprensa, 3 foram ocorrências letais e duas não-letais; já entre os 6 casos das zonas distritais noticiados, 5 tratavam-se de ferimentos letais e apenas um caso de agressão que não levou ao óbito da vítima.

---

<sup>119</sup> Conforme trabalhado no Capítulo 1, optamos por incluir a zona portuária da cidade às análises concernentes à zona central, uma vez que as atividades de comércio e fábricas, somadas à proximidade desta região com o centro, acabavam por produzir uma maior simbiose nas circulações, ao passo que optamos por aglutinar as regiões periféricas dos distritos às análises da zona rural – ou rurbana –, pois são regiões que apresentavam uma descontinuidade mais explícita em relação ao tipo de circulação e atividades vivenciadas.

Unido ao contexto de acesso crescente das massas à vida noturna pelotense – o que faz com que esses segmentos, também consumidores diretos ou indiretos dos assuntos dos jornais, passasse a enxergar seus dilemas na imprensa –, outro entendimento bastante provável sobre a recorrência dos crimes em bares na imprensa é a perspectiva da veiculação de vivências que soavam exóticas à classe burguesa, mas não tanto a ponto de subverterem suas concepções de hierarquias e distinções sociais. Conforme Kalifa (2019, p. 43):

Nesse caderno de registro do prosaico e da bisbilhotice, não é preciso frustrar as expectativas, ser um “escândalo lógico”, um enigma ou um desafio às normas para cair nas graças do jornal. Anomalia, sem dúvida, mas anomalia regular, o *faits divers* pode se acomodar aos acontecimentos insignificantes que encontram sua razão de ser na acumulação e na repetição.

Apesar de estarmos lidando com amostragens pequenas em número, cremos que tais dados associados são capazes de nos comunicar valores e percepções importantes ao compreender a dinâmica dessas repercussões na imprensa. As ocorrências noturnas não letais atendidas nos bares da zona rural pareciam não servir às agendas da imprensa, ligadas aos perigos do álcool e do jogo na sociabilidade dos botequins. No entanto, se ocorridas nos bares e cafés do centro, tinham mais chance de despertar o interesse dos leitores, à medida que poderiam remeter a boatos já circulantes nas rodas de conversa e/ou personagens conhecidos dos frequentadores dessa sociabilidade cidadina. Ademais, as agressões não letais e, principalmente, aquelas que não envolviam ferimentos incisivos ou perfurantes, ou seja, lesões decorrentes de instrumentos cortantes ou armas de fogo, raramente apareciam noticiadas de forma séria nas notas policiais, o que já dava mostras de uma percepção aceitável da justiça informal das disputas “no braço”. Vejamos a nota veiculada na capa do *Opinião* de quinta-feira, dia 16 de agosto de 1934, data imediatamente posterior ao caso de agressão de que trata o processo-crime número 218, no qual o já mencionado Jayme Wetzel figura como réu.

Factos da Rua

Ferido a mão de ferro

Recebeu curativos, ontem, na Santa Casa, José Rufino Machado, soldado do 9º Regimento de Infantaria.

José Rufino apresentava ferimento contuso na face esquerda e labio inferior, produzido por golpe de "mão de ferro", em virtude de luta corporal que, ontem, às 23 horas, travara com outro cujo nome não conseguimos saber, à rua 15 de novembro esquina 7 de setembro.

Como podemos inferir a partir do trabalho de Biane Jaques (2018) a respeito da sociabilidade dos jornais, é pouco provável que os redatores do *Opinião* não soubessem que o “outro” na altercação com Rufino era Jayme. Maior probabilidade tem a hipótese de que os noticiaristas tenham omitido o nome do jovem acadêmico que circulava entre os colaboradores

do *Diário Popular*. Ambos os periódicos se situavam próximo à “esquina dos cafés”, mencionada na nota como o local do conflito<sup>120</sup>, e é ínfima a hipótese de que não se conhecessem ou não tivessem ficado sabendo em detalhes sobre o ocorrido. A riqueza de detalhes sobre o ferido e as técnicas e golpes envolvidos em seu atendimento no hospital inclusive sugerem que a nota tenha ganho espaço na capa justamente para exaltar o desempenho do adversário “oculto” na luta.

Perseguindo uma compreensão possível sobre quais os critérios que norteavam as coberturas destes casos na imprensa, nos propomos a observar atentamente aqueles casos que repercutiram em ambos os jornais, se geraram notas em sequência ou se foram noticiados com apenas uma nota no jornal. A cada tipo atentaremos para o local onde a notícia foi veiculada na diagramação do periódico e o tipo de cobertura executada; se mera reprodução do relatório policial ou se acompanhamento com reportagem e averiguações do jornal.

O caso que mais se destaca, sem dúvida, é o do réu Odorico Castilho, condenado pelo assassinato à queima-roupa do comerciário Sylvino Cabrera. Esse crime aconteceu por volta de 20 horas de um sábado em pleno Café Nacional, ponto de encontro da sociabilidade mundana na esquina dos cafés, na XV de novembro com Sete de Setembro. A repercussão do caso foi tanta e de forma tão imediata, que as averiguações policiais tiveram problemas ao lidar com as consequências de uma divulgação precoce do caso na imprensa. Este caso não apenas foi noticiado por ambos os jornais como também mereceu acompanhamento significativo das etapas do inquérito e do processo judicial.<sup>121</sup>

No inquérito policial, as testemunhas da escalada de tensões que culminou com o desfecho fatal, relataram o desprezo de Sylvino pelas ameaças proferidas por Odorico; poucos minutos antes da morte, a vítima comentava com amigos a situação da briga com seu desafeto explícito. Dentre os termos utilizados por Sylvino para se referir a Odorico, estava o adjetivo “bamba”, e uma das testemunhas o designava por “bohemio”. Vimos, por meio das notas do *Alvorada*, que o termo “bamba” era muito recorrente quando o Dr. Pescadinha queria se referir a indivíduos envoltos em situações de desordens e embriaguez e, embora o *Alvorada* não noticie a repercussão dos crimes, encontramos na quarta edição após o crime de Odorico a seguinte nota:

#### O Bamba

---

<sup>120</sup> No processo-crime, o conflito tem início no Café João Pessoa, nas proximidades do Mercado Central, mas o soldado ferido acaba sendo transferido, após a contenda, para outro estabelecimento, próximo à esquina referida, antes do comunicado às autoridades e encaminhamento do ferido ao hospital.

<sup>121</sup> Voltaremos a discutir detalhes desse caso no capítulo 4.

Senta sempre num canto do "bas-fond". As espaduas denunciam seu talento para estivador ou qualquer coisa deste genero. Tem o nariz quebrado. O queixo forte. E uma caixa thoraxica que aggride a timidez dos circumstantes.

Bebe, cachaça combustivel que o incendeia no menor circuito que ha na sala. Basta um attrito sem importancia, uma palavra menos calma, pra que o bruto rebente numa explosão irreprimivel, pondo á mostra os instinctos que lhe ladram dentro do sangue.

Elle é o bamba. O batuta. A força bruta e respeitada. Pede o amor das mulheres como quem força um cofre-forte. Arreda com um pé desdenhoso os rivaes que encontra no caminho. E beija os lábios que se entregam como um leão que morde a preza.

O bamba banca o ditador naquele mundo heterogeneo onde o vicio e o amor fazem parada. Uma ordem sua tem o poder cathgorico de um decreto e um gesto de sua mão a força de um "pollice verso" cesariano. Quando seu grito fecha o tempo e proclama o estado de bagunça, sabe manter distante a ordem travestida, ás vezes, em policia.

O bamba é uma figura classica nas espeluncas que se prezam. Tem no seu typo qualquer coisa de mussolinico e monolithico. (T.T., AA, 05/06/1932, ano 25, nº 30)

É impossível afirmar que esta nota tenha sido publicada em relação com a repercussão do “bamba” Odorico e seu crime, mas segue sendo significativo para nossas análises o quanto este termo estava em interlocução com as situações de sociabilidade aqui enfocadas.

Outro caso de nossa seleção que mereceu o acompanhamento imediato tanto do *Opinião* quanto do *Diário* foi o assassinato do sócio-proprietário do Bar e Restaurant Guido: o comerciante alemão Guido Brylski. Este crime, cometido por Mário José da Cunha também em um sábado, 16 de setembro de 1933, rendeu várias notas de acompanhamento das diligências policiais e do estado de saúde de Guido, que recebeu atendimento, mas veio a falecer no hospital, dias depois. O ataque fatal se deu na manhã do dia posterior ao conflito que deu origem ao desentendimento de Mário e pautou seu desejo de reparação. Por isso, a repercussão do caso no *Opinião*, jornal vespertino, se deu ainda no mesmo dia:

Scena de sangue

Apunhalado o proprietário do Bar Guido

Registrou-se, hoje, pouco depois do meio-dia, em pleno coração da cidade, uma scena de sangue da qual resultou sahir gravemente ferido um cidadão de nacionalidade allemã.

Há poucos mezes estabeleceu se com o restaurante e Bar Guido, à rua 7 de Setembro n. 304, o sr. Guido Brylski, com 25 annos de idade, solteiro e de nacionalidade allemã.

Dentro de pouco tempo, Guido, com o seu temperamento alegre, soube conquistar grande número de amigos.

Hoje, pelas 10,30 horas, entrou no bar o sr. Mario José da Cunha, que dirigindo-se ao sr. Paulo Röhrig, empregado do restaurante, disse-lhe que desejava falar com Gui-

O empregado pedio-lhe que esperasse um pouco, pois seu patrão se encontrava almoçando, em companhia de outras pessoas.

Mario Cunha sentou-se então a uma mesa do bar, respondendo que esperaria.

Avisado em seguida, de que alguém desejava fallar-lhe, o sr. Guido Brylski, após terminar o prato de sopa, levantou-se, indo até ao bar ao encontro do sr. Mario Cunha, perguntando-lhe o que desejava.

Este, sem proferir palavra, ergueu-se e puchando de um punhal, embebeu-o rapidamente no abdomen de Guido.

Praticado o crime, o aggressor deixou cahir ao sólo a arma ensanguentada e fugiu rua afora.

Enquanto isso o ferido, apertando o abdomen com as mãos, voltou até junto de seus companheiros de refeição, dizendo-lhes entre gemidos:

- Fui apunhalado!

Ao mesmo tempo, o seu empregado sr. Paulo Röhrig sahia em perseguição do criminoso, alcançando o no momento em que tentava entrar num automovel, em frente ao Café Nacional, que fica a poucos passos de distância do restaurante.

Ahi, com o auxilio de um policial e alguns populares, Mario Cunha foi preso e conduzido ao 1º posto, onde ficou recolhido, incommunicavel.

A victima, por seus próprios pés, foi à rua em busca de um automovel que o conduzio á Santa Casa.

Uma vez ahi, sem perda de tempo foi attendido e operado pelos srs. drs. José Mendonça e Paulo Osorio, sendo constatado um profundo ferimento no abdomen, de 10 centimentros de profundidade, lado direito, com duas perfurações dos intestinos e hemorragia interna.

O estado do sr. Brylski, que foi internado na enfermaria Pimenta, é melindroso.

Segundo colheu a nossa reportagem, o crime teve a seguinte origem:

Na madrugada de hoje encontrava-se no referido bar, sentado numa mesa, um grupo que palestrava animadamente.

Em outra mesa, sósinho, achava-se Mario José da Cunha, já um tanto alcoolisado.

A certa altura, Mario levantou-se e approximando-se do grupo, ao que dizem, offendeu um dos presentes, chegando a meter a mão no rosto de um delles.

O sr. Guido Brylski, não se conformando com o gesto de Mario, segurou o pelo brço e levou o ate a rua, prohibindo-lhe, ao mesmo tempo de entrar novamente em seu estabelecimento.

Mario Cunha remou se(?), então, voltando \_e, às 10,30 horas, ao restaurante de Guido para praticar o crime acima narrado.

O sr. major Democrito Sattamini, delegado de policia, abriu inquerito. (OP, 16/09/1933, Contracapa).

Da mesma forma que o caso de Odorico, a agressão que causou a morte de Guido aconteceu no próprio bar, localizado a poucos metros da “esquina dos cafés”. Pelo horário do desfecho trágico, como já referimos, o crime de Mário não entraria em nossa análise; no entanto, como o processo e as duas reportagens parecem referendar, o conflito teria tido início na briga ocorrida na madrugada anterior. Ambas as repercussões obedecem a um estranhamento inicial que parte do pressuposto de tais conflitos serem motivados por razões fúteis ou pretextos torpes. No entanto, o *Opinião*, dando ênfase ao trabalho da reportagem, apesar de usar esse estranhamento no título da notícia, não se contenta com a hipótese de crime sem razão e vai atrás da origem do desentendimento.

Um homem, sem proferir palavra, apunhalava outro. Os **motivos** desse caso lamentável

[...] - As causas desse lamentável fato delituoso, segundo informaram-nos prendem-se ao seguinte: Na madrugada de ontem, cerca de 1 hora, Mario Cunha, já embriagado, esteve no bar Guido, e aí bebeu sózinho numa mesa que estava perto de outra, ocupada por alguns freguêses e amigos do sr. Guido. Em dado momento, Mario Cunha, acercou-se dos presentes e teve uma troca de palavras com um deles, resultando isso a intervenção de Guido, que, energicamente fez Cunha sair do seu estabelecimento.

Guido Brylski, conta 26 anos, é solteiro e natural da Alemanha, e para aqui viera há 4 anos, trabalhando como ajudante de instalador de luz elétrica, na então ferragem Vva. F. Behrendorf.

Mais tarde, Guido colocou-se no bar Riograndense, do sr. Willy Dockendorff, onde conseguiu pelo seu gênio comunicativo, fazer-se estimado pela mocidade e freguêses do conhecido estabelecimento.

Ha pouco tempo, Guido, influenciado pelas amizades que possui, fundou o bar com o seu nome, onde agora, vê-se grave e inesperadamente ferido.

É noivo de uma senhorinha moradora nas Tres Vendas, filha de comerciante alemão.

Mario José da Cunha, é casado, conta 39 anos, também muito estimado e conhecido e ultimamente estava empregando sua atividade no "Centro-Goal". (OCURRENCIAS POLICIAIS, DP, 17/09/1933, p. 6, grifo nosso).

O crime do Bar Guido, como ficou conhecido, foi noticiado três vezes por cada jornal, no período de 9 dias até a morte da vítima no hospital. Percebe-se que o *Diário* se preocupa em enfatizar também a respeitabilidade do acusado, destacando seu estado civil, atividade profissional e estima dos conhecidos. Em vários momentos ao longo do processo-crime, testemunhas afirmam que Mário era bem relacionado – inclusive com os trabalhadores do fórum – e que, por isso, haveria margem para impunidade. A defesa de Mário acaba por lançar mão de um argumento interessante, pois discute a duração da embriaguez e as perturbações da “ressaca” no discernimento do indivíduo – abordaremos este aspecto mais detalhadamente no Capítulo 4.

As rubricas dessas notas sobre os casos de agressão e assassinato decorrentes das discussões em bares, frequentemente lançam mão dos valores morais esperados dos cidadãos, como mostra a repercussão do caso em que os irmãos Osmar e Dirceu dos Santos figuram como réus. Após discussão com João Vieira, que palestrava na casa comercial de seu primo Alfredo Vieira, no anoitecer do dia 9 de junho de 1931, os três, que também eram parentes, viram-se enredados em uma trama emblemática da escalada de tensões nos conflitos distritais, na qual mesmo os cavalos desempenham parte na cena.

Por apontar o caminho do bem recebeu uma facada no estomago  
Ontem, ao cair da tarde, os moradores do Areal, segundo districto, tiveram, conhecimento de um triste facto que a todos impressionou tal a maneira revoltante como decorreu, e por ver-se envolvido um cidadão estimado e trabalhador.

Seriam precisamente 18 1/2 horas quando, de costume, o sr. José Estácio Vieira, morador e estabelecido na Bôa Vista, com açougue, palestrava na casa commercial do seu primo, sr. Alfredo Vieira, com outras pessoas.

Achavam-se na roda, perto do balcão, os irmãos Osmar e Dirceu dos Santos, o primeiro de 18 annos, que costuma entregar-se ao vicio da bebida.

João Vieira, com bons modos, procurou indicar ao menor Osmar o verdadeiro caminho do Bem, dizendo-lhe das consequencias da bebida, ao que o menor contestou, declarando que era o seu destino.

Nesse ínterim, Osmar, saindo á frente da casa, dá um relhaço na egua de João, e, sendo por este ademoestado, puxa do seu revolver, com intuito de alvejar, no que é abestado pelo sr. Alfredo Vieira, que correu em auxilio de João.

Dirceu, enraivecido por vêr seu irmão desarmado, saca de uma faca que trazia á cintura e, desfere um golpe no estomago do infeliz João, fugando em seguida.

Narrado o facto ao nosso amigo, sr. cap. João Gomes Nogueira, sub-delegado ali e capitão Arnolo Sequeira, sub-prefeito do districto, sahiu uma escolta ao encalço de Dirceu, em quanto o ferido, gravemente, era conduzido á Santa Casa pelo seu primo Alfredo Vieira e outros parentes.

Attenderam-no os srs. drs. Darcy Xavier, José Mendonça e Felix Caputo, que constaram a gravidade do ferimento e praticaram urgente operação.

Do ocorrido o nosso amigo, sr. cap. Edmundo Ossoski, delegado de policia teve conhecimento e logo tomou providencias.

João Vieira é casado e conta 38 annos.

O autor do ferimento trabalhou na safra, recém finda, da xarqueada dos srs. Moreira e Filhos e reside no Areal, sendo ainda, parente de João.

Eis a recompensa a quem indica o caminho do Bem ! (NOTAS POLICIAES, *Diário Popular*, 10 de junho de 1931, Contracapa)

Os pormenores dos ferimentos são frequentemente narrados em detalhes, às vezes contando com os laudos periciais do corpo de delito ou da necropsia, e isso quando as notas não vinham acompanhadas de uma foto do cadáver, o que quase sempre galgava um espaço na capa, estampando o sensacionalismo das descrições.<sup>122</sup> Em exemplo análogo, a repercussão do caso de Julião<sup>123</sup>, sob a rubrica “Com uma bala na cabeça” é responsável por colocar uma foto do acusado na capa (ver Figs. 19 e 20), apenas poucas horas após o ocorrido, mesmo que a alegação de disparo accidental tenha sido acatada pelo juiz e levada em conta no desfecho do processo favorável à defesa do acusado. (OP, 20/10/1934, capa).

Caso semelhante ao “caminho do bem” que vitimou José Estácio Vieira, e que também envolveu dois irmãos no banco dos réus, foi a ocorrência no Café São Jorge, que culmina no assassinato do companheiro de beberagem que os acompanhava momentos antes. Conforme narramos no capítulo anterior, após divergência sobre o pagamento da conta, João e Firmino Coelho da Silva, juntamente com o conhecido com o qual dividiam a mesa do bar – Theodoro José Viana, a vítima –, saem e travam luta corporal, na qual Firmino conta ter apartado a vítima

<sup>122</sup> Exemplos os casos comentados nas edições do *Opinião* de 16 de janeiro de 1933 e 1º de outubro de 1934.

<sup>123</sup> Processo nº 1498, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1934, Arquivo Público do Estado Rio Grande do Sul (APERS).

e seu irmão. Os acusados, no decorrer do processo-crime, se atêm à história de que estavam muito alcoolizados e que apenas lembram de terem brigado com a vítima – a qual alegam desconhecer – e terem vagado a esmo depois, indo parar em casa; pela manhã, teriam sido surpreendidos pela polícia que declara ambas as prisões pelo crime de assassinato.

O Café São Jorge ficava distante da zona central, em direção ao Parque Pelotense/Souza Soares, próximo ao cemitério, e os irmãos residiam nas proximidades – mais especificamente, na Vila São Francisco (ver mapa Cap. 1). A reportagem do *Opinião*, que ganha destaque na capa da edição do dia seguinte, dia 16 de dezembro de 1932, oferece uma narrativa sensivelmente mais detalhada do ocorrido, estabelecendo contornos nítidos à sequência que, no processo, fica nebulosa por inúmeros depoimentos vagos e tergiversações. No entanto, é significativo que a rubrica conceda ênfase ao “sem causa justificada” no título.

Veremos que as narrativas sobre brigas em bares, especialmente aquelas com desfechos fatais, carregam o denominador comum de reiterar os “motivos fúteis” da alteração ou a “maneira estúpida” de morrer, o que segue tanto a cartilha da época referente aos abusos do álcool quanto a batalha cultural contra a sobrevivência de costumes arcaicos ligados à respeitabilidade por meio da violência. O mundanismo civilizado das grandes cidades modernas enfrentava a resistência de hábitos tradicionais tanto mais arraigados quanto menores as chances de se adquirir a respeitabilidade por meio de uma inserção plena na cultura do consumo. As figuras 23 e 24 contêm a reportagem de capa na íntegra.

A descrição da ocorrência na reportagem aparece ainda desprovida das contestações, hesitações e vaivéns que vão deixando a linha do tempo mais nebulosa no decorrer dos depoimentos. A relação entre o caso processual e o caso narrado pela imprensa denota as especificidades de cada fonte; se, de um lado, temos relatos extremamente mediados por atores, estratégias e linguajares próprios, de outro, a proximidade dos relatos no tempo, somada à liberdade narrativa, sem o comprometimento dos informantes, faz com que, por vezes, aconteça de a ocorrência parecer mais nítida nas notas da imprensa do que na leitura dos processos-crime. No entanto, é preciso lembrar que maior nitidez não necessariamente implica em um estatuto verídico; e tampouco os subterfúgios de que se valem alguns depoentes são menos eloquentes do que a reportagem precisa dos jornais.

Figuras 24 e 25 – Capa do jornal *A Opinião Pública* em 16 de dezembro de 1932 e detalhe da repercussão do caso do Café São Jorge (processo nº 1568)



Fonte Figura 23: *A Opinião Pública*, 16 de dezembro de 1932, capa. Disponível no acervo da Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense, Pelotas, RS. Figura 24: nota da repercussão do caso em detalhe, recorte da imagem anterior.

Conforme destacou Elmir (2012, p. 81), a leitura de fontes de natureza diversa é fundamental para que se percebam as disputas em torno dos discursos sobre o crime. Por isso, o objetivo deste esforço comparativo é antes perceber, sob distintos ângulos e valendo-se de quais representações, o que essas diferentes narrativas comunicam sobre a sociabilidade noturna dos bares, seus frequentadores e seus conflitos.

Em primeiro lugar, nem todas as ocorrências noturnas em bares noticiadas nos periódicos fazem parte de nossa seleção de processos-crime. Conforme discutimos no capítulo 2, inúmeros fatores impulsionam o processo de uma denúncia como essa – mesmo que parta do Ministério Público –, como o interesse do ofendido, a gravidade das lesões, os resultados do inquérito policial e o relatório do delegado, para citar alguns. Até a denúncia ser considerada

procedente pelo juiz da Comarca, o caso deve ser solidificado em muitas etapas, e isso é o que, conforme já mencionamos, Karl Monsma (2011) chamou de “viés de seleção”. Ou seja: é necessário cautela ao fazer generalizações com base nesse tipo de fonte, pois a apreensão de categorias amplas como “criminalidade” ou “delitos noturnos”, por exemplo, possuiria um estatuto frágil.

A própria autosseleção, da qual fala Monsma (2011), também expõe os limites dos processos ao mencionar a autocensura presente em determinados casos aqui observados. Não raro aparecem junto às notas policiais rubricas referindo-se a ferimentos e atendimentos prestados a indivíduos nos hospitais da cidade, sem que a causa seja exposta ou recorrendo ao infalível “corte acidental” ou “disparo não intencional” ao manusear as armas por brincadeira. Podemos inferir, a partir da ínfima quantidade de processos concernentes a ferimentos leves e/ou sem o uso de armas, que esse tipo de caso tendia a se resolver sem o envolvimento da autoridade e possivelmente as razões para tal estejam intimamente ligadas com os códigos de conduta masculinos em tais situações. Neste ponto, podemos especular sobre o quanto a tradição presente nesta sociabilidade masculina agia em confluência com uma atuação judicial interessada em resoluções “orgânicas” de conflitos vistos como “fúteis”.

Os três casos não letais de nossos processos-crime que repercutiram na imprensa foram noticiados pelo jornal *A Opinião Pública* e, dois deles ocorreram em cafés da zona central. Um deles é o caso da luta corporal entre Jayme e o soldado Rufino, ocorrência que já mencionamos e que foi noticiada na capa – provavelmente com o intuito de exaltar os golpes de “mão de ferro” sofridos pelo soldado, ainda que sem divulgar o nome de seu (conhecido) contendor. O outro caso é a facada sofrida por Napoleão Vares pelo então colega de “balcão” Albino Mattos, processo que acaba gerando uma discussão interessante na inquirição das testemunhas a respeito do significado da palavra “floreado” e as nuances que perpassam os níveis de embriaguez observados entre os envolvidos no sábado do crime.

#### BRUTAL

Scena de sangue

Um homem, friamente, esfaqueia outro

Sexta-feira, pelas 20 1/2 horas, o "Café Gloria", no Mercado Central, foi teatro de violenta scena de sangue.

Àquella hora, estando varias pessoas no interior daquelle Café, ali chegou Napoleão Vares, chofer, residente á rua Uruguay, 601, entrando, a seguir, a beber, junto com mais dois conhecidos que ali já estavam, entre os quaes Albino Mattos, de profissão garção.

Napoleão, de natureza alegre, começou a tamborilar no balcão com os dedos e, a seguir, trauteou a parte de uma canção carnavalesca que diz: "No taboleiro da bahiana tem"...

Segundo testemunhas, nessa altura, sem que ninguém esperasse, inclusive a victima, Albino sacou de uma pequena faca e, investindo contra Napoleão

enterrou-lha no ventre, antes, porém, dizendo (referiu-se ao que Napoleão cantou):

"Às vezes tem, outras não tem; o que sempre tem é isto".

Sentindo-se ferido, Napoleão disse, ao cair sobre um dos que estavam no café: "Que é isso commigo? Me feristes."

Albino, nada respondeu e, saindo á rua, ao encontrar o chofer Carlos Barbosa, também tentou esfaqueá-lo, o que não conseguiu por este ter-se esquivado e haver chegado as praças Pedro Nolasco dos Santos e Saturno Rodrigues que effectuaram a prisão do criminoso.

Napoleão Vares, gravemente ferido, foi levado á Santa Casa, onde foi operado pelo Dr. Darcy Xavier, sendo, após, internado na Enfermaria Pimenta.

Apresentava um ferimento penetrante no ventre, na fossa illiaca esquerda, produzindo a perfuração da alça do delgado e ruptura de um vaso do mesenterio, com hemorragia interna. (*A Opinião Pública*, 3 de maio de 1937, Contracapa)

As narrativas do periódico e do processo-crime se assemelham, detalhando ao máximo os movimentos da vítima e do acusado no momento da ocorrência. No entanto, ambas parecem-se contentar com as declarações que alegam não haver razão ou estopim algum para o conflito. Esse apagamento oficial da escalada de tensões que leva à violência nos botequins é sintomático da ideia que estes órgãos, como Justiça e Imprensa, propagavam a respeito da honra do homem pobre; as narrativas servem ao propósito moralizador dos hábitos de lazer populares, reiterando os perigos da vida noturna e do vício e omitindo, assim, todas as razões que fazem da sociabilidade dos bares e das reputações ali construídas, instrumentos essenciais para o cotidiano dos homens pobres.

Algumas das razões destas omissões tampouco podem recair exclusivamente nas decisões de escrivães e policiais, noticiaristas e repórteres; muitas vezes, o próprio teor das ofensas que causaram o conflito é passível de vergonha ou humilhação o bastante para que o próprio provocado não deseje repeti-las em suas declarações. No caso do conflito não fatal ocorrido nas Três Vendas no início da noite de 14 de junho de 1934, o processo movido contra José Pires – vulgo José “Castilhano” – decorre de haver este agredido com arma de fogo José Foster, conforme mencionamos no capítulo 2. No entanto, subtraídas das notícias, as provocações verbais que este último teria incorrido desempenham papel significativo em uma briga de início evitada pelo acusado – o que é corroborado por testemunhas<sup>124</sup>. Antes de comentarmos, vejamos o que o *Opinião* veicula no dia seguinte ao ocorrido:

SOB OS VAPORES DO ALCOOL

Dois homens empenham-se em conflicto, sahindo um com diversos ferimentos

<sup>124</sup> As duas testemunhas ouvidas além do proprietário do local, corroboram o depoimento deste último, o que não representa fato isolado, mas sim, contribui para compreendermos o papel central do proprietário na interpretação do conflito buscada pela justiça.

Registrou-se, ontem, nesta cidade, um crime que teve como causa principal o abuso do álcool.

Um homem, após embriagar-se, provoca e agride um conhecido seu, sendo por este barbaramente espancado e alvejado com um tiro que o prostra ao sólo, sem sentidos. [...] Segundo, agora, informações de pessoas presentes, José, já bastante alcoolizado, entrou a dirigir a Castelhana grosseiras provocações. Este limitou-se a aconselhar a José que fosse curar a "mona" [...] Hoje, pela manhã, quando fomos ouvir José na Santa Casa, este declarou-nos que não se lembrava das causas que originaram o conflito, pois estava completamente embriagado. (*A Opinião Pública*, 15 de junho de 1934, Capa)<sup>125</sup>

As “grosseiras provocações” dirigidas do agricultor e bebedor de cachaça para o campeiro uruguaio que bebia vinho de laranja e vinha recusando as ofertas de bebida de seu interlocutor, giravam em torno da virilidade masculina. É evidente que não podemos saber o que de fato foi dito ou como se deu a dinâmica entre agressões verbais e físicas, mas é significativo que o acusado julgue que tal teor de ofensas possa tornar compreensível a sua reação. A conduta esperada do homem honrado nos botequins parece ter sido cumprida à risca por José “Castilhano”, o qual buscou ignorar os desaforos de um homem visivelmente embriagado até que as ofensas fossem intoleráveis, quando então, retira-se do recinto. Ao ser perseguido por seu contendor, diante de reiteradas tentativas de luta corporal, faz uso de seu revólver.

As ofensas à virilidade dos contendores, muito frequentes nas discussões que prenunciam os conflitos, raramente aparecem nas notas publicadas nos periódicos, ao passo que o processo-crime traz à tona o teor dos xingamentos. Isso constitui uma característica do documento não só por seus objetivos mais detalhados de esclarecimento e julgamento do caso, como também por envolver estratégias de defesa diretamente ligadas às noções de honra e ofensa. No processo de Castilhano, a exposição do teor das ofensas verbais supostamente proferidas por José Foster certamente desempenhou papel crucial para estabelecer um curso de defesa pautado na reparação da honra, posto que acusações sobre a sexualidade masculina e difamações públicas da sua virilidade, são elementos que seguramente angariavam a simpatia de magistrados e juristas em relação ao réu que as tenha respondido de forma violenta.

Em um desfecho trágico, o caso do réu Manoel Pedro Soares evidencia o quanto essas disputas viris permeavam essa sociabilidade dos armazéns e botequins. Da mesma forma como observamos a respeito do processo nº 217, em que a nota veiculada na imprensa não explora as motivações e agressões verbais que precedem o conflito, a nota do *Opinião* sobre o caso de Manoel tampouco menciona as razões apontadas no processo-crime, o que nos deixa com duas

---

<sup>125</sup> Com o intuito de não nos estendermos em detalhes já analisados nas notas anteriores, suprimimos os trechos referentes às diligências e atuações policiais e sanitárias.

hipóteses bastante prováveis – e não excludentes –, mas cujas comprovações repousam além dos horizontes vislumbrados pela presente pesquisa. De um lado, é possível que as discussões envolvendo a virilidade e “quem era mais homem” fossem de fato mobilizadas em um contexto jurídico de defesa do réu, a fim de que, juntamente com a alegação de embriaguez – a qual, lembremos, era considerada atenuante –, conquistasse um parecer favorável dos juristas.

Por outro lado, é também provável que essas razões sequer fossem consideradas nas notas da imprensa por haver um consenso implícito de que seriam motivos tão frágeis ou “fúteis” que sequer valessem a pena ser narrados. De certa forma, é como se, nestes espaços e dentro deste tipo de sociabilidade masculina, permeada pela disputa, pelo jogo e pelo álcool, fossem mobilizados certos critérios já não mais respaldados pela sociedade moderna do consumo, mas que seguem operando em um nível estrutural das mentalidades. Vejamos como é veiculado o caso de Pedro Soares no *Opinião*:

Sem razão alguma  
um homem mata outro  
Como se verificou a scena de sangue desta noite  
"A's 18 horas do dia de ontem, no 4º Districto, no local denominado "Passo dos Carros", verificou-se uma lamentavel scena de sangue, onde veio a perder a vida um modesto cidadão.  
O facto verificou-se no armazem dos srs. Schaunn, Irmão & C.  
Achava-se ahi Quido de tal, um creoulo muito conhecido na redondeza.  
Momentos depois chegou ao local Pedro Soares, que sobraçava um violão.  
Ambos trocaram algumas palavras e sem que houvesse motivo algum, Pedro desferiu sobre Quido o violão que trazia e ao mesmo tempo arrancou do revolver, alvejando a Quido.  
Ao primeiro tiro Bertholdo Dias, que se achava no local, acorreu no intuito de impedir que Pedro repetisse novos tiros sobre Quido. Ambos luctaram, conseguindo Bertholdo arrastar Pedro para a rua, impedindo que Pedro fizesse uso da arma novamente.  
Ao receber o primeiro tiro, Quido cahiu ao solo com um ferimento de bala na região da axila esquerda, perto do coração, que lhe causou morte quasi instantanea.  
O criminoso, perpetrado o delicto, fugou, não sendo capturado logo.  
Hoje, ás horas da manhã, Pedro Soares foi entregue á policia pelo sr. João Lucas, morador no 4º Districto, para cuja residencia havia fugado o criminoso.  
O corpo da victima foi dado á sepultura no cemiterio do Capão do Leão. (A Opinião Pública, 28 de novembro de 1930, Contracapa)

No processo-crime em questão, as testemunhas dão outra dimensão ao estopim da ocorrência. Os ânimos teriam se exaltado entre Manoel e Guido, em uma disputa verbal sobre quem seria mais homem, com este último batendo no balcão. Manoel, então, teria vibrado o violão na cabeça de Guido e, em seguida, disparado o revólver contra o peito do mesmo. Taurino ainda relata que os dois contendores já haviam trabalhado juntos em uma granja, mas não sabe

de nenhuma rixa e tampouco considerava Guido desordeiro, por saber que ele nunca levava arma na cintura.

Em suma, quer consideremos o depoimento do tio de Guido ou não – o advogado de Manoel chega a contestar o depoimento de Taurino pela ligação familiar com a vítima –, a outra testemunha, Bertholdo Dias, responsável por impedir Manoel de efetuar mais disparos contra Guido, também conta sobre a ausência e posterior retorno deste ao estabelecimento, o que sugere que o desenrolar da questão não tenha se dado em questão de “momentos”, conforme descrito na reportagem. Além de outros fatores sensíveis, como o fato de os dois familiares serem pretos, jornaleiros e sem residência fixa – o que fica apenas sugerido pelo “modesto cidadão” no texto do *Opinião* –, ou mesmo a saída de Guido e seu retorno após meia hora. Esse comportamento, recorrente nas brigas aqui enfocadas, constitui um forte indício de que o indivíduo previra a possibilidade de conflito, e sai com o intuito de armar-se.

O júri absolve Manoel por não constar a sede da lesão no auto de necropsia, mas a promotoria apela, alegando que a vítima estava desarmada; porém, o auto de apreensão mostrava uma arma branca encontrada no local. O réu é absolvido novamente, por 4 votos a 1. Nos quesitos o júri atribuiu a culpa, mas considerou o tiro de Manoel como legítima defesa. No entanto, para a reportagem do *Opinião*, o assassinato de Guido não era um caso para o acompanhamento detalhado dos motivos e punições decorrentes. Inclusive o foco da rubrica parece repousar mais na futilidade da briga e no perigo de morte “gratuita” reinante nos bares, bem como na pormenorização da “scena de sangue”.

Essas características da cobertura do jornal podem ser reveladoras de uma atuação investigativa ainda incipiente, dependente das relações com delegados e equipes dos hospitais, mas também comunica a nós, historiadores, qual era o encaixe dos conflitos em bares dentro das concepções dos noticiários da época. Com isso, não queremos dizer que o *Opinião* atribuía apenas aos locais da sociabilidade noturna o “problema” da violência ou dos desfechos trágicos que emergiam das noites pelotenses, mas sim, que usavam essas notas, assim como o faziam boa parte dos periódicos da época, para reiterar representações associadas ao imaginário de uma vida noturna perigosa das cidades modernas ou para corroborar representações de costumes pré-industriais bárbaros, não condizentes com a civilidade cidadina.

Na capa da edição de 21 de janeiro de 1933, sob o título de “tiro misterioso”, uma nota relatando o ferimento grave recebido na noite anterior por um “distinto comerciante” na zona central da cidade, após destacar as “activas diligencias” que a polícia estaria desenvolvendo, finaliza com a frase: “não é necessario ser um desordeiro, um bohemio ou frequentador de "pensões" *chics*, nem *cabarets*, para se morrer estupidamente, varado por uma

bala partida do cano de um revólver ou na ponta afiada de um punhal."<sup>126</sup> (Tiro Misterioso, OP, 21 de janeiro de 1933, Capa)

Como argumenta Kalifa (2019), a recorrência dos casos “infinitamente pequenos”, que pouco avançavam além das transcrições da ocorrência policial enfeitadas com o julgamento sumário de ordem moral dos noticiaristas, encontravam sua razão de ser na acumulação e na repetição. A ausência de estranhamento sobre os crimes “sem razão alguma” obedeciam a uma lógica que relegava ao infrassocial determinados agentes, “porque o camponês enfurecido, o operário embriagado ou a mulher abandonada, por mais criminosos que sejam, respeitam os papéis e as normas da ordem social à qual estão decentemente integrados.” (KALIFA, 2019, p. 213). Logo, são “turbulências” que merecem punição, mas que, não apenas não rompem o paradigma de uma sociedade pautada na hierarquização, como o justificam.

Os ferimentos não-letais frutos desta sociabilidade que aqui enfocamos demonstram uma propensão maior a que o interesse da justiça e dos ofendidos esmoreça com o tempo, mas o escrutínio da imprensa parece fazer uso também dessas noites. Mesmo que em notas breves, os bêbados, desordeiros e brigões dos botequins aparecem nas rubricas “da rua” com uma frequência impressionante e incomparável com o número de processos-crime derivados dessas situações.

#### Agressão

Ontem, mais ou menos às 21 horas, achava-se Innocencio de Tal vulgo Batalhão, palestrando com diversas pessoas em um armazém de seccos e molhados, á rua João Pessoa esquina Lobo da Costa.

Em dado momento, entrou no referido armazem, Antonio Valli, solteiro e de 19 anos de idade que, segundo consta, mantinha antiga inimizade com Innocencio.

Após dirigir a Innocencio breves palavras, Antonio Valli, sacando de uma faca, investio contra aquelle.

As pessoas presentes tentaram obstar que Antonio ferisse Innocencio, achando-se entre aquellas o sr. Manoel Pereira das Neves, de nacionalidade portugueza, residente à rua João Pessoa n. 400.

O sr. Manoel, ao tentar agarrar Antonio, foi por este agredido, tendo, em consequencia, recebido um ferimento inciso na região frontal, produzido por faca.

Avisada a policia, esta compareceu, effectuando a prisão de Antonio Valli.

O sr. Manoel Pereira das Neves, immediatamente socorrido, foi transportado para a Beneficiencia Portugueza, onde, após os curativos ficou recolhido a quarto particular.

O ferimento recebido pelo sr. Neves é de natureza leve.

---

<sup>126</sup> Este caso também aparece nos processos-crime, mas como não ocorre dentro da sociabilidade noturna dos bares, não participou de nossa seleção. A vítima “acidental” era Guilherme Wiener, o qual, segundo argumento presente no processo, por volta das 23 horas da noite de 20 de janeiro de 1933, caminhava perto de “um grupo que fazia algazarra”, e contra o qual o cabo da Brigada Antonio Farias dispara arma de fogo. Processo nº 1313, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1933, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

O sr. Major Democrito Sattamini, delegado de policia, ordenou abertura de inquerito. (Factos da Rua, OP, 16 de outubro de 1934, contracapa)

O caso acima citado é exemplar da miríade de situações ocorridas à noite nos bares e armazéns da cidade as quais não chegavam a constituir processo-crime, apesar do periódico informar sobre a abertura de inquérito policial. Na verdade, muitas delas sequer ultrapassavam essa nota única na contracapa do jornal. Outro aspecto emblemático desta ocorrência é a “antiga inimizade” ou os “conhecidos desafetos”, não raro apontados como os iniciadores das brigas nesses locais. Apesar da atenção dos jornalista em sinalizar este elemento, são raras as notícias do tipo que se debruçam sobre os pormenores das desavenças ou que buscam compreender o tipo de animosidade que constrói esses estranhamentos entre os envolvidos nos conflitos. Parece mais imperativa a necessidade de informar sobre os pormenores da violência em si, os objetos e armas utilizadas no conflito e os tipos de ferimentos ocasionados, ficando as questões de honras e orgulhos masculinos feridos quase que inteiramente ocultas sob o manto da “antiga inimizade” ou de “questões fúteis”.

#### Conflicto e ferimento

Ontem, ás 22 horas, encontraram-se no kiosque de Ferreira & Silva, á rua Conde de Porto Alegre, João R. Rodrigues e Abilio Almeida.

Bebendo e conversando, pouco depois, por questões fúteis, entraram em discussão, chegando a vias de facto.

Abilio fez uso de uma faca, vibrando dois violentos golpes na cabeça de João Rodrigues.

Um dos socios do kiosque avisou a policia, comparecendo uma patrulha que fez conduzir o ferido, pela Assistencia, para a Santa Casa, onde foi pensado [?] e internado na Enfermaria Pimenta.

O aggressor fugiu. (Factos da Rua, OP, 12 de setembro de 1932, Contracapa)

A citação acima, enquanto mais um comprovante do alcance limitado de nosso acesso a estes conflitos por meio das fontes policiais e judiciais – o caso em questão não aparece enquanto processo-crime no acervo do APERS para a Comarca de Pelotas –, comunica não apenas sobre os usos que a imprensa fazia desses conflitos como também da abrangência e diversidade dos tipos de estabelecimento que abrigavam essa sociabilidade noturna e vespertina. Dos quiosques do porto aos armazéns de bairro, dos cafés do centro às casas de negócio dos rincões coloniais, as beberagens e jogatinas tão capilarizadas pelo espaço público pelotense serviam a propósitos ambíguos nos jornais, pois ainda que os conflitos daí decorrentes fossem munição da cruzada moral contra o jogo e o alcoolismo, também alimentavam o voyeurismo sensacionalista que se regozijava ao saber dos excessos e dos detalhes sangrentos da vida noturna.

Com efeito, o que resulta significativo para este subcapítulo é a forma como os critérios que pautam essa cobertura dos *faits divers* criminais acabam por fornecer um mapa

das noites populares da cidade e de suas relações humanas, tão voláteis quanto o teor alcoólico de suas garrafas. A sociabilidade noturna popular acaba penetrando o cotidiano da cidade por meio dessas narrativas, enviesadas, por certo, mas ainda assim inserindo esses convívios na dinâmica da sociedade. Tal como Kalifa (2017) e Guimarães (2007) apontaram sobre Europa e São Paulo, respectivamente, certos “avessos” da cidade ou “fragmentos de humanidade”, de outra forma inacessíveis, emergem da documentação impressa dos periódicos e, ainda que o olhar dos historiadores precise despi-los de muitas camadas de juízos de valor e interesses múltiplos, o exercício nos parece revelador.

Por mais fortes que sejam as codificações narrativas ou temáticas a que essas narrativas obedecem, por mais poderosos que sejam os efeitos da mediação, e por mais inapreensíveis que permaneçam, fora dos textos em que assentam, as realidades em questão, seria absolutamente insustentável dissociá-las radicalmente. Algo necessariamente transparece: lugares, gestos, palavras, e esses fragmentos de experiência social, por mais ínfimos que sejam, não podem ser negligenciados, tamanha é ainda a dificuldade de acesso ao mundo das margens e da transgressão. (KALIFA, 2017, p. 292).

Signos da modernidade dos centros urbanos e de seu substrato mais arcaico – a saber, as massas urbanas ainda imbuídas dos códigos de honra e desafios herdeiros de duelos remotos –, os conflitos narrados pelos noticiários carregavam o tom dos *faits divers* importados, mas sem perder a particularidade e os contornos da história local. Os perigos, as armas e o sangue que emanavam desses extratos das noites boêmias pelotenses inseriam os cenários populares no cotidiano da imprensa e punham os leitores dos jornais em contato com um imaginário do submundo ao mesmo tempo singular e universal.

#### 4 EM BUSCA DO INAPREENSÍVEL: *MACRO* SIGNIFICADOS, *MICRO* ANÁLISES

Após tentar entender tanto elementos físicos e técnicos quanto práticas e representações sociais associadas ao hábito da sociabilidade noturna dos bares, é preciso enfrentar agora uma etapa adicional da compreensão dos significados atribuídos a esse hábito, cuja prevalência em nossa sociedade é significativa. Assim, chegamos a este último esforço, de examinar o conjunto de elementos subjetivos recorrentes nos conflitos em nossos bares, a saber: a embriaguez, a honra masculina e o jogo. Dessa forma, visamos à compreensão da relação destes aspectos macrossociais em escala microscópica.

Todos os fatores que envolvem tais situações são permeados por uma lógica liminar, marginal, pelo cruzamento de múltiplos elementos que atuam nesses espaços. Envoltos pela condição lúdica do escape de uma realidade incerta e ao mesmo tempo normativa, os frequentadores da sociabilidade noturna dos armazéns, botequins, bares e cafés de Pelotas tinham nesses momentos a expressão de um convívio habitual, em que cada um teria o conhecimento de regras necessário para garantir seu pertencimento; uma camaradagem masculina familiar, capaz de aproximar os homens de todas as origens, e sublimar, ainda que ilusória ou temporariamente, as distinções sociais.

No entanto, muitos desses desejos e anseios que pautavam o cotidiano de balcões, copos e rodadas, não se manifestavam explicitamente, mas perduravam em camadas subjacentes das fontes. É igualmente provável que tais sentimentos permanecessem em um nível subconsciente dos sujeitos, de forma que, caso pudéssemos perguntar a algum destes frequentadores “pescados” por nossos documentos, a razão pela qual o mesmo mantinha este hábito em sua vida, dificilmente obteríamos uma resposta articulada sobre o significado desses momentos e locais na composição de sua identidade. Em busca de sentidos tão subterrâneos quanto atuantes na cultura das sociedades, a abordagem às fontes que privilegiamos em nossas análises tende a se beneficiar muito mais de indícios e “sintomas” – em uma clara analogia ao paradigma indiciário também presente na Medicina, conforme argumentava Ginzburg (1989, p. 156) – do que de dados evidentes dispostos nos registros meramente à espera de uma “coleta” pelo historiador.

Dessa forma, não visamos à pretensão de nos associarmos a este ou aquele movimento, mas é inegável que os objetivos que nos colocamos ao pensar nossas estratégias de observação das fontes e apreensão de um objeto de estudo esquivo e fragmentado assemelham-se aos anseios que motivaram historiadores a desvendar o cotidiano de gente supostamente sem importância e “traduzir o empírico em sensibilidades [...] indo do *tempo curto* dos dados de arquivo ao *tempo macro* de uma época dada do passado” (PESAVENTO, 2012, posição 896, Cap. V, grifo no original). Essas ênfases em um viés desde baixo e na compreensão de formas de agir, de pensar e representar o mundo em uma determinada época, são o que acaba por nos aproximar das reflexões dos micro-historiadores. No entanto, estamos cientes dos riscos advindos de um aprofundamento do processo explicativo, o qual pode levar a uma pluralidade de respostas; com efeito, é um risco que estamos dispostos a assumir.

Os elementos do micro, recolhidos pelo historiador, são como a ponta de um *iceberg* que aflora e que permite cristalizar algo e atingir outras questões que não se revelam a um primeiro olhar. Ele é o elemento que não só permite pensar o todo como, inclusive, possibilita elevar a escala de interpretação a um plano mais amplo e distante, para além do espaço e do tempo, pensando na circularidade cultural ou na difusão dos traços e significados produzidos pelos homens em todas as épocas. (PESAVENTO, 2012, posição 871, Cap. V)

Sidney Chalhoub (2001), no clássico *Trabalho, Lar e Botequim*, já defendia que os fatos dos quais partem os historiadores preocupados em compreender o social a partir de versões conflitantes, incoerências e contradições “não são como morangos, maçãs ou peras que se recolhem ao cesto num passeio ameno e ecológico pelo campo”, mas se parecem mais com a neblina e a fumaça que escondem as trilhas; todavia, “a trilha existe, e cabe segui-la”. (CHALHOUB, 2001, p. 38-39). E estas abordagens não-ortodoxas, quaisquer sejam as denominações utilizadas para aproximá-las deste ou daquele movimento, vêm resistindo com novos trabalhos e firmando a posição de que não são admissíveis intentos metodológicos homogeneizantes se os objetos da História refletem as dificuldades de acessos e registros enfrentadas por seus próprios agentes históricos. Deivy Carneiro (2019, p. 33) resume habilmente os intentos dessa perspectiva frente aos debates sobre a construção do conhecimento histórico:

Assim, nosso objeto de estudo não seria necessariamente aquilo que as fontes nos dizem de maneira mais aparente, já que os elementos mais reveladores de

realidade são aqueles que se encontram nos bastidores. Eles seriam, na verdade, os traços não conscientes e não controlados, que escapariam ao controle do redator da fonte. Desta maneira, as informações fundamentais das fontes não se encontram onde o historiador positivista espera encontrar, ou seja, nos elementos deliberadamente explicitados. Eles se encontram, todavia, nos traços, nos indícios e nos sinais; na medida em que estes sim são reveladores de uma realidade profunda e inconsciente.

Conforme argumentou Maia (2001) acerca das investigações que se beneficiam da perspectiva simmeliana, são justamente as formas simbólicas e os sentidos atribuídos pelos atores sociais que constituem o cimento mais profundo das interações sociais, não obstante inapreensíveis pelo jugo administrativo do Estado ou pelas regulamentações normativas institucionais. “Simmel [...] persegue incansavelmente a *correlação entre formas* e procura localizar *congruências sistemáticas* entre elas, no intuito de inferir desse exercício algo que não é diretamente observável na realidade empírica.” (MAIA, 2001, p. 7, grifo no original).

Da mesma forma que os camponeses cotidianamente resistentes de James Scott (1990) ou os malandros de Cláudia Matos (1982), estes boêmios em fuga de uma realidade normativa e por vezes opressora certamente buscavam na noite dos botequins uma vivência mais festiva e uma comunidade menos atrelada a hierarquias sociais, mas esta “transcrição” raramente é exposta com todas as letras. Não obstante, é inegável o papel que a embriaguez, o jogo e a honra em disputa desempenhavam nestes espaços. Com isso, desvela-se uma série de condições subjetivas que, somadas às posições objetivas (nunca realmente esquecidas) de cada “jogador”, evidenciam o frágil equilíbrio desta sociabilidade.

O jogo tem, por natureza, um ambiente instável. A qualquer momento é possível à “vida cotidiana” reafirmar seus direitos, seja devido a um impacto exterior, que venha interromper o jogo, ou devido a uma quebra das regras, ou então do interior, devido ao afrouxamento do espírito do jogo, a uma desilusão, um desencanto. (HUIZINGA, 2014, p. 24)

Tanto do ponto de vista de Simmel (2006) quanto sob a ótica de Huizinga (2014), o equilíbrio instável da sociabilidade e do jogo, respectivamente, não deslegitima os estudos que enfocam essa ludicidade; pelo contrário, reforçam o argumento da riqueza presente na aceitação das fissuras de um universo simbólico em constante dialética entre a espontaneidade de seus atores e a estrutura histórico-social em questão. Assim como para Lefebvre (2013, p. 57), que via esses espaços noturnos e modernos enquanto uma conversa entre os esforços e resistências presentes na tríade homogeneização – fragmentação – hierarquização, uma dialética permeada

por contradições e incoerências, as quais o poder lutaria para suprimir e/ou lapidar sob uma lógica ordenada, mas que a ciência social não deveria abdicar de tentar capturar em estado o mais “bruto” possível.

Em outras palavras, uma abordagem compreensiva da história, que assuma as contradições presentes no objeto – ou, ainda, que as tome enquanto foco privilegiado de abordagem – pode se beneficiar da perspectiva complementar entre ator e sistema, das interligações entre “micro” e “macro”. A tradução dessa abordagem para o tema aqui focado foi expressa magistralmente por Sidney Chalhoub (2001, p. 308), e pedimos licença para a citação longa, mas cremos que seria um desperdício recortá-la:

A ação violenta seguia etapas previsíveis pelos membros desses microgrupos socioculturais – o surgimento da rixa, a escalada das tensões, o desafio e a luta propriamente dita -, apresentando, portanto, um código ou um programa comum a todos os membros da comunidade. É lógico que este código ou programa apresenta margens de liberdade sob a forma de opções ou variações lícitas e, afora isso, os participantes, além de agirem de acordo com o código aprendido, modificam-no parcialmente através das ações recíprocas exercitadas entre eles. Não se pode pensar, portanto, que o comportamento de nossos personagens esteja regulado por um determinismo do tipo que os biólogos postulam para as abelhas e as formigas: em sentido mais geral, deve-se pensar que os homens executam programas porque necessitam se servir de sistemas de signos verbais e não-verbais, pré-constituídos. Os homens, para se comunicarem, para transmitirem mensagens, utilizam-se dos códigos existentes e que são resultado de trabalho humano passado – códigos estes que, logicamente, possuem dimensão histórica e se transformam continuamente.

Os encontros desta sociabilidade noturna, das quais nos sobram apenas instantes narrados e permeados por filtros e mediações, continham elementos objetivos, dos quais nos ocupamos nos capítulos anteriores; agora, é preciso observar as *congruências sistemáticas* presentes nas subjetividades captadas nessas narrativas múltiplas. Por meio da análise coletiva das recorrências nas situações analisadas ao longo de nossos capítulos, esperamos ter vislumbrado os códigos e anseios que operam em camadas subterrâneas do indivíduo.

#### **4.1 “Amigos do álcool”**

Quando saiu para fazer uma refeição no restaurante “A Bohemia” naquele sábado de outono, Odorico torcia para não encontrar com seu algoz, Silvino. Sujeito fanfarrão, que vivia de pagar de valente às custas dos outros. Mas não dessa vez. Nessa tarde de maio, Odorico decidiu que não se deixaria intimidar, nem que para isso fosse preciso beber toda a coragem necessária nos balcões.

O parágrafo acima poderia ser a introdução literária do caso (sem dúvida) mais célebre de nossa seleção de processos criminais. O crime de Odorico Castillo repercutiu durante meses nos periódicos locais. Nas esquinas e conversas de bar, os tiros alucinados dentro do Café Nacional ainda reverberavam por meio da memória das testemunhas e do falatório geral. Acusado e vítima eram pessoas conhecidas no circuito da sociabilidade boêmia pelotense, e sua inimizade era sabida nas rodas de conversa.

O processo-crime número 314, com mais de 500 páginas, é reflexo de um debate controverso que se estendeu por mais de um ano, entre inquirições, recursos e ponderações acerca da responsabilidade do acusado. A embriaguez era vista por essa sociedade dos idos de 1930 enquanto um problema cuja transversalidade unia médicos, juristas e jornalistas em uma cruzada para manejar seus efeitos. O trabalho seminal de Maria Izilda Matos, *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade* (2001), discute os discursos presentes nas campanhas e salienta o papel da iniciativa particular, com a criação de ligas antialcoólicas e sociedades de temperança. A autora demonstra que, nas primeiras décadas do século XX, o discurso sobre o mal endêmico do alcoolismo apresentava reverberações na medicina, nas políticas públicas e na música popular.

No caso da imprensa pelotense em nosso recorte, foram particularmente notáveis as campanhas veiculadas no semanário *A Alvorada* e no vespertino *A Opinião Pública*, mas, conforme vimos, o discurso antialcoólico estava presente em todas as notas que acompanhavam a vida noturna dos botequins e bailes, inclusive nas notas policiais presentes também no matutino *Diário Popular*.

Sua Magestade o Alcool

Conheceis-me?... Sou o príncipe de todas as alegrias ! O companheiro de todos os prazeres mundanos, o mensageiro da morte, o príncipe que governa o mundo.

\_Estou presente em todas as ceremonias e nenhuma reunião tem lugar sem a minha presença.

\_Fabrico os crimes, faço nascer no coração os pensamentos maus, maculo os lares, sou pae dos filhos sem pae, enveneno a raça, trago o envilecimento, a depravação, os suicídios, a loucura. O crime em todas as formas imagináveis.

\_Acabo com a familia, persigo os avós nos netos, faço perder a vergonha, a dignidade, a honra, a bôa educação.

\_Deito um véo sobre os olhos, sobre a consciencia e faço apparecer o crime como vingança, abjecção como passatempo, a immoralidade como entretenimento, o adulterio como conquista galante.

\_Ganhei mais victorias que Alexandre, jungi ao meu carro mais povos do que Roma, assaltei a mais povoações do que Attila.

\_Faço que os maridos se riam da infidelidade da esposa alheia, trabalhando, loucos ! pela ruina da sua propria esposa : por minha causa os jovens e os velhos se divertem, tecendo epigrammas contra a moral e a religião.

\_Faço os deputados, obtendo-lhes votos para que promulguem leis que augmentem o meu reino, que é de toda a Terra.

\_Aspiro converter o mundo num hospital, num manicómio, num circo, onde estejam encerrados tigres, asnos, porcos, falcões e hyenas; quero sangue, desolação, ruína, leviandades, rancores, guerra, desespero e blasphemia.

Nasço em todas as partes : conheço as frias regiões da Laponia e da Siberia, as ardentes do Egypto e da Italia ; tenho origem no trigo, no arroz, na cevada, no succo da uva, na vide, no leite de egua ; minha patria é a Terra, meus escravos os homens ; quem me envia, o principe do mal.

Sei que me conheceis ; mas não quereis chamar-me porque ainda vos resta o pudor dos nomes, quando perdestes o dos factos.

\_Sou rei.

\_Sou... O ALCOOL ! (PENTALFA, AA, 07/05/1933)

O *Alvorada*, conforme discutimos no capítulo anterior, possuía uma alta frequência de textos contra o álcool e o alcoolismo, parte concomitante de sua campanha pela educação da população negra pelotense, a qual encorajava hábitos ligados à ética do trabalho e do estudo. Essa atitude, presente também em outros periódicos em destaque da imprensa negra no Estado, não deve ser reduzida a mero preconceito e/ou distinções internas à comunidade negra, mas sim, enquanto estratégia de suas lideranças e intelectuais no sentido de penetrar na lógica burguesa de funcionamento da sociedade, para então poder inserir determinadas discussões caras à coletividade de seus movimentos em uma esfera social mais ampla e institucional (SANTOS, 2011, p. 82-83).

A presença de textos escritos por mulheres nestas campanhas era frequente, o que também vai ao encontro de um protagonismo feminino relatado na história do proibicionismo e das sociedades pela temperança em vários lugares do mundo (CARNEIRO, 2010, p. 201). A batalha das mulheres contra o álcool, principalmente aquelas oriundas das classes subalternas, aos poucos extrapolava o âmbito privado e expunha a degradação de inúmeras famílias cujos maridos ébrios e violentos deixavam de prover o sustento da casa para manter o vício. Na coluna do Dr. Pescadinha é possível perceber certa valorização da autonomia feminina nessas escolhas:

pesquei a "Miss Tigéla", dizer que agóra não quer saber mais de namoro com o seu "amado" J.R., porque este tinha sido muito ingrato, mesmo agora, dera em beber "agua que boi não bebe", assim, depois ela não iria se sujeitar a andar de porta em porta, pedindo umas "bijujas" para a "defeza" de cada dia. Assim é que eu gósto de ver, antes de "cahir" está tratando de se segurar. para depois não sofrer as "consequencias". (DR. PESCADINHA, Pesquei, AA, 17/2/1935).

Sob um enfoque mais sério, destacamos alguns dos muitos textos de autoria feminina contra o álcool publicados no *Alvorada*, os quais exemplificam a linguagem dramática empregada nas campanhas antialcoólicas.

O ALCOOL

*O beberrão* - Males que causa a si proprio: 1.º - perde a saúde. 2.º - perde o dinheiro. 3.º - perde o trabalho. 4.º - perde a honra. 5.º - perde os amigos. 6.º - perde a família. 7.º - perde o juízo 8.º - perde a vergonha. 9.º - perde a vida. 10.º - perde a alma.

Males que causa aos outros: 1.º - Desgostos para seus pais. 2.º - Mau exemplo para os filhos. 3.º - Desgraça para a família. 4.º - Incomodos para os vizinhos. 5.º - Peso para a sociedade. 6.º - Vergonha para o Espiritismo. 7.º - Deshonra para o Evangelho. 8.º - Tristeza para Jesus.

Benefícios que produz: 1.º - Lucro para os taverneiros. 2.º - Alegria para o Espírito do mal. 3.º - Proveito para as trévas.

Caro leitor, estuda, aprofunda e analisa estes mandamentos e põe em prática o que a consciência te ditar ; é o conselho de uma irmã e amiga sincera da raça. Benedita Ramos da Fonseca, Da "A Voz da Raça", de São Paulo. (O ALCOOL, AA, 18/06/1933)

ALCOOL !

- Querido leitor!

- Como deveis saber ; a Natureza sempre tão sabia nas suas criações, fez o homem. O ser mais perfeito que existe na face da terra.

Este aproveitando-se desta perfeição, "creou uma cousa", que não é tão perfeita no sentido material, mas é tão poderoso que está colocada ao lado de Deus, e no sentido figurado tem tanto poder como este, e ainda mais, pois destroi a sua criação mais perfeita : o **Homem**.

- Sabeis quem é esta alta personagem mais poderosa que o Onipotente, que tudo criou?

- É o **Alcool**.

- Vejeis meus amiguinhos ! O alcool tomado como bebida deliciosa só pode vos prejudicar, embrutece a razão, torna vil os mais puros e nobres sentimentos do individuo, terminando por leva-lo ao tumulto.

**Ebrio!** Eis o nome que se dá a quem se entrega a esse vicio fatal, perde por completo a consciência, nas trévas em que fica mergulhado pelo entorpecimento produzido com os seus vapores, pratica os maiores desatinos e póde tornar-se até um criminoso.

- O ébrio é um individuo fóra da lei !

- O ébrio é um ser abjéto que causa repulsa !

- O ébrio não causa desgraça somente a si, pois que esta se estende até a sua quarta geração.

Repareis bem, amiguinhos, quanta desgraça causa o alcool.

- Quantos jovens perdidos, dominados por esta traiçoeira bebida?

- Quantos lares desfeitos, quantas mortes? - Tudo porque?

- Pelo maldito alcool.

Atenteis, pois, meus amigos queridos, quantos são os males causados pelo alcool na humanidade.

- Sabeis por certo o que acontece no fim ao ébrio: ou a morte infamante, ou a cadeia, ou o hospício.

- Combatei-o, luteis contra êle e vereis como todas essas peçonhas desaparecerão da Sociedade.

Antonieta Garcia Avila (ALCOOL, AA, 02/07/1933)



26). Partindo do pressuposto da possibilidade de redenção – ainda que recorrendo ao sensacionalismo da tragédia e da morte –, é sintomático que a grande maioria desses textos (munidos ou não de ilustrações) se dirigisse ao homem, pai de família e trabalhador, para quem a capacidade de honrar os valores morais e cuidar de sua família supostamente deveria constituir o patrimônio mais caro a ser resguardado.

A postura de reproduzir artigos já veiculados em outros locais demonstra também o quanto essas campanhas mantinham conexões, não apenas entre os periódicos divulgadores, mas certamente através de simpatizantes ou membros pertencentes às sociedades voltadas à temperança.<sup>127</sup> À parte as reflexões “sérias”, o *Alvorada* e o *Opinião* pareciam valorizar também o intercâmbio de certas alcunhas passíveis de uso em suas notas bem-humoradas sobre “o líquido”<sup>128</sup> e seus reincidentes. Dentre as expressões mais recorrentes no vocabulário do Dr. Pescadinha estão o “côco cheio”<sup>129</sup> ou sua variação “encher o côco”<sup>130</sup> para se referir ao estado de embriaguez, intercalando com “fogo”<sup>131</sup>, “água”<sup>132</sup> e “incêndio”.<sup>133</sup>

O tema era tão popular que os jornais publicavam inclusive as notícias irônicas de outras localidades sobre as bebedeiras. Em nota na capa do *Opinião* de 8 de novembro de 1934, achava-se uma notícia do Rio de Janeiro publicada no dia anterior, em que a polícia, intensificando a fiscalização da venda de bebidas alcoólicas, recomendava o levantamento de uma estatística dos "paus d'água". Na seção “Noticias de toda parte”, também chegavam as “aventuras do vício” na cidade irmã, Rio Grande:

Na falta de cachaça, bebeu alcool  
Proibida que é a entrada de bebidas alcoolicas nos quarteis, os viciados procuram, de qualquer maneira, saciar os desejos. Entre esses está o soldado Manoel Barros, corneteiro do 4º Batalhão da Reserva da Brigada Militar, aquartelado no Rio Grande. Não podendo levar para o interior do quartel o "mata bicho", adquiriu certa quantidade de alcool, dizendo ser o mesmo destinado á limpeza de perneiras. Ali, entretanto, entrou a ingerir aquelle líquido, embriagando-se. Consequencia: em estado grave foi levado para a Santa Casa, onde ficou internado, passando mal. (NOTICIAS..., *A Opinião Pública*, 05/10/1933, p. 5)

<sup>127</sup> A pesquisadora Maria Izilda Matos (2001, p. 31) chega a mencionar a existência de uma Liga Antialcoólica Pelotense, mas até o momento, não encontramos referências ou menções a esta associação nas fontes ou autores consultados para este trabalho. Na contracapa do *Opinião* de quatro de maio de 1937, encontramos apenas um comunicado da União Brasileira Pró-Temperança, não havendo estabelecido conexões entre as associações.

<sup>128</sup> *A Alvorada*, Pesquei, 02/07/1933.

<sup>129</sup> *A Alvorada*, Pesquei, 09/10/1932.

<sup>130</sup> *A Alvorada*, Pesquei, 22/11/1931; 18/12/1932; 1º/01/1933; 02/04/1933.

<sup>131</sup> *A Alvorada*, Pesquei, 17/09/1933; 27/10/1935.

<sup>132</sup> *A Alvorada*, Pesquei, 04/11/1934.

<sup>133</sup> *A Alvorada*, Pesquei, 20/05/1934.

Aos “amigos do álcool” (CHRONICA POLICIAL, OP, 28/01/1930) as notas frequentemente recomendavam “cozinhar a mona” (FACTOS DA RUA, OP, 31/10/1933) como um sinônimo de curar a embriaguez, além de usarem a expressão “matar o bicho” (AS BEBEDEIRAS..., DP, 27/07/1937) como uma alusão às condições precárias da higiene dos pobres, os quais se beneficiariam do alto teor alcoólico de cachaças e aguardentes não apenas para o complemento de uma dieta parca, mas também enquanto tratamento para moléstias advindas de vermes e parasitas.<sup>134</sup> “Também é ressaltada a condição ambígua de uma bebida que era vista sob vários prismas: como estímulo ao trabalho, mas sob risco de incitar subversões, como remédio, mas podendo se tornar um veneno, como produto lucrativo, mas estimulador do contrabando.” (CARNEIRO, 2010, p. 248).

Conforme introduzimos no Capítulo 1, dentre os 15 casos dos quais partimos, 13 apontam o álcool enquanto protagonista ou, no mínimo, catalisador das desavenças que levaram ao ato criminoso. Destes, 8 especificam a cachaça enquanto a bebida consumida por ao menos um dos provocadores do conflito. Considerada uma substituta ao vinho, estimulante e até um subterfúgio para enganar a fome, a cachaça “foi designada como bebida de macho, de heróis, de pobre.” (ALGRANTI, 2005, p. 88) Segundo a *Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas*, a legislação brasileira diferencia a cachaça da aguardente de cana, pois enquanto ambas devam obedecer a um mínimo teor alcoólico de 38%, a aguardente pode atingir até 58% de álcool (CARNEIRO, 2005, p. 51).

O *Alvorada*, apesar de muito atuante na campanha pró-educação e na divulgação de textos voltados à propaganda antialcoólica, usava também do recurso ao humor ao tratar da embriaguez e não apenas na coluna do Dr. Pescadinha. Encontramos um poema assinado apenas com o prenome “Joca” na edição de três de julho de 1932, o qual reproduzimos na íntegra:

Os dois ébrios  
(De uma anedocta)

Em uma linda noite de luar,  
Encontrei lá perto da Avenida,  
Dois homens que estavam a palestrar  
Sobre o triste vício da bebida.

Diz o primeiro com um ar ameno;  
\_ Não devemos acreditar mais em beber,  
A bebida é um grande veneno,  
Devemos tratar é de comer !

---

<sup>134</sup> Para um (divertido) compilado de receitas médicas “alternativas” envolvendo a cachaça, ver: BARBOSA, José Luciano Albino. Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e o uso da cachaça. In: *Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 46.

Dois mil réis, é apenas o que temos,  
O que vamos agora nós comprar,  
No armazem do amiguinho Lemos,  
Para a nossa fome saciar?...

Isso não é pergunta que se faça  
Principalmente nesta ocasião,  
Compraremos 1\$800 de cachaça  
E, para sobremesa sim, um pão.  
Respondeu-lhe o outro com franqueza:  
\_Para fazermos bem a digestão,  
Não devemos comer é sobremesa;  
E para que queremos tanto pão?...

Entre os apelidos da cachaça, observados tanto nos inquéritos quanto nas narrativas da imprensa, estão os clássicos “pinga” (AS BEBEDEIRAS..., DP, 27/07/1937), “caninha” (FACTOS DA RUA, OP, 24/05/1932), “branquinha” (PESQUEI, AA, 18/09/1932) ou ainda o (herético) “água benta” (PESQUEI, AA, 20/01/1935), com a variação “água que boi não bebe” (PESQUEI, AA, 17/02/1935). Impressiona a longevidade de algumas destas expressões, pois a maioria está ainda bem viva no vocabulário coloquial relativo ao consumo de bebidas alcoólicas nos dias atuais.

As outras bebidas alcoólicas mencionadas nos processos são o *Fernet*, preparado à base de ervas com teor alcoólico que pode chegar à 45% – a essa altura, essa já era uma bebida muito popular na Argentina e popularizada pelos imigrantes italianos –, e o vinho de laranja, com cerca de 15%, o qual sinaliza na direção de que alguns desses botequins certamente dispunham de licores e vinhos de fabricação artesanal disponíveis em seus balcões – do contrário, certamente veríamos anúncios das importadoras e distribuidoras da bebida nos jornais, como vimos no caso do *Fernet* (ver Fig. 5, Capítulo 1).

Essas representações abundantes sobre a embriaguez por destilados trazem à tona a complementaridade entre o sentido imaterial e o material da embriaguez. Não poderemos compreender todas as implicações do nosso objeto se não atentarmos para o fato de que estes elementos enfocados aqui, por mais que estejam sendo abordados em seu âmbito amplo e subjetivo, possuem uma materialidade – tanto a embriaguez, quanto o jogo, e mesmo a honra disputada a fermentos reais nos corpos.

Portanto, é imperioso retomar as três funções sociais do beber apontadas por Mary Douglas (2003, p. 8): em primeiro lugar, beber estrutura *o mundo como ele é*, pois o consumo de bebidas existe, é concreto e confere significado às relações humanas, bem como a cada parte do dia. Em segundo lugar, beber constrói *um mundo ideal*, onde a ameaça de um caos dolorido é substituída por uma ordenação tolerável e desejável. Por último, o álcool estabelece uma

*economia alternativa* – em certos casos, criando uma vasta gama de necessidades e relações em torno dos mercados negros. Muitas vezes, o que parece ser condenado nos discursos dos juristas e da imprensa, são as consequências da embriaguez material, sem haver uma desaprovação *per se* das pulsões que levam à ebriedade. Daisy Camargo (2012), em trabalho sobre os alcoóis e a embriaguez em São Paulo a partir da cultura material, conseguiu penetrar sensivelmente em aspectos referentes ao gestual e o palpável destas interações, revelando como as atribuições de força e resistência entre os homens estavam relacionadas também aos tipos de embriaguez recorrida:

Nota-se que os copos pequenos comportam também uma diferenciação nas formas de consumo: a cerveja e o vinho são bebidos em sucessivos tragos e o processo de embriaguez é paulatino. A aguardente e outros destilados mais fortes são ingeridos em recipientes menores, num só trago, sem chance de tomada de fôlego, “*a palo seco*”, como dizem os espanhóis, e a consequente embriaguez é fulgurante. (CAMARGO, 2012, p. 39)

A despeito das campanhas antialcoólicas, a década de 1930 também assistia à profusão de fábricas – legais e clandestinas – de bebidas, condizentes à aceleração da vida urbana e inclusão das massas assalariadas no circuito do consumo. Portanto, além dos anúncios de vinícolas, tabacarias e cervejarias, era possível observar, em letras garrafais, a incongruência entre uma orientação no sentido da temperança e do autocontrole e o sentimento de libertação conhecido e explorado pelos anunciantes da aguardente: “use e **abuse** nos seus aperitivos da aguardente Guarany. Distribuidores Capdebosq e Comp.” (OP, 29/7/1937, Contracapa, grifo nosso)

A polícia e a imprensa também se revelavam cientes de que muitos locais produziam suas próprias “versões” de algumas bebidas alcoólicas famosas, no intuito de obter um lucro maior e escapar aos custos e burocracias da legalidade; mas certamente estes estabelecimentos também clamavam suas boas intenções no objetivo de fazer chegar às massas algumas “degustações nobres” da transcendência etílica:

Uma fabrica de bebidas clandestina  
Apprehensão do "laboratorio", em pleno funcionamento  
Entre as diversas qualidades de bebidas fabricadas na referida estribaria contam-se barris de Bonekamp, Fernetts, Vinhos de diversos typos, xaropes e outras "especialidades". (OP, 16/10/1933, Capa)

Na presente pesquisa, é significativo o fato que a construção de um mundo ideal desempenha um importante papel ao abarcar os anseios coletivos por um alívio cotidiano, marcado pelo cair da luz e pelas suavizações das linhas que dividem rua e casa, realidade e utopia (FOUCAULT, 2013). E não é por acaso a semelhança entre uma das funções contemporâneas da embriaguez e o mundo da realidade dionisíaca – ou do “altar de Baccho”

(CHRONICA POLICIAL, OP, 13/01/1930) – de que fala Nietzsche (2005, p. 24): o contraponto de um mundo cotidiano de culpa e de destino (ordenação de mundo vulgar e ruim) representado pela aniquilação das barreiras (ordenação de mundo mais elevada).

Para Damatta (1991), a sociedade brasileira, profundamente relacional, se debate entre diferentes esferas de sentido, em torno de visões diferenciadas de si mesma, mas recorre a um extensivo sistema ritualístico capaz de aproximar e minimizar temporariamente as distâncias entre essas visões díspares. Essa equação acaba por produzir espaços liminares e situações reveladoras dessa síntese, como são os bares e como é o humor. Conforme Saliba (Entrevista, 7 jun. 2011): “tudo indica que, pelo humor, o brasileiro apropriava-se, por momentos, do espaço público, que lhe era negado pelo poder republicano nas suas mais variadas e perversas formas de exclusão social.”

Conforme discorremos no capítulo anterior, o humor parece ter sido um recurso bastante condizente com a ambivalência com que o tema da embriaguez era tratado nesses periódicos pelotenses. Na mesma edição em que os artigos contra o consumo de bebidas alcoólicas eram publicados, os anúncios de distribuidoras de bebidas, casas importadoras e vinícolas eram também veiculados, admitindo uma complacência implícita com o consumo, desde que regulado por um equilíbrio admitidamente frágil.

A ênfase no autocontrole em relação à ingestão de bebidas alcoólicas não é algo novo. As celebrações da antiguidade clássica ao deus Dionísio/Baco – nomes respectivos às sociedades grega e romana – já apresentavam essa característica de adotar a capacidade de autorregulação no consumo de vinho enquanto um critério na avaliação do caráter.

... reconhecia-se na embriaguez uma prática social legítima, cujos excessos abusivos não poderiam comprometer usos positivos e benéficos, sabedoria que ficou perpetuada num provérbio jurídico e moral latino: *Abusus non tollit usum* (O abuso não impede o uso). Sua virtude de poder exatamente medir, nos seres humanos, essa fronteira do uso e do abuso, fazia da embriaguez indicador moral, um instrumento de aferição da prudência e da temperança em cada indivíduo. E constituía também uma fronteira cultural entre a civilização e a barbárie: em Roma, segundo Petronio, havia o provérbio "beber como um trácio" para o beber excessivo. (CARNEIRO, 2010, p. 43)

O simpósio grego funcionava como um “centro de educação do caráter”; após um banquete inicial, o consumo de vinho precedia o *symposion* propriamente dito, com conversações, cantos, dança, música e jogos. Espaços importantes na formação dos cidadãos, essas reuniões estimulavam o debate de ideias políticas e filosóficas e o “exercício da expressão pública das emoções de forma controlada” (CARNEIRO, 2010, p. 36). Para os romanos, o uso do vinho consistia em um hábito mais informal e popular, consumido diariamente como alimento e como psicoativo. “As tavernas, muito numerosas, eram um dos locais mais

importantes na vida social das cidades romanas”; mas é também sintomático que, apesar da popularidade desse hábito entre os romanos, às mulheres o consumo do vinho fosse proibido (*Ibid.*, p. 41-42).

A promoção dos cultos a Dionísio na Grécia antiga também imprimiu uma característica bastante presente ainda nas sociedades contemporâneas. Dedicadas ao deus “que permite aos homens se apossarem dos poderes selvagens do transe ébrio cuidando para domesticá-lo”, as festas dionisíacas admitiam todos os excluídos, como escravos, pobres e mulheres, e não por acaso se consolidaram enquanto instrumento importante para a mobilização de grandes contingentes humanos para as forças militares (*Ibid.*, p. 28-29). O caráter agregador do “beber junto”, que suspende distinções, é também manejado para fins de controle social. Festejos e bebidas pré-batalhas foram adotadas como estímulo para os soldados nas guerras – a expressão “coragem holandesa” é um dos resquícios do hábito –, e mesmo na história do Brasil, a relação com a cachaça abre espaço para que a bebida seja endossada, desde os tempos coloniais, enquanto estímulo ao trabalho braçal. Entretanto, a fronteira tênue entre motivação e subversão também era conhecida de chefes e empregadores. Por isso, as casas públicas, tavernas e botequins passam a atrair cada vez mais a atenção do capital, mobilizando Estado e recursos a fim de garantir um limite “seguro” para a manutenção de uma força de trabalho motivada e obediente.

O saber médico desde meados do século XIX já associava alcoolismo com degeneração social, direcionando a mira do problema para as classes populares, seu modo de vida e seus costumes. A noção de hereditariedade no desenvolvimento de doenças e vícios ganhou mais palco do que a responsabilização de autoridades e gestores públicos pelas condições de vida dessas populações. Individualizando a recorrência e a dependência da bebida, tornando-a parte de uma fraqueza condicionante e pessoal, o Estado não apenas se esquivava da discussão sobre condições de trabalho e dos conflitos envolvendo a transição de trabalhadores rurais para as cidades, como também enquadrava no âmbito das situações passíveis de intervenção estatal direta sobre a autonomia dos corpos, um dos costumes culturais mais arraigados às massas trabalhadoras, o qual facilmente (e frequentemente) escapava ao controle de uma sociedade voltada para a lógica laboral.<sup>135</sup> (CARNEIRO, 2005; 2010, p. 190; SANTOS e VERANI, 2010).

---

<sup>135</sup> “A sociedade consolidava uma tradição de uso das bebidas que formalizava e ritualizava uma busca de prazer localizada no limite das imposições ditadas pela normalidade burguesa. Porém, seus vínculos históricos com costumes pré-capitalistas estavam mantidos, e era por isso que esta tradição deveria ser definitivamente controlada e submetida à lógica do trabalho capitalista e, principalmente, afastada das classes trabalhadoras.” (SANTOS e VERANI, 2010, p. 413)

O caso de Odorico traz à tona inúmeras relações com esse processo em curso na história do Brasil. A inimizade deste com Silvino era fato conhecido por muitos dos frequentadores dos bares, cafés, restaurantes e confeitarias do centro da cidade. As discussões e provocações que antecederam o conflito do dia 14 de maio de 1932 foram testemunhadas por muitos destes que então assistiram o desfecho final no Café nacional. A embriaguez de Odorico, acumulada por inúmeros tragos ao longo da tarde de sábado, foi também testemunhada por proprietários de restaurantes das imediações, como o restaurante A Bohemia e a Confeitaria Gaspar – cujo proprietário inclusive declara que advertira o funcionário para não servir mais a Odorico, devido ao alto grau de intoxicação deste.

À parte todos esses fatores, o inquérito revelou relatos muito semelhantes acerca da sequência de atos que culminou com a prisão de Odorico. Após um conflito inicial com a vítima na esquina do Café, em que outros companheiros intervieram, Odorico é acompanhado por dois companheiros – por encontrar-se em dificuldades de locomoção – até o Clube Diamantinos, onde trabalhava. Testemunhas relatam que Odorico, trôpego, ainda teria caído nas escadarias do local. Cerca de meia hora depois da primeira discussão, Silvino ainda se encontrava na esquina do Café Nacional, conversando com um grupo de homens – os quais viriam a testemunhar o ocorrido. Minutos antes do retorno de Odorico, Silvino se gabava para seus interlocutores, mencionando as ameaças proferidas por seu desafeto durante a recém apartada desavença. Após algumas risadas, teria dito: “é o bamba do Castilho que quer me matar”.

Ao perceber o retorno de Odorico, agora de revólver em punho, o grupo se dispersa. A testemunha Álvaro Carvalho e a vítima Silvino refugiam-se no interior do Café Nacional, o qual se encontrava cheio. O gerente do café, José Paiva Filho, conta que Silvino, dirigindo-se rapidamente ao balcão, pede uma arma; o gerente, sem entender, mal tem tempo de articular resposta, pois Odorico entra em seguida, agarra Silvino com uma mão e com a outra dispara o revólver, atingindo seu adversário na região esquerda do tórax. As testemunhas contam que Odorico, então, segue disparando o revólver a esmo, por sorte não ferindo ninguém. Ao notar que a arma descarregara, Odorico teria dito “ainda com ar de rizo”: “matei porque quis”; ao ser revistado e receber voz de prisão da testemunha Heleodoro Oliveira, acrescentou: “arma eu não tenho mais, mas tenho no bolso estas seis balas e tenho pena de não poder carregar de novo o revólver para desfechar de novo contra Silvino.”<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> Processo nº 314, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, 1932, folhas 39-40, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Ao compor no processo-crime os elementos característicos para enquadrar o caso de Odorico em uma dirimente por privação dos sentidos (Art. 27 §4º da *Consolidação das Leis Penaes*), a defesa enfatiza as contribuições das testemunhas que relataram não apenas a embriaguez crescente do réu ao longo do dia, como também a postura alucinada e o desvario em que o mesmo se encontrava após cometer o crime. Apesar das reiteradas narrativas, o juiz da comarca julga a denúncia procedente com base em dois depoimentos que duvidam da alegada embriaguez, ao que se segue recurso da pronúncia pelo advogado de defesa de Odorico. Este argumenta pela consideração da imensa maioria dos depoimentos, retomando algumas das situações atípicas no comportamento de Odorico – e, em última instância, no comportamento de qualquer ser humano consciente de seus atos – após o crime:

Ao ser preso, no lugar em que, indiferente, se mantinha, como se não medisse a grave estensão do seu gésto, como que acordando de um tragico pesadêlo, pergunta, entre surpreso e inconsciente: "Para onde vou?"  
Rindo e chorando, proferindo palavras desconexas, ininteligíveis, cambaleando, amparado pelos seus condutores, ségue para o Posto, fazendo géstos incompreensíveis, limpando as mãos ao capôte do guarda.  
Lá chegado, rindo e chorando, inteiramente transfigurado, grita, excitado, em altas vóses: - "Matei a todos".<sup>137</sup>

A promotoria argumenta que Odorico não se enquadraria na dirimente em questão, pois estaria com plena consciência de seus atos no momento do crime, conforme testemunha José Paiva Filho, gerente do Café Nacional. Outro indício da embriaguez “incompleta” do réu é apontado pela acusação no fato de que o mesmo, após sair da Confeitaria Gaspar – cujo proprietário atestara sua embriaguez –, teria permanecido cerca de uma hora no interior do restaurante A Bohemia, onde alegou ter ido jantar. Considerando que o crime ocorre após a refeição e significativo intervalo de tempo, com o adendo de que o réu teria “corrido” no encalço da vítima – e, segundo a promotoria, “quem está completamente embriagado, não corre” –, o promotor, após o recurso de Odorico, se dirige ao Colendo Superior Tribunal requerendo que este mantenha a pronúncia. O Superior Tribunal então recomenda a substituição do julgamento por uma diligência, que um perito fizesse uma avaliação psiquiátrica do acusado, a fim de atestar se este se encontrava ou não privado dos sentidos no momento do crime.

Nessa altura do processo, já março de 1933, Odorico encontrava-se recolhido no 3º Posto Policial da cidade e diversos médicos atestam seu estatuto de enfermo. Estava debilitado e encontrava-se em tratamento para uma aortite – os atestados não especificam se em decorrência da sífilis ou não, mas a doença é confirmada no laudo do perito –, o que faz com

---

<sup>137</sup> Processo número 314, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), ano 1932, fls. 225.

que a avaliação seja realizada em Pelotas e não no manicômio judiciário em Porto Alegre<sup>138</sup>, conforme recomendado pelo Superior Tribunal. O médico designado para a avaliação, Dr. Flavio de Souza, pede que Odorico seja internado por 60 dias no Sanatorio Henrique Roxo, onde atua, para que possa proceder a todos os exames que a avaliação requer. Dois meses depois, em julho de 1933, o perito atesta, após avaliar física e psiquiatricamente Odorico, que este não estava em seu perfeito juízo no momento do crime, portanto aquiescendo ao recurso da defesa e recomendando a imediata soltura do mesmo, visto estar curado de suas enfermidades.

O documento, com 23 páginas, discorre sobre o histórico do réu, exames somáticos, biotipológicos e mentais, no qual o perito não deixa de argumentar a favor das avaliações médicas para todos os réus, em um verdadeiro tratado sobre os benefícios da medicina para o sistema penal. Nessa linha, estabelece distinções sobre os tipos de embriaguez por ele consideradas na avaliação, citando diversos autores europeus e estatísticas sobre a proporção do total de atendimentos prestados por instituições públicas – como prisões, sistema judiciário e hospitais – os quais seriam derivados do consumo de álcool.

Dentro do alcoolismo agudo, devemos compreender duas formas: 1ª. forma comum da embriaguês; 2ª. formas anormais da embriaguês, também chamadas anomalias ou patológicas. Nas formas comuns costume, de acordo com as ideias modernas sobre o assunto, admitir três fases: excitação, depressão e coma. [...] Nas formas anormais de embriaguês, consideramos três modalidades, a saber: embriaguês maníaca [...], a embriaguês convulsiva [... e] a embriaguês delirante.<sup>139</sup>

O perito, que enquadra o tipo de embriaguez de que foi acometido Odorico como a forma anômala (ou patológica) maníaca<sup>140</sup>, explica a característica da apresentação da mesma:

<sup>138</sup> Destacam-se as dificuldades da viagem que atualmente pode ser feita confortavelmente de carro ou ônibus, mas que, à época, deveria se realizar por vias fluviais, o que certamente seria extenuante para alguém com complexidades cardio-respiratórias.

<sup>139</sup> Laudo do perito Dr. Flavio de Souza. Processo número 314, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), ano 1932, fls. 280.

<sup>140</sup> “Em relação ao paciente, depois de feito o seu estudo bio-tipológico, em que foram demonstradas certas anormalidades, sobretudo sob o ponto de vista bio-fisiológico, devo mencionar um fato que tive acidentalmente a ocasião de verificar, e que bastante importância tem para o caso e que passo a narrar: no dia da vitória da Revolução, o paciente esteve na Confeitaria Gaspar bebendo á saúde da Revolução, a convite de seu irmão Julio, e tomou varias misturas alcoolicas: champagne com aguardente de cana; e mais ou menos ás 18 horas, 6 da tarde, passava eu na esquina da Rua General Neto com Vitorino, e vi um aglomeramento de pessoas numa porta na Rua Vitorino, debaixo do Club Comercial. Havia um homem, que reconheci ser o paciente que examino, de machado em punho, cercado de curiosos, arrombando a porta com grandes golpes, sabendo eu depois que se tratava da porta do escritorio de um seu irmão Lucio, que ele queria matar, apesar de muito amigos, porque o seu irmão divergia unicamente do seu modo de pensar, sob o ponto de vista politico. Lembro-me que nesta ocasião, adverti um amigo que as autoridades locais deveriam tomar serias providencias em relação ao caso, pois aquelle homem era possuido de uma forma anomala de embriaguês, bastante perigosa.” (*Ibid.*, fls. 283.) Quer o perito tenha inserido essa “advertência” sábia às autoridades obedecendo a um projeto pessoal de divulgação das propriedades benéficas da

O bebedor, após copiosas libações, é tomado, sem causa apreciável ou sob a influencia de uma provocação, de um acesso de raiva furiosa, quebra muitas vezes o que encontra por diante, e póde mesmo chegar ao homicidio. A obnubilação intelectual muito acusada mostra que, apesar das apparencias "a actividade psiquica nao toma senão uma parte muito restrita no desenrolar do drama".<sup>141</sup>

Alguns juristas tendiam a somente cogitar a dirimente em questão no caso de embriaguez completa e, nesse caso, definir esse estado enquanto o último estágio do tipo comum considerado pelo perito. No entanto, em seu laudo, este último argumenta que mesmo na fase inicial da embriaguez anômala, o indivíduo pode atingir tamanho grau de perturbação da inteligência que, quanto à sua imputabilidade, o ébrio se assemelharia ao louco. A reminiscência dos atos foi um aspecto bastante explorado pela acusação, usando como argumento o fato de que o réu se lembrava do que havia feito após algumas horas da ocorrência, quando se encontrava, provavelmente, já na fase de depressão – o que foi atestado pelo médico e político Victor Russomano, que visitara o réu na cadeia e atestara seu estado de embriaguez. No laudo do perito Flavio de Souza, porém, a perda da memória foi desqualificada enquanto definidora da embriaguez completa, podendo ocorrer, segundo esse médico, uma completa perturbação dos sentidos no momento dos atos sem que isso implique na inconsciência posterior.

O caso de Mário Cunha – condenado pelo assassinato de Guido Brylski, agressão que teve curso em 16/09/1933, conforme mencionamos no Capítulo 2 –, também é perpassado pela discussão em torno da consciência do acusado no momento de cometer o crime. No entanto, nesse caso, outros fatores influem na condenação do réu, como sua humilhação ao ser escorraçado do bar por um dos sócios após um conflito inicial e o fato de que resolve voltar, cerca de 10 horas depois, e aguardar o momento propício para sua vingança. Mesmo assim, sua pena é reduzida com base nas reflexões sobre o atordoamento gerado pelas fases posteriores ao momento da ingestão do álcool. Acusação e defesa chamam, respectivamente, inúmeras testemunhas para atestar a conduta da vítima e também pessoas que teriam visto o acusado embriagado ainda na manhã do desfecho trágico.<sup>142</sup> Isso fez parte da estratégia da defesa de apelar para que se considerasse a embriaguez como atenuante, o que, de fato, ocorre.

---

clínica médica criminológica para a atuação policial, ou a observação de fato tenha ocorrido conforme a narrativa, é significativo que o médico Flavio de Souza tenha julgado apropriado incluir esta reminiscência no laudo.

<sup>141</sup> *Ibid.*, fls. 281.

<sup>142</sup> Este processo passou por uma avaliação delicada a fim de definir se entraria na seleção “noturna”, uma vez que o crime aconteceu na manhã posterior. Optamos por considerar o conflito ocorrido por volta da 1 h da manhã como o início da desavença que culminou com o golpe de adaga algumas horas depois, no mesmo local.

O novo júri decide pelo atenuante da embriaguez incompleta, reduzindo a pena para o grau mínimo, 6 anos de prisão. Mário recebe o indulto da pena após cumprir metade do tempo e é posto em liberdade em 1937. Na decisão, o juiz destaca a ressaca como parte do efeito nebuloso da bebida, conforme o transcrito abaixo:

No bar da victima onde estivera, demonstrara o reo achar-se muitissimo embriagado.

Dali fora expulso violentamente, recebendo bordoadas da victima e dos amigos que a esta auxiliavam.

No dia seguinte, atordoado ainda, nessa situação a que o vulgo qualifica com propriedade de “ressaca”, em que a inteligencia do ebrio se acha ainda obnubilada pelos vapores do alcool não de todos dissipados, e em que seus passos não são seguros e as suas attitudes são vacilantes, incertas, foi que o reo, procurando entender-se com a victima, em seu bar, praticou o crime.

O estado de espirito do reo e a falta de resistencia de sua vontade, junto à inexistencia de circunstancias aggravantes, permittem, sem offensa da justiça, que se faça a redução da pena nos termos e pelos motivos supra mencionados.<sup>143</sup>

Para Carneiro (2010, p. 71), o direito penal da atualidade “considera que há diversos tipos de embriaguez, a patológica pode equivaler a loucura e tornar o réu até mesmo inimputável.” É portanto sintomático encontrar, entre nossos casos analisados, exemplos de discussões bastante sofisticadas sobre o tema, envolvendo a confiança do Superior Tribunal no parecer de um médico especialista no assunto, cujo “relatorio com abundancia de informações” era pautado “em fundamentos scientificos.” Ou seja, levando-se em conta a tendência à absolvição dos criminosos que agiam sob a influência do álcool, com bases que variavam entre a ausência de intenção e a legítima defesa, seria pertinente investigar – embora não no escopo desta pesquisa – o quanto e em quais instâncias o argumento científico sobre a embriaguez é levado em conta nas decisões de juízes, nos recursos e/ou no tribunal do júri.

Sobre a atuação da justiça nos crimes ocorridos em bares, vale a pena lembrar o caso de “Julião”, mencionado no Capítulo 2, que foi o autor do disparo acidental que acaba por vitimar fatalmente seu amigo, Pedro Souza. Com eles, no quiosque, bebiam e palestravam muitos operários da “Fabrica de Productos Chimicos”, situada naquele arrabalde, os quais atuam como testemunhas no processo. Julio Souza, o “Julião”, atendente e sócio do estabelecimento situado no Areal, entre provocações e brincadeiras com seu amigo Pedro “Canhoto”, alega que saiu com a arma para a rua na intenção de disparar para o alto, quando, sem saber como, a arma dispara e vem a atingir seu amigo na cabeça. A defesa de Julião pede que, a favor do réu, seja considerada a dirimente no Art. 27 §6º da *Consolidação das Leis*

---

<sup>143</sup> Processo número 1646, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1933, fl. 193, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

*Penaes*, a qual não joga criminoso aquele que cometer o crime “casualmente, no exercicio ou pratica de qualquer acto licito, feito com atençaõ ordinaria” (BRASIL, 1932). O juiz, entretanto, enquadra o procedimento de Julião no Art. 297 do mesmo código, o qual estabelece que:

aquelle que, por imprudencia, negligencia ou impericia na sua arte ou profissãõ, ou por inobservancia de alguma disposiçaõ regularmentar commetter, ou for causa involuntaria, directa ou indirectamente de um homicidio, será punido com prisãõ cellular por dous mezes a dous annos (BRASIL, 1932).

A pena de Julião é suspensa pelo período de dois anos, em consideração a seu comportamento exemplar e pelo réu ser primário. Mas resulta significativo que, dentre as obrigações impostas pelo juiz ao réu durante este período, está a de abster-se de bebidas alcoólicas. Apesar das inúmeras menções aos traguinhos de *fernet* e “caninhas” entre os depoimentos, testemunhas alegam que nem vítima nem acusado estavam embriagados no momento da ocorrência.<sup>144</sup> A postura conciliadora da justiça se destaca, oscilando “entre a força dos interesses morais e econômicos envolvidos e uma tradição costumeira de uso das bebidas, vinculada estritamente a uma sociabilidade essencialmente masculina e reforçada pelo princípio liberal da liberdade individual.” (SANTOS e VERANI, 2010, p. 410).

Resulta perceptível que as definições dos frequentadores dos quiosques e botequins acerca dos níveis de embriaguez abarcavam um espectro consideravelmente mais diluído do que as avaliações periciais utilizadas pela justiça. Contudo, ao longo da pesquisa com processos-crime, foi possível constatar que não apenas em meio aos policiais, como também entre delegados e juizes, havia certa complacência com o consumo de álcool que precedia a vasta maioria desses conflitos, mesmo quando este não era alegado pela defesa enquanto o motivo causador dos desfechos violentos. Lembremos o caso do bêbado Eudóxio e do agressor João Pinto Rodrigues, mencionado no Capítulo 2. O próprio delegado encarregado do caso, em seu relatório, censura a conduta do acusado João por não haver “tolerado as palavras de um ébrio” e ter-se “exasperado” ao esbofetear um sujeito “bastante alcoolizado”.<sup>145</sup> O advogado defensor da conduta de João, por sua vez, aproveita para usar a favor do acusado essa

---

<sup>144</sup> O caso em questão também aborda as dificuldades de acesso ao Areal, 2º distrito onde deu-se o fato. Conforme discorremos no Capítulo 1, não há registros de linhas de bondes para a região, o que certamente se explica devido aos inúmeros banhados, vias fluviais e terrenos arenosos da região. A estrada de rodagem existente recebia reclamações nos jornais devido aos buracos. Na repercussão do caso na imprensa, são narradas as dificuldades enfrentadas pelas testemunhas em avisar as autoridades e a assistência do ocorrido. O socorro consegue entregar a vítima aos cuidados do hospital apenas duas horas após o ferimento; não muito tempo depois, vem a falecer.

<sup>145</sup> Processo nº 1562, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1930, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

“transcrição oculta” (SCOTT, 1990; MONSMA, 2000) que consegue penetrar as fissuras do texto formal; em suma, o código informal acerca das condutas masculinas em brigas de bar estava, inegavelmente, presente também entre aqueles que deveriam fazer valer a lei. Conforme Maria Izilda Matos (2001, p. 70), “o alcoolismo era, às vezes, visto como uma circunstância agravante, mas a tendência era ser usado como atenuante, promovendo a clemência e, portanto, contribuindo para reduzir a sentença final.”

Ainda mais significativo é o fato de não havermos encontrado decisões de magistrados e/ou juristas que tenham considerado a embriaguez como agravante, embora esse não fosse nosso foco privilegiado de análise. Segundo Carneiro (2010, p. 71), “a agravante ocorre apenas no caso de embriaguez não acidental, voluntária e culposa ou no de ser preordenada.” No início deste capítulo, brincamos com essa possibilidade acerca do caso de Odorico, simulando a exploração dessa história por uma narrativa literária bem ao gosto da época, com tramas policiais e descrições sensacionalistas dos ferimentos. No entanto, a promotoria responsável pela acusação do assassino de Silvino Oliveira parece ter percebido a dificuldade de se provar uma “embriaguez preordenada”, ou seja, aquela em que o acusado busca, previamente, embriagar-se a fim de tomar coragem para o golpe (ou disparo) fatal, pois prefere investir na afirmação de uma embriaguez incompleta, ao invés. Tendo em vista essa estratégia, outra possibilidade de investigação seria a de observar, estatisticamente, as condenações e sentenças de determinado período relacionadas a crimes envolvendo a embriaguez em bares, no intuito de perceber flutuações na percepção da justiça sobre as circunstâncias dirimentes, atenuantes e agravantes envolvendo essas “reuniões amistosas” que acabavam em tragédia.

Dentre as infindas associações possíveis entre os arranjos de sociedades e grupos humanos com o consumo de bebidas alcoólicas ao longo da história, convém aqui reforçar que o sistema ritualístico formador da sociedade brasileira abraçou essas vias de fuga oferecidas pelo álcool – especialmente pela aguardente, usada inclusive como moeda de troca durante o tráfico de escravizados africanos (ALGRANTI, 2005, p. 88). Mas adotou também a válvula de escape oferecida por espaços-tempos liminares, como o bar, a festa e o carnaval, em um anseio desesperado por alguma forma de congraçamento, no cotidiano de uma sociedade profundamente desigual.

O consumo de tabaco e álcool, assim como das drogas legais e ilegais em geral, passou a ser objeto de uma forte intervenção reguladora estatal desde o início do século XX, que redundou em tratados internacionais, legislações específicas, aparatos policiais e numa consequente hipertrofia do preço e do lucro comercial. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se um imenso aparato de observação, intervenção e regulação dos hábitos cotidianos das populações. [...] O controle dos hábitos populares tornou-se objeto de corporações

policiais, teorias médicas, psicólogos industriais, administradores científicos. (CARNEIRO, 2005, p. 17)

Como desde o capítulo anterior, os jornais pelotenses, ainda na década de 1930, replicavam os artigos célebres advindos de outras capitais brasileiras, não raro recorrendo aos apelos de uma narrativa sensacionalista que explorava o drama da degeneração e da tragédia que assolava as famílias do adicto. Mas mesmo nas notas policiais, cujo texto é comparativamente mais “sóbrio”, ainda são recorrentes os recursos de linguagem que invocam a associação explícita entre o consumo de bebidas alcoólicas e os conflitos violentos nos bares.

As Bebedeiras

MOTIVAM DOIS SERIOS CONFLITOS

Dos quais saíram feridos gravemente 2 operarios, respetivamente

Na Rua Dr. Cassiano

Na tarde de domingo, pouco após ás 17 horas<sup>146</sup>, encontravam-se, como de costume, varios homens bebendo em um quiosque existente á rua Dr. Cassiano, 255, entre ás ruas 15 de Novembro e Anchieta, no qual se reúnem entre individuos da peor especie e alguns operarios, que ali vão "matar o bicho". Dentre os ultimos achavam se, no dia e hora acima referidos dois trabalhadores em cortumes.

Bebiam e palestravam sem dar conta do quanto estavam ingerindo, e, como não eram pessoas de muita "pinga", ligeiro ficaram "floreados". Da palestra passaram a discussão e desta a luta.

As personagens de quem nos estamos ocupando são Luiz Damasceno e Inacio Rodrigues.

Aquele por ser mais impulsivo, ou, talvez, por estar mais embriagado, utilizou se de sua adaga e vibrou, em seu companheiro de beberagem violento golpe, que lhe atingiu a região pubiana.

Levado o ferido para a Santa Casa, ali foi atendido pelo dr. João Xavier, sendo após recolhido em estado grave á Enfermaria Pimenta.

No Café Caneca<sup>147</sup>

Nesse popular Café, sito a rua Conde de Porto Alegre, defronte ao Trapiche S. Francisco, também, motivado por bebedeira, verificou se grave conflito, do qual saiu, seriamente ferido, um tripulante do navio argentino "Sud", atracado no cais da S. A. Moinhos Rio Grandenses.

Conta-se que á 1,30 da madrugada de ontem, libavam entre outros, no local acima, Santiago Nikpolli, o embarcadiço e Fuão Xavier, estivador. O primeiro como bom "irmão" era o pagador e era capaz de brigar para que ninguém quizesse pagar. E assim prosseguiu a grande bebedeira até que um conflito entre os dois homens citados veio por termo a farra.

Nikpolli se desconfiou com Xavier, discutiram as suas forças e este lançando mão de uma pequena faca atirou uma punhalada em seu novel desafeto, alcançando a bexiga.

<sup>146</sup> No processo-crime, o horário da ocorrência é apontado como 18h; por isso, fez parte de nossa seleção de casos noturnos. Processo número 1622, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), 1937.

<sup>147</sup> Caso ausente entre os processos-crime da Comarca de Pelotas disponíveis no APERS e pertencentes ao nosso recorte – ocorrência noturna na década de 1930 em bares pelotenses.

Santiago foi levado para a Santa Casa na "Viuva" e, ontem mesmo, foi paciente de uma cirurgia, a cargo dos drs. João e Darci e Paulo Osorio. Seu estado é grave e foi recolhido a Enfermaria "Dr. Ariano de Carvalho". O sr. Carlos G. Giacoboni, digno vice-consul da Republica Argentina, nesta cidade, assim que teve conhecimento do conflito tomou as devidas providencias, pois Santiago Nikpolli é cidadão argentino. Xavier, após o atentado, fugou, não tendo sido possível, ainda, ser efetuada sua captura. As autoridades maritimas e policiais tomaram conhecimento desses dois lamentaveis fatos e efetuaram as devidas diligencias. (AS BEBEDEIRAS..., DP, 27/07/1937, Contracapa)

O caso de Luiz Damasceno e Ignacio Rodrigues, apesar de repercutir na imprensa com texto alinhado ao discurso do argumento antialcoólico, ultrapassa a mera categoria da embriaguez. No momento da contenda, ocorrida em quiosque localizado na Rua Dr. Cassiano, o estabelecimento estava repleto de soldados. Somente esse fator já seria emblemático de uma categoria profissional historicamente atrelada às classes populares e seus dilemas cotidianos (BRETAS e ROSEMBERG, 2013; MAUCH, 2017), mas o jornal ainda divulga a nota da ocorrência enfatizando que os frequentadores do quiosque constituem sujeitos "da pior espécie". Lembrando que, apesar da proximidade da Dr. Cassiano com as artérias principais da cidade, qualquer estabelecimento situado nessa rua parecia receber o mesmo tipo de tratamento pelos periódicos. A aparente incongruência entre o estigma de uma sociabilidade indesejável e a autoridade emanada de determinada categoria profissional é apenas ilusória, pois vimos que a proximidade entre os agentes do poder repressor e os hábitos os quais eles mesmos eram convocados a coibir era tão recorrente quanto problemática.

Outro aspecto notório também presente nesse caso é a importância do proprietário do local ao longo do processo. José "Carreteiro", como tantos outros portugueses residentes no Brasil, era o dono da referida taberna. No início dos inquéritos policiais concernentes ao caso, é evidente o caráter basilar atribuído ao depoimento de José; ele não apenas constitui o relato mais claramente fundamentado, como passa a servir de base para as inquirições das demais testemunhas. No entanto, as acusações de José quanto à suposta atuação de uma das testemunhas enquanto cúmplice da agressão corporal infligida a Inácio, por não recorrer em outros depoimentos, acaba por ser desconsiderada.

Essa testemunha "suspeita", Nicolau Oliveira, músico militar, admite manter uma relação de mancebia com uma irmã do acusado, e é apontado por outras testemunhas como o responsável pelo desarmamento do réu, após constatado o ferimento em Inácio; também ele é quem escolta o acusado até o policial que se encontrava nas proximidades. O fato de que o réu não é apresentado na delegacia gera suspeitas no início do processo, mas acaba por se perder

no arrastar das diligências, atrasadas por inúmeras dificuldades em saber o paradeiro não somente do réu, como também de Nicolau e outras testemunhas citadas e intimadas.

Conforme observamos no capítulo 2, na segunda-feira após o conflito – dia da semana em que o Diário não era veiculado –, o vespertino *A Opinião Pública* publicou reportagem de capa sobre o ocorrido no quiosque, na qual Nicolau figurava como o grande causador do conflito. Ademais, o texto insinua o ressentimento do mesmo com um dos sócios do local, que teria recusado um empréstimo ao “brigadiano”. Não temos como verificar as hipóteses lançadas pelo *Opinião*, mas a partir dos indícios, resulta extremamente significativo que nem o *Diário Popular* – que publicou sua nota sobre o caso no dia seguinte – e nem a promotoria pública tenham perseguido as suspeitas sobre a responsabilidade de Nicolau na contenda.

Ao longo de suas mais de 120 laudas, é possível perceber que o processo de Luiz Damasceno possui um ritmo parcimonioso, característico das esquivas das classes populares com relação à justiça. Após a entrada em cena de um advogado de defesa, são chamadas novas testemunhas que atestam a boa conduta do réu e seu caráter “morigerado” e “trabalhador”. A morte de Inácio, ocorrida apenas oito dias após sua internação hospitalar devido ao ferimento recebido no quiosque, é atribuída a uma pneumonia, o que faz com que a denúncia pelo homicídio seja desqualificada. Quanto à acusação do crime de lesão corporal, Luiz é absolvido por tratar-se de legítima defesa. No entendimento do juiz, a suposta ofensa verbal proferida por Inácio – o mesmo teria chamado Luiz de “bobo”, ao que este teria respondido “bobo és tu!”, antes de desfechar-lhe uma bofetada seguida de um “planchasso” na cadeira que Ignacio teria segurado à frente de si –, acrescida de um movimento que poderia significar a defesa própria, mas foi interpretado como uma ameaça de armar-se, constituem elementos suficientes para justificar um ataque com adaga.

Essa interpretação encontrava eco em inúmeros juízes e júris. Era frequente, no argumento de legítima defesa, o acusado recorrer a uma suposta ofensa verbal proferida pela vítima ou ainda à menção de algum movimento suspeito em direção à cintura; ambos os casos serviam de justificativa para a agressão corporal. Não raro, a ausência de apreensão de armas com a vítima não chega a operar diferença alguma nessa interpretação, o que nos conduziu a observar não apenas o papel da honra masculina nessas estratégias de defesa, como também um modelo bastante arraigado de conduta viril nos conflitos ocorridos nesses espaços. Trataremos dessas questões no subcapítulo a seguir.

## 4.2 *In vino “virilitas”*

Após discorrermos sobre as implicações da ingestão de bebidas alcoólicas na sociabilidade dos bares e para a eclosão de conflitos, em grande medida favorecidos pela desinibição decorrente da embriaguez, chegou a vez de conferirmos atenção a outro elemento “revelado” nestes ambientes, entre um gole e outro. A expressão latina *in vino veritas*, a qual aparece nos escritos de Plínio, o Velho, tornou-se um provérbio conhecido da antiguidade clássica e é traduzida por “no vinho está a verdade”. Refere-se à ideia de que, com a diminuição do uso da razão causada pela embriaguez, o indivíduo desvelaria suas verdades ocultas (CARNEIRO, 2010). Na sociabilidade noturna dos botequins aqui investigados, são quase palpáveis os contornos de uma série de códigos informais de conduta, cuja performance individual está constantemente sob escrutínio dos demais. Nesse sentido, nosso jogo verbal na frase que intitula esta seção insinua a proximidade da dinâmica dos bares com outro elemento sob escrutínio nesses espaços: a virilidade.

Predominantemente masculina, esta comunidade, contudo, “seleciona” seus participantes, ou seja: o pertencimento a esse convívio de camaradagem entre homens não está garantido pelo fato desses estabelecimentos serem abertos ao público, não cobrarem ingresso ou qualquer outra forma de “passe”. A virilidade e a reputação do sujeito são avaliadas pela sua aparência, suas vestimentas, seu gestual, modo de falar e vocabulário (GOFFMAN, 1985, p. 220), como em qualquer outro local público, mas somente isso não basta. O frequentador deve saber como se inserir em um grupo ainda desconhecido, quando e de que forma ofertar e/ou aceitar uma oferta de bebida, com qual tom de voz comunicar-se com os demais, como (e o que) beber e quando brigar, porque é certo que em algum momento – se não em vários – terá de fazê-lo.

A virilidade enquanto virtude, derivada da *virilitas* romana, constitui um ideal de força física e moral, potência sexual e dominação. O termo *virilitas*, para os romanos, significava tanto a idade do homem quanto os órgãos masculinos, ao passo que o *vir* servia para designar o “meu homem”, coligando relação e atividade sexual. O *vir* enquanto homem concluído se opunha não apenas ao gênero feminino, como também ao *puer*, o jovem que ainda não tivera sua primeira experiência sexual com uma mulher. O próprio *virilis* era usado um sentido de “dimensões imponentes dos órgãos sexuais masculinos”. (THUILLIER, 2013, pp. 73-78)

A virilidade enquanto modelo para os rituais e construções sociais do “ser homem” manteve muitas destas referências já presentes na Antiguidade durante demais contextos históricos, mas as transformações nas técnicas, culturas e ordenamentos sociais foram

rearranjando suas configurações. A complexidade social crescente, as repressões ou liberações de desejos, a proximidade física, a diversidade de papéis; todos esses aspectos foram modificando as formas dessas virilidades e suas expressões ao longo das épocas.

Da mesma forma que as sociedades, as virilidades também passam por períodos de inquietações; e é justamente nesses períodos que os sujeitos, confrontados com mudanças infra e supraestruturais, manifestam a sobrevivência do “tradicional” frente ao “novo”, muitas vezes de maneira enfática. Diante de noções burguesas que difundiam a privatização das emoções, das bebedeiras e das violências, ao passo que pregavam uma vida social de polidez e autocontrole, a honra masculina popular resiste com os hábitos remanescentes de uma virilidade ligada ao ambiente rural, ao falar alto, ao jogo e à briga. “As brigas, as rixas, os enfrentamentos sangrentos, mesmo as linhas de batalhas são numerosas, e acertam-se as contas a socos, golpes de bastão e golpes de faca.” (KALIFA, 2013, p. 321).

Isso se expressa também na tendência a que as brigas resultantes em ferimentos leves não fossem reportadas à justiça – e, muitas vezes, sequer à polícia – o que se deduz pelas disparidades entre registros de entrada em hospitais e notas da imprensa em relação ao número de processos-crime do mesmo período. Segundo Arlette Farge (2013, p. 501), nos meios populares, a virilidade violenta não é um código seguido à qualquer preço, e sim, uma “maneira ordinária de viver a masculinidade, fortemente incrustada”. A autora ressalta que a violência extrema é fator consubstancial às condições de vida populares, nas ruas, trabalho, lares, prisões e hospitais (FARGE, 2013, p. 515). Dominique Kalifa (2013) também destaca o papel da vivência em contextos de insegurança e sofrimento social nas formulações de práticas violentas das classes populares e reitera que muitos dos signos de uma “virilidade criminosa” são, na verdade, elementos presentes nas atitudes populares tradicionais.

Elas florescem em situações de rejeição, de desemprego, de não direito ou do sentimento de não direito. Com isso, os homens encontram na afirmação de uma virilidade agressiva um instrumento de defesa coletiva. Que tais comportamentos persistam nas margens mais vulneráveis das categorias populares, vítimas da desqualificação de classe, de “raça”, de posição e, particularmente sujeitas ao risco delinquente, permanece compreensível. (KALIFA, 2013, p. 331)

Conforme discutimos nos capítulos 1 e 2, o contexto pelotense enfocado nesta análise carrega consigo não apenas as tensões provenientes de uma urbanização em curso, efeitos de uma crise econômica mundial, transformações na política nacional, êxodo rural acentuado e conflitos interétnicos, como também traz à tona condutas-modelo das interações masculinas, as quais são permeadas por um imaginário ligado ao contexto platino de disputas territoriais constantes e ao embrutecimento herdado de uma economia pautada pelo abate e

comercialização da carne de animais (LEAL, 1989; REMEDI, 2011; THOMPSON FLORES, 2012; THOMPSON FLORES e AREND, 2017), o que Barrán (1992) chamou de “sensibilidad barbara”. A peculiaridade regional agregada por todos esses fatores em jogo nas situações de sociabilidade masculina aqui investigadas confere uma tônica específica às formas de expressão e verificação da honorabilidade perante os pares.

Não é à toa que as performances ligadas a essas demonstrações de honra viril geralmente ocorrem com o máximo possível de testemunhas, ou seja, situações ideais para “limpar” injúrias ou mesmo responder apropriadamente a uma ofensa com o aval de outros homens. No caso de Odorico, conforme mencionamos, foi possível identificar, segundo o testemunho de vários homens presentes no momento do desfecho violento, que a inimizade entre o réu e Silvino obedeceu a uma escalada de tensões que julgamos poder ter existido muito mais frequentemente do que os vestígios presentes nas fontes deixam presumir. Os encontros nos cafés, bares e esquinas da zona central da cidade, as provocações, insultos e chamados de Silvino ao embate corpo a corpo, os comentários feitos por ele aos demais homens pertencentes a estes circuitos – “moça”, “não briga com ninguém” –, são efeitos cumulativos que exigiam uma resposta de Odorico, posto que suas esquivas não o livrariam do confronto *ad infinitum*.

A réplica a uma injúria deve ser imediata. Pelas palavras e, se elas não ocorrerem, ou não bastarem, pelos punhos, por menores que sejam as chances de vencer. Com muito mais razão se reage a uma bofetada ou a qualquer outra agressão física. Aqui a vitória conta menos do que a aceitação ao combate, prova de resistência aos golpes e à dor. (PIGENET, 2013, p. 291).

Os signos da virilidade – resistência, força, coragem – estão sujeitos a verificações constantes nestes espaços, afinal, a masculinidade “válida” não é apenas atestada pelos órgãos sexuais, pela heterossexualidade ou pelo saber beber, é preciso também que o homem seja capaz de responder adequadamente a qualquer ameaça, mesmo que alegórica, à sua respeitabilidade. Ainda que a conduta de Silvino tampouco seja a ideal, uma vez que o indivíduo exibicionista e fanfarrão poderia gerar dúvidas sobre tamanha necessidade de se autoafirmar, as fugas de Odorico às provocações o punham em uma posição de indivíduo covarde, aquele que sequer se dispõe a enfrentar alguns golpes físicos pelo bem de sua integridade simbólica.

Esses preceitos, ainda que compoem um código informal de conduta, são significativamente manejados pelo advogado de defesa de Odorico ao argumentar pela condição de completa perturbação de sentidos do seu cliente no momento de desfechar tiros contra Silvino, em pleno Café Nacional.

Odorico Castillo, no consenso unanime de quantos, conhecendo-o, depuseram no processo, é um homem humilde, lhano, timido, até covarde.

Isto não é fantasia. Isto está reiteradamente afirmado por muitas testemunhas que nos revelam as múltiplas esquivanças, as retrações na fuga de Castillo, diante dos vários e crescentes desafios provocadores e acintosos da vítima.

Tal era a pusilanimidade do denunciado, que, ante as provocações de Silvino, muitas vezes dele fugia, entrando, bruscamente, covardemente, por casas estranhas e estando, até, no propósito de abandonar a cidade.

Em traços fiéis, este é o retrato psicológico do réo, em seu estado normal. Fraco, tímido, esquivo, irritantemente covarde.

Na noite do fato, porém, como se houve Odorico?

Na mais berrante antítese, com seus atos normais pregressos, deixando de ser “a moça”, a pessoa que “não brigava com ninguém”, como entre chufas, dizia a vítima desabusada, Odorico Castillo, na noite de 14 de maio, subitamente se revestiu de uma coragem, de uma agressividade, de uma violência, que, a um simples gesto de Silvino, persegue-o até ao interior de um “Café”, regorgitante e, ao ser por este agarrado pelo pescoço – vide depoimento de Alvaro Carvalho na fase pública – desfêre-lhe, de chofre, 6 tiros de revólver, aturdido, colérico, brutal, inconsciente!!<sup>148</sup>

Segundo Mário Souto Maior (1920-2001), pesquisador do folclore nordestino, só é homem quem já se meteu em briga, pegou doença venérea e bebe cachaça sem fazer careta (SOUTO MAIOR, 1970/71 apud BARBOSA, 2014, p. 39). Impressiona como as performances viris populares ligadas ao consumo da cachaça no Brasil acabam por conectar regiões e culturas distantes em alguns uníssonos capazes de aproximar os brasileiros pobres, atravessados por precariedades e batalhas cotidianas que em grande medida se davam na sociabilidade de bares e armazéns, espalhados por milhares de bairros e cidades do interior do país em meados do século XX.

O próprio sentido de pertencimento carregado pelo indivíduo capaz de performar a conduta esperada nesses espaços não deve ser menosprezado (ROSA, 2003, p. 103). O sujeito respaldado pelos companheiros da cultura de bar – sejam suas condutas posteriormente consideradas justificadas ou não, nos processos-crime e notas da imprensa –, tem a consciência de haver desempenhado uma performance masculina satisfatória perante seus pares, por mais que esteja aquém do esperado em quesitos outros ou sob outros olhares da época. Mesmo no *Alvorada*, que não tratava de casos policiais, o Dr. Pescadinha divertia-se às custas da observação dessas performances viris em grupo ao mesmo tempo em que condenava tais hábitos: "pesquei certo mocinho todo metido a bamba, só porque estava engrupado desafiar um seu rival. Ora, não amole seu F., você não dá para a saída quanto mais para a chegada." (PESQUEI, AA, 13/1/1935)

---

<sup>148</sup> Processo nº 314, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, ano 1932, fls. 224. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Por meio das análises dos processos e das repercussões desses crimes nos jornais, é possível afirmar que, em meio a configurações tão heterogêneas, por entre cafés, restaurantes, armazéns e quiosques, nem sempre havia uma lógica ou um entendimento único sobre o proceder dos conflitos. Tão variáveis quanto as denominações dos espaços, os grupos que os frequentavam mobilizavam diferentes recortes de um *fair fight*. Nas camadas da sociedade já marcadas pela lógica burguesa da polidez, havia uma tendência que “associada à vontade de conter a violência nos limites aceitáveis, conduz, no entanto, a uma codificação cada vez mais estrita das ofensas suscetíveis de provocar um combate.” (GUILLET, 2013, p. 132).

O anúncio do embate parece ser uma regra válida para todos, sendo o ataque surpresa – principalmente se armado – encarado como uma grande covardia, como demonstrou o caso de Napoleão e Albino no Café Gloria. Por outro lado, o anúncio do embate seguido de recusa ou não comparecimento também é mal visto, e inclusive pode gerar uma mobilização do grupo em prol da luta, como foi o caso da briga entre Jayme Wetzel e o soldado Rufino Machado, arranjada por amigos de forma a ocorrer no mictório do Café João Pessoa. Uma vez que os comentários e provocações de ambos os lados já haviam atingido um ponto crítico desde os estranhamentos em um baile dois meses antes, o conflito violento era visto como inevitável, a despeito dos desvios de Rufino.

Ao contrário de Spierenburg (1998, p. 149), não podemos afirmar que o envolvimento de um grupo de homens no entorno dos contendores garantisse uma postura de desencorajamento às agressões corporais. É significativo que, em nosso recorte, encontremos tanto aqueles companheiros que tentam apartar os desentendidos e evitar o confronto físico – como vimos no caso da discussão inicial entre Odorico e Silvino –, quanto aqueles que buscam garantir que a luta aconteça – como foi o caso de Jayme e Rufino. Resulta enquanto hipótese a ser desenvolvida em estudos posteriores a possível influência da faixa etária dos grupos nessas decisões, pois, além da quantidade de álcool consumida, a disposição para a resolução violenta parece ser maior entre os homens mais jovens – significativamente, em idade “militar”.

Sob epítetos de “bambas” de cá e de lá, os jornais procuravam descreditar uma conduta masculina ébria e agressiva, não mais condizente com as aspirações da cidade produtiva, laboriosa e ordenada. É significativo que as brigas com mais envolvidos não fossem tão levadas a sério pela justiça, caindo no amplo rol das desordens, as quais rendiam, por outro lado, frequentes autuações policiais e detenções de até 24hs, como vimos a partir da pesquisa de Gouvêia (2015) sobre o contexto pelotense imediatamente anterior ao focado aqui.

Assim, desordens e acertos de contas raramente eram tratados como reparações a ofensas, ou uma defesa da própria honorabilidade; mas sim, enquanto um subproduto do

alcoolismo. Essas cenas “miúdas” eram encaradas ora como o ridículo das preocupações dos subalternos, ora como signos da cidade noturna moderna, violenta e perigosa; variações que dependiam em grande medida da letalidade e do local da ocorrência. No *Alvorada*, algumas dessas performances viris eram questionadas por meio da ironia e do humor, no intuito de ridicularizar alguns comportamentos incompatíveis com a cruzada moral e educativa empreendida pelo jornal no período.<sup>149</sup> Vejamos os artifícios do Dr. Pescadinha para expor os “valentões”:

pesquei quinta-feira, num baile, na rua Riachuelo, os valentes jovens Luiz, Antonio e Nicanor, estarem toda a hora balaqueando que matavam e esfolavam, nisto chega a Brigada e o Luiz ganhou em baixo da cama, o Nicanor tirou um santinho do bolso e começou a chorar, dizendo que nunca tinha sido preso, que ia passar por essa vergonha e o Antonio vendo o seu companheiro se "derreter" fez o mesmo, mas os brigadas eram camaradas, vendo elles estarem virando sorvete mandou-os embora, direito ás casas. É isso mocinhos, voceis julgam que é como fazem na Villa Canella, cantando (berrando) toda a noite, sem deixar ninguém dormir, isso serve de exemplo, pois são da **trinca da branquinha**, talvez julgam que a cana do Babá é agua. (DR. PESCADINHA, Pesquei, AA, 18/09/1932, p. 4, grifo nosso)

Os homens das classes populares pelotenses viam-se, no despontar da década de 1930, imersos em uma conjuntura de crise econômica e incertezas políticas. Ao mesmo tempo, estavam inseridos em uma vida noturna encurralada entre posturas viris assertivas ligadas a trabalhos rudes e um mundanismo burguês de padrões europeus de civilidade. Nesse ínterim, a honra dos homens pobres ficava oculta nas notas de “desafios”, duelos e outras contendidas “sem razão alguma”, por “motivos fúteis”; em suma, esvaziadas de sentido. (THOMPSON FLORES e AREND, 2017, p. 300). Sandra Gayol (2008), em seu clássico *Honor y duelo em la Argentina moderna*, destaca que, em fins do século XIX, a imprensa portenha passava a distinguir entre duelos populares e duelos entre *caballeros*, em um movimento de nítida associação com os preceitos médicos e legais que eram adotados na legitimação da violência estatal frente às “classes perigosas”.

Cabe preguntarse por las razones de la disociación entre la racionalidad que concedían los protagonistas a sus actos y la irracionalidad que estos enfrentamientos conllevaban para la prensa, la justicia y las elites em general. El monopolio de la fuerza física y de la violencia legítima ejercido pelo estado central em consolidación convirtió em “ilegalismos” todas aquellas prácticas que implicaram legitimidades y legalidades alternativas. (GAYOL, 2008, p. 161)

Na contracapa do *Opinião* de 19 de outubro de 1934, ainda era possível ler uma nota vinda do 4º distrito, na localidade da Ilha do Pavão: “conflicto a relho e a bala: o resultado de

---

<sup>149</sup> Conforme discutimos no capítulo anterior.

um duelo.” A cultura circulante dos duelos, bastante difundida na Europa dos séculos XVIII e XIX, ganha contornos específicos na formação das sociedades platinas, repletas de um belicismo militar- viril muito atuante ao longo de ocupações coloniais, invasões de territórios indígenas e conflitos regionais. A ênfase europeia, posta em estabelecer uma diferença entre o duelo e as rixas populares – embora, na prática, a fronteira fosse muito tênue, estas supostamente eram desprovidas de critérios e ordem (GUILLET, 2013, p. 125) –, tinha um objetivo bastante associado à distinção social, o que sem dúvida não desaparece de todo no caldeirão platino. Misturado a todas as questões de poderes estatais em processos de consolidação, interações étnicas, culturais e socioeconômicas que permeiam o contexto aqui enfocado, está o modelo de honra viril que vinculava o indivíduo a uma espécie de elite portadora de uma exigência ética rigorosa. “Sob sua tríplice acepção de autoestima, de ética de conduta e de verificação da honorabilidade, a honra viril modela a condição masculina e impõe sua lei.” (GUILLET, 2013, p. 98).

O termo “desafio” aparece em alguns de nossos casos, sendo utilizado tanto nos depoimentos quanto nas descrições das ocorrências veiculadas pelos jornais. O uso dessa expressão para referir-se tanto a convites para jogo como para a resolução de desentendimentos por meio de brigas, já sugere um tom implícito de provocação do outro, de verificação da coragem e da resistência associadas a essas e outras atividades presentes no interior dos bares – a própria recusa a convites para beber sugere que esse tom de incitação das capacidades alheias estava implícito mesmo na acepção lúdica dessas interações.<sup>150</sup> Vejamos como esse sentido aparece nas *Notas Policiais do Diário Popular* a respeito do processo envolvendo Floduardo Francisco Aquino, agricultor e comerciante na Cascata, 5º distrito, e Braulio Moura, empregado de um agricultor cuja propriedade fazia divisa com a de Floduardo. Após uma discussão entre Braulio e Floduardo, no interior da casa comercial deste, a respeito de alguns animais estarem cruzando o cercado que dividia as propriedades,

resulta[ndo] dessa discussão um conflicto provocado por Braulino Moura que, depois de altercar com Floduardo no interior de seu negocio, foi para a frente da casa e **desafiou-o** para a estrada.

Floduardo, **acquiescendo ao desafio**, dirigiu-se ao encontro de Braulino tendo este rapido, feito dois disparos de revolver, cujos projecteis foram attingir o

---

<sup>150</sup> Esse tom de desafio e provocação permanecia enquanto um teste de coragem e destreza mesmo nas formas de lazer pertencentes àquelas modalidades do desporto em que o prazer já havia se deslocado do ato de praticar a violência para o ato de vê-la ser cumprida, como foi o caso da caça à raposa nas sociedades inglesas, estudadas por Eric Dunning e Norbert Elias (1992). Por mais que fossem os cães os responsáveis pela morte da raposa, os caçadores disputavam a proximidade com o ato e seus riscos inerentes: “era habitual, no calor da caça, os caçadores desafiarem-se entre si ao extremo. Arriscavam-se, embora soubessem que podiam ter de pagar, pelo prazer da excitação, com uma queda, com ferimentos ou até mesmo com as suas vidas.” (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 251)

thorax e a região axillar esquerda daquelle, que cahiu ao solo, ensanguentado.  
(CONFLICTO ENTRE VISINHOS, DP, 29/08/1931, contracapa, grifo nosso)

É perceptível que o uso do termo “desafio” impele à narrativa de que alguns dos critérios e procedimentos a serem respeitados assim o foram, como se o conflito ganhasse legitimidade pelo fato de que seu adversário “acquiesceu”, ou seja, concordou com a realização da luta. Conforme observamos nos capítulos anteriores, é sintomático que essas ocorrências só parassem no colo dos delegados – e chegassem a processo-crime – quando um dos contendores fosse ferido gravemente, com arma de fogo e/ou tivesse de ser conduzido ao hospital. A honra viril também correspondia a fazer-se respeitar sem precisar recorrer à justiça, o que poderia comprometer mais ainda a respeitabilidade, caso esse apelo à justiça significasse a abstenção ou recuo do confronto físico (GUILLET, 2013, p. 131).

No inquérito supracitado, cujo conflito se deu no 5º distrito do município, a vítima chegou a dar declarações no hospital, mas veio a falecer dias depois. Floduardo Aquino contou aos policiais uma sequência bastante diversa daquela que aparecera no jornal. Dissera que, no dia da ocorrência, mandou recado, por um menor, a seu vizinho Paulo Serino, para que cuidasse, que seus animais estavam danificando seu cercado e sua horta. O recado foi recebido pelo “peão” de Paulo, Braulio, o qual respondeu de maneira insultuosa. À noite, Aquino, percebendo a presença de Braulio no balcão, foi interpelá-lo pelo recado mal-educado, alegando que este não era nem filho nem herdeiro de Paulo pra defender assim seus interesses. Ao ver que Braulio puxaria um revólver, tentou desarmá-lo, mas na luta, aquele conseguiu fazer uso da arma.

A questão da paridade de armas, tão presente nas investigações dos códigos de conduta que regiam as brigas de bar e a noção de *fair fight* na violência masculina, nem sempre é respeitada nos casos que culminaram nos processos-crime aqui investigados. Isso poderia ser um indício de uma possível convergência entre essa justiça informal e o aparato da violência legítima gerido pelo Estado, no sentido de condenar aqueles que não obedecessem à premissa da igualdade de armas; no entanto, o que observamos é que a própria justiça formal – não somente os tribunais do júri –, ao considerar uma agressão um ato de legítima defesa, colocava em segundo plano a paridade de recursos entre a violência do agressor e daquele que se defendeu.

Ou seja, uma bofetada que deu margem a uma resposta com faca ou arma de fogo, as recusas aos desafios de tragos e jogos ou mesmo ofensas verbais cujo revide se deu recorrendo a armamentos de que o outro não dispunha – como se o próprio ato de provocar alguém que estava quieto fosse um elemento compensatório suficiente para gerar uma reação desproporcional. Em alguns casos, a defesa tentava incutir a dúvida sobre se a vítima teria

estado armada momentos antes do conflito, mas nem sempre esse bastão, sarrafo ou tranca era encontrado no local, o que tampouco acabava por comprometer a alegação de legítima defesa.

Algumas das normas obrigatórias que tornariam um conflito agressivo inevitável giravam em torno do tipo de ofensa recebida; se verbal, se física, se em público ou privado, se o adversário estava em condições de lutar. Desde os códigos de duelo circulantes na Europa de meados do século XIX, “o ataque à integridade física da pessoa, em particular da cabeça, sede do *ego*, é irremediável; quer ela seja real – a bofetada – ou simulada – a luva lançada na direção da pessoa, o olhar muito insistente – ela requer imperativamente uma reparação.” (GUILLET, 2013, p. 132). Em um dos raros casos de ferimentos leves encontrados entre os processos-crime de nossa seleção, temos o depoimento de uma das testemunhas, Euzebio Freitas, 29 anos, casado, jornalista, o qual aponta a simples menção a uma bofetada como o estopim da contenda, ocorrida já ao amanhecer, em frente ao quiosque de Alcides Camilo, no Areal, onde teria se realizado um baile na madrugada:

Estavam conversando em bôa camaradagem, quando chegou o réu, Waldemar Machado, e referio-se ao facto anterior, de ter Lerio levado uma bofetada e não ter reagido; que **na cara** delle, ninguém tocaria; o Lerio confessou que tinha levado a tal bofetada, mas que não existia marca. Acto contínuo, Waldemar pucha de sua faca, e fere Lerio; conhece o réu, que tem o máo habito de embriagar-se muito; quanto a Lerio, é mais pacato e morigerado.<sup>151</sup>

Euzebio acrescenta que Lerio teria levado a mão à cintura para mostrar uma cicatriz que tinha, o que, aos moldes das defesas da época, seria elemento suficiente para estabelecer um princípio de atuação por legítima defesa da parte do réu, Waldemar Machado – vulgarmente conhecido por “Morgado”. A tríade gênero – corpo – honra, essencial para a compreensão das relações entre homens e violência, segundo Spierenburg (1998), ajuda a compreender a ambivalência das cicatrizes para o imaginário da honra viril. As mudanças no corpo devido às brigas, por outro lado, podem assumir um estatuto de “atestados” de coragem, como destaca Kalifa (2013). Sobre as fronteiras nem sempre discerníveis entre as virilidades criminosas e populares, o autor comenta que as marcas da sífilis já foram símbolo viril dos desafios do vigarista às normas higiênicas, burguesas por excelência. Já as cicatrizes sintetizariam parte dos valores que “fabricam” o homem: “pode-se ler nelas a violência e a esperteza, o sofrimento e a provação, a força e a autoridade. Elas são ferimento e prova de virilidade ao mesmo tempo.” (KALIFA, 2013, p. 313). As tatuagens seriam a mais prevalente destas marcas no corpo; em princípio associadas à experiência carcerária ou ao confinamento no trabalho dos navios.

---

<sup>151</sup> Processo nº 206, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 1ª Vara Cível, ano 1932, Arquivo Público da Comarca do Rio Grande do Sul (APERS). Grifo nosso.

Realizadas em condições sanitárias perigosas e doloridas, viravam facilmente atestados de força, coragem e resistência.<sup>152</sup>

O tom desafiante presente nos convites para jogos e tragos era também portador de um questionamento implícito da masculinidade e do pertencimento do interlocutor a esse mundo de homens honrados, que sabem proceder segundo os códigos subentendidos da sociabilidade masculina. As agressões verbais funcionavam como o estopim para uma escalada de tensões durante a qual outras normas certamente já teriam sido feridas. A perda de autocontrole, os excessos na voz e inconveniências, a recusa ao beber junto, ao jogar ou mesmo aos chamados à briga, eram sucedidas por ofensas verbais pelas quais o recebedor não passaria incólume; para preservar sua respeitabilidade perante os demais presentes, o mesmo teria que lutar. Essa espécie de “ponto de fervura” propiciada pelos xingamentos geralmente apresentava diretas relações com as percepções de gênero, pois esse era o momento em que a verificação da honra viril deveria ficar inequívoca por meio das ameaças em alto e bom som ao pertencimento do adversário à comunidade de homens.

Essas rixas, apesar de nem sempre terem início em algum encontro nos balcões, tinham grande chance de atingirem seu ápice nesta sociabilidade, diante do testemunho de outros homens e o próprio jornal poderia participar do aumento dessas tensões, como vemos nas palavras do Dr. Pescadinha:

pesquei um certo mocinho, apelidado por "Chico Cotó", andar garganteando que ia passar o facão num certo mocinho, porque o mesmo o tinha criticado neste semanario. Mas depois parece que ficou com receio e não deu mais as caras.

Olha, meu "neguinho", eu acho que tu ias te pisar sabendo, porque ele disse, que ia te achar o côco com uma "vela apagada". (DR. PESCADINHA, *Pesquei*, AA, 11/11/1934)

Lembremos os casos das ofensas de José Foster a Castilhanos, chamando este de “porco sujo fresco”, “que arriasse as calças que montava nele ali mesmo”, numa alusão explícita à dominação sexual; ou ainda o caso de Manoel Pedro Soares, que diminuía o desentendimento entre Guido e Taurino dizendo “que deixassem de discussão”, pois eles dois “não brigavam com ninguém”, gerando a resposta de Guido sobre ser “bem homem” e a posterior verificação sobre

---

<sup>152</sup> Infelizmente, são poucos os processos da Comarca de Pelotas cuja documentação dos detidos inclua os riquíssimos questionários do Gabinete de Antropologia Criminal do estado, os quais, ainda que partindo de concepções ultrapassadas e controversas, constituem documentos valiosos para o trabalho do historiador, pois consistem em uma das poucas fontes detalhadas que discorrem sobre os corpos e aparências da população encarcerada, contendo fotografias e reproduções de tatuagens. Para mais informações sobre a implementação dos preceitos antropométricos no Brasil e países do Prata, ver GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. *Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.171-194.

se algum deles de fato era “mais homem” do que os outros. Outra clara alusão ao gênero esteve presente nas provocações de Silvino a Odorico, que chamava este último de “moça” na presença de outros frequentadores desta sociabilidade, dizendo que Odorico “não brigava com ninguém”, conforme narraram as testemunhas do crime no Café Nacional.

Se levarmos em conta o *foreground* mencionado por Katz (1988) ao defender que observemos também as emoções que envolvem a excitação dos momentos imediatamente anteriores aos crimes, podemos inferir que estes instantes dos xingamentos pré-agressões raramente são lembrados por réus, ofendidos e testemunhas enquanto referências aos desentendimentos anteriores, animosidades ou situações reais que causaram ressentimentos. Por mais que fosse esse o caso em alguns desses desfechos violentos, os insultos que precediam a violência obedeciam como que a um roteiro manifesto e incontestável do que deveria vir a seguir, sem dar margens para ponderações racionais ou vias “diplomáticas” de resolução do impasse. Ademais, estes seriam os segundos do aumento da circulação sanguínea, da aceleração das batidas do coração, da vigilância aos deslocamentos do adversário e do preparo dos membros do corpo para a realização de movimentos precisos de força e destreza, durante os quais a tensão presente mobiliza reações mais instintivas do que elaboradas.

Não por acaso, contudo, o declínio da legitimidade pública dessas violências alternativas coincide com o crescimento das competições esportivas (PIGENET, 2013, p. 293), campeonatos e amistosos abertos ao público. Na imprensa, não apenas o *Jockey Club* e as disputas futebolísticas ganhavam destaque e ressaltavam as plateias compostas por milhares de pessoas, como também os torneios pugilísticos vinham chamando atenção, com títulos como “Pelotas, maior centro pugilístico do Estado! Assistencia de 2.000 pessoas, ontem, no Pelotas Rink Club” (OP, 16/06/1934, contracapa).

Na seção a seguir, vamos observar como outra via lúdica de canalização das tensões, o jogo, também ganhava contornos singulares quando inserido na dinâmica das sociedades e virilidades inquietas. Do ângulo de observação privilegiado que é a sociabilidade noturna dos bares e seus conflitos, vamos buscar compreender qual o papel e o significado das apostas e do acaso dentro do permanente (des)equilíbrio de forças nestes espaços.

### 4.3 *Homo ludens*

*Ao Camponez - Rua Manduca Rodrigues n. 988  
Armazém de Secos e Molhados.  
Annexo tem 2 excellentes canchas de BOCHAS.  
Não deixem de visita-lo. (AA, 17/04/1932)*

A sociabilidade noturna dos bares e botequins, reiteramos, pode ser compreendida enquanto uma heterotopia foucaultiana, um espaço outro (FOUCAULT, 2013), que não é nem rua e tampouco casa, nem apenas trabalho ou somente ócio, mas sim um lugar que subverte convenções e hierarquias externas, abarcando lógicas múltiplas e suplantando, temporariamente, o mundo real. Esse momento cotidiano, que engloba os anseios de transcendência humana frente a um tempo rotineiro, de obrigações entediadas e normas limitadoras da consciência, também pode ser lido enquanto uma heterocronia, um tempo-outro, em que a presença do álcool e do jogo refletem a busca por um lapso de acaso, uma libertação de um tempo gerido à revelia dos indivíduos (BENATTE, 2002, p.4).

O jogo não é vida “corrente” nem vida “real”. Pelo contrário, trata-se de uma evasão da vida “real” para uma esfera temporária de atividade, onde as leis e costumes da vida cotidiana perdem validade. Para o autor de *Homo ludens*, Johan Huizinga (1872-1945), o jogo está na base da cultura, marcando-a desde as mais distantes origens até a fase em que nos encontramos, embora seja um elemento anterior a ela. Em suma, para Huizinga (2014, p. 84), a cultura possui um caráter lúdico, que se processaria segundo as formas e no ambiente do jogo, ou seja: a relação não é de transição – do jogo para a cultura, da cultura para o jogo –, mas sim, do desenvolvimento *da* cultura *dentro* de um contexto lúdico. Não à toa, a concepção simmeliana de sociabilidade, que já comentamos aqui, carrega fortemente a noção de jogo social. A proximidade entre a festa e o jogo é também um paralelo bastante explorado em Huizinga (2014, p. 25): ambos são limitados no tempo e no espaço e contêm uma combinação de regras estritas com a mais absoluta liberdade.

Na relação entre jogo e cultura, resulta significativo que a competição esteja presente, seja na forma de recompensas reais ou simbólicas. “Os frutos da vitória podem ser a honra, a estima, o prestígio.” (HUIZINGA, 2014, p. 58). Vimos que, desde a antiguidade, as noções de virtude e virilidade estavam diretamente conectadas com a competição, a qual nem sempre era mediada pela violência, mas mesmo as alterações podiam manifestar um caráter lúdico (*Ibid.*, p. 78). A contribuição de *Homo ludens* (1938) para a compreensão do jogo na história das civilizações – um livro escrito sob a pressão de uma ameaça totalitária cada vez mais próxima e real – é inestimável, ainda que algumas ausências tenham se feito sentir particularmente.

Huizinga (2014) não se preocupa em estabelecer classificações para instrumentalizar estudos posteriores e deixa de discorrer sobre a importância das apostas a dinheiro e toda sorte de jogos envolvendo a perspectiva de algum ganho material.

Sem desmerecer os grandes avanços de Huizinga (2014), Roger Caillois (2017), pelo contrário, parte do seminal *Homo ludens* para desenvolver uma definição mais precisa e classificações que permitissem maiores sistematizações dos esforços de compreensão dentro desse campo de estudos. Diante de uma proximidade – para nós, nativos de língua portuguesa, não muito óbvia – entre os termos jogar, brincar, performar e atuar, condensados na expressão *play* do inglês ou no francês *jouer*, os esforços europeus no sentido de uma delimitação concisa do jogo enfrentaram uma tarefa bastante volumosa, mas que nos ajuda a compreender também as afinidades que levam seres humanos a atribuir tanta transcendência aos atos que envolvem esse “fazer de conta”.

Consequentemente, a definição de Caillois (2017) chegou à condensação do jogo enquanto uma atividade composta por seis características: 1) livre, 2) separada, 3) incerta, 4) improdutiva, 5) regrada e 6) fictícia. *Livre*, pois o jogador não deve aderir ao jogo sob coação de nenhuma espécie – os jogadores “profissionais”, portanto, são excluídos da categoria, pois teriam uma relação de outra natureza com a atividade – e deve ser autônomo para decidir quando abandoná-lo; *separada*, porque a atividade ocorre circunscrita a limites de espaço e tempo pré definidos; *incerta*, pois as ações e movimentos dos jogadores devem conceber margens de incerteza sobre os resultados, abrindo espaço à iniciativa; *improdutiva*, porque embora possa haver troca de propriedade, não há produção de bem algum derivado da atividade; *regrada*, uma vez que o jogo estabelece convenções próprias a serem respeitadas, as quais suplantam quaisquer leis ordinárias; por último, o jogo também constitui uma atividade *fictícia*, posto que pressupõe a consciência dos participantes a respeito de sua natureza de franca irrealidade com a vida cotidiana (CAILLOIS, 2017, p. 42).

No excelente artigo de Gastaldo, Rocha e Braga (2016), *Jogos, sociabilidade e conflito no Brasil*, os autores lançam mão de um aporte teórico vindo da antropologia, o qual culmina em uma profunda compreensão do universo circunscrito à sociabilidade noturna por nós investigada. Partindo de Huizinga e Caillois, as reflexões são adensadas pela diferenciação de Levi-Strauss a respeito do jogo e do ritual. Trocando em miúdos, os autores enfatizam que o ritual em Strauss, ao lidar com as assimetrias presentes no grupo, as engessa em estruturas pré-ordenadas de ação, ao passo que o jogo partiria de uma premissa de simetria entre os agentes, para os conduzir a resultados assimétricos, os quais decorreriam “inevitavelmente da

contingência dos acontecimentos, dependam eles da intenção, da sorte ou do talento.” (STRAUSS, 1970, p. 54 apud GASTALDO et al., 2016, p. 421).

Entretanto, essa diferenciação não implica, como de fato observamos nos casos da sociabilidade e dos conflitos que analisamos aqui, em uma oposição excludente entre os princípios do jogo e as sequências tradicionais de um ritual. Os confrontos, envolvendo os jogos, a honra e a embriaguez, apesar de profundamente ritualizados, apresentam desfechos múltiplos de acordo com múltiplas variáveis, as quais, por sua vez, remetem a elementos inextrincáveis ao ambiente e às tensões sociais presentes no contexto em questão. “Assim, jogo e ritual podem ser combinados em diferentes enquadres; ainda que o jogo seja invariavelmente imponderável, o contexto e as circunstâncias de sua realização podem ser – e frequentemente são – ritualizadas ao extremo.” (GASTALDO *et. al.*, 2016, p. 421).

Para Caillois (2017), a tipologia dos jogos pode ser dividida em 4 classificações, as quais, na verdade, não obedeceriam a uma escala linear, mas sim a quadrantes. Conforme predomine a competição (*agôn*), o acaso (*alea*), o simulacro (*mimicry*) ou a vertigem (*ilinx*), teríamos categorias não excludentes, mas eixos que correspondem a relações de pertencimento e proximidade com os demais. Os jogos de cartas, por exemplo, ficariam entre aqueles de competição e acaso, uma vez que exigem certa dose de habilidade, porém, estão sujeitos a determinado nível de sorte. As brincadeiras com armas, as quais acabam em ferimentos e/ou disparos (alegadamente) não-intencionais, inserir-se-iam naqueles em que predomina o simulacro e a própria embriaguez poderia ser lida como um jogo de vertigem, pois pressupõe observar a atuação do sujeito sob a influência de agentes perturbadores dos sentidos. Em locais como os bares e botequins que observamos, são notáveis as proximidades entre os eixos de Caillois (2017), quando não os entrecruzamentos de vários destes quadrantes:

Por uma duvida surgida em u'a mesa de jogo, um homem mata, friamente, o seu companheiro de vicio  
 Uma bofetada que lhe custa a vida  
 Um menor, de nove anos, única testemunha do conflito, relata o fato com desembaraço  
 O jogo, que tantos males tem trazido á humanidade, acaba de fazer uma nova vitima.  
 Ainda ha pouco, em Porto Alegre, um menor, calma e premeditadamente, assassina um velho para roubar-lhe o dinheiro, que foi substituir o que havia furtado de seu patrão, para jogar.  
 Agora é um morigerado trabalhador que, por uma duvida surgida numa mesa de jogo de cartas, é abatido a tiros de revolver por seu proprio companheiro. Essa lamentavel ocorrencia se deu na estrada do Retiro, além do fim da faixa de cimento, logar denominado Terras Altas.  
**OS PRECEDENTES DO FATO**  
 Na madrugada de domingo, ás 3 horas, mais ou menos, achavam se reunidos na casa comercial do sr. Ernesto Dettmam, situada na estrada do Retiro, 6

homens, residentes nas imediações, jogando as cartas, quando, inesperadamente, surgiu uma discussão entre dois dos jogadores, de nome Joaquim Rodrigues Quevedo Sobrinho e João Iahnk. Após violenta troca de palavras, o primeiro vibrou forte bofetada em Iahnk, não tendo a luta proseguido por ser impelida pelos presentes.

Acalmados os animos Quevedo Sobrinho fazendo-se acompanhar de seu modesto empregado Otavio Costa, de 9 anos, retirou-se para a sua residencia, situada a uma quadra do local, onde era estabelecido com um pequeno salão de barbeiro, no predio n° 3030 enquanto que João Iahnk se retirava, tambem, para a sua residencia.

#### O CRIME

Caminhavam pela estrada Joaquim e Otavio quando ouviram a intimação: "para que vou te queimar". Amedrontado o pequeno Otavio disparou, ouvindo, quasi enseguida, 3 detonações.

Apavorado o menor refugiou se em casa de seu padrinho Alcides Medeiros onde se estava realizando um baile.

Ali chegado relatou o que acaba de acontecer, tendo varias pessoas corrido em direção da barbearia de Quevedo Sobrinho, que encontraram com a porta aberta, luz acesa e o corpo deste caído ao lado do predio.

#### AAÇÃO DAS AUTORIDADES

A primeira providencia tomada pelas pessoas que encontraram morto o infeliz barbeiro, foi communicar o facto as autoridades, tendo momentos após comparecido ao local o sr, capitão João Gomes Nogueira, sub-delegado de policia, em exercicio

Removido o corpo para a cidade foi feito o examo de necropcia pelo dr. Cassio Braga, medico municipal.

Joaquim Rodrigues Quevedo havia sido baleado, mortalmente, por duas vezes.

#### O ASSASSINO DESAPARECEU

As autoridades bateram as imediações em procura do criminoso, até a manhã de domingo, não conseguindo prende-lo.

A victima, como dissemos, exercia a profissão de barbeiro, e tinha a idade de 28 anos, era casado com d. Mauricia Quevedo e deixa 2 filhinas menores.

O criminoso, segundo informou seu irmão, tem 34 anos, e é quitandeiro.

Da questão havida na mesa de jogo entre as personagens do conflicto houve varias testemunhas, entretanto, do crime só soube dar informações o menor Otavio, que apesar dos seus nove anos, descreveu com desembaraço tudo o que sabia entorno da lamentavel ocorencia que veio encher de consternação aquela pacata zona, onde os contendores eram vastamente relacionados.

(MAIS UMA VITIMA DO JOGO, OP, 1°/06/1937, contracapa)

No processo-crime correspondente à ocorrência envolvendo o jogo de escova na casa comercial de Ernesto Dettmann, uma dúvida da vítima em relação a um jogo do réu teria motivado o desentendimento. Após a discussão, Joaquim dá uma bofetada em João e os demais jogadores contêm os dois homens, havendo o proprietário do local dispersado o grupo. Porém, uma testemunha alega ter ouvido a vítima dizer, portando um cassetete ao sair do bar: “eu ensino estes alemães.”<sup>153</sup> É significativo que, por meio das inquirições anexadas ao processo, se tenha

<sup>153</sup> Processo n° 1582, Fundo Comarca de Pelotas, Subfundo 2ª Vara Cível e Crime, ano 1937, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

uma dimensão bem mais complexa dos estranhamentos e ressentimentos que permeavam esses conflitos, porque, se dependêssemos apenas da imprensa, poderíamos reduzir a questão às possíveis aspirações materiais derivadas do jogo em si – as quais nem sempre seriam dinheiro, pois há indícios do hábito de condicionar a perda no jogo ao pagamento das despesas do bar ou mesmo apostar cerveja (TORCATO, 2011, p. 38).

Parte da campanha antialcoólica, a qual mencionamos no início desse capítulo, era direcionada também a reprimir o hábito do jogo e das apostas que cercavam essas atividades lúdicas presentes nos bares. No entanto, é emblemático que em algumas notas da imprensa essa proibição esteja visivelmente condicionada à situação de insegurança material das classes subalternas, como se o prazer derivado dessas válvulas de escape da sociabilidade masculina fosse um privilégio daqueles que não precisam se preocupar com o sustento próprio e de suas famílias. No *Alvorada*, encontramos um artigo de quase uma página inteira que iniciava com o seguinte título: “O Jogo é a desgraça da Sociedade e dos lares. O pobre não deve jogar – é um erro!” (A.E.V., AA, 15/09/1935)

O próprio causador do problema, isto é, o desamparo do Estado em relação às classes trabalhadoras empobrecidas e provenientes do decadente regime escravagista, acabava por reverter a responsabilidade, de forma eficaz, para a população, estigmatizando enquanto preconceito uma estratégia popular derivada da própria precariedade de condições de vida resultante das concepções racistas e “embranquecedoras” da classe dirigente. No trabalho de Carlos Torcato (2011, p. 51), vemos que, desde o período provincial as discussões legislativas no Rio Grande do Sul carregavam um tom pejorativo a respeito do hábito do jogo entre as classes populares brasileiras.

Esses discursos se fundamentavam numa visão conservadora acerca do caráter do povo brasileiro, pois associava a popularidade da prática de apostar em loterias à incapacidade das pessoas em viver de acordo com os preceitos básicos da racionalidade econômica. Essa posição justifica e reforça uma maior intervenção do Estado no cotidiano das pessoas.

Como vimos no Capítulo 1, a partir da década de 1920, houve uma profusão de associações populares em Pelotas<sup>154</sup>, muitas delas reunidas em torno das apostas em loterias, o

---

<sup>154</sup> As décadas de 1920 e 1930 em Pelotas, assistiram a uma profusão de sociedades recreativas, clubes e associações de viés operário e racial. As primeiras décadas do século XX, ainda permeadas pelo segregacionismo do pós-abolição, levavam a população negra a buscar a organização de seus espaços de lazer. (SILVA, 2011). Como já mencionamos, a população trabalhadora da cidade nem sempre dispunha de espaço em suas casas para a convivência social, necessitando de lugares externos para o exercício da sociabilidade. No caso da população negra, a cor da pele também impunha barreiras no acesso a determinados espaços, o que fazia com que estas associações fossem redutos de sociabilidade bastante procurados. Podemos citar aqui os clubes *Chove e Não Molha* (1921), *Está Tudo Certo* (1931), *Depois da Chuva* (1916), *Fica Ahi Pra Ir Dizendo* (1921) e *Quem ri de nós tem Paixão* (1921). (OLIVEIRA, 2017, p. 12)

que podemos ler enquanto um indício de que os trabalhadores pobres, tanto brancos quanto negros ex-escravizados, tinham a consciência das dificuldades de se atingir melhores condições de vida dependendo apenas dos ganhos de sua profissão, a qual muitas vezes não somente se caracterizava por ocupações intermitentes como também poderia se estender a outras tarefas a fim de cobrir o sustento próprio e/ou da família.

Para além da sociabilidade, a recorrência das associações em Pelotas remete às estratégias de liberdade do contexto pré-abolição. Loner (2010) demonstrou que a participação em irmandades e reuniões abolicionistas, poderia constituir o diferencial em termos de relações interpessoais, as quais são entendidas como facilitadoras no processo de alforrias. A autora aponta que, desde a década de 1880, várias associações foram criadas com o objetivo de angariar fundos para emancipação de escravizados, bem como sociedades – nem sempre legalizadas – voltadas a apostas em loterias com o intuito de pagar pelas cartas de liberdade de seus associados.

Nesse sentido, é pertinente lembrarmos que a adesão ao hábito do jogo como meio de escapar de uma existência laboral pautada pela pressão da sobrevivência é na verdade bastante longínqua do hábito do jogo despreocupado dos salões da elite. A sociabilidade mapeada por Simmel (2006) nos salões berlinenses do início do século XX, constitui um fim em si mesma, onde a conversa e o jogo exercem um papel de figuração na encenação do eu. Conforme Waizbort (2000, p. 450), “é um espaço no qual o dinheiro não penetra”, assim como os problemas pessoais, dilemas e sofrimentos individuais – uma vez que o sofrimento traz à tona as diferenciações entre os participantes.<sup>155</sup>

A sociabilidade noturna dos botequins aqui investigada, apesar de incluir as funções de encenação da personalidade – confrontada com elementos modernos e pré-modernos –, não consegue deixar de fora a “cultura objetiva” e abarcar apenas a “arte” da conversa e do “espírito”. Isso não significa dizer que ambas não constituam respostas à ambiguidade dos estímulos modernos, mas sim, apontar as correlações entre esses processos subjetivos e a objetividade por trás dessas interações. Uma divergência no jogo pode ter pesos distintos para quem tem uma vida confortável e para quem perde o dinheiro do pão de amanhã. Quer reconheçamos os pesos simbólico e material destes protocolos de pertencimento, é impossível

---

<sup>155</sup> “Pode-se falar portanto em um *limiar* inferior e superior da *sociabilidade* para os indivíduos. Tanto no momento em que estes direcionam o fato de estarem juntos a um conteúdo e fim objetivo, como no momento outro, onde o absolutamente pessoal e subjetivo do singular surge sem reservas, a sociabilidade não é mais o princípio central e formador, mas no máximo um princípio formal e exteriormente mediador.’ [...] E é na qualidade de forma – a sociologia é a ciência que investiga as formas de socialização – que ela é um *jogo*.” (SIMMEL apud. WAIZBORT, 2000, p. 451).

não notar os distanciamentos capazes de qualificar esta sociabilidade enquanto necessidade, para uns, e conveniência, para outros. Nesse sentido, a existência de sociedades de trabalhadores voltadas justamente para tentar a sorte e mudar de vida já dão a dimensão destes distanciamentos “objetivos” presentes nos contingentes populacionais citadinos.

De toda forma, a instabilidade dos empregos e a readequação de determinadas atividades profissionais em decorrência das transformações econômicas observadas a partir do final da década de 1920, certamente contribuíam para que a crença da promessa burguesa de prosperidade por meio do trabalho tivesse dificuldade de penetrar em certas camadas das classes populares. Quando essa promessa não entregava nem condições mínimas de sobrevivência digna, abrir mão de certos pequenos prazeres cotidianos seria ainda menos provável. Apesar disso, a campanha do *Alvorada* também se fazia sentir nas “alfinetadas” do Dr. Pescadinha: “pesquei o Manhoso, passar as noites nas casas de jogo, pedindo fichas às pessoas estranhas. Ora, seu Oswaldo, o ordenado se faz é aonde se trabalha, deixe disso, não seja tão caradura” (PESQUEI, AA, 19/06/1932).

O *Opinião* também destaca, em notas e reportagens de capa, o componente de dependência que muitos dos casos envolvendo as casas de jogos adquirem. Por entre roletas e jogos de *baccarat*, o jornal expunha o que chamava de “febre do panno verde” (OP, 27/10/1933, capa). Essa associação do jogo com o vício vem a respaldar um controle social direcionado às classes populares, o qual, apesar de partir de uma lógica liberal, era cada vez mais pautado no discurso médico-legal que atribuía à degeneração associada aos despossuídos a justificativa para disciplinar o pobre segundo os interesses de seus empregadores. Torcato (2011, p. 49) destaca que, nesses discursos, “tomado pela necessidade de consumo, o viciado nega o princípio liberal de liberdade de escolha, ou que estas escolhas deveriam corresponder a decisões racionais.”

A legislação em vigor previa pena de multa, apreensão dos instrumentos e detenção de um a três meses para os donos de casas de tavolagem que mantivessem a atividade de jogos de azar, além de multa também para os jogadores. No entanto, é notável que este capítulo do Código Penal deixava margens consideráveis para interpretação, ao estabelecer uma definição de “jogos de azar” bastante maleável. A exceção feita pelo artigo 370 é sintomática de uma complacência ao hábito das apostas em uma sociabilidade masculina típica das elites.

### CAPITULO III DO JOGO E APOSTA

Art. 369. Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnem pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelecê-los em lugar frequentado pelo publico:

Penas - de prisão cellutar por um a tres mezes; de perda para a fazenda publica de todos os aparelhos e instrumentos de jogo, dos utensilios, moveis e decoraçãõ da sala do jogo, e multa de 200\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Incorrerãõ na pena de multa de 50\$ a 100\$ os individuos que forem achados jogando.

Art. 370. Consideram-se jogos de azar aquelles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte.

Paragrapho unico. Não se comprehendem na proibiçãõ dos jogos de azar as apostas de corridas a pé ou a cavallo, ou outras semelhantes.

Art. 371. Jogar com menores de 21 annos ou excital-os a jogar:

Penas - de prisão cellutar por um a tres mezes e multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 372. Usar de violencia para constranger alguem a jogar, ou manter jogo:

Penas - de prisão cellutar por um a seis mezes e multa de 100\$ a 200\$, além das mais em que incorrer pela violencia.

Art. 373. Usar de meios fraudulentos para assegurar a sorte no jogo ou o ganho na aposta:

Pena - de prisão cellutar por um a quatro annos.

Art. 374. Será julgado e punido como vadio todo aquelle que se sustentar do jogo, além de incorrer na pena do paragrapho unico do art. 369. (BRASIL, 1932)

A impossibilidade de se pagar a multa respectiva ao indivíduo que fosse pego jogando também acabava por constituir um meio eficaz de controle sobre as ações e os corpos da população pobre, à medida que gerava a detenção por um período de 24 horas, não por acaso o mesmo procedimento dos casos de desordem e embriaguez. “Esse tipo de taxa podia evitar as prisões das pessoas que possuíam bens, funcionando como um dispositivo de controle social que permitia soluções diferenciadas para o mesmo delito.” (TORCATO, 2011, p. 55).

Como nos casos de embriaguez e desordens, encontramos na imprensa referências a desentendimentos e ocorrências vinculadas ao jogo as quais não chegaram a gerar processos criminais. Em menor número, todavia, devemos salientar que esses casos nem sempre pertenciam à sociabilidade dos bares e casas comerciais, sendo bastante frequentes inclusive em reuniões privadas nos distritos do interior do município. Como no caso do jogo de víspera que havia juntado várias famílias na localidade de Monte Bonito e acabou em navalhadas e tiros de revólver (NOTAS POLICIAES, DP, 16/06/1931, p. 2).

O jogo talvez fosse mais presente nos bares e quiosques do que sugerem o seu aparecimento nos processos-crime. Devido às implicações penais da menção dessas atividades frente à justiça, a associação entre os espaços da sociabilidade noturna masculina e a realização de jogos e apostas era mais frequente nos artigos veiculados pela imprensa do que nos processos que fizeram parte de nossa seleção. A vinculação entre esses espaços e a miríade de atividades lúdicas comportadas pela sociabilidade noturna era expressa inclusive nos anúncios destes estabelecimentos:

Restaurant de primeira ordem, bebidas nacionaes e estrangeiras, doces, cigarros e charutos. Aceita pensionistas e fornece comida á domicilio. Tem confortavel praça de esportes, aonde disputam-se sensacionaes partidas de  
 - BOCHAS -  
 General Argollo n. 409 Elephone (sic) M. R. 2096. (AA, 17/04/1932)

Apenas três dos 15 casos mencionam o jogo como parte dos desentendimentos que culminaram nos conflitos, o que não quer dizer que o jogo não estivesse presente nas ocorrências que não o assinalaram enquanto um dos motivos da contenda; ademais, esses três casos são casos de ferimentos letais. Em dois deles, o conflito parece envolver também um componente racial, uma vez que são mesas compostas por um jogador brasileiro no mínimo insatisfeito e demais jogadores de nacionalidade ou ascendência alemã, como foram os casos que vitimaram Joaquim Quevedo, cuja repercussão na imprensa mencionamos acima, e o caso que vitimou Guido Brylski, conforme tratamos nos capítulos anteriores.

Se compreendermos o papel do jogo para o reforço e a manutenção do sentido de pertencimento étnico dentro dessas comunidades – nesses momentos, era comum o hábito de falar no idioma de origem, o que também é relatado sobre as ocorrências que teriam originado os ressentimentos entre Mário e o grupo de alemães em torno de Guido –, torna-se perceptível a malha de tensões presentes nessas interações. Os descendentes dos imigrantes europeus manifestavam um apreço especial pelos jogos em grupo, sendo grandes propagadores de jogos como o víspera e a bocha, por exemplo, e o primeiro era bastante associado à presença de mulheres (MARIN et.al., 2012, p. 81) – para citar alguns dos que apareceram em nossas investigações na imprensa.

O terceiro caso que menciona o jogo como parte das causas do conflito é o dos irmãos portugueses João e Firmino Coelho da Silva, os quais são réus no processo que tratou do homicídio de Theodoro José Viana, conforme mencionamos nos capítulos 2 e 3. Neste caso, os desafios para o jogo de solo e depois para o de escova foram acompanhados dos tragos de cachaça e acompanhamentos para refeição; o réu João alega que a dúvida teria se iniciado porque o adversário, tendo perdido a partida, teria defendido que João pagasse a conta em um gesto de boa camaradagem, ao passo que João teria discordado.<sup>156</sup>

Entretanto, outras implicações são perceptíveis nas notas dos jornais. Associando o jogo presente nos bares, da mesma forma que faziam com o álcool, à negação da moralidade vinculada à ética do trabalho, os textos de noticiaristas e aqueles supostamente provenientes de

---

<sup>156</sup> O solo é um jogo com baralho espanhol, onde dois disputam contra um; diferentemente do truco, as jogadas são silenciosas. Já o jogo de escova tem origem italiana e podem jogar vários jogadores. Ambos desenvolveram adesões e modalidades específicas na cultura sul riograndense.

leitores e cidadãos preocupados discorriam sobre as ameaças que tais espaços representavam para as famílias e para a imagem da cidade.

Escrevem-nos: Tem toda a razão de ser a reclamação ha dias publicada numa folha local contra os desmandos praticados pelos frequentadores das casas de jogo existentes à rua Tiradentes, quadra entre General Victorino e XV de Novembro.

É um verdadeiro sacrificio habitar naquelle local, pois até altas horas da noite os viciados da jogatina reunidos nesses antros perturbam o socego da visinhança.

Enquanto não começa o jogo, alguns delles vêm para a porta e, mesmo de dia, provocam e desacatam os transeuntes, alguns pessoas de maior respeitabilidade, o que tem ocasionado energicos protestos e talvez ainda venha a originar represalias.

É de urgente necessidade a intervenção da polícia, para que cesse tamanho abuso. Já que se permite o funcionamento de taes espeluncas, ao menos que sejam ellas vigiadas e os desordeiros levados para o posto, quando fôr isso necessario para contê-los.

Até ha pouco a rua Tiradentes, onde abundam as casas de jogo, kiosques e pensões e onde os noctívagos costumam fazer depredações nos prédios, era servida de policiamento, feito por um guarda permanente. Parece que não será difficil restabelecer essa útil medida, que deverá abranger também o Mercado Central, cujos cafés ficam abertos até a madrugada e onde tantas desordens se têm registrado, mercê da falta de vigilância policial que ali se nota. (A CIDADE, OP, 06/12/1932, capa)

Ironicamente, os clamores por policiamento na imprensa são algumas das fontes mais preciosas para o pesquisador destes hábitos relacionados a ambientes que fogem à normatização formal (e desenvolvem suas próprias), locais liminares, onde mesmo as temporalidades ficam difusas e as possibilidades de registro escasseiam. Os artigos veiculados na coluna A Cidade acabam por informar sobre a “cidade condenada” (PESAVENTO, 1999), conferindo visibilidade a esse “avesso social” (KALIFA, 2017) composto por “pensões”, quiosques e casas de jogo. A própria multiplicidade de denominações desses espaços e o entrecruzo de suas funções na noite vão informando sobre fronteiras consideravelmente permeáveis (SHAW, 2015), as quais acabavam por penetrar o cotidiano da ordem e do trabalho. Esses juízos morais em forma de certezas compartilhadas usavam então da própria diversidade inerente às configurações dos espaços como bares, casas comerciais, armazéns, cafés e quiosques para inculcar um imaginário do caos ao lado de determinadas características facilmente identificáveis nos estabelecimentos populares.

A "espelunca" designa um lugar escuro, sujo, mal freqüentado, sórdido, escuso, onde se joga. Também chamada de "casa de tavolagem", a "espelunca" é sobretudo um local mal freqüentado, onde o aspecto feio e mal tratado se associa a práticas ilícitas e realizadas às escondidas. A "espelunca" é, assim, um "antro do vício" - o jogo, no caso -, onde se potencializam e estimulam a bebedeira, o crime, o linguajar de baixo calão e os atos obscenos. Dizer que o

estabelecimento de alguém é uma "espelunca" é agressão direta tanto ao lugar quanto a seu proprietário e freqüentadores. (PESAVENTO, 1999, s/p)

No entanto, os próprios atos denunciados na coluna constituíam a expressão de uma lógica alijada da valoração burguesa da limpeza e da ordem. Para aqueles homens que cresceram sujeitos ao mundo da rua e seus códigos, aos quais a necessidade foi a primeira lei, suas formas de defesa e sobrevivência tornam-se trunfos dos quais se orgulha. Por mais que no momento não esteja usufruindo dos benefícios da ilegalidade, o homem proveniente das classes populares precisa conhecer seus meandros, precisa entender as gírias, os códigos e deve demonstrar um “saber lúdico” que também compreende o conhecimento do jogo e seus signos (KALIFA, 2013, p. 311). Além de um bom embaralhar de cartas, ele deve também performar um domínio da linguagem do submundo; nesse sentido, é compreensível que muitos dos homens que frequentem as “tascas” e “espeluncas” usassem o próprio exagero desses signos como autoafirmação diante do abismo social exposto pelo convívio próximo entre mundos tão distintos.

No entanto, tais hipóteses repousam no âmbito das possibilidades; nossas fontes permitem apenas assumirmos caminhos possíveis de interpretação diante dos fortes indícios que apontam a determinadas direções. Constituindo ou não ações conscientes de negação ou resistência à dominação, não podemos supor, a partir das fontes de que dispomos, a extensão da transcrição oculta que os atos envolvendo a embriaguez, o jogo e a honra abarcariam nos espaços noturnos analisados. Ademais, a ânsia de evidenciar as estratégias dos segmentos populares para lidar com sua situação social não pode enevoar o pedaço compartilhado dessas estratégias com a manutenção do estado de coisas.

Em muitos casos, talvez a elaboração dos sujeitos sobre essas ações se mantivesse no plano da reprodução, ou seja: ocorresse mais em termos de uma resignação que recorre às tradições para conferir significado à existência cotidiana; algo como uma tradição resignada que, em suas raízes, carregaria esse aprendizado sedimentado por séculos entre as classes populares, o qual ensina que é melhor garantir pequenos prazeres corriqueiros do que rebelar-se contra o sistema opressor e arriscar perder qualquer mísero prazer por meio de mais repressão. Em suma, há que se reconhecer que nem toda resistência é revolucionária. Mesmo os investigadores que assumem a potencialidade transgressora do tempo noturno admitem que “o potencial para resistir durante a escuridão da noite, é claro, não necessariamente levará a desafios ao *status quo*.”<sup>157</sup> (WILLIAMS, 2008, p. 520).

---

<sup>157</sup> No original: “The potential to resist during the darkness of night, of course, will not necessarily lead to challenges to the *status quo*”.

Como defendeu Huizinga (2014, p. 234), a civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico, que exercite o domínio de si e a consciência de se estar sob limitações livremente aceites. Quando vem à tona um conteúdo moral, o combate fica sério e o jogo vai perdendo terreno. Mesmo no caso dos desportos, a associação com a uma seriedade demasiada parece ferir os preceitos lúdicos das disputas, trazendo à tona a possibilidade de embates “reais”.

Segundo Eric Dunning,

isto pode acontecer quando se participa demasiado a sério num desporto, talvez na sequência de pressões sociais ou de recompensas financeiras e do prestígio envolvido. Em resultado disso, o nível de tensão pode elevar-se até um ponto em que o equilíbrio entre a rivalidade amigável e hostil se inclina a favor da última. Nestas circunstâncias, as regras e as convenções destinadas a limitar a violência e a orientá-la para caminhos socialmente aceitáveis são suspensas e, então, pode surgir a luta a sério. (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 331)

Essa fronteira tênue de um mundo lúdico com a barbárie é constantemente presente em nossas análises, pela própria característica liminar de nossas fontes. Contudo, podemos argumentar que esse mundo lúdico, assim como os espaços noturnos, conforme os define Lefebvre (2013), é composto de altas e sensíveis expectativas, as quais mobilizam anseios tão profundos em seus frequentadores, que suas reações podem revelar origens igualmente viscerais.

Encerrando nossos esforços no sentido de apreensão das múltiplas dimensões abarcadas pela sociabilidade noturna dos bares, suas disputas e seus crimes, é possível afirmar que estes elementos subjetivos tratados aqui – a embriaguez, a honra viril e o jogo – se entrelaçam e formam, junto aos pequenos aspectos de cada microgrupo – gestos, vestuário, tom de voz etc, os quais ainda permanecem inapreensíveis com as fontes de que dispomos –, um imaginário social híbrido que compunha a rede de significados associada à sociabilidade boêmia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa acadêmica informal mais difundida dos tempos pós-modernos, concordamos que uma pesquisa não termina, mas sim, que damos-lhe por terminada. Após muitos anos de leituras, discussões, coletas e análises, e com a plena consciência de que muito ainda caberia ser estudado, acreditamos que as conclusões científicas mais produtivas não são aquelas que esgotam percursos e encerram caminhos de análise, mas sim aquelas que, confirmadas ou não suas hipóteses, promovem novas possibilidades de abordagem.

Em nossa busca por compreender as práticas sociais e a materialidade dos imaginários que permeavam a vida noturna dos botequins de Pelotas na década de 1930, percorremos ruas, mapas e esquinas “célebres” desse contexto, mas também pudemos ficar frente a frente com narrações vívidas de discussões, socos, tiros e facadas. Foi possível visualizar a heterogeneidade de espaços por si só heterotópicos, posto que comportadores de ambiguidades irreduzíveis, como transgressões conservadoras e singularidades universais. Isto é: a sociabilidade aqui investigada subverte a ordem em nome da tradição e recorre a representações e atributos *sui generis* ao conferir tonalidade própria a um hábito tão frequente também em outras culturas e temporalidades.

Nossa abordagem também permitiu que percebêssemos as intersecções entre concepções de delegados e “bambas”, magistrados e “bohemios” a respeito da vida noturna dos bares e cafés. Os significados subterrâneos que perpassam essas noites tampouco passaram despercebidos e também nas entrelinhas de depoimentos e reportagens encontramos ecos de suas ramificações.

As pesquisas sobre a vida noturna carregam consigo o efeito dos estigmas que as “pseudotransgressões remuneradas” conferem aos espaços noturnos (LEFEBVRE, 2013, p. 356) e, por isso, as possibilidades documentais se restringem e agregam obstáculos extras aos caminhos da pesquisa. Se e de que forma escolhemos contorná-los, muitas vezes, pode ser o diferencial entre trazer ou não à superfície agentes históricos muitas vezes relegados a um anonimato coletivo. Longe de desprezar documentos por seus vieses, optamos por contar com os olhares ordenadores sobre essas noites, usando sua própria lógica reguladora a nosso favor; a partir dos registros policiais, também reverberados na cobertura da imprensa, foi possível adotar filtros que recortassem o nosso objeto nas fontes.

A simbologia ligada à sociabilidade noturna dos bares, a princípio, não aparenta variar muito de acordo com o lugar no mundo ou ao longo dos anos; é possível encontrar homens e mulheres buscando experiências e convívios bastante similares na sociedade colonial mineira do século XVIII (GUIMARÃES, 2005), nas *public houses* inglesas da Segunda Guerra Mundial (LANGHAMER, 2003) ou nos *saloons* do oeste norte-americano no XIX (PARSONS, 2000). No entanto, esta sociabilidade não é dependente exclusiva de constructos instintivos, da mesma forma que imaginários sociais não são pautados por arquétipos a-históricos (BACZKO, 1999): ambos obedecem a configurações consideravelmente singulares no tempo e no espaço, embora possam comunicar a respeito de desejos bastante profundos dos seres humanos (CARNEIRO, 2010, 252-263).

Portanto, nossa hipótese de “singularidades universais” ligada a estes hábitos foi reforçada ao longo da pesquisa. Colocando nossas análises em diálogo com pesquisas sobre a sociabilidade noturna e a *tavern culture* (HOCHSTETLER; COPES e FORSYTH, 2014) de outros tempos e lugares, são perceptíveis muitas intersecções no concernente aos anseios lúdicos que os frequentadores levam quando procuram as configurações múltiplas desses espaços. No entanto, foram também inegáveis as constatações de variações sistemáticas quanto à forma como essas interações são regidas, seus critérios de exclusão ou pertencimento – ainda que estejamos tratando de regras informais e nem sempre verbalizadas – correspondendo a atitudes e modos de proceder. As condições do contexto histórico correspondente são também fatores de extrema influência na mobilização dos elementos que envolvem esta sociabilidade, isto é: para usar as subjetividades-chave identificadas na sociabilidade enfocada aqui, significa atentar para como a embriaguez, a honra e o jogo são experimentados nesses espaços-tempo noturnos.

Especificamente sobre as múltiplas configurações físicas desses espaços na Pelotas de 1930, podemos concluir que a miríade de denominações encontradas nos processos-crime – bar, *restaurant*, quiosque, café, armazém e casa comercial – não carregavam discriminações estanques quanto ao tipo de sociabilidade envolvida, tampouco uma correlação direta com os parâmetros arquitetônicos das edificações, como no caso do quiosque que dispunha de cômodos para aluguel em recintos contíguos à sala do bar. Isso não significa que não houvessem outros signos que o identificassem com determinados segmentos ou mesmo com alguma classificação socioeconômica específica. Vimos, por exemplo, que algumas localizações no espaço público remetiam quase que automaticamente às reprimendas veiculadas na imprensa a respeito de comportamentos indesejáveis e atividades beirando a acusação explícita de ilegalidade. Não

raro, inclusive, adjetivos pejorativos eram acrescentados às denominações dos locais nos textos supostamente enviados aos jornais por leitores preocupados.

Acompanhamos também o contexto vivenciado por esses notívagos, estabelecendo o diálogo entre a historiografia de nosso recorte temporal e os reflexos das transformações econômicas em curso – não apenas na dinâmica local, que vivia o declínio da economia charqueadora em direção à diversificação de sua produção, mas também na esteira de uma crise global cujo estopim havia sido em 1929, porém os efeitos foram sentidos sensivelmente nos meses e anos subsequentes. Somadas aos impactos econômicos, as inquietações políticas também perpassavam discussões e desentendimentos cotidianos, colocando na ordem do dia posicionamentos quanto a posturas ditatoriais e alertando para medidas extremas que ganhavam espaço na Europa.

O êxodo rural e o convívio interétnico também mostrou ser parte deste contexto que colocava heranças agropastoris em contato com as aspirações cosmopolitas de setores médios urbanos, afinados com um mundanismo importado associado à vida noturna das cidades modernas. Vimos que a nacionalidade não apenas era um registro caro ao trabalho de policiais e escrivães, mas que também desempenhava papel importante nos conflitos interpessoais surgidos na sociabilidade dos botequins. Nesse sentido, essas diferenciações poderiam girar em torno de parentescos ou ascendência, expressas tanto na desconfiança atribuída ao comportamento dos vizinhos platinos, quanto nos ressentimentos direcionados às comunidades bastante circunscritas de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães.

Os proprietários dos estabelecimentos aparecem com destaque nos conflitos, seja pela ânsia da justiça a respeito de suas declarações, seja pela ambivalência de seu papel nessa sociabilidade. Por vezes defendido pelos frequentadores, os donos do lugar em outras ocasiões são vistos com desconfiança por suas versões supostamente pautadas em afinidades. A figura do proprietário, por aglutinar funções que em muito ultrapassavam as de servir – vimos que o proprietário tinha o poder de avalizar ou não a venda a crédito, expulsar indivíduos à força do local, negar empréstimos de somas em dinheiro e intervir em divergências no jogo, por exemplo –, fazia com que o mesmo fosse visto também como o alvo dos ressentimentos por alguns homens.

As interferências do proprietário nas interações do bar perpassavam os três elementos que identificamos enquanto intrínsecos a esta sociabilidade boêmia dos botequins: a embriaguez, a honra e o jogo. A possibilidade de poder pagar depois muitas vezes representava a condição de participação do indivíduo nestes convívios noturnos e esse já seria um primeiro momento em que as boas relações com o proprietário do bar fariam a diferença. Mas não apenas:

o dono também podia decidir sobre os limites da embriaguez de outrem, estabelecendo o momento de não mais servir algum indivíduo. Isso abarcava implicações profundas, posto que a independência e o autocontrole sobre a ingestão de bebidas alcoólicas, para além dos significados individuais de domínio sobre o próprio corpo e as emoções decorrentes dessa desinibição, constituía também um mecanismo promotor do pertencimento ao grupo.

A questão das emoções também é portadora de ambivalências reveladoras dessa sociabilidade. Por um lado, a busca desses momentos de oposição à rotina normatizadora do mundo do dia contém o anseio por experiências dionisíacas, vivências sensoriais que ultrapassariam as regulamentações do mundo do trabalho, cada vez mais tolhido, principalmente se comparado com a vivência intercalada entre atividades laborais e tempo livre nas sociedades pré-industriais – lógica ainda bastante presente nos trabalhos informais de parcela significativa dos frequentadores dos bares. Por outro lado, tem-se o embate entre uma tradição que via o confronto – quaisquer fossem suas consequências – como parte dessas emoções em jogo, e uma cultura que via desafios e provocações como ataques à ludicidade desses momentos, espécie de irrupção do sério e das “obrigações” em momentos reservados à suspensão do real.

Esse contexto ainda carregava referências de condutas masculinas fortemente pautadas pelo belicismo associado à figura do *gaúcho*, ser social moldado pelo convívio entre homens, por guerras constantes e pelas disputas advindas de verificações de pertencimento ao grupo. Não por acaso, a disparidade entre 15 vítimas, 17 réus e 65 testemunhas presenciais nos processos analisados – visto que não incluímos as testemunhas não oculares dos conflitos – evidencia a característica de que as brigas em bares fossem levadas a cabo na presença de um número significativo de espectadores, em uma espécie de “verificação por pares” que inclui não apenas a performance da luta, mas também os desafios e provocações que a precedem.

A dificuldade de se obter registros serializados fez com que buscássemos nas análises qualitativas nossa abordagem mais produtiva. Para tanto, pusemos os dados em diálogo com as práticas sociais perceptíveis por meio das fontes, observando de que forma uma leitura isolada dos números pode vir a enevoar especificidades importantes, como a que opõe os registros de nacionalidade aos significados da ascendência para estes grupos; nesse contexto, muitos brasileiros eram vistos como alemães, por exemplo. Outra série intermitente e, portanto, não confiável nos registros policiais, conforme discutimos, foi a cor da pele. Nem sempre mencionada, essa identificação parecia ganhar corpo quando expressa nos autos de corpo de delito ou necrópsia das vítimas ou sempre que havia a necessidade de insinuar conotações pejorativas a respeito de vítimas ou réus negros; nesse caso, a cor preta é mencionada.

Tomando como indícios algumas ausências ou disparidades sentidas no cruzamento entre fontes judiciais e impressas, resulta perceptível também que muitos dos conflitos noturnos com mais de dois envolvidos ou que não produzissem ferimentos por armas acabavam não compondo o montante de processos-crime do período. Os jornais e registros dos atendimentos prestados nos hospitais também sugerem ocorrências bastante frequentes de agressões que não chegavam na delegacia, o que ganha destaque se associado ao ínfimo montante de processos-crime referente a ferimentos leves produzidos nas brigas de bar à noite.

Vimos que, em muitos casos que chegaram a compor os processos-crime da época, os códigos informais da virilidade nestes espaços, que incluíam desafios e provocações verbais, mas também a capacidade de reagir à altura e provar seu pertencimento, tampouco estavam imunes às heranças históricas e às transformações culturais. Por exemplo, nem sempre aqueles que tentavam evitar os conflitos eram tachados de covardes, principalmente no caso de seu adversário manifestar comportamentos ébrios excessivamente expansivos, irreverentes e jocosos, quando então já seriam considerados inconvenientes nesses convívios – e as agressões a tais indivíduos justificadas por esse destoar da sociabilidade masculina recomendada.

Escapam pelas falas de delegados e juízes certa condescendência a respeito das provocações dos embriagados, o que aponta para a penetração de ideias que relativizavam a consciência e, portanto, a responsabilidade do ébrio nessas situações. Essa lógica se chocava com um discurso antialcoólico propagado na imprensa, o qual era, muitas vezes, mais punitivista do que os próprios aplicadores do código penal.

As notas dos jornais sobre os conflitos em bares partem de representações muito semelhantes destas sociabilidades, embora tenhamos observado periódicos consideravelmente distintos entre si. Usando de uma retórica ambivalente, que expressava ora o julgamento moral, ora a complacência bem-humorada a respeito da embriaguez pública dos sujeitos, a lógica dessa aparente homogeneidade narrativa – “anomalia regular”, como diria Kalifa (2019, p. 43) – contribui para ocultar as relações reais e os dilemas que punham os frequentadores desses locais uns contra os outros.

Em suma, as brigas de bar, muitas vezes resultado de uma escalada de tensões que se estendia por meses de animosidades e divergências, apareciam, nessas notas, veiculadas de maneira a terem esvaziados os componentes de feridas à honra dos homens pobres, os quais teriam motivado a violência. Quando um dos envolvidos no conflito era alguém mais próximo da sociabilidade partilhada com os noticiaristas, percebe-se um cuidado maior em associar seu nome ou suas condutas a “motivos fúteis” ou a desfechos trágicos “sem razão alguma”.

Na esteira do que Foucault (2006) mencionava sobre os “homens infames”, percebemos as dificuldades de se apreender o cotidiano de um vasto segmento da população pobre, a qual quase não deixava registro de suas escolhas, exceto quando se confrontavam com o poder. Não fossem tais ocorrências policiais sobre a vida noturna popular e o imaginário social envolto nesses “registros do prosaico”, talvez tivéssemos ainda menos elementos para captar esses “bohemios” e “floreados” que circulavam nos bares pelotenses. Constatação importante foi confirmar a penetração das narrativas sobre a diversão e o lazer noturno das classes populares nessas fontes, ainda que por meio da violência. Ainda que constituindo expressões de uma ordem moral que não interferia no social (KALIFA, 2019), os alívios e dramas populares vêm à superfície através do submundo (GUIMARÃES, 2007).

Contudo, foi também perceptível que a “mística” da sociabilidade noturna desses locais variava sensivelmente segundo pertencimentos de classe. Enquanto um sintoma da participação crescente das massas trabalhadoras no cotidiano da cidade, as notas da imprensa sobre essas vivências noturnas significavam, de um lado, a expressão de um cotidiano agridoce de sobrevivência, que envolvia os bares e armazéns enquanto entrepostos ligados não apenas ao fôlego de uma existência normativa, mas também às possibilidades reais de sustento, fossem por meio do jogo, de oportunidades de serviços, empréstimos ou vendas a crédito. Por outro lado, um outro segmento consumidor desses convívios e narrativas via esses espaços como o exótico da vida mundana, a “alteridade condenada” (PESAVENTO, 1999) que flertava com a transgressão e atraía justamente por seu componente de oposição à normalidade de uma rotina ordeira e repetitiva.

Por fim, é possível afirmar que os anseios que fazem da sociabilidade noturna dos bares um hábito com tanta permanência e ramificações no tempo e no espaço, estão ligados a aspirações muito profundas do seres humanos que vivem em sociedade. Não tivemos a pretensão de exaurir estas implicações subjetivas, embora tenha sido possível perceber dimensões sensíveis desses desejos de comunhão e celebração em nossas análises. A noite, embora não consistisse o momento único desta sociabilidade masculina popular era, talvez, o que aglomerava mais frequentadores e assim, aglutinava mais elementos: o consumo de álcool, os momentos privilegiados do jogo e das verificações da honra.

Ao focar os componentes culturais específicos em cada contexto deste hábito com tanta historicidade, defendemos também a possibilidade de olhar para a sociabilidade boêmia dos botequins com uma abordagem mais compreensiva e assim, quem sabe, mobilizar seus significados em prol de uma sociedade mais humana.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ALGRANTI, Leila. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América Portuguesa. IN: CARNEIRO, Henrique e VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: PUCMinas; São Paulo: Alameda, 2005, p.71-92.
- ALMANAQUE DE PELOTAS. Variedades, informações, propaganda. XXI ano. Dir. Florentino Paradedda. Pelotas, 1933.
- ALPINI, Alfredo. *La policía y la ciudad de Montevideo: orden urbano y control social en la construcción del Estado moderno en Uruguay: 1829-1916*. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.
- ARAGÃO, Maria do S. S. de. Variações regionais e sociais de “bêbado” e “aguardente” nas capitais do Nordeste: dados do AliB. *Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE*, Natal, RN, 01 a 03 de outubro de 2014 / organizadores Marco Antonio Martins, Lucrécio Araújo de Sá Júnior e Sulemi Fabiano Campos. Realização Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste- GELNE. - Natal, RN: EDUFRN, 2014.
- ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. *Contemporânea*, v.4, n. 2, 2006.
- ASSIS, Bárbara Pontes de; CAVALCANTE, Vanessa Ribeiro Simon. O Estado brasileiro e a normatização da vida das mulheres. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 13, ano XIII, nº 2, julho-dezembro de 2016.
- AVOZANI, Waleska Andrzejewski e ZAMPIERI, Fábio Lúcio. Análise configuracional da expansão urbana: A localização de novos empreendimentos habitacionais em Pelotas/RS. *Anais XVIII ENANPUR 2019*. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts/>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p. 119-139.
- BACZKO, Bronislaw. *Los Imaginarios Sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.
- BARBOSA, José Luciano Albino. Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e o uso da cachaça. In: *Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)*. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

BARRÁN, Jose Pedro. *Historia de la sensibilidad em el Uruguay*. Tomo 1. La Cultura “Barbara”: (1800-1860). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental/Facultad de Humanidades y Ciencias, 1992.

BENATTE, Antonio Paulo. *Dos jogos que especulam com o acaso: contribuição à história do “jogo de azar” no Brasil (1890-1950)*. 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BENATTE, Antonio Paulo. *O Centro e as Margens: Boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina-PR, 1930-1970)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Geruza Esteves. *A Energia Elétrica como Campo de Pesquisa: Os primórdios da eletrificação em Pelotas (1914-1916)*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BRANCATO, Sandra M.L. Getúlio Vargas e a implantação do Estado Novo no Brasil: as primeiras impressões do *Diário de Notícias* de Lisboa. NEVES et. al. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 2664, Vol. Fasc. X (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1932. Aprova a Consolidação das Leis Penais, da autoria do Sr. Desembargador Vicente Piragibe. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D22213.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22213.htm). Acesso em: 06 abr. 2020.

BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan-jul. 2013, p. 162-173.

BRISSETTE, Pascal et GLINOER, Anthony (dir.). *Bohème sans frontière*. Presses Universitaires de Rennes, 2010.

BROMLEY, Rosemary D. F. & NELSON, Amanda L. Alcohol-related crime and disorder across urban space and time: evidence from a British city. *Geoforum*, 33 (2002) 239–254.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CAIMARI, Lila. Los historiadores y la “cuestión criminal” en América Latina. Notas para un estado de la cuestión. *Revista de Historia de las Prisiones*. Nº2, p. 5-15, 2016.

CAIMARI, Lila. *Mientras la ciudad duerme: pistoleros, policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945*. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 2012.

CAIMARI, Lila. Os lugares da desordem. Uma geografia legal para a Buenos Aires dos anos 1930. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 179-192, Dec. 2011.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, Mídia, n. 31, 2003/1.

CAMARGO, Daisy. *Alegrias engarrafadas*. Os alcoóis e a embriaguez n cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX. São Paulo: UNESP, 2012.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e estado policial na Era Vargas (1930-1945)*. 1991. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. O avesso da ordem: primeiros apontamentos de leitura de fontes criminais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 37-47, jun. 1997.

CARNEIRO, Deivy. Bebidas, jogatina e cultura popular: os botecos como espaço masculino de socialização e de conflitos em Juiz de Fora/MG – 1854-1941. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 23, p. 179-193, jul.-dez. 2011.

CARNEIRO, Deivy. *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. Jundiá, SP: Paco, 2019.

CARNEIRO, Henrique. Transformações no significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. IN: CARNEIRO, Henrique e VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: PUCMinas; São Paulo: Alameda, 2005, p. 11-28.

CARNEIRO, Henrique. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CARRASCO, André de Oliveira Torres. O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. *Oculum Ensaios*, vol. 14, nº 3, p. 595-611, 2017. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3874>. Acesso em: 12 mar. 2019

CARVALHO, Thaís de Freitas. A cidade à noite: tensões e sociabilidade no espaço público pelotense (Pelotas-RS, 1930-1939). *Cadernos de História*, v. 18, n. 29, p. 460-484, jul./dez. 2017.

CARVALHO, Thaís de Freitas. *Gente da noite: cultura popular e sociabilidade noturna em Pelotas, RS (1930-1939)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CARVALHO, Thaís de Freitas. Noite, sexualidade e justiça: processos de defloramento na cidade de Pelotas (1930-1939). *AEDOS*, vol. 11, n° 24, 2019.

CARVALHO, Thaís de Freitas. Um lugar chamado Liberdade: música popular, tradição e boemia na cidade de Pelotas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). 2010. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CAULFIELD, Sueann. The History of Gender in the Historiography of Latin America. *Hispanic American Historical Review*, 81:3-4, August-November 2001, p. 449-490.

CAULFIELD, Sueann; ESTEVES, Martha de Abreu. 50 Years of Virginity in Rio de Janeiro: Sexual Politics and Gender Roles in Juridical and Popular Discourse, 1890-1940. *Luso-Brazilian Review*, vol. 30, No. 1, University of Winconsin Press (Summer, 1993), p. 47-74.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. Buenos Aires, Cidade, Política, Cultura. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 101-118, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200005>.

CONCEIÇÃO, Josuan Ávila da; CARVALHO, Magnólia dos Santos; RAMOS, Shana Monte Pereira; VIEIRA, Sidney Gonçalves. *Espaço e tempo na formação urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil*. Pelotas: UFPel, 2009.

CONLEY, Carolyn A. The agreeable recreation of fighting. *Journal of Social History*, Vol. 33, No. 1 (Autumn, 1999), p. 57-72. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3789460> Acesso em: 25 mar. 2020.

CONLEY, Carolyn A. *The Unwritten Law: Criminal Justice in Victorian Kent*. New York: Oxford University Press, 1991.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

DA MATTA, Carmen. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago, 2003. Disponível em: [http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-Carmen.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Carmen.pdf) Acesso em: 26 set. 2020.

DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1983.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DE ÁVILA, Cristiane; RIBEIRO, Maria & RIBEIRO, Angela. História e Memórias: Traços de Territórios Negros em Pelotas/RS. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 4, 2018. 10.23899/relacult.v4i0.776

DE LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DEVANTIER, Vanessa da Silva. *Visões do Urbano: a Rua XV de Novembro, Pelotas/RS*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

DORNELLES, João Batista. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). *História em Revista*, Pelotas, v. 4, p. 95-138, dez.1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12019>. Acesso em: 28 set. 2020.

DOUGLAS, Mary. *Constructive Drinking. Perspectives on drink from Anthropology*. London and New York: Routledge, 2003 [1987].

DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. *Direitos das mulheres na Constituinte de 1933-1934: disputas, ambiguidades e omissões*. 2018. Tese (Doutorado em Direito)-Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2019.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. Barcelona: Lumen, 1993.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ELMIR, Cláudio Pereira. O crime em disputa: o campo jurídico e as lutas para a instauração do discurso legítimo acerca da negatividade do social. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e FÉLIX, Loiva Otero (orgs). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: o jornal e a pesquisa histórica. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*.

Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

FARGE, Arlette. Virilidades populares. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História da Virilidade. Vol 1. A invenção da virilidade: da Antiguidade às Luzes* (dir. Georges Vigarello). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 495-523.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREL, Jeff. Making Sense of Crime: A Review Essay on Jack Katz's "Seductions of Crime". *Social Justice*, v.19, no. 3 (49) (1992): 110-23.

FLOREADO. Dicionário Aulete Digital. Lexikon Editora Digital Ltda., 2014. Disponível em: <http://aulete.com.br/floreado>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FLOREADO. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5ª ed. Positivo Soluções Didáticas Ltda., 2010.

FLOREIO. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5ª ed. Positivo Soluções Didáticas Ltda., 2010.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. IN: *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1977].

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. [1984] *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, 2013.

FREITAS, Viltany Oliveira. *Cantos de bar: sociabilidades e boemia na cidade de Natal (1946-1960)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GARCIA, Roosevelt. Objetos dos antigos armazéns da esquina: toda vendinha tinha essas coisas. *Blog Memória, Veja São Paulo*. Publicação on-line em 15 de setembro de 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/objetos-dos-antigos-armazens-da-esquina/>. Acesso em: 09 abr. 2020

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.171-194.

GASTALDO, Édison; ROCHA, Everardo; BRAGA, Adriana. Jogos, sociabilidade e conflito no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 52, N. 3, p. 417-424, set/dez 2016.

GAYOL, Sandra. Ámbitos de sociabilidad en Buenos Aires: despachos de bebidas y cafés, 1860-1930. *Anuario IEHS: Instituto de Estudios Histórico Sociales*, n. 8, Tandil, p. 257-273. 1993. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1993/013%20-%20Ambitos%20de%20sociabilidad%20en%20Buenos%20Aires.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GAYOL, Sandra. *Honor y duelo em la Argentina moderna*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: Hombres, Honor y Cafés (1862-1910)*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 1995.

GERTZ, René E. A guerra que ainda não terminou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*, Passo Fundo, RS, 2013.

GILL, Lorena. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. *História Unisinos*, vol. 10, nº1, p.45-52, jan./abr. 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLINOER, Anthony. A sedução da boemia. *Le Monde Diplomatique*, Edição 111, 3 de outubro de 2016. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0103-401420130003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420130003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 abr. 2019

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GONÇALVES, Mariana Couto. A Princesa do Sul de Bernardo e Jerônimo: a Pelotas escravista a partir de crônicas e folhetins. *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em:

<https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Mariana-Couto-Gon%C3%A7alves-texto.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GOUVÊA, Melissa Xavier. *Misera princesa destronada: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928)*. 2015. Dissertação-(Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:

<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5919>. Acesso em: 13 fev. 2020.

GRANDO, Marinês Z. A colonização européia não-portuguesa no município de Pelotas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 5 (2): 47-55, 1984.

GRANJA, Lúcia. Crônica. Chronique. Crónica. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 38, p. 86-100, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/837/795>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História da Virilidade. Vol. 2. O triunfo da virilidade: o século XIX*.(dir. Alain Corbin). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 97-152.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. IN: CARNEIRO, Henrique e VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: PUCMinas; São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-122.

GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 323-349, jan./jun. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 jul. 2020.

GUIMARÃES, Valéria. Tensões e ambigüidades na crônica sensacionalista: o jornalismo no Rio de Janeiro e São Paulo no início do século XX. In: Clóvis Gruner; Claudio Denipoti. (Org.). Clóvis Gruner; Claudio Denipoti (orgs). *Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura*. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 225-243.

GUIMARÃES, Valéria. Imaginários do sensacionalismo: transferências culturais entre Brasil e França no início do século XX. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 97-123, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11757>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GUIMARÃES, Valéria. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/34324>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2 ed. Pelotas: Universitária/UFPel, 2001.

HALL, Steve and WINLOW, Simon. Night-Time Leisure and Violence in the Breakdown of the Pseudo-Pacification Process. *Probation Journal*, v.52, no. 4 (December 2005): 376–89. doi:10.1177/026455050505058943.

HALLAL, Dalila Rosa & MÜLLER, Dalila. Parque Pelotense: um espaço de lazer em Pelotas/RS. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/ ABET*, Juiz de Fora, v.8, n.1, p.84-97, jan./abr., 2018.

HOCHSTETLER, Andy; COPES, Heith e FORSYTH, Craig J. The Fight: Symbolic Expression and Validation of Masculinity in Working Class Tavern Culture. *American Journal of Criminal Justice*, v. 39, p. 493-510, 2014.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

JAQUES, Biane Peverada. O jornal Diário Popular como local de sociabilidade (Pelotas, 1934-1942). *Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE*, História e os desafios do tempo presente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

JARDIM, Denise Fagundes. *De Bar em Bar: Identidade Masculina e Auto-segregação entre Homens de Classes Populares*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JAYNE, Mark; VALENTINE, Gill & HOLLOWAY, Sarah L. Geographies of alcohol, drinking and drunkenness: a review of progress. *Progress in Human Geography* 32(2) (2008) p. 247-263.

KALIFA, Dominique. *A Tinta e o Sangue: narrativas sobre crime e sociedade na Belle Époque*. São Paulo: UNESP, 2019.

KALIFA, Dominique. *Os bas-fonds: história de um imaginário*. São Paulo: EDUSP, 2017.

KALIFA, Dominique. O *bas-fond* ou como escrever a história de um “imaginário social”? CARNEIRO, Deivy, BRETAS, Marcos e ROSEMBERG, André (orgs.). *História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais*. Uberlândia: EDUFU, 2015.

KALIFA, Dominique. Virilidades criminosas? CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dirs.). *História da Virilidade. Vol. 3. A virilidade em crise? Séculos XX e XXI* (dir. Jean-Jacques Courtine). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 302-332.

KATZ, Jack. Culture within and Culture about Crime: The Case of the ‘Rodney King Riots.’ *Crime, Media, Culture*, v. 12, no. 2 (August 2016): 233–51.  
doi:10.1177/1741659016641721.

KATZ, Jack. *Seductions of Crime. Moral and sensual attractions in doing evil*. Basic Books, 1988, USA.

KRILOW, Leticia S. W. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. *Oficina do Historiador*, v.12, n.1, jan-jun 2019.

LANGHAMER, Claire. “A public house is for all classes, men and women alike”: women, leisure and drink in Second World War England. *Women’s History Review*, Volume 12, Number 3, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09612020300200367>. Acesso em: 07 maio 2019.

LEAL, Ondina Fachel. *The Gauchos: Male Culture and Identity in the Pampas*. 1989. Tese (Doutorado em Antropologia)-Graduate Division, University of California at Berkeley, USA.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid, España: Capitán Swing, 2013.

LEMOS, Vanessa dos Santos. *Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

LIMA, Patrícia Lima de. *Simões Lopes Neto jornalista: uma leitura da coluna inquéritos em contraste, de 1913*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LONER, Beatriz Ana. Casar, associar-se, apostar em loterias: cotidiano ou estratégias de liberdade? *Anais do X Encontro Estadual de História-ANPUHS*. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

LONER, Beatriz Ana. Jornais pelotenses diários na República Velha. Pelotas: *ECOS Revista*, EDUCPel, 1998.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena e MAGALHÃES, Mario (orgs). *Dicionário de História de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: EdUFPel, 2017.

LOSNAK, Célio José. Imprensa “moderna”, imprensa interiorana: tensões/interações midiáticas e sócio-culturais. In: 6º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA MÍDIA, 2008, Niterói. Anais do 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Niterói: Rede Alfredo de Carvalho, 2008. p. 2-11. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Imprensa%20moderna201c-%20imprensa%20interiorana.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001.

MACKEDANZ, Christian. Futebol e exclusão social no pós-abolição em Pelotas. *Anais do XII Encontro Estadual de História da Anpuh-RS*, História, Verdade e Ética, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Pelotas Século XIX*. Pelotas: Mundial, 1994.

MAIA, Rousiley. Sociabilidade: apenas um conceito? *Geraes*, Revista de Comunicação Social, nº 53, 2001. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/317051024\\_Sociabilidade\\_apenas\\_um\\_conceito](https://www.researchgate.net/publication/317051024_Sociabilidade_apenas_um_conceito) Acesso em: 31 jan. 2021

MARIN, Elizara Carolina; MAGNO RIBAS, João Francisco; PARLEBAS, Pierre; STEIN, Fernanda; DE VARGAS CRESTANI, Alini. Jogos tradicionais no Estado do Rio Grande do Sul: manifestação pulsante e silenciada. *Movimento*, vol. 18, núm. 3, julho-septiembre, 2012, p. 73-94.

MARRONI, F. V. *Pelotas (re)vista: a Belle Époque da cidade através da mídia impressa*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTÍ, Juan Pablo. La dinámica de la población y la fuerza de trabajo en el medio rural como base para el estudio del sector informal urbano. *III Jornadas de Historia Económica-Asociación Uruguay de Historia Económica*, julio de 2003, Montevideo, Uruguay.

MASINA, Léa. Xarqueada, de Pedro Wayne: um paradigma do romance gaúcho de 30. MASINA, Léa; APPEL, Myrna Bier (orgs). *A Geração de 30 no Rio Grande do Sul: literatura e artes plásticas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATOS, Maria Izilda S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MATOS, Maria Izilda S. Nas fronteiras da história: a cidade iluminada. IN: NODARI, Eunice et al. (orgs). *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999:*

Florianópolis) *História: fronteiras* / Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

MAUAD, Ana Maria. O olho da História: Fotorjornalismo e a invenção do Brasil Contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria et al. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. *MÉTIS: história & cultura*, v. 6, n. 11, p. 107-119, jan./jun. 2007.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Tradução Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOLAR, Jonathan de Oliveira e SAAD, César Leonardo V. K. Que boemia é essa e que boêmio é este? Reflexões sobre as representações do fazer cotidiano. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 121-143, 2012.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação crítica. *Bib*, Rio de Janeiro, v. 49, p. 95-121, 2000.

MONSMA, Karl. O problema do viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. *História Social*. n. 21, 2011. p. 27-46.

MONSMA, Karl. Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência com aplicações à pesquisa histórica. *Métis: história e cultura*, v.1, n.1, (2002). Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MORRISON, Allen. *The Tramways of Brazil. A 130-Year Survey*. New York: Bonde Press, 1989.

MOURA, Carlos André Silva de. Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920-1937). *Resgate*, vol. XX, nº 23, jan-jun 2012.

MOURA, Clóvis de. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

NETTO, Heloisa S. P. *Mais que João, Joões: a trajetória de João Simões Lopes Neto (1865-1916) em seu contexto*. 2015. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A visão dionisiaca do mundo*, e outros textos de juventude. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A imprensa negra no Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. *Revista Espacialidades* [online]. 2017, v. 12, n. 2. ISSN 1984-817X. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17650>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Márcia Ramos. *Uma Leitura Histórica da Produção Musical do Compositor Lupicínio Rodrigues*. 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*, São Paulo, 1850-1900. São Paulo, Alameda Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

PARSONS, Elaine F. Risky Business: The Uncertain Boundaries of Manhood in the Midwestern Saloon. *Journal of Social History*, Vol. 34, No. 2 (Winter, 2000), pp. 283-307. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3789985>. Acesso em: 25 mar. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3ed. E-book. 132p. (Coleção História &... Reflexões, 5). Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, Set.1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>.

PIGENET, Michel. Virilidades operárias. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História da Virilidade. Vol. 2. O triunfo da virilidade: o século XIX*. (dir. Alain Corbin). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 249-301.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940.

PIRAGIBE, Vicente. *Consolidação das Leis Penaes*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/72115/pdf/72115.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

PORTO, Aline Carvalho. *O Brasil visto a partir do Sul: a perspectiva nacionalista de João Simões Lopes Neto (1865-1916)*. 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008 [1991].

REICHEL, Heloísa Jochins; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

REMEDI, José. *Palavras de honra: Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade Sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre e Fião*. 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, 2011.

RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um Futebol de Fronteira*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2004.

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 177-200.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. *Passos cambaleantes, caminhos tortuosos: beber cachaça, prática social e masculinidade, Recife/PE, 1920-1930*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

RÜDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – O caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, v. 7, 25-42, dezembro/2001.

SALIBA, Elias Thomé. Entrevista concedida a Márcia Junges. As raízes do riso e a ética emocional brasileira. *IHU On-line*. Edição 367, 27 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/17-artigo-2011/3965-elias-thome-saliba>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SALIBA, Elias Thomé. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 01-39, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1971. *Juris*, Rio Grande, v. 17. p. 153-173, 2012.

SANTOS, José Antonio dos. *Etnicidade, nação e culturas: intelectuais negros, educação e militância*. In: CBHE – CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal. CBHE – História e Memória da Educação Brasileira. Natal: UFRN, 2002. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0614.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SANTOS, José Antonio dos. *Prisioneiros da História*. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3805>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTOS, José Antonio dos. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora UFPEL, 2003.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.401-420.

SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance*. Hidden Transcripts. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (compiladora). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. PUEG, México, 1996. 265-302p.

SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia*. Cultura, política e os limites da vida burguesa (1830-1930). Porto Alegre: L&PM, 1992.

SENNET, Richard. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SHAW, Robert. Night as Fragmenting Frontier: Understanding the Night that Remains in an era of 24/7. *Geography Compass*, v. 9, p. 637– 647, 2015. doi: [10.1111/gec3.12250](https://doi.org/10.1111/gec3.12250).

SILVA, Fernanda. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. Entre *lidas*: um estudo de masculinidades e trabalho campeiro nas cidades de Bagé e Pelotas/RS. 2014. Dissertação-Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

SILVA, Mauro Costa da. A telegrafia elétrica no Brasil Império: ciência e política na expansão da educação. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan-jun 2011.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos. Cleópatra prostituída ou a evocação histórica a serviço da sátira. *Revista de Letras*, Fortaleza, v.1, n. 27, p. 5-8, jan/dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2278>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SOARES, Luiz Carlos. Por uma genealogia da noite na cultura ocidental. IN: NODARI, Eunice et al (orgs). *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras* / Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-1985). IN: *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SPIERENBURG, Pieter. Masculinity, Violence and Honor: An Introduction. *Men and Violence: Gender, Honor and Rituals In Modern Europe and America*. Edited by Pieter Spierenburg. Ohio State University Press, 1998.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor. *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre, PUCRS, 2012.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C.; AREND, Jéssica Fernanda. Noções de honra e justiça entre as classes populares da fronteira no Brasil meridional - segunda metade do século XIX. *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 296-315, ago. 2017.

THUILLIER, Jean-Paul. Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História da Virilidade. Vol 1. A invenção da virilidade: da Antiguidade às Luzes* (dir. Georges Vigarello). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp. 71-124.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A Cidade Fragmentada*. O Planejamento e a Segregação Social do Espaço Urbano em Pelotas. Pelotas: UFPel, 2005.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A Fragmentação Social do Espaço Urbano: Uma Análise da (Re) Produção do Espaço Urbano em Pelotas, RS*. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; OLIVEIRA, Solange de. Origem e Desenvolvimento do Bairro Três Vendas em Pelotas, RS. *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, Porto Alegre, RS, 2010.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; PEREIRA, Óthon Ferreira; TONI, Jakson Silvano de. A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico. *História em Revista*, nº 1, Universitária/UFPel, setembro de 1994.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP: 34, 2000.

WILLIAMS, Robert. Night Spaces. Darkness, Deterritorialization and Social Control. *Space and Culture*, vol. 11, no. 4, Nov. 2008, pp. 514-532. DOI: 10.1177/1206331208320117

WITTMANN, Maria Cristina Gonçalves. *Trilhos Urbanos*. 2006. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

**APÊNDICE A – Fontes consultadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**

<b>PROCESSOS-CRIME DE OCORRÊNCIA NOTURNA EM BARES (COMARCA DE PELOTAS, DÉCADA DE 1930) – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>				
<b>AN O</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ENVOLVIDOS</b>
<b>1930</b>	1562	16/02/30	Bilhar de José Nogueira	João Pinto Rodrigues (réu); Eudóxio Barbosa de Souza (ofendido); José Nogueira; Pedro Souza
	1666	27/11/30	Casa Comercial Shaunn Irmãos e Cia	Manoel Pedro Soares (réu); Guido Domingues (vítima); Bertholdo Dias; Taurino Lucas de Moraes; Alfredo Schaunn; Alberto Kaster
<b>1931</b>	1367	09/06/31	Casa de negócio de Alfredo Vieira	Dirceu e Osmar dos Santos (réus); João Estácio Vieira (vítima); Alfredo Barbosa Vieira; Torquato Nunes; João Evangelista Teixeira; Darcy Siqueira Brauner
	1325	27/08/31	Casa Comercial da vítima	Braulio Moura (réu); Floduardo Francisco Aquino (vítima); Alberto Benemann; Pedro Vieira da Silva; Brasilino Julio de Souza
<b>1932</b>	206	10/04/32	Em frente ao quiosque de Alcides Camillo	Waldemar Machado (réu); Lério Soares (ofendido); Antonio Rufino; Euzébio de Freitas; Manoel Sebastião da Silva; Cyriaco dos Santos
	314	14/05/32	Café Nacional	Odorico Castilho (réu); Silvino Dias de Oliveira; José Paiva Filho; Alvaro Carvalho; Eulalio Gonçalves. [Presentes antes ou após o conflito: Heleodoro Oliveira; Francisco de Paula Cardozo; Dorival Xavier dos Anjos; Luiz Planella; José Dias Amaral]
	1568	15/12/32	Café São Jorge	João e Firmino Coelho da Silva (réus); Theodoro José

				Viana (vítima); Fermiano Azevedo; Luiz da Cunha Neves
1933	212	25/03/33	<i>Kiosque</i> Central	João Alves (acusado); Reduzino Cabrera (ofendido); Francisco Corrêa da Silva; Antonio Esteves
	1646	16/09/33	Bar e Restaurant Guido	Mario José Vieira da Cunha (réu); Guido Brilski (vítima); Carlos Henrique Hopmann/Offmann; Alberto Heilsmann/Hülsmann; Otto Sparemberg; Edmundo Borges; Paulo Rühling; Emilio Cardoso Soares;
1934	217	14/06/34	Casa de negócio de Alberto Buckweitz	José Pires (réu); José Foster (ofendido); Alberto Buckweitz; Ignacio Anjos Pinto; Antonio Fagundes Teixeira; Carlos Knabach
	218	15/08/34	Café João Pessoa	Jayme Gonçalves Wetzel (acusado); José Rufino Machado (ofendido); Armando de Kergaz Marques de Oliveira; João Machado de Medeiros; Ivo Viana; Ariovaldo Casanova; José de Mello Arião Lobato; Dirceu Iglesias
	1498	20/10/34	<i>Kiosque</i> no Areal	Julio de Souza (réu); Pedro Souza (vítima); João Mauricio Barcelos; Euzébio de Freitas Alves; Percilio Tavares; Pedro Brisolará; José Sanches; Waldomiro Barbosa de Souza; João Carlos
1937	1280	01/05/37	Café Glória	Albino Mattos (réu); Napoleão Vares (ofendido); Carlos Barboza; Amadeu Domingues; Felinto Elysis das Neves; Dorval Rodrigues Loretto; Egídio Garbo

	1582	30/05/37	Casa Comercial de Ernesto Dettmann	João Iahnke/Ianke (réu); Joaquim Rodrigues Quevedo Sobrinho (vítima); Octavio Costa; Ernesto Dettmann; Carlos Dalmann; José Santos Alves; Gustavo Bedhun; Emilio Dalmann; Alcides Constante Medeiros; Augusto Rubert
	1622	25/07/37	<i>Kiosque</i> de José Pereira	Luiz Damasceno (réu); Ignacio Rodrigues (vítima); Nicolau Campos de Oliveira; José Pereira; Cabo Leovegildo; Antonio Dias Juvenal Sequeira; José Ferreira

**APÊNDICE B – Fontes consultadas na Bibliotheca Pública Pelotense**

<b>DOCUMENTOS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE</b>		
<b>FUNDO</b>	<b>ANO</b>	<b>DOCUMENTO</b>
Alberto Coelho da Cunha	1920-1930	Estatística demográfica de Pelotas
Documentos Públicos Municipais	1940	Boletim do Departamento Municipal de Estatística - filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretor João Simões Lopes. Colectânea de apontamentos históricos e estatísticos sobre o Município de Pelotas.
Documentos Públicos Municipais. Série Prefeitura de Pelotas. Subsérie Estatística	1939	Anuário Demográfico do município de Pelotas. Ano 1939. Diretoria de Estatística de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Diretor João Simões Lopes. Boletim nº 6. Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.
Documentos Públicos do RS. Série Estatísticas	1942-1943	Boletim do Departamento Municipal de Estatística. Pelotas.

**PERIÓDICOS CONSULTADOS NA HEMEROTECA BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE**

<b>A ALVORADA</b>			
<b>ANO</b>	<b>EDIÇÃO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO SEÇÃO</b>
<b>1931</b>	22/11/31	Dr. Pescadinha	Pesquei
<b>1932</b>	17/04/32	Anúncio	A. Secos e Molhados Ao Camponez
	17/04/32	Anúncio	Restaurant Aos Dois Generaes
	29/05/32	Anúncio	Casa Mina de Ouro
	05/06/32	T.T.	O Bamba
	19/06/32	Dr. Pescadinha	Pesquei
	03/07/32	JOCA	Poema Os dois ébrios
	10/07/32	Dr. Pescadinha	Pesquei
	18/09/32	Dr. Pescadinha	Pesquei
	25/09/32	—	Ecos de um Assassinio
	25/09/32	Raymundo G. Anselmi	Crime da Cerquinha
	09/10/32	Dr. Pescadinha	Pesquei
18/12/32	Dr. Pescadinha	Pesquei	

1933	01/01/33	Dr. Pescadinha	Pesquei
	08/01/33	Francisco Antunes Maciel	O Código Penal em Vigor
	29/01/33	NEGRO	Três!
	26/03/33	Dr. Pescadinha	Pesquei
	02/04/33	Dr. Pescadinha	Pesquei
	07/05/33	"Da PENTALFA, revista trofologica naturista, publicada em Barcelona."	Sua Magestade o Alcool
	21/05/33	Pescadinha	Pesquei
	28/05/33	Paulo S. Casado	Declaração
	04/06/33	Pescadinha	Pesquei
	18/06/33	Benedita Ramos da Fonseca	Da "A Voz da Raça", de São Paulo
	02/07/33	Antonieta Garcia Avila	A Alvorada
	02/07/33	Pescadinha	Pesquei
	13/08/33	Creoulo Leugim	A Raça (artigo sobre proposta de esterilização de judeus e negros na Alemanha)
	27/08/33	—	Elementos de Civilidade
	27/08/33	M. Barbosa	Contracapa
	17/09/33	Pescadinha	Pesquei
	15/10/33	Pescadinha	Pesquei
	22/10/33	Maria Pariz de Castro	Da "A Lucta", do Rio Grande
	12/11/33	A. Monteiro	Do Alcool
1934	08/04/34	Antonieta Garcia Avila	O Homem e o Alcool
	20/05/34	Pescadinha	Pesquei
	27/05/34	Ultima Romantica	Uma palavra aos moços
	08/07/34	Rodolpho Xavier	Delirio Armamentista (artigo sobre a ascensão do autoritarismo na Europa)
	05/08/34	Anúncio	Senhores apreciadores de vinho (Vinho da Serra)
	04/11/34	Dr. Pescadinha	Pesquei
	11/11/34	Dr. Pescadinha	Pesquei
1935	13/01/35	Dr. Pescadinha	Pesquei
	20/01/35	Dr. Pescadinha	Pesquei
	17/02/35	Dr. Pescadinha	Pesquei
	07/07/35	Dr. Pescadinha	Pesquei
	15/09/35	A. E. V.	O Jogo é a desgraça da Sociedade e dos lares
	27/10/35	Dr. Pescadinha	Pesquei
<b>A OPINIÃO PÚBLICA</b>			
<b>ANO</b>	<b>EDIÇÃO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO SEÇÃO</b>
1930	02/01/30		A policia e o anno novo
	07/01/30		Chronica policial

	08/01/30	Curitiba	Matou a mulher com 17 navalhadas
	08/01/30		A fatalidade não quis...
	08/01/30		Monstruoso!
	10/01/30		Chronica Policial (Processo 1612)
	13/01/30		A criminalidade em Pelotas em 1929
	13/01/30		Chronica policial
	14/01/30	Rio de Janeiro	Crime da escriptora Sylvia Thibau
	14/01/30		Chronica policial
	21/01/30		Chronica policial
	23/01/30		A Reforma da Policia local
	23/01/30		Reportagens subjectivas
	23/01/30		Chronica policial
	24/01/30		Chronica policial
	28/01/30		Chronica policial
	31/01/30		Chronica policial
	06/02/30		Chronica policial
	08/02/30		Chronica policial
	11/02/30		Alcool! Palabra blanca!
	12/02/30		O DESTINO tragico das almas dolorosas
	14/02/30	Bruxellas, Janeiro. Comunicado exclusivo de D.T.M. para "A Opinião"	O alcool maldito
	17/02/30		Chronica policial
	12/11/30	Anúncio	Barriga cheia com pouco dinheiro! (Casa Mina de Ouro)
	17/11/30		Chronica policial
	18/11/30	Anúncio	Confeitaria Dalila (evento noturno em homenagem ao Dia da Bandeira)
	20/11/30		Chronica policial – Presos por embriaguez
	24/11/30		Novo horario dos bondes
	25/11/30		Chronica policial
	27/11/30		Film Sonoro
	28/11/30		Sem razão alguma (repercussão processo nº 1666)
<b>1931</b>	04/06/31		Chronica Policial
	08/06/31		Chronica Policial
	09/06/31		Chronica Policial
	10/06/31		Crepusculo sangrento (repercussão do processo nº 1367)
	15/06/31		Vispora que acaba em sangue
	16/06/31		Ruas, policia e hospitaes
	18/06/31		Julio Castillo
	12/08/31		Varias

	20/08/31		Fiado, não!
	22/08/31		CONFLICTO E FERIMENTOS (repercussão do processo nº 1325)
1932	16/05/32		Em pleno centro da cidade (repercussão processo 314)
	17/05/32		O crime do “Café Nacional” (repercussão processo 314)
	17/05/32	Anúncio	Vinho Serrano
	18/05/32		Viação Férrea (trens noturnos entre Rio Grande, Pelotas e Bagé)
	18/05/32		O crime do “Café Nacional” (repercussão processo 314)
	19/05/32		O crime do “Café Nacional” (repercussão processo 314)
	19/05/32	Anúncio	Rádios! RCA Victor (Orlandi, Garcia & Cia. Félix da Cunha, 628.)
	22/05/32		Factos da Rua
	23/05/32		O banditismo nos sertões
	23/05/32	Cachoeira	Crime barbaro
	24/05/32		Factos da rua (desordeiros)
	25/05/32	Rio de Janeiro	Degollada a navalha no seu proprio leito!
	30/05/32		Factos da Rua
	31/5/1932		Factos da Rua
	6/6/1932		Notas forenses (repercussão processo 314)
	7/6/1932	Berlim, Alemanha	Como nas novelas de Sherlock Holmes
	13/06/32		Factos da Rua
	13/06/32	Tres Arroios, Argentina	Scelerado!
	20/06/32		Factos da Rua
	01/07/32		A Cidade
	02/07/32		Diligencias Policiaes
	07/07/32		Factos da Rua
	08/07/32		Um homem ferido gravemente
	09/07/32		Circulo Operario Pelotense
	09/07/32	Porto Alegre	Prisão de um comunista
	09/07/32	Anúncio	Dr. Aurelio Carvalho. XV, 614. Clínica noturna, das 20 às 22 hs, preços módicos
09/07/32	Bagé	Dois habeis falsarios	
11/07/32		Estalou, em São Paulo, um movimento de rebelião	

11/07/32		ASSISTENCIA JAMAIS REGISTRADA NOS ANNAES DESPORTIVOS DE PELOTAS COMO A DE ONTEM NO ESTADIO DO CLUB A. BANCARIO
15/07/32		Andarilho
16/07/32		Um andarilho tenaz
18/07/32		Desordeiro
22/07/32		O Lampeão das Missões
27/07/32		A Cidade
28/07/32		Factos da Rua
29/07/32		A Cidade
02/08/32		Dois films allemães que injuriam o Brasil
02/08/32		Duas cidades bahianas abaladas por um crime barbaro
03/08/32		Factos da Rua
05/08/32		Estatistica predial da cidade de Pelotas em 1931 (conclusão)
08/08/32		Factos da Rua
12/08/32		Factos da Rua
29/08/32		Factos da Rua
12/09/32		Factos da Rua
13/09/32	Edwin Woodhall	DETECTIVES - Nas novellas e na realidade
14/09/32	São Lourenço do Sul	Barbaro Assassinio
19/09/32		Assassinado num campo de futebol
19/09/32		Ferido á bala
01/10/32	Anúncio	Pelotas Rink Club
04/10/32	Syndicatos dos Empregados em Hoteis, Cafés e Annexos	Interesses Operarios
12/10/32		Factos da Rua
17/10/32		Factos da Rua
18/10/32	Porto Alegre	Porto Alegre, theatro de uma barbara scena de sangue
25/10/32		Factos da Rua
31/10/32		Factos da Rua
05/11/32		Factos da Rua
14/11/32		Factos da Rua
17/11/32		Factos da Rua
18/11/32	Nova York, Estados Unidos	Morte da Lei Secca
05/12/32		Factos da Rua
06/12/32		A Cidade
12/12/32		Factos da Rua

	16/12/32		O Crime de Dois Faccinoras (repercussão processo 1568)
	23/12/32		Factos da Rua
1933	02/01/33		Na pensão Antoninha
	02/01/33		Saudando o novo anno com tiros
	03/01/33		Registro Sensacional
	04/01/33		A Cidade
	05/01/33		O CÓDIGO PENAL EM VIGOR
	05/01/33	Strasburg, França	Como os vampiros agem no seu delirio. Crime revoltante.
	06/01/33		Factos da Rua
	06/01/33		Registro Sensacional
	12/01/33		Amor, traquinas e brejeiro
	13/01/33	Anúncio	O Peixe (Café Carpena)
	14/01/33		Sangrentas Ocorrencias
	16/01/33		Grave Conflictio
	18/01/33		Interessante audição na Sociedade Radio Pelotense
	18/01/33		Dolorosa Tragedia
	19/01/33		A Cidade
	21/01/33		Tiro Misterioso
	23/01/33		Factos da Rua
	31/01/33		A Cidade
	01/02/33		Tiro Misterioso
	16/09/33		Scena de sangue (repercussão processo 1646)
	18/09/33		Scena de sangue (repercussão processo 1646)
	25/09/33		O Crime do Bar Guido (repercussão do processo 1646)
	28/09/33		Um crime nos ares!
	29/09/33	Anúncio	Filme Cavalcade (Theatro Guarany)
	05/10/33		NOTICIAS DE TODA PARTE
	11/10/33		Saída do repórter Martin Herff
	13/10/33		CIUME E SANGUE
	14/10/33		MÃE FÉRA
	16/10/33		Uma fabrica de bebidas clandestina
	16/10/33		O Amor Tragico
	16/10/33		Factos da Rua
20/10/1933		A Cidade	
25/10/1933		O fantasma pavoroso dos sertões	
27/10/1933		Na febre do panno verde	
31/10/1933		Factos da Rua	
9/11/1933		NO SILENCIO DA NOITE UM HOMEM É MORTO A GOLPES DE ADAGA!	

1934	2/1/1934		Factos da Rua
	5/1/1934		A regulamentação do jogo
	15/6/1934		SOB OS VAPORES DO ALCOOL (repercussão do processo 217)
	16/6/1934		Pelotas, maior centro pugilístico do Estado!
	18/6/1934		Falecimento de Arthur Hameister.
	19/6/1934		Factos da Rua
	11/8/1934		UM CRIME PAVOROSO
	16/8/1934		Factos da Rua (provável repercussão do processo 218)
	1º/10/1934		Violenta Collisão
	1º/10/1934		Triste desfecho de uma caçada
	16/10/1934		Factos da Rua
	19/10/1934		Conflicto a relho e a bala
	20/10/1934		Com uma bala na cabeça (repercussão do processo 1498)
	3/11/1934		Desporto
	8/11/1934	Rio de Janeiro	Estatistica de "paus d'agua"
1935	Sem processos.		
1936	Sem processos.		
1937	5/1/1937		O monopolio do alcool e da aguardente
	6/1/1937		Vida Proletaria
	7/1/1937	Anúncio	Vão dormir!... / Importunos!...
	8/1/1937		Fecharão os cinemas de Pelotas?
	3/5/1937		BRUTAL Scena de sangue (repercussão do processo 1280)
	04/05/37		União Brasileira Pró-Temperança
	10/05/37		Antiga Rixa
	26/07/37		ALCOOL, JOGO E SANGUE! (repercussão do processo 1622)
	26/07/37		O Café "Caneca" teatro de uma scena de sangue
29/07/37		USE E ABUSE NOS SEUS APERITIVOS DA AGUARDENTE GUARANY.	
<b>DIÁRIO POPULAR</b>			
<b>ANO</b>	<b>EDIÇÃO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO SEÇÃO</b>
1930	<b>INTERDITADO</b>		
1931	20/01/31		Notas Policiaes
	26/05/31		Notas Policiaes
	26/05/31		Notas Policiaes
	26/05/31		Notas Policiaes

	09/06/31		Notas Policiaes
	10/06/31		Notas Policiaes (repercussão do processo 1367)
	11/06/31		Notas Policiaes (repercussão do processo 1367)
	12/06/31		TELEGRAMMAS
	13/06/31		A Opinião Publica
	16/06/31		Notas Policiaes
	29/08/31		Notas Policiaes (repercussão do processo 1325)
	30/08/31		THEATROS E CINEMAS
	01/09/31		Guarda Nocturna
<b>1932</b>	10/04/32		Epilogo de um crime sensacional
	13/04/32		Notas Policiaes
	17/04/32		Sub-prefeitura do 1º districto
	15/05/32		Assassinio! (repercussão do processo 314)
	17/05/32		Assassinio! (repercussão do processo 314)
	18/05/32		PELA POBREZA DE PELOTAS
	18/05/32	Pernambuco	UM CASAL BARBARAMENTE ASSASSINADO
	24/05/32		A delegacia de policia
	24/05/32		Com vistas á policia
<b>1933</b>	25/03/33		Ocorrencias Policiais
	17/09/33		OCURRENCIAS POLICIAIS (repercussão do processo 1646)
	19/09/33		OCURRENCIAS POLICIAIS (repercussão do processo 1646)
	26/09/33		OCURRENCIAS POLICIAIS (repercussão do processo 1646)
	22/10/33	Anúncio	Conflito (Café Carpena)
<b>1935</b>	Sem processos.		
<b>1936</b>	Sem processos.		
<b>1934</b>	22/06/34		Audacioso Plano Frustrado de assassinato e Roubo
<b>1937</b>	5/5/1937		Varias
	5/5/1937		"A Opinião Publica" e "A Alvorada"
	07/05/37		Varias
	09/05/37		Continuam os assaltos
	30/05/37		Varias
	1º/06/37		Mais uma vitima do jogo (repercussão do processo 1582)
	02/06/37		Varias
	03/06/37		OS GATUNOS voltam á atividade

04/06/37		Pilhado o "Zéca Peixe"
27/07/37		As Bebedeiras (repercussão do processo 1622)
28/07/37	URBANO	A URBS
28/07/37		Abatido Com A Carga De Uma Arma De Caça
29/07/37		Os tais "Vísporas"
30/07/37		Horível desastre de avião
04/08/37	URBANO	A URBS
04/08/37		Varias



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)